



1 2 9 0



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

2021 /

RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS
CONSOLIDADO



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

2021 /

RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS
CONSOLIDADO



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

2021 /

RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS
CONSOLIDADO

FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO

Divisão de Planeamento, Gestão e Desenvolvimento
Administração da Universidade de Coimbra

CONTEÚDOS

Divisão de Planeamento, Gestão e Desenvolvimento
Serviço de Gestão Financeira
Administração da Universidade de Coimbra

DESIGN DE COMUNICAÇÃO

Núcleo de Marketing da Universidade de Coimbra

CRÉDITOS DE IMAGEM

INFOGRAFIAS

Divisão de Planeamento, Gestão e Desenvolvimento
Serviço de Gestão Financeira
Administração da Universidade de Coimbra

FOTOGRAFIAS

Capa e contracapa
Hugo Pinho

Separadores

Henrique Patrício

Universidade de Coimbra, Desafios Societais, Qualidade

João Armando Ribeiro

Ensino

Paulo Amaral

Sustentabilidade e Responsabilidade Social, Pessoas,
Investigação & Inovação, Instalações, Financiamento

Sérgio Azenha

Internacionalização

Marta Costa

Comunicação

Documento otimizado
para impressão frente/verso

Aprovado pelo Conselho Geral
em 27 de junho de 2022

[Deliberação n.º 19/2022]

© Universidade de Coimbra, 2022

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
I A UNIVERSIDADE DE COIMBRA.....	15
1.1 MISSÃO E VALORES.....	15
1.2 PLANO ESTRATÉGICO 2019-2023.....	16
1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	18
1.4. ÓRGÃOS DE GOVERNO E DE GESTÃO	20
2 PLANO ESTRATÉGICO – MONITORIZAÇÃO.....	27
3 SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL	43
3.1 AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA	43
3.2 CIDADANIA, IGUALDADE E INCLUSÃO	51
4 PESSOAS.....	65
5 INVESTIGAÇÃO & INOVAÇÃO.....	79
6 ENSINO	89
7 DESAFIOS SOCIETAIS.....	99
8 INTERNACIONALIZAÇÃO	111
9 QUALIDADE.....	121
10 INSTALAÇÕES	131
11 COMUNICAÇÃO.....	137
12 FINANCIAMENTO	142
12.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	143
12.2 DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS.....	149
12.3 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	150
12.4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	162
12.5 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	166
ANEXOS	

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA 2019-2023	17
FIGURA 2: PLANO ESTRATÉGICO UC 2019-2023 EM NÚMEROS	18
FIGURA 3: ORGANOGRAMA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	19
FIGURA 4: NÚMERO DE COMUNICAÇÕES AO PROVIDOR DO ESTUDANTE	24
FIGURA 5: QUADRO DE REFERÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE	44
FIGURA 6: PEGADA CARBÓNICA TOTAL (TON CO ₂ ,E)	45
FIGURA 7: CONSUMOS DE ENERGIA POR ÁREA UTILIZADA	45
FIGURA 8: CONSUMO DE ÁGUA POR ÁREA UTILIZADA	46
FIGURA 9: TRABALHADORES/AS, POR GÉNERO E GRUPO DE PESSOAL	66
FIGURA 10: DISTRIBUIÇÃO DO CORPO TÉCNICO, POR CARREIRA/CARGO	68
FIGURA 11: PESO DO GÉNERO NAS CATEGORIAS DO CORPO TÉCNICO	69
FIGURA 12: TRABALHADORES/AS DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM	70
FIGURA 13: TRABALHADORES/AS PORTADORES/AS DE DEFICIÊNCIA, POR GÉNERO	71
FIGURA 14: DISTRIBUIÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS, POR GÉNERO E HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	75
FIGURA 15: ÁREAS ESTRATÉGICAS	79
FIGURA 16: PATENTES ATIVAS (VALOR ACUMULADO)	82
FIGURA 17: ESTUDANTES INSCRITOS/AS NO ANO LETIVO 2020/2021, POR GÉNERO E CICLOS DE ESTUDOS	94
FIGURA 18: POSIÇÃO DA UC NO <i>THE IMPACT RANKINGS 2021</i>	99
FIGURA 19: ESTUDANTES INTERNACIONAIS NO ANO LETIVO 2020/2021, POR GÉNERO E CICLOS DE ESTUDOS	112
FIGURA 20: ESTUDANTES INTERNACIONAIS NO ANO LETIVO 2020/2021, POR PAÍS DE ORIGEM	113
FIGURA 21: POSICIONAMENTO DA UC NO <i>QS WORLD UNIVERSITY RANKINGS BY SUBJECT</i> , POR ÁREA DO SABER	127
FIGURA 22: DENSIDADE DEMOGRÁFICA DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	132
FIGURA 23: PRINCIPAIS INDICADORES NAS REDES SOCIAIS	137
FIGURA 24: PRINCIPAIS INDICADORES DE COMUNICAÇÃO	138

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: REUNIÕES DO CONSELHO GERAL	21
QUADRO 2: MEMBROS DA EQUIPA REITORAL	22
QUADRO 3: MEMBROS DO CONSELHO DE GESTÃO	22
QUADRO 4: SÍNTESE DE METAS DO PILAR INVESTIGAÇÃO & INOVAÇÃO	27
QUADRO 5: SÍNTESE DE METAS DO PILAR ENSINO	30
QUADRO 6: SÍNTESE DE METAS DO PILAR DESAFIOS SOCIETAIS	31
QUADRO 7: SÍNTESE DE METAS DO PILAR INTERNACIONALIZAÇÃO	33
QUADRO 8: SÍNTESE DE METAS DO EIXO PESSOAS	34
QUADRO 9: SÍNTESE DE METAS DO EIXO QUALIDADE	35
QUADRO 10: SÍNTESE DE METAS DO EIXO INSTALAÇÕES	36
QUADRO 11: SÍNTESE DE METAS DO EIXO FINANCIAMENTO	36
QUADRO 12: SÍNTESE DE METAS DO EIXO COMUNICAÇÃO	37
QUADRO 13: SÍNTESE DE METAS DA ÁREA AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA	38
QUADRO 14: SÍNTESE DE METAS DA ÁREA CIDADANIA, IGUALDADE E INCLUSÃO	39
QUADRO 15: CAMPANHA "MENOS É IGUAL A MAIS" – IR	50
QUADRO 16: ÓLEOS ALIMENTARES ENCAMINHADOS PARA TRATAMENTO	50
QUADRO 17: EVOLUÇÃO DAS METAS DO PIED.UC	51
QUADRO 18: PASEP EM NÚMEROS	54
QUADRO 19: MONTANTE DE APOIOS PASEP ATRIBUÍDOS	55
QUADRO 20: A ALIMENTAÇÃO EM NÚMEROS	56
QUADRO 21: O ALOJAMENTO EM NÚMEROS	56
QUADRO 22: OS SERVIÇOS DE SAÚDE EM NÚMEROS	57
QUADRO 23: O APOIO À INFÂNCIA EM NÚMEROS	57
QUADRO 24: A INTEGRAÇÃO E O ACONSELHAMENTO EM NÚMEROS	58
QUADRO 25: TOTAL DOS MAPAS DE PESSOAL DO GPUC	65
QUADRO 26: DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DOCENTE E INVESTIGADOR DE CARREIRA, POR CATEGORIA	67
QUADRO 27: DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DOCENTE E INVESTIGADOR ESPECIALMENTE CONTRATADO, POR CATEGORIA	67
QUADRO 28: DISTRIBUIÇÃO DO CORPO TÉCNICO, POR VÍNCULO	69
QUADRO 29: MOVIMENTOS DE PESSOAL	71
QUADRO 30: ADMISSÕES DE PESSOAL, POR MOTIVO	72
QUADRO 31: SAÍDAS DE PESSOAL, POR MOTIVO	73
QUADRO 32: SUSPENSÕES DE VÍNCULO, POR MOTIVO	73
QUADRO 33: FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CORPO TÉCNICO	75
QUADRO 34: DADOS DE PUBLICAÇÕES NA <i>WEB OF SCIENCE</i>	81
QUADRO 35: ARTIGOS EM REVISTAS <i>TOP</i> E PUBLICAÇÕES DE LIVROS OU CAPÍTULOS DE LIVROS	82
QUADRO 36: AVALIAÇÃO DOS CENTROS E/OU UNIDADES DE INVESTIGAÇÃO	83
QUADRO 37: ACREDITAÇÃO DE CICLOS DE ESTUDOS	90

QUADRO 38: CICLOS DE ESTUDOS COM ESTUDANTES INSCRITOS/AS	91
QUADRO 39: ESTUDANTES DE LICENCIATURA E MESTRADO INTEGRADO - OUTRAS FORMAS DE ACESSO	93
QUADRO 40: ESTUDANTES INSCRITOS/AS, POR TIPOLOGIA DE CICLOS DE ESTUDOS E DE CURSO	94
QUADRO 41: ESTUDANTES DIPLOMADOS/AS, POR TIPOLOGIA DE CICLOS DE ESTUDOS, CURSO E GÉNERO	95
QUADRO 42: EVENTOS CULTURAIS E AUDIÊNCIAS.....	101
QUADRO 43: EVENTOS CULTURAIS DE OUTRAS UNIDADES.....	102
QUADRO 44: UTILIZADORES/AS DE INFRAESTRUTURAS DE ATIVIDADES CULTURAIS.....	102
QUADRO 45: PARTICIPANTES EM ATIVIDADES DESPORTIVAS	104
QUADRO 46: UTILIZADORES/AS DO ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO	105
QUADRO 47: ADESÕES À REDE ALUMNI UC (VALOR ACUMULADO)	105
QUADRO 48: ESTUDANTES INTERNACIONAIS, POR REGIME DE CANDIDATURA	113
QUADRO 49: POSIÇÃO DA UC NOS PRINCIPAIS RANKINGS UNIVERSITÁRIOS INTERNACIONAIS	126
QUADRO 50: INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	143
QUADRO 51: EXECUÇÃO DA RECEITA, POR ORIGEM DE FUNDOS.....	144
QUADRO 52: EXECUÇÃO DA RECEITA, POR TIPO DE RECEITA.....	144
QUADRO 53: EXECUÇÃO DA DESPESA, POR ORIGEM DE DESPESA	146
QUADRO 54: EXECUÇÃO DA DESPESA, POR TIPO DE DESPESA.....	147
QUADRO 55: EXECUÇÃO E SALDO GLOBAL, POR ORIGEM DE FUNDOS	148
QUADRO 56: INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS	150
QUADRO 57: ESTRUTURA DO ATIVO	151
QUADRO 58: ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO.....	153
QUADRO 59: ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS	155
QUADRO 60: ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS GASTOS.....	158
QUADRO 61: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SINTÉTICA.....	161

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: ASSUNTOS ABORDADOS NAS COMUNICAÇÕES AO PROVEDOR DO ESTUDANTE.....	24
GRÁFICO 2: ESTUDANTES INSCRITOS/AS EM CURSOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	47
GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DO FINANCIAMENTO CONTRATUALIZADO NAS TEMÁTICAS AMBIENTAIS	48
GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BOLSEIROS/AS	53
GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DO FUNDO DE APOIO SOCIAL PROPINAS.....	54
GRÁFICO 6: DISTRIBUIÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS, POR GRUPO DE PESSOAL	66
GRÁFICO 7: ESTRUTURA ETÁRIA DOS/AS TRABALHADORES/AS, POR GRUPO DE PESSOAL E GÉNERO	70
GRÁFICO 8: HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DO PESSOAL DOCENTE E INVESTIGADOR	74
GRÁFICO 9: HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DO CORPO TÉCNICO	74
GRÁFICO 10: EVOLUÇÃO DA CAPTAÇÃO DOS/AS 25% MELHORES CANDIDATOS/AS AO ENSINO SUPERIOR.....	92
GRÁFICO 11: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS E CANDIDATOS/AS COLOCADOS/AS NA 1.ª FASE DO CNA.....	92
GRÁFICO 12: TAXA DE EMPREGABILIDADE DOS/AS DIPLOMADOS/AS NO ANO LETIVO 2017/2018, POR CICLOS DE ESTUDOS.....	96
GRÁFICO 13: DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE VISITANTES AO CIRCUITO TURÍSTICO.....	100
GRÁFICO 14: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA	111
GRÁFICO 15: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES INTERNACIONAIS.....	112
GRÁFICO 16: ESTUDANTES INTERNACIONAIS NO ANO LETIVO 2020/2021, POR CICLOS DE ESTUDOS.....	112
GRÁFICO 17: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES EM PROGRAMAS INTERNACIONAIS DE MOBILIDADE <i>INCOMING</i>	114
GRÁFICO 18: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES EM PROGRAMAS INTERNACIONAIS DE MOBILIDADE <i>OUTGOING</i>	115
GRÁFICO 19: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES EM PROGRAMAS DE MOBILIDADE <i>OUTGOING</i>	115
GRÁFICO 20: VISITANTES REGISTRADOS/AS NO <i>WELCOME CENTRE FOR VISITING RESEARCHERS</i>	116
GRÁFICO 21: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAL TÉCNICO EM PROGRAMAS INTERNACIONAIS DE MOBILIDADE.....	116
GRÁFICO 22: EVOLUÇÃO DA MÉDIA BIENAL DE AAV	139
GRÁFICO 23: RECEITA COBRADA POR ORIGEM DE FUNDOS E TIPOLOGIA.....	146
GRÁFICO 24: DESPESA PAGA, POR TIPO DE DESPESA E ORIGEM DE FUNDOS.....	148
GRÁFICO 25: ESTRUTURA PATRIMONIAL	151
GRÁFICO 26: ESTRUTURA DO ATIVO POR ENTIDADE	153
GRÁFICO 27: ESTRUTURA DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO POR ENTIDADE.....	154
GRÁFICO 28: ESTRUTURA DO PASSIVO POR ENTIDADE	155
GRÁFICO 29: EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS.....	157
GRÁFICO 30: ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS	157
GRÁFICO 31: CONSTITUIÇÃO E ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS POR ENTIDADE.....	157
GRÁFICO 32: EVOLUÇÃO DOS GASTOS.....	159
GRÁFICO 33: ESTRUTURA DOS GASTOS	159
GRÁFICO 34: CONSTITUIÇÃO E ESTRUTURA DOS GASTOS POR ENTIDADE.....	159
GRÁFICO 35: RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, POR ENTIDADE.....	160

ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
 AAC - Associação Académica de Coimbra
 AAV - *Automatic Advertising Value*
 ACIV – Associação para o Desenvolvimento da Engenharia Civil
 ADAI – Associação para o desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial
 ADSE - Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
 APSFL - Associações Privadas Sem Fins Lucrativos
 ASL-UC - Academia Sino-Lusófona
 ATL - Atividades de Tempos Livres
 Biocant - Associação de Transferência de Tecnologia
 CEDOUA - Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente
 CES - Centro de Estudos Sociais
 CGA - Caixa Geral de Aposentações
 CHUC - Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra
 CMC - Câmara Municipal de Coimbra
 CNA - Concurso Nacional de Acesso
 CNC - Centro de Neurociências e Biologia Celular
 COVID-19 - *Coronavirus Disease 2019*
 CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa
 D - Doutoramento
 DL - Decreto-Lei
 DOI - *Digital Object Identifier*
 EC2U - *European Campus of City-Universities*
 EEI - Estatuto do Estudante Internacional
 EfS - *UC Energy for Sustainability – Universidade de Coimbra*
 ETI - Equivalente a Tempo Inteiro
 Exploratório - Associação Exploratório Infante D. Henrique
 F - Feminino
 FAS - Fundo de Apoio Social
 FCDEFUC - Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra
 FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia
 FCTUC - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
 FEUC - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
 FFUC - Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra
 FLUC - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
 FMUC - Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
 FPCEUC - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
 GPUC - Grupo Público Universidade de Coimbra
 IATV - Instituto do Ambiente, Tecnologia e Vida
 I&D - Investigação e Desenvolvimento
 I&DT - Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
 ICNAS - Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde
 ICNAS-P - ICNAS Produção Unipessoal, Lda.
 IES - Instituição(ões) de ensino superior
 III - Instituto de Investigação Interdisciplinar
 INESC Coimbra - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra
 IPN - Instituto Pedro Nunes
 IPN-I - Associação para o Desenvolvimento de Atividades de Incubação de Ideias e Empresas

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
Itecons - Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade
IVA – Imposto sobre o valor acrescentado
L - Licenciatura
LACUC - Laboratório de Análises Clínicas da Universidade de Coimbra
M - Masculino
ME - Mestrado
MI - Mestrado Integrado
N.º - Número
NCP - Normas de Contabilidade Pública
NEE - Necessidades Educativas Especiais
OCNCG - Outros cursos não conferentes de grau
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE - Orçamento do Estado
ORCID - *Open Researcher and Contributor ID*
PAAR-UC - Programa de Apoio ao Alto Rendimento da Universidade de Coimbra
PASEP - Programa de Apoio Social a Estudantes através de Atividades de Tempo Parcial
PE.UC - Plano Estratégico da Universidade de Coimbra
PET - Tomografia por Emissão de Positrões
PG/E - Pós-graduação/Especialização
PIED.UC – Plano para a Igualdade, Equidade e Diversidade da Universidade de Coimbra
PPRCIC.UC - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas da Universidade de Coimbra
PRR - Plano de Recuperação e Resiliência
RCS - Rede Campus Sustentável
SASUC - Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra
SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta
SG.UC - Sistema de Gestão da Universidade de Coimbra
SIGQ.UC - Sistema Interno de Garantia de Qualidade da Universidade de Coimbra
SNC - Sistema de Normalização Contabilística
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SNC-ESNL - Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo
TAGV - Teatro Académico de Gil Vicente
THE - *Times Higher Education*
TSU - Taxa Social Única
UE - União Europeia
UECAF - Unidade de Extensão Cultural e de Apoio à Formação
UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
UC - Universidade de Coimbra
UCI - Unidades curriculares isoladas
UC Next - UC NEXT, Unipessoal, Lda.
UC Tecnimed - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Internacionalização
WoS - *Web of Science*

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão e Contas Consolidado dá a conhecer e relata as principais atividades desenvolvidas pelo Grupo Público Universidade de Coimbra em 2021, bem como a forma como os recursos disponíveis foram aplicados, em alinhamento com o Plano Estratégico 2019-2023.

O perímetro de consolidação do Grupo manteve-se inalterado face ao ano anterior, sendo composto por 17 entidades autónomas. A sua integração no presente relatório não substitui, naturalmente, os relatórios individuais das entidades, devendo a sua leitura ser completada com a consulta dos mesmos, para a obtenção de informações detalhadas sobre a atividade desenvolvida por cada uma ou sobre as suas contas individuais.

2021, ano em que se esperava ser ultrapassada a crise pandémica, acabou por seguir, de muito perto, o mesmo rumo de 2020. Os últimos dois anos têm sido desafiantes, com a pandemia mundial COVID-19 a constituir o maior desafio que enfrentámos desde a Segunda Guerra Mundial e a influenciar diretamente a atividade da UC. Manteve-se a adoção de medidas que constam de um Plano de Prevenção e Protocolo de Atuação exigente, responsável e rigoroso, que permitiu encarar a situação com serenidade, segurança e confiança.

A UC envidou todos os esforços para garantir uma transição suave para modelos digitais: a nova realidade, marcada por longos períodos de confinamento e distanciamento social, obrigou à adoção massiva do teletrabalho e, posteriormente, de um regime misto, com trabalho presencial em escalas rotativas.; o pessoal docente e os/as estudantes adaptaram-se ao ensino remoto, não obstante a natural existência de constrangimentos ao pleno desenvolvimento das atividades letivas; e os/as investigadores/as reinventaram novas formas de trabalho.

Neste contexto, o bem-estar das pessoas foi sempre uma prioridade. Mantiveram-se em funcionamento os múltiplos programas de vida segura e saudável, como o UC+Ativa e o UC+Ativa em Casa, adaptados à realidade pandémica durante o período de confinamento, e, na impossibilidade de realizar uma nova edição do *Upgrade UC Team*, foram desenvolvidas alternativas, mais uma vez adaptadas à realidade vivida. Destaca-se o evento formativo *Wellbeing@UC*, com a temática do futuro do trabalho: saúde mental e bem-estar psicológico, facultando aos/às trabalhadores/as a possibilidade de assistir a painéis informativos e formativos acerca da temática, com o propósito de criar uma consciencialização comum acerca da importância de cuidar e promover a saúde psicológica.

É impossível não referir, nestes destaques introdutórios, a concretização de uma realidade há muito ambicionada pelos/as trabalhadores/as da Universidade de Coimbra: em 2021 foram publicados os estatutos e realizaram-se as eleições para a primeira Comissão de Trabalhadores da Universidade de Coimbra, importante para fortalecer e coadjuvar a UC no cumprimento das suas missões e fundamental para valorizar as Pessoas, contribuindo para as colocar no centro da atuação.

O apoio social a quem dele mais necessitava nunca foi esquecido, em particular pelos SASUC: a pronta resposta aos desafios criados perante a evolução da epidemia demonstrou a flexibilidade e a capacidade da estrutura de se adaptar a contextos adversos, nunca descurando a promoção da ação social.

Neste âmbito, é de realçar a aquisição do edifício onde funciona a Creche dos SASUC, garantindo desta forma a continuidade de um serviço pioneiro entre as IES em Portugal e diferenciador entre as suas congéneres. Esta compra estratégica comprova a aposta na continuidade da manutenção das condições e da qualidade do serviço prestado nesta unidade dos Serviços de Apoio à Infância.

A pandemia COVID-19 é já reconhecidamente um indicador de desigualdades de desenvolvimento humano e trouxe fortes retrocessos no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, pelo que as preocupações de sustentabilidade e de responsabilidade social estão ainda mais presentes em todas as áreas de atuação da UC.

Esta aposta reforçou-se, com a criação do Gabinete para o Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Coimbra, centralizando algumas competências nestes domínios e operacionalizando a aposta da UC numa comunidade académica focada num futuro sustentável e inclusivo, e do Observatório para o Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Coimbra, com a missão de refletir sobre matérias relacionadas com o desenvolvimento sustentável, apoiando a Equipa Reitoral na adoção de estratégias de gestão sustentável das suas atividades e recursos e de responsabilidade social na sua atuação.

Os resultados alcançados na segunda participação no *Times Higher Education Impact Rankings* colocam a UC como a instituição de ensino superior mais sustentável em Portugal e a 21.^a do mundo. A UC foi ainda considerada a melhor instituição de ensino superior nacional no cumprimento do ODS 2 – Erradicar a fome, sendo também a única

universidade portuguesa com presença no top 20 mundial no mesmo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, ocupando um honroso 3.º lugar.

A comunidade estudantil viu também melhoradas as condições de acolhimento e atendimento, com a inauguração do *Student Hub*, pensado com o objetivo de promover a interação de vários serviços, permitindo que um único espaço dê resposta às mais variadas dúvidas da comunidade, recriando o conceito de “loja do cidadão”. Um espaço inovador de acolhimento, acompanhamento e aconselhamento de estudantes, que agrega serviços administrativos e projetos de inovação social, voluntariado e experiências com o mercado de trabalho, pretendendo ser uma incubadora de talentos estudantis.

Apesar dos efeitos provocados pela pandemia, a atividade de investigação e de produção científica mostrou-se intensa, quer na UC, quer nas restantes entidades do Grupo. Apenas a título de exemplo, o *European Research Council (ERC)* aprovou em 2021, o projeto “*ECO: Animals and Plants in Cultural Productions about the Amazon River Basin*” com um montante de quase 2M€.

É também importante destacar o facto extraordinário da Feedzai, empresa nascida na IPN-Incubadora e que mantém a sua sede na aceleradora, ter alcançado o estatuto de empresa “Unicórnio”, clube restrito de *startups* que alcançaram uma valorização superior a mil milhões de dólares, ao captar uma nova ronda de investimento de 200 milhões de dólares, fechada em março.

É neste contexto que é incorporada a informação e as demonstrações que retratam a atividade económica e financeira do GPUC em 2021, visando, para além de dar a conhecer o desempenho da Universidade neste domínio, cumprir as disposições legais relativas à prestação anual de contas.

Mantém-se a solidez financeira do Grupo, com uma estrutura de custos e proveitos equilibrada, gerando um resultado líquido do exercício de 10,91M€, superior ao registado no ano anterior, dado o acréscimo de rendimentos operacionais ter sido superior ao aumento verificado nos gastos.

Uma referência especial para o processo de integração do CNC na UC, aprovado em assembleia geral daquela associação em junho de 2021. Com esta integração, reforçar-se-á a estabilidade financeira do Grupo UC, estando em curso a transferência de projetos, o que permitirá sinergias e ganhos de escala, quer ao nível das equipas de investigação, quer no apoio administrativo e operacional à atividade desta unidade.

Garantidas as condições de segurança num cenário “pós-COVID-19”, é altura de olhar em frente e projetar a construção de uma nova universidade portuguesa. A vida universitária não mais voltará a ser o que era, mesmo após o controlo do vírus. É também nestas alturas que a inovação acelera e as reformas das instituições acontecem, reforçando a confiança nelas e nas Pessoas que as compõem – e que são o seu recurso mais valioso. Mais do que nunca precisamos de reforçar a nossa atitude coletiva sob o lema *Citius, Altius, Fortius*.

Esperamos não repetir uma cerimónia solene do Dia da Universidade como a de 2021, sem festejos, com a Sala Grande dos Atos desprovida de assistência, com o Reitor a discursar para os cadeirais vazios e para uma câmara, tendo a comunidade académica sido convidada a juntar-se ao evento em formato *online*.

A UC, ao longo dos seus 732 anos, cruzou-se com pandemias, guerras e regimes políticos adversos à produção e disseminação do conhecimento. A tudo isso resistiu. Resistir ou resistir foram e serão sempre as nossas duas opções nos momentos mais difíceis. Por isso nos orgulhamos do passado, inspirando-nos nele para cuidar do presente e projetar o futuro.

O Futuro (do mundo e) da UC está nas nossas mãos!

27 324 estudantes inscritos/as	57% estudantes mulheres	4 317 estudantes diplomados/as
3 975 estudantes de nacionalidade estrangeira	955 estudantes estatuto de estudante internacional	794 estudantes em mobilidade <i>incoming</i>
128 estudantes estatuto estudante atleta	225 ciclos de estudos	97% taxa de ocupação de vagas CNA 2021
4 086 trabalhadores/as	5 áreas estratégicas	324 patentes ativas acumuladas

4 711 bolsas de estudo	1 352 estudantes em residências	139 estudantes com apoio especializado NEE
305 estudantes com apoio FAS	320 185 refeições servidas	3.º <i>THE Impact Rankings</i> [ODS 2]
25 áreas no <i>QS by Subject</i>	2 136 painéis solares fotovoltaicos	4,4% produção própria de energia renovável
10,91M€ resultado líquido do exercício	62,1% autonomia financeira	1,33 liquidez geral

/ a
Universidade
de Coimbra



1

I.1 MISSÃO E VALORES

“A Universidade de Coimbra é uma instituição de criação, análise crítica, transmissão e difusão de cultura, de ciência e de tecnologia que, através da investigação, do ensino e da prestação de serviços à comunidade, contribui para o desenvolvimento económico e social, para a defesa do ambiente, para a promoção da justiça social e da cidadania esclarecida e responsável e para a consolidação da soberania assente no conhecimento”.

(Estatutos da Universidade de Coimbra, art.º 2.º)

Fundada em 1290, a Universidade de Coimbra é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, patrimonial, administrativa, financeira e disciplinar (artigo 3.º dos Estatutos, homologados pelo Despacho Normativo n.º 43/2008, de 1 de setembro).

A difusão e transferência do conhecimento nos mais diversos domínios, em interligação com a sociedade, a nível nacional e a nível internacional – e com particular destaque no espaço europeu de ensino superior e no espaço da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa –, constituem em si o cumprimento da missão da UC, prosseguindo os seguintes fins:

- a) A formação humanística, filosófica, científica, cultural, tecnológica, artística e cívica;*
- b) A promoção e valorização da língua e da cultura portuguesas;*
- c) A realização de investigação fundamental e aplicada e do ensino dela decorrente;*
- d) A contribuição para a concretização de uma política de desenvolvimento económico e social sustentável, assente na difusão do conhecimento e da cultura e na prática de atividades de extensão universitária, nomeadamente a prestação de serviços especializados à comunidade, em benefício da cidade, da região e do país;*
- e) O intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras;*
- f) A resposta adequada à necessidade de aprendizagem ao longo da vida;*
- g) A preservação, afirmação e valorização do seu património científico, cultural, artístico, arquitetónico, natural e ambiental;*
- h) A contribuição, no seu âmbito de atividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial relevo para os países de expressão oficial portuguesa e os países europeus, no quadro dos valores democráticos e da defesa da paz”.*

(Estatutos da Universidade de Coimbra, art.º 5.º)

Na Universidade de Coimbra, depositária de um legado histórico multissecular e matriz cultural do espaço da lusofonia, os valores da tradição, da contemporaneidade e da inovação conjugam-se de forma única com a abertura ao mundo, a cooperação entre os povos e a interação de culturas, no respeito pelos valores da independência, da tolerância e do diálogo.

A Universidade valoriza o trabalho dos/as seus/uas professores/as, investigadores/as, estudantes e pessoal técnico, empenhando-se em oferecer a todos/as um ambiente que combine o rigor intelectual e a ética universitária com a liberdade de opinião, o espírito de tolerância e de humildade científica, o estímulo à criatividade e à inovação, bem como o reconhecimento e a promoção do mérito a todos os níveis.

Para além dos valores explicitamente definidos estatutariamente, a UC posiciona-se como instituição socialmente responsável, reforçando na sua matriz identitária os princípios conducentes a uma sociedade civilizacionalmente avançada, devendo pautar-se, sempre, pela excelência em todos os seus domínios de atuação.

A UC afirma-se também como uma instituição inclusiva, que valoriza a diversidade. Através das suas políticas e práticas, cabe à Universidade promover e garantir a igualdade e combater a discriminação, nomeadamente no que diz respeito à identidade e expressão de género, orientação sexual, idade, deficiência, origem racial e étnica, nacionalidade, religião ou crença. A UC empenha-se em garantir um ambiente inclusivo, estimulante e solidário, que respeita os direitos e a dignidade dos membros da comunidade.

I.2 PLANO ESTRATÉGICO 2019-2023

O O processo de planeamento estratégico 2019-2023, imprescindível para a Universidade de Coimbra, visou assegurar uma abordagem sistemática e estruturada, multidisciplinar e intersetorial, transversal aos desafios do presente e do futuro. Com o Plano Estratégico 2019-2023, a UC pretende ser uma Universidade cada vez mais capacitada para construir o futuro, dando corpo à sua visão e aos seus objetivos, de forma sustentável e socialmente responsável.

O Plano Estratégico da Universidade de Coimbra para 2019-2023, aprovado, na generalidade, na reunião extraordinária do Conselho Geral realizada a 16 de dezembro de 2019, consagra como visão para este quadriénio:

ser internacionalmente reconhecida como uma universidade de investigação, em que a produção de conhecimento de elevada qualidade influencie o processo educativo e aumente a partilha de conhecimento com a sociedade, dando resposta aos problemas que são de todos/as e de cada um/a e contribuindo sem reservas para o desenvolvimento sustentável.

O quadro de referência estratégica para o quadriénio 2019-2023 centra-se nos pilares de missão Investigação & Inovação, Ensino e Desafios Societais, numa clara correspondência com o preconizado nos Estatutos – formação de nível superior, produção de conhecimento e transmissão e difusão desse conhecimento para a sociedade, respetivamente. Estes três pilares assumem assim um papel nuclear, constituindo, no seu conjunto, a força motriz da Universidade de Coimbra.

Para se alcançar a visão definida, a abordagem estratégica passou por considerar um modelo dinâmico dos três pilares nucleares de missão, em detrimento do tradicional modelo estático, com três colunas paralelas. E, não só com base na visão definida, mas também assumindo a sua missão, o foco está na Investigação & Inovação – no topo do conjunto dos três pilares –, e é estratégico para que a Universidade assuma um papel absolutamente decisivo enquanto agente dinamizador da sociedade, transformando a vida das pessoas e impulsionando as restantes áreas de atuação.

Neste modelo dinâmico, há igualmente um equilíbrio entre os pilares nucleares: ao fazer movimentar a Investigação & Inovação, os outros dois pilares nucleares – Ensino e Desafios Societais – movimentar-se-ão no mesmo sentido e à mesma velocidade. Da mesma forma, qualquer desenvolvimento no pilar Ensino ou no pilar Desafios Societais fará avançar os outros dois pilares.

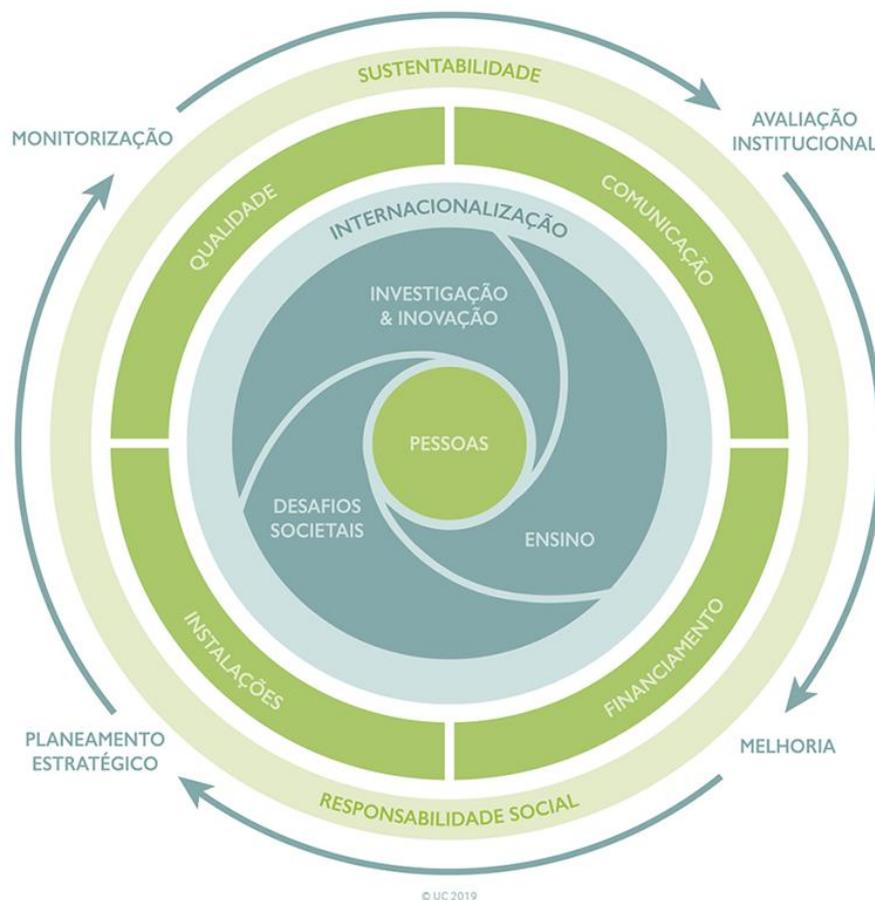
Adicionalmente, a ambição de ser uma universidade de investigação contribuirá também para o reforço de uma Universidade de Coimbra global, pelo que a internacionalização se assume igualmente como prioridade. Com o objetivo de projetar a UC para um maior reconhecimento global, a Internacionalização constitui também um pilar de missão, que, ainda que não assuma um caráter nuclear *per se*, enquadra e contribui para os restantes pilares, estando transversalmente presente em todo o funcionamento da Universidade.

Identificados os pilares de missão, é necessário definir os recursos operacionais que devem estar à inteira disposição da Universidade para concretizar a estratégia definida – os eixos de missão.

Por mais bem definida que seja, uma estratégia estará sempre condenada ao fracasso se a sua operacionalização não for devidamente implementada e, por melhor que seja concebida, essa mesma estratégia só terá sucesso se for implementada com as pessoas e para as pessoas. As pessoas são assim o ativo mais importante de uma organização e a componente mais importante da estratégia adotada, pelo que serão elas a assumir um lugar destacado no modelo que se pretende implementar, servindo de eixo central ao movimento dos pilares de missão e, conseqüentemente, ao funcionamento da Universidade.

Os restantes eixos de missão – Qualidade, Instalações, Financiamento e Comunicação – completam o quadro de referência, no suporte à formulação estratégica.

Figura 1: Quadro de referência estratégica 2019-2023



O referencial estratégico para 2019-2023 apresenta, assim, quatro pilares de missão que se relacionam diretamente com os fins da Universidade de Coimbra e cinco eixos de missão que se traduzem nos meios necessários para atingir esses fins. Complementarmente, a afirmação da UC em patamares de excelência pressupõe a adoção de uma perspetiva de gestão sustentável das suas atividades e recursos e de responsabilidade social na sua atuação.

A Sustentabilidade e a Responsabilidade Social representam assim atitudes, comportamentos e ações que enquadram toda a atividade da UC, sendo transversais e sempre presentes em todas as suas áreas de atuação.

No entanto, há duas dimensões que, embora estando integradas neste conceito, se destacam pela sua relevância e pela sua emergência no contexto atual: o Ambiente e Ação Climática e a Cidadania, Igualdade e Inclusão.

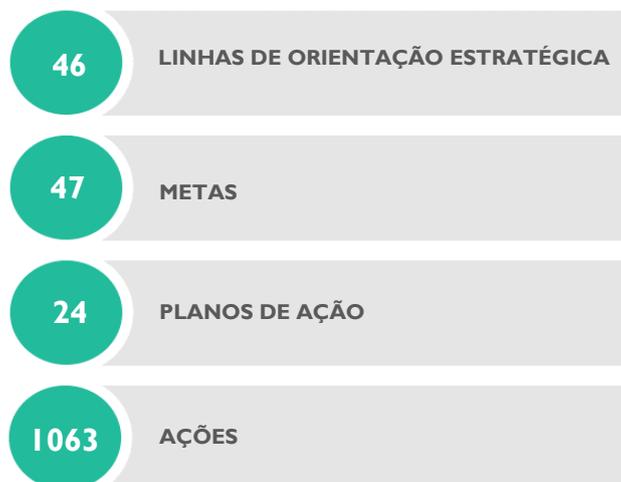
Não constituindo *per se* pilares nem eixos de missão da UC, nem integrando diretamente nenhum deles, têm um lugar de destaque na esfera circundante do quadro de referência estratégica.

Por fim, o ciclo de planeamento, acompanhamento, avaliação permanente da estratégia e retroação fecha o quadro de referência, estando presente em todos os pilares, eixos e áreas e assegurando o respeito pelos princípios de garantia da qualidade e de melhoria, com vista à excelência em toda a atuação da UC. É neste âmbito que se inclui o acompanhamento permanente que a Universidade de Coimbra tem de fazer às forças de mudança, às tendências e às incertezas do contexto global em que se insere e com que interage permanentemente; só assim poderá avaliar, a cada momento, o potencial e os riscos que a rodeiam, e que influenciam e determinam as suas decisões estratégicas.

O elenco de indicadores de desempenho e de apoio à decisão que são acompanhados e monitorizados completam a formulação estratégica.

No terceiro ano de monitorização do PE.UC foram revistas algumas ações, de acordo com o pressuposto de que os planos são suficientemente dinâmicos e flexíveis para que se possam adequar às permanentes mudanças de contexto, tendo o número total de ações reduzido de 1068 para 1063.

Figura 2: Plano Estratégico UC 2019-2023 em números



I.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da UC abrange 10 unidades orgânicas de ensino e investigação (Faculdade de Letras, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Economia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Instituto de Investigação Interdisciplinar e Colégio das Artes), uma unidade orgânica de investigação (Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde) e nove unidades de extensão cultural e de apoio à formação (Biblioteca Geral, Arquivo, Imprensa, Museu da Ciência, Centro de Documentação 25 de Abril, Teatro Académico de Gil Vicente, Estádio Universitário, Biblioteca das Ciências da Saúde e Jardim Botânico). O Tribunal Universitário Judicial Europeu, embora mencionado nos estatutos, está sem atividade.

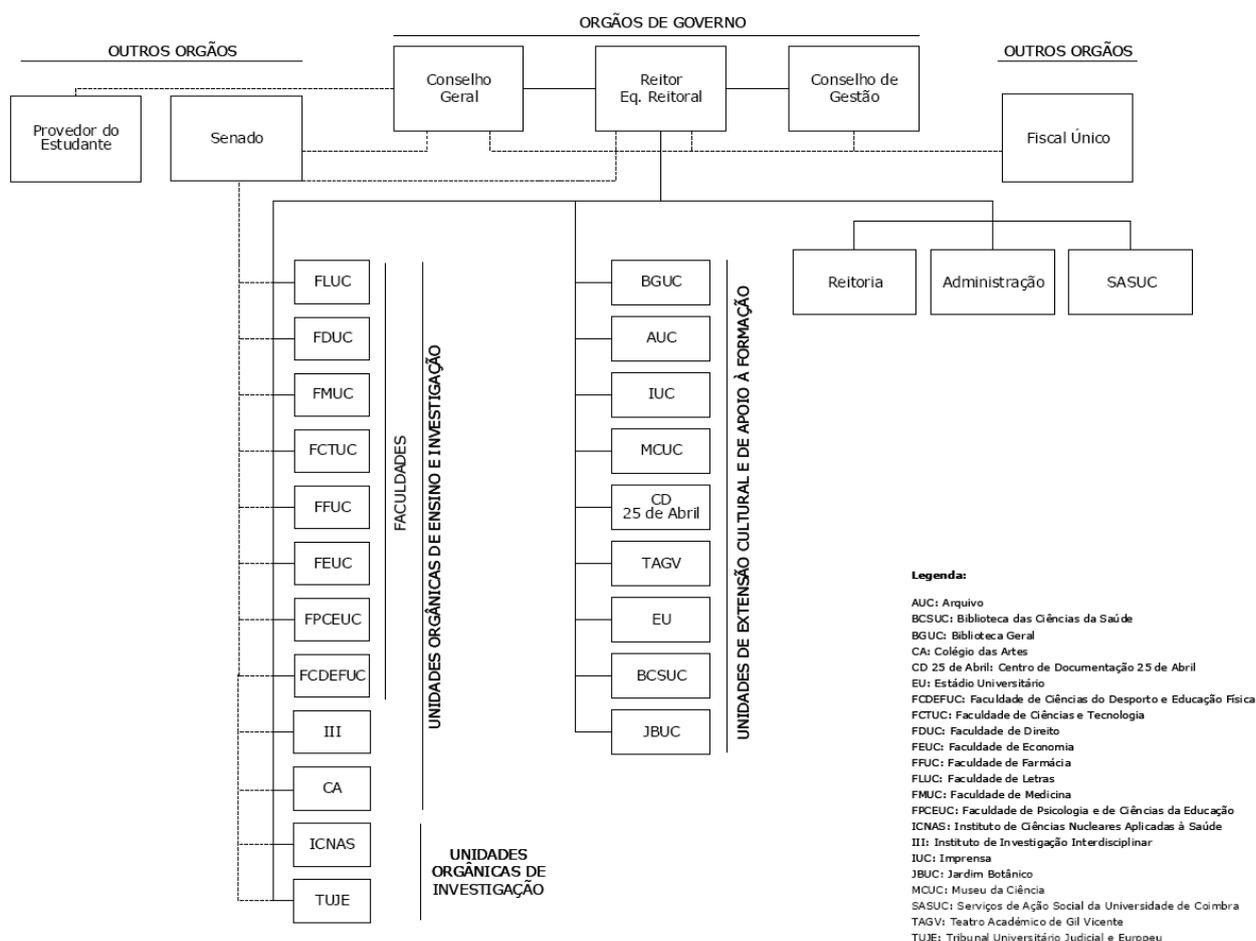
Destaca-se ainda o Serviço Integrado de Bibliotecas, que tem como missão principal a gestão de tarefas comuns a todas as bibliotecas da UC.

A Administração é o serviço de apoio central à governação da UC, sendo constituído por um Centro de Serviços Comuns e um Centro de Serviços Especializados. Os Serviços de Ação Social constituem também um serviço de apoio à governação, mas com atuação na esfera do apoio aos/as estudantes e da ação social universitária e gozando de autonomia administrativa e financeira (com Relatório de Gestão e Contas autónomo).

O Conselho Geral, o Reitor e o Conselho de Gestão constituem os órgãos de governo da UC. Os serviços de apoio direto aos órgãos de governo dependem do Reitor, coexistindo com estruturas de carácter temporário, para acorrer a necessidades não permanentes – observatórios ou projetos especiais.

O Senado, órgão de natureza consultiva, e o Provedor do Estudante, com funções de defesa e promoção dos direitos dos/as estudantes, integram também a estrutura organizativa da UC.

Figura 3: Organograma da Universidade de Coimbra



Há ainda que realçar a existência de mais de trinta centros e unidades de investigação e desenvolvimento integradas na Universidade, a que acresce um conjunto de outras estruturas autónomas na área do ensino, da investigação e da ligação à comunidade que integram o perímetro de consolidação (consideradas em sede de Relatório de Gestão e Contas Consolidado).

O carácter multifacetado da Universidade de Coimbra reflete-se assim numa estrutura de grandes dimensões, servindo propósitos muito abrangentes e que transcendem largamente as suas missões centrais, com unidades e serviços fisicamente distribuídos pela cidade e que se estendem, inclusivamente, para fora de Coimbra.

Mas a dimensão da UC não se esgota na sua estrutura organizacional ou na sua implantação física, indo muito além, se tivermos desde logo em consideração as estruturas que se encontram intrinsecamente a ela ligadas, como é o caso da Associação Académica de Coimbra – elemento integrante da identidade da UC, estatutariamente consagrado.

Também os/as antigos/as estudantes constituem um suporte fundamental na afirmação da Universidade, no presente e no futuro e na sua ligação à sociedade, assumindo a Rede Alumni UC um papel essencial no reforço dos laços entre os/as antigos/as estudantes e a Universidade.

A Universidade de Coimbra participa ainda em centenas de organismos, públicos e privados, com intervenção em todos os seus domínios de atuação.

Em 2021, o perímetro de consolidação do Grupo Público Universidade de Coimbra manteve-se estável face ao ano anterior, abrangendo 15 entidades para além da UC e dos SASUC e apresentando assim a seguinte composição a 31 de dezembro:

Universidade de Coimbra • Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra • ICNAS-Produção Unipessoal, Lda • UC NEXT Unipessoal, Lda. • Associação Exploratório Infante D. Henrique • Centro de Estudos Sociais • Centro de Neurociências e Biologia Celular • IPN - Associação para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia • Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial • IPN - Incubadora • Associação para o Desenvolvimento da Engenharia Civil • Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente • Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra • Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção • Associação UC Tecnimed - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Internacionalização • Ser-Q - Centro de Inovação e Competências da Floresta • IATV - Instituto do Ambiente, Tecnologia e Vida.

Não integram o processo de consolidação cerca de 60 entidades, essencialmente associações privadas sem fins lucrativos em que a UC participa com vista à prossecução dos seus objetivos, mas que não reúnem as condições para integrar o perímetro de consolidação (designadamente por serem entidades nas quais não existe participação financeira nem condição de poder) ou que, reunindo as condições para integrar o perímetro, são entidades não materialmente relevantes ou entidades que, contabilisticamente, se encontram refletidas nas contas da UC como investimento financeiro.

Também os/as antigos/as estudantes constituem um suporte fundamental na afirmação da Universidade, no presente e no futuro e na sua ligação à sociedade, assumindo a Rede Alumni UC um papel essencial no reforço dos laços entre os/as antigos/as estudantes e a Universidade.

I.4. ÓRGÃOS DE GOVERNO E DE GESTÃO

O governo da Universidade de Coimbra é exercido pelo Conselho Geral, pela Equipa Reitoral e pelo Conselho de Gestão, de acordo com os Estatutos da Universidade de Coimbra. O Senado é um órgão de natureza consultiva e o Provedor do Estudante assume funções na defesa e promoção dos direitos dos/as estudantes.

As unidades orgânicas dispõem dos seus órgãos de governo e de direção, cabendo a gestão corrente da Administração e dos Serviços de Ação Social aos respetivos administradores.

a) Conselho Geral

Na sequência do ato eleitoral para o Conselho Geral ocorrido em dezembro de 2020, realizaram-se em janeiro as reuniões dos membros eleitos para efeitos da cooptação das personalidades externas deste órgão. Em fevereiro, tomaram posse nove das dez personalidades externas cooptadas – Alcino José Rito Lavrador, Gabriela Figueiredo Dias (eleita Presidente do Conselho Geral na mesma reunião), Irene Maria Quintanilha Coelho da Fonseca, Joaquim Manuel Mota Menezes, José Alberto Órfão de Matos Correia e Vale, Maria Antónia de Castro Athayde Amaral, Nuno Moita da Costa, Pedro Paulino de Jesus Couceiro e Rui Santos Ivo –, tendo Anabela Mota Ribeiro tomado posse em junho, imediatamente após a sua cooptação.

O Conselho Geral, à data de 31 de dezembro de 2021, era constituído por 35 membros – 18 representantes dos/as professores/as e investigadores/as, cinco representantes dos/as estudantes, dois representantes dos/as trabalhadores/as não docentes e não investigadores/as e dez personalidades de reconhecido mérito externas à Universidade de Coimbra -, dos quais 21 do sexo masculino, correspondente a 60%, e os restantes do sexo feminino.

Das competências deste órgão destacam-se a eleição do Reitor, a apreciação dos atos do Reitor e do Conselho de Gestão, a proposta das iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da Universidade e a aprovação das alterações dos Estatutos, ouvido o Senado.

Compete ao Conselho Geral, sob proposta do Reitor, aprovar os planos estratégicos de médio prazo e o plano de ação para o quadriénio do mandato do Reitor; aprovar as linhas gerais de orientação da Universidade nas diversas áreas; aprovar o plano e o relatório anual de atividades, a proposta de orçamento e as contas anuais consolidadas, acompanhadas do parecer do fiscal único, bem como fixar as propinas a pagar pelos/as estudantes relativamente aos cursos conferentes de grau. O Conselho Geral pronuncia-se, ainda, sobre outros assuntos que o Reitor submeta à sua apreciação.

Durante o ano de 2021, realizaram-se quatro reuniões plenárias ordinárias e uma extraordinária, tendo sido emitidas 31 deliberações. As cinco Comissões Permanentes do Conselho Geral realizaram, no total, 31 reuniões e mantiveram o Plenário informado sobre o desenvolvimento da respetiva atuação. Realizaram-se ainda outras reuniões, como as de membros externos e as de membros eleitos (Conselho Geral Truncado, para efeitos de cooptação das personalidades externas).

Destaca-se ainda a realização de dois eventos, o colóquio “Sustentabilidade e Património: os desafios do Turismo” e o evento “Inovação@UC”.

Quadro I: Reuniões do Conselho Geral

Plenário/Comissões	N.º
Comissão de Gestão e Governação	4
Comissão de Ensino, Investigação e Desenvolvimento	11
Comissão de Inovação, Serviço e Relação com a Comunidade	7
Comissão de Cultura, Património, Cidadania e Desporto	6
Comissão de Estratégia e Internacionalização	3
Conselho Geral Truncado	2
Eventos	2
Membros Externos	3
Plenário	5
Total	43

Dos assuntos analisados e das deliberações tomadas em plenário, para além da tomada de posse de membros cooptados e da eleição da Presidente, bem como das matérias relacionadas com a nova composição do órgão (como a constituição, composição, coordenação e organização das Comissões Permanentes), destacam-se:

- acompanhamento da monitorização do Plano Estratégico e dos Planos de Ação da UC 2019-2023;
- aprovação do Relatório de Gestão e Contas Consolidado relativo a 2020;
- aprovação da proposta de Orçamento para 2022 da UC e dos SASUC;
- aprovação de propinas anuais para cursos de 2.º e 3.º ciclos;
- aprovação do Relatório de Atividades do Provedor do Estudante relativo a 2020;
- apresentação da Semana Cultural e da atuação programática da UC na área da cultura;
- aprovação da proposta da revisão extraordinária dos Estatutos - adequação ao Decreto-lei 27/2021, de 16 de abril (Suplementos Remuneratórios aos/às Diretores/as das Unidades de Investigação e UECAF);
- aprovação da proposta de aquisição do imóvel referente à Creche dos SASUC;
- discussão do tema estratégico “Crescimento sustentável e Competitividade da Universidade de Coimbra”;
- apresentação do Relatório de Sustentabilidade 2020.

b) Reitor

O Reitor é o órgão superior de governo e de representação externa da Universidade. Entre as competências do Reitor estão, para além da elaboração e apresentação ao Conselho Geral das propostas referidas anteriormente, tomar as medidas necessárias à garantia da qualidade do ensino, da investigação, do desenvolvimento e da inovação, superintender na gestão dos assuntos académicos e pedagógicos e dos recursos humanos, bem como na gestão administrativa e financeira da Universidade e dos SASUC, entre outras.

Quadro 2: Membros da equipa reitoral

Reitor	Amílcar Celta Falcão Ramos Ferreira
Vice-Reitores/as	Luís Alberto Proença Simões da Silva Luís José Proença de Figueiredo Neves Delfim Ferreira Leão Cláudia Margarida Gonçalves Cavadas Alfredo Manuel Pereira Geraldés Dias Cristina Maria Pinto Albuquerque António José Barata Figueiredo João Nuno Cruz Matos Calvão da Silva
Pró-Reitor/a	José Pedro Henriques Figueiredo Patrícia Carla Gama Pinto Pereira da Silva Vasconcelos Correia

c) Conselho de Gestão

O Conselho de Gestão tem a responsabilidade de conduzir a gestão administrativa, patrimonial, financeira e dos recursos humanos da Universidade, assim como de fixar taxas e emolumentos. Nos termos dos Estatutos, este órgão pode ainda delegar nos órgãos próprios das unidades orgânicas e nos dirigentes dos serviços as competências consideradas necessárias a uma gestão descentralizada e eficiente.

É constituído pelo Reitor, que preside, por um/a Vice-Reitor/a por ele designado e pelo Administrador da Universidade. O Reitor pode ainda designar até mais dois elementos, podendo ser convocados para participar nas reuniões do Conselho de Gestão, sem direito de voto, os Diretores das Faculdades e de outras unidades orgânicas, os responsáveis pelos serviços da Universidade e representantes dos/as estudantes e do pessoal não docente e não investigador. Durante o ano de 2021, este órgão foi composto pelos membros elencados no quadro seguinte.

Quadro 3: Membros do Conselho de Gestão

Reitor	Amílcar Celta Falcão Ramos Ferreira
Vice-Reitor	Luís Alberto Proença Simões da Silva
Administrador	Luís José Proença de Figueiredo Neves
Vogais	Maria Matilde Costa Lavouras Francisco Fernando Licínio Lopes Martins

O Conselho de Gestão realizou 11 reuniões no ano de 2021, procedendo, entre outros assuntos, à análise dos relatórios mensais financeiros e de acompanhamento da execução orçamental; à apreciação da Lei de Orçamento do Estado 2021; à autorização de emissão dos Relatórios de Gestão e Contas Individual e Consolidado; à análise periódica da evolução de recursos humanos; ao acompanhamento e controlo da massa salarial; à verificação do processo do Cumprimento do Regime de Dedicção Exclusiva de Docentes e Investigadores/as; à apreciação da política de formação profissional na UC: Balanço da Formação de 2019-2020 e Propostas de Melhoria para 2021-2022; à alteração da tabela de taxas e emolumentos; à fixação de preços do LACUC; à aprovação de tabelas de preços de atividades para o público no âmbito das atividades do turismo e de artigos vendidos nas Lojas UC; à aprovação dos termos e condições específicos da utilização da área reservada aos/às clientes profissionais na Plataforma UCTour; à aprovação de assuntos relativos a propinas, nomeadamente regularização de dívidas de propinas e desobrigação do seu pagamento; à análise da Lei 35/2021, de 8 de junho, que aprovou medidas de apoio aos/às estudantes do ensino superior público; à validação das regras de pagamento das mobilidades no projeto Erasmus EC2U; à autorização de abate e doação de bens, nomeadamente a favor do Herbário Nacional de S. Tomé; à cedência de terrenos e bens aos SASUC; à aprovação da minuta de cedência do Campo de Santa Cruz à Associação Académica de Coimbra; à aprovação de isenção e de redução de rendas dos contratos de concessão de exploração de espaços; à análise das despesas de Projetos e Unidades de I&D.

O Conselho de Gestão dos SASUC – com competências para conduzir a gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos desta unidade – assume uma composição específica, sendo constituído pelo Reitor, pelo Vice-Reitor com o pelouro, António José Barata Figueiredo, e pelo Administrador dos SASUC, Nuno Miguel Bernardo Alexandre Correia (composição à data de 31 de dezembro). Em 2021, realizou 6 reuniões ao longo do ano. Destacam-se, de entre os assuntos tratados, a aprovação do Relatório de Gestão e Contas dos SASUC; a aprovação da doação de géneros alimentares a diversas entidades; a aprovação da tabela de preços das residências universitárias para o ano letivo de 2021/2022 e a aprovação da reversão, para a UC, da cedência dos imóveis "cantina dos grelhados" e "serviços médicos", por falta de utilização operacional pelos SASUC.

No entanto, realça-se que a responsabilidade pela preparação dos documentos consolidados do GPUC cabe exclusivamente ao Conselho de Gestão da Universidade de Coimbra.

d) Senado

O Senado é um órgão de natureza consultiva que coadjuva o Reitor na gestão da Universidade, em especial no que se refere à coordenação das atividades de investigação científica, de oferta educativa, de desenvolvimento e inovação, à gestão da qualidade, à mobilidade de docentes e estudantes no seio da Universidade, às relações internacionais e à gestão dos recursos financeiros e dos espaços pertencentes à UC.

Sendo integrado pelo Reitor, que preside, pelos/as diretores/as de todas as unidades orgânicas, por um/a estudante por cada unidade orgânica de ensino e investigação e dois/uas representantes do pessoal técnico, a 31 de dezembro, o Senado era composto por 36 elementos (29 homens e 7 mulheres).

No ano de 2021, o Senado realizou 11 reuniões, apreciando documentos e dando pareceres, nomeadamente sobre as seguintes matérias:

- ponto de situação do Plano de Contingência COVID-19;
- Plano para a Igualdade, Equidade e Diversidade;
- Observatório da Cultura - Estatutos e Suplemento ao Diploma;
- Regulamento de Utilização dos Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Regulamento de Recrutamento, Contratação e Prestação de Serviço de Pessoal de Investigação Científica;
- *plafond* para contratação de docentes convidados 2021/2022;
- plano de formação profissional 2021/2022;
- calendário escolar 2021/2022;
- criação e extinção de ciclos de estudos;
- fixação de propinas dos cursos de 2.º e 3.º ciclos;
- processo de automatização das compras;
- revisão dos regulamentos dos prémios "FEUC Exemplar 1.º Ciclo", "FEUC Exemplar 2.º Ciclo" e "FEUC Ciência".

e) Provedor do Estudante

O Provedor do Estudante tem como função a defesa e promoção dos direitos e interesses legítimos dos/as estudantes da Universidade de Coimbra. O Provedor é designado pelo Conselho Geral, sob proposta do Reitor, depois de ouvido o Senado, para um mandato de três anos, de entre pessoas de comprovada reputação, credibilidade e integridade pessoal junto da comunidade universitária e, designadamente, junto dos/as estudantes. A 31 de dezembro de 2021, o cargo era ocupado por Paulo Jorge Marques Peixoto, cujo mandato se iniciou em 2019.

Em 2021 deu continuidade ao exigente trabalho desenvolvido, que com a pandemia, mais do que nunca, tornou a função do Provedor crucial, procurando garantir a proteção dos/as estudantes contra injustiças, discriminações e/ou deficiências na prestação de serviços. A sua imparcialidade e a sua independência, enquadradas pela confidencialidade e pela informalidade da sua ação, reforçaram-no como um elemento-chave da persuasão moral de que as instituições de ensino superior não podem prescindir para corresponder à missão de ensinar e de formar cidadãos/ãs e profissionais aptos/as para enfrentar a complexidade das sociedades contemporâneas.

Em 2021, registaram-se 331 comunicações ao Provedor, observando-se um acréscimo de 5,4% face às 314 comunicações do ano anterior, sendo que esta evolução vem confirmar a inversão de uma tendência para a redução de participações, que se vinha a registar até à emergência da pandemia.

Das 331 comunicações, 312 foram apresentadas individualmente e 19 foram provenientes de grupos de estudantes ou de instituições representativas de estudantes, tendo-se realizado 100 audiências (mais 51 do que em 2020). Quanto às comunicações individuais, salienta-se que 170 foram apresentadas por estudantes do sexo feminino (54,5%) e 142 do sexo masculino (45,5%).

Salienta-se que das 331 comunicações, 91,5% foram feitas por estudantes inscritos/as – maioritariamente em cursos de 1.º ciclo (46,6%) e mestrado integrado (17,5%) –, cabendo as restantes a candidatos/as à UC. Destaca-se também que 259 das comunicações foram formuladas por estudantes nacionais, representando 78,2% do total.

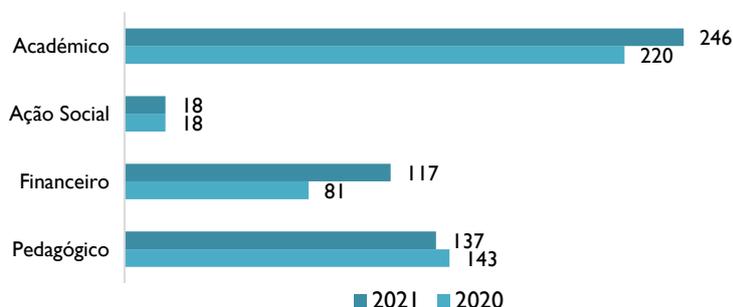
As comunicações registadas versaram sobre 435 situações, dizendo essencialmente respeito a pedidos de consultas ao Provedor (63,8%), sendo o remanescente correspondente a reclamações (18,6%), a pedidos de apoio (16,1%), a elogios (1,3%) e a sugestões (0,2%). De realçar que se registou um decréscimo nas reclamações (10,7 p.p.) e nas sugestões (0,3 p.p.) e um acréscimo nas restantes situações, comparativamente ao ano anterior.

Figura 4: Número de comunicações ao Provedor do Estudante



As 435 situações resultaram em 518 assuntos, observando-se um acréscimo de 47,6% (mais 167 assuntos) comparativamente a 2020. Considerando as quatro tipologias em que se agregam os assuntos, a maioria de 518 correspondeu a assuntos académicos (47,5% face ao total). A única redução em 2021 foi observada nos assuntos pedagógicos, com um decréscimo de 4,2% (de 143 para 137 registos), tendo-se observado um acréscimo nos assuntos financeiros em 44,4% (de 81 para 117 registos) e nos académicos (+11,8%). Os assuntos da ação social não registaram variação face ao ano anterior. Em 2021 foram ainda identificados assuntos que, sendo relativos a pelo menos uma das tipologias, tinham especificamente a ver com a COVID-19, representando 27,2% do total.

Gráfico 1: Assuntos abordados nas comunicações ao Provedor do Estudante



É ainda de salientar, no âmbito das iniciativas da Provedoria, a realização de um estudo sobre “Ensino e aprendizagem na era pós-COVID-19: barreiras e desafios à construção de uma nova relação pedagógica no ensino superior”, que procurou identificar as principais dificuldades de estudantes e docentes da UC, assim como soluções encontradas para enfrentar as dificuldades trazidas pela pandemia, visando identificar oportunidades de inovação pedagógica. O estudo foi apresentado e debatido num evento de Provedores, a nível europeu, organizado pela ENOHE - *European Network of Ombuds in Higher Education*.



/ Plano
Estratégico –
Monitorização

2

Com base no acompanhamento efetuado ao longo do ano, nos relatórios de monitorização e nos contributos remetidos pela Equipa Reitoral e pelas Unidades e Serviços, em cada ano, o Relatório de Gestão e Contas Consolidado integra a síntese da monitorização e avaliação anual do Plano Estratégico, nos termos do ciclo anual de planeamento e avaliação da Universidade de Coimbra. Assim, a análise da evolução ocorrida quanto aos resultados alcançados em cada uma das metas definidas no PE.UC apresenta-se neste capítulo, devendo ser complementada com a análise detalhada apresentada no relatório anual de monitorização.

Os desempenhos encontram-se sistematizados de acordo com os pilares, eixos e áreas, pela ordem do PE.UC, realçando-se que cada meta se encontra estabelecida sob a forma de intervalo, que baliza um conjunto de valores que vão desde a meta alcançada à meta superada, em função da evolução do contexto. A evolução é analisada considerando o valor aferido em cada meta e em cada um dos momentos de análise, sinalizando-se a verde uma evolução positiva, a amarelo uma evolução neutra – que não apresenta variações –, a vermelho uma evolução negativa e a cinzento os casos em que não é possível avaliar a evolução. Nos casos em que a meta é repartida por mais de um indicador, a representação é dividida em duas ou três cores, consoante o número de indicadores, na mesma representação. Importa referir também que a análise é realizada considerando a variação entre os anos 2020 e 2021.

Além disso, chegados a mais de metade da vigência deste Plano Estratégico, acrescentou-se, na monitorização de 2021, uma sinalização em relação às metas: uma bandeira verde para os casos em que em 2021 se atingiu já o valor do intervalo para 2023; uma bandeira vermelha quando a meta ainda está por alcançar; e, por fim, uma bandeira amarela quando apenas alguns indicadores estão alcançados, nos casos de meta repartida por mais de um indicador.

INVESTIGAÇÃO & INOVAÇÃO

A produção científica de elevado impacto tem sido fortemente impulsionada na Universidade de Coimbra, sendo promovidas iniciativas para a sua divulgação e valorização, no sentido de contribuir para um maior reconhecimento nacional e internacional e para a partilha do conhecimento gerado com a sociedade em geral.

Quadro 4: Síntese de metas do pilar Investigação & Inovação

			2020	2021	Δ
artigos em revistas top 5% na área científica [Web of Science]	aumentar em 50-100%		143	a calcular	
artigos em revistas top 25% na área científica [Web of Science]	aumentar em 20-40%		1 091	a calcular	
publicação de livros ou capítulos de livros em Book Series do 1.º quartil [Web of Science]	aumentar em 100-200%		0	a calcular	
trabalhos científicos referenciados em Altmetrics	aumentar em 100-200%		n/d	n/d	
financiamento contratualizado em programas de investigação [média trienal deslizando]	alcançar 45-55M€/ano		26 352 525 €	27 642 804 €	
volume de negócios contratualizado em prestação de serviços especializados	aumentar em 100-150%		4 708 192 €	4 062 136 €	
pedidos provisórios de patente submetidos	aumentar em 25-30%		Pedidos provisórios: 12 Comunicações inv.: 37 Patentes submetidas: 85	16 32 60	
volume de negócios de spin-offs e start-ups	aumentar em 50-100%		226 000 000 € [2019]	256 196 109 € [2020]	
grandes empresas para estabelecer centros de competência e/ou operações em Coimbra, em estreita colaboração com a UC [volume de negócios > 25M€]	captar 7-10		2	3	

Os indicadores bibliométricos definidos no âmbito das metas baseiam-se no JCR, reporte anual onde são atualizadas e divulgadas as revistas e publicações que compõem os tops e referenciais usados para estas métricas, e que é disponibilizado no final de junho de cada ano. A última edição do JCR2021, contendo os *Impact factor & Ranking of 2020*, foi publicada a 30 de junho de 2021, permitindo determinar a evolução das metas associadas a artigos científicos em revistas do top 5% e do top 25% na área científica e a publicação de livros ou capítulos de livros em *Book Series* do 1.º quartil para o ano de 2020; tratam-se, portanto, de indicadores que não permitem aferição na monitorização

no ano, mas apenas no semestre seguinte. Nestes três casos, sinaliza-se acima a evolução de 2020 comparativamente a 2019.

Relembrando a evolução de 2019 para 2020, no que respeita à evolução do número de artigos científicos da UC em revistas top 5%, o resultado apresentado em 2020 (143) é inferior ao apurado para 2019 (173), registando-se um decréscimo de 30 artigos publicados; quanto aos artigos em revistas top 25%, a tendência é de crescimento comparativamente ao ano anterior, – mais 27 artigos, correspondente a uma variação anual de 2,5%. Já o indicador de capítulos de livros em *Book Series* do 1.º quartil apresenta em 2020 um resultado igual ao de 2019, não se tendo registado em nenhum destes anos a publicação de quaisquer livros ou capítulos de livros no 1.º quartil.

No que respeita à meta relacionada com o número de trabalhos científicos referenciados em *Altmetrics*, têm vindo a ser feitas diligências e encontram-se em estudo diversas opções. A aquisição da versão completa, não gratuita, desta ferramenta representa um encargo significativo, tendo as análises efetuadas demonstrado que a totalidade de documentos rastreados por esta via não acrescenta muito valor ao que se pode obter por formas alternativas, dado funcionar essencialmente como um agregador de informação de bases de dados, nomeadamente *Web of Science* (WoS) e *Scopus* (onde se encontram mais de 95% dos artigos da UC). Sendo possível monitorizar a grande maioria dos trabalhos científicos da UC através destas duas bases de dados, tem-se procurado alternativas que possibilitem obter métricas de visibilidade. A WoS não tem métricas desenvolvidas, mas as métricas *PlumX* (de uso livre, embora propriedade da *Elsevier*, que detém também a *Scopus*) têm um grau de cobertura bastante abrangente, em particular quando conjugadas com o DOI dos trabalhos e o ORCID dos/as seus/uas autores/as.

Os documentos da Imprensa da UC e do Estudo Geral têm vindo a aumentar a rastreabilidade por via da atribuição de DOI e sua conexão com o ORCID, mas com os indicadores obtidos apenas ao nível do artigo; desta forma, não sendo exportáveis nem agregáveis, será ainda necessário efetuar desenvolvimentos para obter os indicadores agregados. Foi identificada uma possível solução alternativa, através do uso de uma interface de programação de aplicações (API), via *Elsevier*. Atendendo a todas as contingências que têm vindo a surgir ao longo deste processo, foi decidido enveredar por uma solução alternativa, desenvolvida internamente pela UC e que permita obter a informação pretendida com maior eficácia e sem dispêndio de verbas significativas. À data de elaboração deste relatório encontra-se em fase final de desenvolvimento um piloto para esta solução, agregando indicadores bibliométricos obtidos a partir de API públicas que cobrem um amplo espectro de indicadores (*Web of Science*, *Scopus*, *Altmetrics*, *Ciência Vitae*). A confirmar-se o cumprimento dos objetivos pretendidos, a UC estará em condições, a curto prazo, de aplicar uma ferramenta bibliométrica de largo espectro desenvolvida internamente.

Relativamente ao financiamento contratualizado em programas de investigação, tem-se verificado uma evolução muito positiva no último triénio, ascendendo o valor contratualizado a um total acumulado de 82,93M€. A média trienal deslizando ascendeu aos 27,64M€, e registou um aumento de 4,9% no período 2019-2021, face ao período anterior (triénio de 2018 a 2020), o que indicia um desempenho positivo suportado numa evolução muito consistente ao longo destes anos, não chegando ainda, no entanto, para alcançar o intervalo definido na meta a atingir para 2023.

Neste último triénio, importa destacar, para além dos financiamentos programáticos para as unidades de I&D, os financiamentos provenientes da Comissão Europeia (13,18M€, contratualizados em 2019) e do programa operacional Centro 2020 (10,00M€, contratualizados em 2021) para o MIA Portugal - Centro de Excelência em Investigação do Envelhecimento. Ainda observando os valores do triénio, são de realçar os financiamentos para o projeto GREEN - *Generating Energy from Electroactive Algae* (2,27M€, contratualizados em 2020) e para o projeto EOLinPLACE - *Choice of where we die: a classification reform to discern diversity in individual end of life pathways* (1,87M€, contratualizados em 2021).

Comparando com o período homólogo, o financiamento contratualizado em programas de investigação é superior aos valores de 2020: excluindo da análise os 10,00M€ de financiamento para o MIA Portugal (para efeitos de melhor comparabilidade), conclui-se que foram contratualizados 27,59M€ em 2021, tendo sido contratualizados no ano anterior 20,8M€. Trata-se de um aumento significativo (32,6%), fruto da enorme aposta da Universidade de Coimbra na investigação e inovação, num ano fortemente influenciado pelo aproximar do final do quadro de financiamento europeu Horizonte 2020, com impacto na redução do número de concursos para submissão de candidaturas já verificado, e ainda não compensado pela abertura dos primeiros concursos ao abrigo do novo quadro de financiamento Horizonte Europa.

Outro elemento importante no que respeita à captação de financiamento é o volume de negócios proveniente da contratualização de prestações de serviços especializados. No ano de 2021 este indicador atingiu o montante de 4,06M€, valor ligeiramente inferior ao contratualizado em 2020, ultrapassando, contudo, largamente a meta definida para 2023. Estes valores incluem prestações de serviços contratualizadas com o objetivo de promover o apoio especializado a populações mais vulneráveis no contexto do estado de emergência nacional decorrente da pandemia COVID-19, nomeadamente com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com o Instituto da Segurança Social, I.P. e com outras entidades via protocolos – como a Administração Regional de Saúde do Centro I.P., a Secretaria Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira, a Direção Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores, por exemplo –, nos montantes totais de 2,49M€ em 2021.

A forte aposta da UC na inovação, assente em equipas de excelência e com elevado potencial científico, tem sido concertada no sentido da proteção e da valorização da propriedade intelectual. No que respeita ao número de comunicações de invenção, no ano de 2021 registaram-se 32 comunicações de invenção, menos cinco que no ano de 2020, e foram submetidos 16 pedidos provisórios de patente, mais quatro que no período homólogo. Quanto ao número de patentes submetidas, e salientando a evolução muito positiva registada no ano de 2020 – em que foram submetidas 85 patentes –, neste ano de 2021, também muito condicionado pela pandemia, foram submetidas 60 patentes, menos 25 que no ano anterior, sendo, no entanto, um valor já superior ao intervalo previsto para 2023.

Para a meta associada à atividade das *spin-offs* e *start-ups*, estabeleceu-se como objetivo atingir em 2023 um volume de negócios destas empresas situado no intervalo entre 173,4M€ a 231,2M€, tendo em conta um aumento de 50%-100% em relação ao valor de partida. Baseado no apuramento efetuado apenas pelo Instituto Pedro Nunes (IPN), foi atingido um volume de negócios das *spin-offs* e *start-ups* de 250,0M€ no ano económico de 2020, correspondendo a um aumento de 12,6% comparativamente ao valor obtido no ano de 2019 (222 M€). Por sua vez, este indicador tinha já apresentado um acréscimo de 25,4% face ao valor do ano económico de 2018.

Importa destacar que relativamente ao ano económico de 2020 foi possível obter dados relativos a volume de negócios de outras incubadoras do universo do Grupo UC, o que acontece pela primeira vez. Assim, ao valor reportado pelo IPIN foi adicionado o valor apurado pelo *Biocant* (4,2M€) e pela Incubadora de Empresas da Figueira da Foz (2,0M€), totalizando 256,2M€, correspondendo a mais 15,4% face ao valor de partida.

Realça-se que, com estas significativas variações, o montante registado está já inserido no intervalo de valores da meta pretendida.

Fruto da consolidação do ecossistema de inovação da Universidade de Coimbra e da estreita articulação que se pretende potenciar com o tecido empresarial, foi definido como meta que a UC potenciará, até 2023, o estabelecimento de sete a dez centros de competências e/ou operações de grandes empresas em Coimbra. No ano de 2019 duas grandes empresas estabeleceram parcerias estratégicas na cidade, tendo uma delas instalado provisoriamente um centro de competências no polo II. E em 2021 juntou-se-lhes uma outra empresa, da área dos serviços, que em estreita colaboração com a UC escolhe Coimbra para instalar um novo Centro Tecnológico e de Transformação Digital – a *Deloitte*. O cumprimento da meta definida está, por enquanto, longe de ser atingido afigurando-se a necessidade de um esforço adicional para alcançar o sucesso esperado.

ENSINO

A Universidade de Coimbra assume um forte compromisso na promoção do ensino, que possibilite uma oferta pedagógica em estreita ligação com a investigação, baseando-se num ensino de desenvolvimento das competências dos/as estudantes, em que se valorizem todas as vertentes que potenciem a aquisição de competências transversais, apostando em novas metodologias pedagógicas, e que, conseqüentemente, possibilitem a captação dos/as melhores estudantes, conforme assumido no Plano Estratégico 2019-2023.

Quadro 5: Síntese de metas do pilar Ensino

			2020	2021	Δ
taxa de captação dos/as 25% melhores candidatos/as em 1.ª opção ao Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior	aumentar em 30-50%		7,8%	7,8%	
índice de satisfação da procura em 1.ª opção no Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior	atingir 1,2-1,3		1,26	1,24	
estudantes de doutoramento	aumentar em 20-25%		3 060	3 368	
taxa de abandono escolar efetivo	reduzir em 50-75%		9,2%	10,0%	
oferta formativa interdisciplinar e de formação transversal [conferente e não conferente de grau]	aumentar em 20-40%		233	232	
curso lecionados a distância [conferentes e não conferentes de grau]	aumentar em 50-100%		24 NCG	29 NCG	
estudantes que reingressam na UC para formação ao longo da vida e atualização de conhecimentos	aumentar em 25-50%		812	812	
estudantes em estágios e experiências formativas, em contexto empresarial e profissional	alcançar 2 500-3 500/ano		358	665	

No que respeita à meta que tem como objetivo aumentar em 30-50% a taxa de captação dos/as 25% melhores candidatos/as em 1.ª opção no Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, com base nos dados da 1.ª fase do concurso de 2021 e aplicando a metodologia definida, conclui-se que a Universidade de Coimbra registou uma taxa de captação de 7,8%, com 1249 dos/as 25% melhores candidatos/as a escolherem a UC em 1.ª opção. Comparando os dados com o ano anterior, regista-se um ligeiro acréscimo no número absoluto – de 1215 em 2020 para os referidos 1249 em 2021 – mas em termos relativos a taxa de captação manteve o mesmo valor, 7,8%.

Em termos de posicionamento relativo, a UC subiu uma posição, estando agora na 4.ª posição no universo das instituições de ensino superior nacionais (ensino universitário e ensino politécnico). A Universidade do Porto continua a destacar-se no topo da tabela, com uma taxa de captação de 28,3% (colhendo as preferências de 4535 dos/as 25% melhores candidatos/as a nível nacional) – ligeiramente inferior à registada no ano anterior, 28,9%. As duas posições seguintes mantêm-se também sem alterações, com a Universidade de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa a apresentarem taxas de 24,5% (24,3% em 2020) e 12,7% (14,3% em 2020), respetivamente. A Universidade do Minho, que no ano passado se encontrava na 4.ª posição, desceu um lugar, estando agora a UC nessa posição.

Ainda que tenha subido uma posição relativa, a taxa de captação da UC não se alterou, mantendo uma tendência estável, e pondo em causa o cumprimento da meta pretendida (9,5-11,0%) em 2023.

No que respeita à meta de atingir 1,2-1,3 no índice de satisfação da procura em 1.ª opção no CNA – calculado pelo rácio entre o número de candidatos/as em 1.ª opção e o número de vagas –, registou-se um decréscimo de 1,26 em 2020 para 1,24 em 2021, correspondendo a uma variação de 1,8%. Apesar do número de vagas ter aumentado (de 3354 em 2020 para 3431 em 2021), o aumento no número de candidatos/as em 1.ª opção (de 4216 em 2020 para 4246 em 2021), não foi suficiente para que se verificasse um acréscimo no índice de satisfação. No entanto este rácio já se encontra no intervalo da meta definida desde a monitorização de 2020.

Destaca-se ainda que no conjunto das universidades públicas, a Universidade de Coimbra encontra-se na 6.ª posição – posição que mantém face ao ano anterior –, sendo a primeira posição ocupada pelo ISCTE-IUL, com um índice de 1,98. Quanto às universidades com valores mais próximos do alcançado pela UC, estas mantiveram as suas posições, encontrando-se a Universidade do Minho na 5.ª posição, com um índice de satisfação de 1,39, e imediatamente atrás da UC, a Universidade da Madeira, (1,21 em 2021) e a Universidade de Aveiro (1,20 em 2021).

Relativamente ao número de estudantes de doutoramento, registou-se no ano letivo 2020/2021 um acréscimo de 308 estudantes em relação a 2019/2020, correspondendo a um aumento de 10,1% e atingindo o número de 3368 estudantes no terceiro ciclo (não inclui estudantes em mobilidade *incoming*). O valor alcançado já se encontra dentro do intervalo da meta definida (3293-3430 estudantes em 2023), logo a tendência de crescimento deve-se manter, para que em 2023 a meta seja mesmo superada.

Contrariando a tendência verificada nos últimos quatro anos, a taxa global de abandono escolar efetiva registou um aumento em relação ao ano letivo anterior. No ano letivo 2020/2021 a taxa de abandono subiu para os 10,0%,

registando-se uma variação de 8,7% relativamente a 2019/2020. Por ciclo de estudos, também se verificou um aumento, sendo o terceiro ciclo o que registou uma maior variação (1,9 p.p.), de 16,5% para 18,4%; no primeiro ciclo verificou-se um aumento de 1,1 p.p. (7,1% para 8,2%) e no segundo ciclo a variação foi ligeira, apenas 0,1 p.p., passando de 9,0% em 2019/2020 para 9,1% no ano letivo 2020/2021. Realça-se a criação do Observatório de Atividades Pedagógicas, que, entre outras competências, monitoriza e acompanha ativamente o abandono escolar. Tendo já começado a debruçar-se sobre esta temática, está em curso uma clara definição do conceito de abandono e da(s) forma(s) de o medir (de onde poderão decorrer alterações futuras na metodologia de cálculo), bem como uma análise aprofundada das suas causas.

No que diz respeito à oferta formativa interdisciplinar e de formação transversal verificou-se uma diminuição mínima no ano letivo 2020/2021, em comparação com o ano letivo anterior, com um decréscimo de 0,4%, passando de 233 cursos para 232 – ou seja, apenas menos um curso. Para que seja possível atingir a meta pretendida, que implica um aumento de 20-40% no número de cursos (295-318 cursos), a tendência registada tem de se alterar.

Relativamente ao ensino a distância, verificou-se um acréscimo de 20,8% no número de cursos não conferentes de grau neste regime, passando de 24 para 29 no ano letivo 2020/2021. Este aumento supera a meta definida, que tem como objetivo um aumento entre 50 e 100% no número de cursos lecionados a distância (20-26 cursos).

O número de estudantes que reingressam na UC para formação ao longo da vida e atualização de conhecimentos não registou variação, mantendo exatamente o mesmo valor registado no ano letivo anterior, 812. Sendo a meta estabelecida atingir o intervalo 869-1043 estudantes, deve ser feito um esforço para que o número de estudantes volte a aumentar, e mantenha a tendência de crescimento verificada no ano letivo 2019/2020.

Por fim, no que concerne à meta de alcançar 2500-3500 estudantes/ano em estágios e experiências formativas, em contexto empresarial e profissional, registou-se um forte acréscimo relativamente ao ano anterior, registando-se em 2021 665 estágios de verão, mais 85,8%. A evolução desta meta foi fortemente condicionada pelos efeitos verificados pela pandemia COVID-19, começando agora a voltar à sua tendência de crescimento normal, ainda que muito abaixo do objetivo estabelecido para 2023.

DESAFIOS SOCIETAIS

A grande diversidade das metas neste pilar retrata o cruzamento de diversas áreas do saber, sendo perceptível que a UC, enquanto universidade de investigação, se envolve proativamente na procura de soluções para a sociedade, antecipando, detetando e ultrapassando desafios nas mais variadas vertentes, que vão desde a ciência aberta, a cultura, o desporto, o turismo e a Rede Alumni UC, consubstanciando-se esta conjugação num instrumento inequívoco de resposta a problemas que são preocupações para a sociedade. O acesso à ciência e ao conhecimento é um dos princípios basilares para a construção de uma sociedade mais consciente e informada. A UC, tendo presente que a ciência é um bem que deve ser partilhado e disseminado, gere e difunde de forma socialmente responsável o conhecimento produzido, assegurando o alinhamento entre a investigação académica e a comunidade interna e externa, reforçando também o compromisso com a ciência aberta.

Quadro 6: Síntese de metas do pilar Desafios Societais

			2020	2021	Δ
implementação do Plano para Interoperabilidade do Ecossistema Digital (UC Digitalis)	atingir 100%		50,0%	90,0%	
estudantes integrados/as em atividades culturais da UC	aumentar em 100-150%		119	255	
estudantes atletas de alto rendimento	aumentar em 25-50%		10	14	
estudantes atletas da UC	aumentar em 30-50%		128	128	
membros da comunidade académica que participam nos Jogos UC	aumentar em 25-50%		2 803	127	
inscritos/as na Rede UC Alumni	alcançar 30 000-35 000		32 702	36 230	
área visitável do Circuito Turístico [m ²]	aumentar em 20-30%		59 028	59 028	

Neste âmbito, a UC definiu como meta a implementação do Plano para Interoperabilidade do Ecosistema Digital até 2023. O Ecosistema Digital (UC Digitalis) abrange sete plataformas – Estudo Geral, RADDUC, Alma Mater, Pombalina (plataforma da IUC para livros), *Impactum* (plataforma da IUC para revistas), Open Journal Systems (sistema de gestão de revistas usado pela IUC) e Open Monograph Press (sistema de gestão editorial de livros em fase de adoção pela IUC).

Em 2021, registou-se um forte acréscimo no grau de execução do Plano para Interoperabilidade do Ecosistema Digital, de 50% para 90%, observando-se um desempenho bastante positivo, tendo sido concluída a migração dos DOI dos livros e capítulos de livros, redirecionando-os para a nova Pombalina, que se tornou aberta ao público.

No âmbito da dinâmica cultural da UC, e no que diz respeito à meta que prevê o aumento do número de estudantes integrados/as em atividades culturais em 100-150%, mantém-se a extraordinária evolução do indicador, tendo atingido e até mesmo superado a meta para 2023. No ano letivo 2020/2021 registou-se um acréscimo de 114,3%, com mais 136 estudantes, aumentando de 119 para 255 (110 mulheres e 115 homens). A evolução demonstrada vem espelhar a aposta clara na promoção e reconhecimento da atividade cultural dos/as estudantes da UC, promovendo e potenciando o envolvimento de mais estudantes nessas atividades. Apesar do impacto da pandemia COVID-19 na atividade cultural, é claro o efeito positivo da implementação, já em 2020, do circuito de aprovação de estudantes em atividades culturais, em articulação com o Observatório da Cultura da UC.

A UC em 2021 continuou a mostrar o enorme potencial de desenvolvimento do papel determinante do desporto no processo de formação do indivíduo/estudante. O Estatuto de Estudante Atleta de Alto Rendimento veio permitir e facilitar aos/as estudantes atletas de alto rendimento a conciliação entre os seus compromissos desportivos e as respetivas atividades letivas. Observa-se que, no ano letivo 2020/2021, o número de estudantes atletas de alto rendimento assinalou um acréscimo, registando 14 estudantes (sete mulheres e sete homens) ao abrigo do estatuto, mais quatro estudantes comparativamente ao ano letivo anterior. Regista-se assim uma tendência positiva de crescimento, satisfazendo o compromisso de aumento, definido na meta, entre 25-50% no número de estudantes atletas de alto rendimento na UC (15-18 estudantes).

Quanto ao número de estudantes ao abrigo do Estatuto do Estudante Atleta, no ano letivo 2020/2021 manteve-se o mesmo valor face ao ano letivo anterior – 128 estudantes usufruíram deste estatuto (45 mulheres e 83 homens) –, observando-se a necessidade de manter uma evolução positiva para alcançar a meta de 186-215 estudantes atletas.

Os Jogos Universidade de Coimbra surgiram com o objetivo de promover o desporto e a atividade física entre diversos públicos, potenciando a socialização e a aquisição de hábitos regulares de prática de atividade física e desportiva. A organização é promovida em quatro ligas – Liga Académica, para estudantes; Liga Minerva, para docentes, investigadores/as e pessoal técnico; Liga Alumni, para antigos/as estudantes; e Liga 21's, para empresas parceiras na área da investigação e inovação. Em 2020/2021 apenas foram realizadas as modalidades individuais de ténis, ténis de mesa e badminton, por força das medidas impostas no âmbito dos Planos de Contingência do Estádio Universitário e da UC, registando-se 127 participantes (dos quais 34 mulheres e 93 homens), representando assim um significativo decréscimo de 95,5% face ao ano letivo anterior (-2676 inscritos/as), valor claramente inferior relativamente à meta estabelecida, mas plenamente justificado pelo contexto.

A Rede UC Alumni, nascida no seio da Universidade, apresenta-se como um importante veículo no reforço da ligação da Universidade a todos/as os/as seus/uas antigos/as estudantes, promovendo a comunicação e a troca de experiências e reconhecendo-os/as como verdadeiros/as embaixadores/as da UC em Portugal e no mundo, promotores/as da excelência da instituição. Representando uma oportunidade que deve ser sempre potenciada, foi efetuada uma atualização de inscrições, nomeadamente no âmbito da campanha associada ao novo cartão Alumni UC, enquadrando também as associações de antigos/as estudantes de Coimbra distribuídas pelo país, e assim abarcando um conceito mais lato de Alumni. Em 2021 registaram-se 36 230 inscritos/a, o que corresponde a um acréscimo de 10,8%, face a 2020 (32 702) e verificando-se assim uma evolução bastante positiva do indicador. A meta pressupõe alcançar entre 30 000 e 35 000 inscritos/as na Rede UC Alumni, e com os dados disponíveis, constata-se que o intervalo já foi alcançado.

Quanto ao turismo, a área visitável do Circuito Turístico não sofreu alterações em relação ao ano de 2020, mantendo-se nos 59 028 m² de área visitável em 2021, sendo necessários mais 11 016 m² de área para atingir o intervalo definido para a meta em 2023.

INTERNACIONALIZAÇÃO

A Universidade de Coimbra assume a internacionalização como uma aposta estratégica crucial para o futuro, em diferentes vertentes: projetos em rede transnacional, atração de investigadores/as e docentes, captação de canais de financiamento, estudantes internacionais, cursos de carácter internacional, docentes com experiência pedagógica internacional, partilha de conhecimento e contribuição para uma sociedade mais justa e global, atingindo assim a internacionalização níveis elevados e com exposição de alcance mundial.

Quadro 7: Síntese de metas do pilar Internacionalização

			2020	2021	Δ
estudantes ao abrigo do Estatuto do Estudante Internacional	aumentar em 30-50%		1 083	955	
mobilidade <i>outgoing</i> [estudantes, docentes e investigadores/as, corpo técnico]	aumentar em 20-25%		estudantes: 709 docentes: 97 técnicos: 5	309 35 14	
mobilidade <i>incoming</i> [estudantes, docentes e investigadores/as, corpo técnico]	aumentar em 10-15%		estudantes: 1 653 docentes: 128 técnicos: 5	794 32 9	
eventos internacionais organizados	aumentar em 20-50%		3	5	
volume de financiamento contratualizado em projetos internacionais	aumentar em 30-50%		5 930 728 €	4 987 430 €	

Neste sentido, foram definidas cinco metas que abarcam diferentes vetores, da atração de pessoal à captação de financiamento, passando pela organização de eventos internacionais. Como seria já expectável, este foi o pilar das metas da Universidade de Coimbra mais afetado pelo segundo ano da pandemia COVID-19, visível na sinalização vermelha da maioria dos indicadores no quadro resumo.

No que respeita aos/às estudantes, a UC pretende, até 2023, aumentar em 30-50% o número de estudantes ao abrigo do Estatuto do Estudante Internacional. Neste sentido, a UC tem continuado a seguir a aposta decisiva na captação de estudantes internacionais, com atividades e campanhas específicas dirigidas a este público-alvo; no entanto, não podemos esquecer as fortes limitações à mobilidade internacional em 2021, no âmbito da pandemia COVID-19, que condicionaram fortemente o desempenho desta meta.

A evolução do número de estudantes inscritos/as em cursos de licenciatura e mestrado, ao abrigo do Estatuto do Estudante Internacional, reflete exatamente este impacto. Após um contínuo e significativo aumento desde a entrada em vigor do referido Estatuto – de 135 em 2014/2015 para 1123 no ano letivo 2018/2019 –, registou-se em 2019/2020, e pela primeira vez, um decréscimo (1083 estudantes internacionais). No ano letivo 2020/2021 essa tendência manteve-se, verificando-se uma quebra de 11,8% (955, menos 128 estudantes internacionais relativamente ao ano letivo anterior), o que implicou um afastamento em relação à meta. Quanto ao género, a distribuição é relativamente equilibrada, com 57,8% de estudantes do género feminino.

No que diz respeito à mobilidade internacional, foram definidas metas, quer para a modalidade *outgoing*, quer para *incoming*, com a UC a propor-se aumentar o número de estudantes, docentes e investigadores/as e pessoal técnico em programas de mobilidade; mas tal como acontece com todas as metas do pilar Internacionalização, constata-se uma redução no último ano letivo, resultado da pandemia e dos seus impactos sobre a mobilidade. Apenas a mobilidade do pessoal técnico teve uma retoma, com mais nove pessoas em *outgoing* e mais cinco pessoas a procurar a UC para fazer mobilidade (*incoming*). Comparando os dados do ano letivo 2020/2021 com os do ano letivo 2019/2020, registou-se uma grande diminuição no número de estudantes e de docentes e investigadores/as em mobilidade *outgoing*, com reduções de 53,6% e 63,9%, respetivamente. Na mobilidade internacional *incoming*, a tendência foi a mesma, com uma redução de 53,8% nas movimentações de estudantes no ano letivo 2020/2021 e de 75,0% no pessoal docente e investigador.

Importa, contudo, destacar que os números já conhecidos relativamente ao ano letivo 2021/2022 – ainda não abrangidos no âmbito da presente monitorização –, mostram uma recuperação muito significativa, com quase 700 estudantes em mobilidade *outgoing* e 1385 estudantes registados em mobilidade *incoming* na UC, à data de 21 de

fevereiro de 2022, valores que correspondem a acréscimos face ao ano letivo anterior, ainda provisórios, de 112,8% e de 74,4%, respetivamente.

Em relação aos eventos internacionais organizados, pretende-se aumentar em 20-50% o número de eventos regulares com rotação por países diferentes. Em 2021 a UC quase recuperou os valores de 2019, tendo organizado cinco eventos com estas características, na sua maioria congressos e colóquios, em áreas como letras, história, ciências da vida e engenharia, sendo, no entanto, necessários realizar mais três eventos anuais para atingir o valor da meta definida para 2023.

No que diz respeito à captação de financiamento internacional, foi definida como meta aumentar em 30-50% o volume de financiamento contratualizado em projetos internacionais. O volume mais que duplicou do ano de partida para o ano de 2019, de 9,10M€ para 20,04M€, sendo este acréscimo justificado sobretudo com o financiamento obtido para o projeto MIA - *Multidisciplinary Institute of Ageing*, no valor de 13,18M€. Isolando o efeito deste financiamento, este indicador registou uma redução de 24,6% entre 2018 e 2019. No ano de 2020, o valor desta meta reduziu em 13,5% (descontando o efeito do MIA) e em 2021 registou mais uma diminuição de 27,3%, destacando-se que o fim de um quadro de financiamento europeu, com menos *calls*, ditou um volume mais baixo na captação de financiamento.

PESSOAS

Conforme definido no quadro de referência estratégica para 2019-2023, as pessoas são o ativo mais importante da Universidade de Coimbra, servindo por isso de eixo central ao movimento dos pilares de missão e, conseqüentemente, ao funcionamento da Universidade. Neste sentido, foram definidas três metas que medem a concretização da estratégia de recrutamento e manutenção dos/as melhores para a Universidade de Coimbra.

Quadro 8: Síntese de metas do eixo Pessoas

			2020	2021	Δ
professores/as catedráticos/as e associados/as de carreira	alcançar 50-70%		40,2%	41,6%	
trabalhadores/as do corpo técnico que frequentam ações de formação	alcançar 50-60%		36,1%	48,0%	
índice de tecnicidade do corpo técnico	atingir 40-50%		44,7%	48,5%	

A primeira meta definida relaciona-se com o pessoal docente, onde se pretende alcançar 50-70% de professores/as catedráticos/as e associados/as de carreira. Relativamente a esta meta, destaca-se que o peso de professores/as catedráticos/as e associados/as de carreira, face ao total de professores/as de carreira, registou um aumento de 1,4 p.p. de 2020 para 2021, passando de 40,2% para 41,6% [valor retificado após última monitorização] e contribuindo para nos aproximarmos da meta definida.

No que diz respeito ao corpo técnico foram definidas duas metas: alcançar 50-60% de trabalhadores/as do corpo técnico que frequentam ações de formação e atingir 40-50% de índice de tecnicidade do corpo técnico.

Quanto à primeira, a percentagem de trabalhadores/as do pessoal técnico que frequentou ações de formação, interna ou externa, voltou a aumentar em 2021, após uma redução em 2020 devido ao confinamento que abrangeu grande parte do ano, com uma passagem significativa deste grupo de pessoal para o regime de teletrabalho. Nesta monitorização, a percentagem de trabalhadores/as do pessoal técnico que frequentou ações de formação situa-se nos 48,0% [valor retificado após última monitorização], sendo ainda a sua maioria ações realizadas em acesso remoto. Os temas englobaram uma vasta diversidade de áreas, desde a psicologia e desenvolvimento pessoal, direito, gestão e administração, informática, enquadramento na organização, saúde e segurança, línguas estrangeiras, ambiente, turismo e lazer. A promoção da formação e qualificação do pessoal técnico revela já frutos e um caminho mais curto para o atingir da meta.

Em relação ao índice de tecnicidade do corpo técnico da Universidade de Coimbra, incluindo os SASUC, que se estabelecia nos 44,7% em 2020, verificou-se um aumento, observando-se 48,5% no final de 2021. Esta meta corresponde ao número de trabalhadores/as que integram carreiras que exigem um grau de ensino superior, em

relação ao número total de trabalhadores/as. Considerando que a meta define o atingir, até 2023, de 40% a 50% de índice de tecnicidade, este índice apresenta já valores no referido intervalo desde 2019.

QUALIDADE

A Universidade de Coimbra tem vindo a desenvolver um sistema que suporta a gestão global da instituição, promovendo o alinhamento dos processos de planeamento, monitorização, avaliação e melhoria com o objetivo de produzir informação de apoio à tomada de decisão, contribuindo para a promoção de uma cultura de qualidade.

Quadro 9: Síntese de metas do eixo Qualidade

			2020	2021	Δ
avaliação da certificação do Sistema de Gestão da UC	obter avaliação igual ou superior a "Substantial" em todas as áreas		"Parcial" em duas áreas	"Parcial" em duas áreas	
processos e laboratórios com certificação ISO 9001	aumentar 80-100%		12 Processos 5 Laboratórios	12 Processos 5 Laboratórios	

O Sistema de Gestão da Universidade de Coimbra engloba um conjunto articulado de políticas, processos, documentos, sistemas de informação e outros instrumentos de apoio ao planeamento, execução, monitorização, avaliação, análise e melhoria das atividades desenvolvidas, tendo como principal objetivo a excelência da instituição em todas as áreas de atuação. Numa vertente interna, assegura a promoção da melhoria dos processos e, numa vertente externa, procura dar cumprimento aos requisitos de reporte do seu desempenho à sociedade, aspeto essencial no âmbito do funcionamento das instituições de ensino superior. Este sistema está alinhado com os requisitos da norma ISO 9001:2015, em especial nos processos de apoio à governação da UC, e com os referenciais para sistemas internos de garantia da qualidade em instituições de ensino superior, promovendo a abordagem por processos, suportada no ciclo PDCA - Plan, Do, Check, Act.

Quanto à meta de obter uma avaliação da certificação do Sistema de Gestão da UC igual ou superior a Substantial em todas as áreas, a situação permanece inalterada desde a situação inicial – Parcial em duas áreas, que resultou da avaliação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade da UC pela A3ES para o período de 2015-2021. O processo de avaliação da certificação do Sistema de Gestão desenvolve-se em ciclos de seis anos, tendo-se iniciado um novo ciclo em 2021 com a preparação do guião de autoavaliação, acompanhado de um vasto conjunto de evidências, com vista à renovação da certificação do SIGQ.UC pela A3ES.

Este processo de preparação e submissão é um processo crítico para toda a Universidade, sendo crucial o contributo e envolvimento das mais diversas áreas, possibilitando desta forma a construção de um guião de autoavaliação que reflita de forma apropriada a abrangência dos mecanismos de planeamento, monitorização, avaliação, reflexão e melhoria dos processos e atividades da UC. O guião de autoavaliação do SIGQ.UC foi assim submetido, na plataforma da A3ES, em julho de 2021, estando atualmente a UC a aguardar a nomeação da Comissão de Avaliação Externa (CAE) que irá proceder à avaliação do SIGQ.UC. A avaliação das áreas com pelo menos "Substantial" só será conhecida após a visita da CAE e despacho do relatório final de avaliação do SIGQ.UC por parte do Conselho de Administração da A3ES.

No que diz respeito ao modelo de certificação por processos, adotado no âmbito da certificação ISO 9001 da Administração, é um modelo de abordagem mais restrita, podendo vir a optar-se por um outro modelo de abordagem mais ampla, uma vez que se ambiciona no futuro vir a alcançar uma certificação da UC pela ISO 9001, nomeadamente nas áreas do ensino, investigação e interação com a sociedade – ou seja, alinhada com os pilares de missão.

Em 2021, e no âmbito certificação ISO 9001:2015, registou-se um aumento da abrangência da mesma, tendo sido incluído o P064 - Gestão da inovação e excluído o P077 - Gestão da investigação & desenvolvimento, na sequência da reorganização dos processos do SG.UC. Desta forma, e apesar de se ter mantido o número de processos abrangidos pela certificação ISO 9001:2015, registou-se um aumento no número de áreas visadas pela certificação ISO 9001:2015, englobando o Gabinete de Auditoria e Prevenção de Riscos de Gestão e o UC Business - Gabinete de Transferência de Tecnologia.

INSTALAÇÕES

A diversidade quer da implantação geográfica, quer do património material e edificado da Universidade de Coimbra, torna-a única no que respeita aos espaços onde desenvolve as suas missões, sendo permanente a preocupação com a melhoria das condições de trabalho da comunidade académica e com a requalificação do edificado.

Quadro 10: Síntese de metas do eixo Instalações

		2020	2021	Δ
requalificação das residências universitárias	requalificar 20-30% [medido em n.º de camas]	36	58	●
espaços requalificados para localização de projetos de investigação temporários e de elevado impacto	disponibilizar em permanência 2 a 3 espaços	1 concluído 3 em curso	6 concluídos 1 em curso	●
implementação do Plano de Instalação e Localização para os serviços da Administração da UC e da Administração dos SASUC	implementar em 20-40% dos serviços	<1%	22,3%	●

No que respeita ao bem-estar dos/as estudantes, encontra-se em curso, neste ciclo estratégico, uma requalificação significativa das residências universitárias, tendo já ocorrido intervenções nos dois blocos da Residência João Jacinto e na Residência do Observatório. Em 2021, foram concluídos os trabalhos de requalificação da Residência do Observatório, sendo a intervenção neste edificado mensurada em número de camas reabilitadas, correspondendo esta reabilitação a 22 camas. O total acumulado de camas reabilitadas à data de 31 de dezembro de 2021 ascendeu assim a 58, o que corresponde a 4,4% no universo de 1323 camas de capacidade instalada das residências universitárias. Este valor ainda se encontra distante da meta a alcançar em 2023 (265 camas), destacando-se que foram desenvolvidos projetos de reabilitação para várias residências, nomeadamente Residência dos Combatentes (projeto concluído), Residência Padre António Vieira – cozinha e sala de estar (projeto concluído) –, e Residência da Alegria (projeto geral a ser finalizado; projetos de especialidades em aprovação na CMC).

Em relação à requalificação de espaços para localização temporária de projetos de investigação de elevado impacto, em 2021 foram concluídas as obras de remodelação, iniciadas em 2020, dos espaços destinados a acolher os projetos MIA - *Multidisciplinary Institute of Ageing* e *Biomark Sensor Research Group*. Foram também concluídas as obras de remodelação e de reorganização dos espaços destinados aos projetos Green - *Generating Energy from Electroactive Algae*, ReSEED - *Rescuing seeds' heritage: engaging in a new framework of agriculture and innovation since the 18th century* e Viravector - *Viral Vectors for Gene Transfer Core Facility*, Em curso, e já em fase de conclusão, estão as obras de remodelação dos espaços a utilizar pela UPC3 - Unidade de Psicologia Clínica Cognitivo-Comportamental. Com estas obras a meta de 2 a 3 espaços requalificados para 2023 já se encontra superada.

Foi dada continuidade à execução do Plano de Instalação e Localização para os serviços da Administração da UC e da Administração dos SASUC, com a mudança de localização integral do Serviço de Promoção e Gestão da Investigação e da maior parte dos/as trabalhadores/as do Serviço de Gestão Académica do Palácio dos Grilos para o edifício da Faculdade de Medicina no polo I. O Plano apresenta assim um grau de execução de 22,3%, já dentro do intervalo definido para a meta a atingir em 2023. No entanto, é expectável um acréscimo já em 2022, com novas áreas da Administração da UC a serem realocizadas para o mesmo edifício.

FINANCIAMENTO

O eixo de missão Financiamento assenta fundamentalmente na capacidade de gerar receita adicional que contribua para equilibrar a estrutura de financiamento da UC e respetivo acompanhamento através da melhoria dos sistemas de reporte de informação financeira e de apoio à decisão.

Quadro 11: Síntese de metas do eixo Financiamento

		2020	2021	Δ
nível de diversificação da estrutura de financiamento	obter taxa de independência do financiamento público >50%	47,2%	47,1%	●
implementação do Plano de Otimização dos Processos de Deslocação e do Plano de Automatização dos Processos de Compra	atingir 100%	Deslocações: 55% Compras: 80%	Deslocações: 55% Compras: 100% componente "Novas Aquisições" e 60% "Ao Abrigo de Contrato"	●

Relativamente ao nível de diversificação da estrutura de financiamento pretende-se obter uma taxa de independência do financiamento público superior a 50%. A estrutura de financiamento é dividida em três níveis: fundos públicos (Orçamento do Estado), receita de propinas e outras receitas (receitas próprias e financiamento competitivo). Em 2021 a taxa de independência do financiamento público foi de 47,1%, tendo-se verificado um ligeiro acréscimo no peso do financiamento público (+0,1 p.p.). O peso da receita de propinas aumentou em comparação com o ano anterior – peso de 13,4% no total da receita de 2020 para 14,0% em 2021 (+0,6 p.p.), no entanto o peso de outras receitas no total diminuiu 0,5 p.p., apesar do aumento de 2,2% no valor total destas receitas. Para este aumento em 2021, contribuiu o crescimento do financiamento competitivo em 2,8% (+1,32M€) relativamente a 2020, que em muito se deve ao financiamento arrecadado com a investigação nacional. Para que a meta seja atingida, a tendência verificada terá de sofrer alterações, sendo necessário gerar receita adicional que contribua para equilibrar a estrutura de financiamento; no entanto, a contínua redução do valor da propina do primeiro ciclo, determinada por decisão da tutela, continuará a pressionar no sentido contrário, dado que contribui para uma contínua diminuição do peso de propinas e para um conseqüente aumento do peso – e da dependência – do financiamento público, para compensar aquela redução.

No que diz respeito à meta que prevê atingir em 2023 a implementação integral do Plano de Otimização dos Processos de Deslocação e do Plano de Automatização dos Processos de Compra, os resultados foram positivos, indiciando que brevemente a meta será atingida com sucesso. No ano de 2021, não houve desenvolvimentos no Plano de Otimização dos Processos de Deslocação, mas o Plano de Automatização dos Processos de Compra avançou para 100% na componente de "Novas Aquisições" e para 60% na componente "Ao Abrigo de Contrato" (desagregação por duas componentes, dada a heterogeneidade entre elas).

COMUNICAÇÃO

O Plano Estratégico da Universidade de Coimbra para o ciclo 2019-2023 tem por visão, para o eixo Comunicação, projetar a marca UC, garantindo visibilidade nacional e internacional e potenciando a atratividade da Universidade de Coimbra, e promover a eficácia da comunicação interna.

Quadro 12: Síntese de metas do eixo Comunicação

			2020	2021	Δ
<i>reputation score</i>					
[pontuação de reputação tendo em conta a transmissão de mensagens nas notícias]	alcançar 60-70		62,44	67,60	
<i>net effect</i>					
[indicador de desempenho comunicacional, que mede o diferencial entre notícias de impacto positivo e notícias de impacto negativo]	obter o nível A+ [excelente desempenho comunicacional]		A+	A+	

No que se refere ao *reputation score* foi estabelecido como meta alcançar 60-70 (em 100) de pontuação de reputação tendo em conta a transmissão de mensagens nas notícias. Realça-se que em 2021 este indicador atingiu uma pontuação de 67,60, registando um acréscimo de 8,3% face ao ano anterior, evidenciando assim um desempenho muito positivo, dentro do intervalo definido para o alcançar da meta, numa posição muito próxima do seu extremo superior.

Relativamente ao *net effect*, indicador de desempenho comunicacional que mede o diferencial entre notícias de impacto positivo e notícias de impacto negativo, foi definido como meta para 2023 atingir o nível A+, correspondente a um excelente desempenho comunicacional. A UC, que em 2019 se encontrava no nível A, ascendeu em 2020 ao nível A+, onde se manteve no ano de 2021, assegurando a classificação de excelente desempenho comunicacional e posicionando-se já no resultado da meta definida.

AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

Consciencializar a comunidade académica para a urgência do desenvolvimento de uma cultura de combate ao desperdício e para o impacto da mudança de comportamentos no combate às alterações climáticas é um imperativo da Universidade de Coimbra para este ciclo estratégico. Só com o envolvimento de todos será possível ter um *campus* ambientalmente responsável e atingir o grande objetivo de alcançar a neutralidade carbónica.

Quadro 13: Síntese de metas da área Ambiente e Ação Climática

			2020	2021	Δ
pegada ecológica	diminuir em 20-25%		pegada de carbono 5 344 ton CO ₂	em apuramento no Relatório de Sustentabilidade de 2021	 2020
potência instalada para produção de energia fotovoltaica	aumentar em 75-100%		559,6 kVA	559,6 kVA	
consumo de papel	reduzir em 30-50%		7 623	5 447	

Para o quadriénio 2019-2023 foi definida como meta a diminuição da pegada ecológica entre 20-25%. O cálculo da pegada ecológica tem em conta o impacto das nossas atividades de consumo nos recursos naturais do Planeta, e é calculado no âmbito dos Relatórios de Sustentabilidade da Universidade de Coimbra. Para 2018, foi identificado como ponto de partida o valor de 5694 ton CO₂ da pegada de carbono (emissões diretas – scope 1 e indiretas – scope 2) – indicador usado temporariamente, enquanto se encontra em desenvolvimento o modelo de medição da pegada ecológica na UC.

Em 2021, no âmbito da elaboração do Relatório de Sustentabilidade de 2020 da Universidade de Coimbra, foi recalculada a pegada carbónica da UC, com base no Protocolo GEE desenvolvido pelo *World Business Council for Sustainable Development* e o *World Resources Institute*, o que provocou uma alteração ao valor de referência inicial da pegada de carbono do ano de 2018 para 6707 ton CO₂. O resultado que tinha sido anteriormente apresentado para o ano de 2019 sofreu também alterações com esta nova metodologia de cálculo, ascendendo a 6596 ton CO₂. Em 2020 a pegada de carbono da Universidade de Coimbra foi de 5344 ton CO₂ – já calculada com a nova metodologia –, tendo sofrido uma redução significativa quando comparada com o ano anterior (18,9%). Esta redução não poderá ser, contudo, dissociada da situação pandémica vivida em 2020. Considerando os valores que a pegada carbónica tem apresentado nos últimos anos, e a meta definida pela UC, constatamos que o resultado atingido em 2020 se encontra dentro do intervalo de valores para 2023.

A UC definiu como meta aumentar em 75-100% a potência instalada para produção de energia fotovoltaica (613,9 - 701,6 kVA) e tem procurado implementar ao longo do tempo soluções mais sustentáveis que possibilitem tornar os edifícios energeticamente mais eficientes e que permitam a redução de consumos e a utilização racional de recursos, indicador que manteve o mesmo resultado desde a última monitorização. A aposta na energia renovável, através do aumento da potência instalada para produção da energia fotovoltaica, é a cada ano que passa uma necessidade mais premente na Universidade de Coimbra e mais um passo a seguir para continuar a ser a universidade portuguesa mais sustentável, para operar a transição energética e contribuir para o cumprimento das metas nacionais definidas pelo governo no Plano Nacional Energia e Clima 2030, e de forma particular, os objetivos na área governativa da ciência, tecnologia e ensino superior.

No que respeita à utilização racional de recursos e à necessidade de redução/otimização do consumo de papel estabeleceu-se a meta de reduzir o consumo de papel em 30-50%. A Universidade de Coimbra tem efetuado um enorme esforço no sentido da transição digital, através da desmaterialização de todos os processos que possam ser executados digitalmente, tendo sido reduzida significativamente a quantidade de papel utilizada, esforço este que já está a produzir resultados comprovados.

No ano de 2021, e ainda em contexto da pandemia COVID-19, com um confinamento geral no primeiro semestre do ano, com um elevado número de pessoas em regime de teletrabalho, e um regime rotativo de trabalho presencial com teletrabalho no segundo semestre, voltou a verificar-se uma forte redução no consumo de papel. Quando comparamos a quantidade de papel adquirida no universo da UC e dos SASUC no ano de 2021 com o do ano de 2020, verificamos que ocorreu uma redução percentual na ordem dos 28,5%. Importa referir que esta alteração de contexto que possibilitou uma inesperada redução do consumo de papel é igualmente um forte sinal de que com a implementação de medidas de transição digital, de combate ao desperdício e o empenho de todos/as na utilização racional de recursos, será possível diminuir o consumo de recursos e reduzir claramente o impacte ambiental dos nossos comportamentos.

CIDADANIA, IGUALDADE E INCLUSÃO

Respeitando o espírito da sua matriz identitária, a Universidade de Coimbra assume-se como uma universidade global e inclusiva, tendo valorizado e individualizado, através do seu Plano Estratégico para 2019-2023, a área da Cidadania, Igualdade e Inclusão, em que preconiza, como uma das suas linhas de orientação, o combate às desigualdades de género e igualdade de oportunidades, eliminando desequilíbrios e barreiras.

Quadro 14: Síntese de metas da área Cidadania, Igualdade e Inclusão

		2020	2021	Δ
apoio a estudantes com necessidades educativas especiais	aumentar em 150-200% [medido em n.º de estudantes apoiados]	120	139	●
nível de representação de mulheres e de homens em júris de seleção e de avaliação (recrutamento e provas de doutoramento, respetivamente)	garantir mínimo de 33-40%	seleção: 39,5% M / 60,5% H doutoramento: 31,1% M / 68,9% H	seleção: 36,3% M / 63,7% H doutoramento: 35,8% M / 64,2% H	●
projetos com impacto social, em parceria com a CMC, ONG e/ou organizações da economia social	aumentar em 50-60%	15	18	●

Respeitando o espírito da sua matriz identitária, a Universidade de Coimbra assume-se como uma Universidade global e inclusiva, tendo valorizado e individualizado, através do seu Plano Estratégico para 2019-2023, a área da Cidadania, Igualdade e Inclusão, em que preconiza, como uma das suas linhas de orientação, o combate às desigualdades de género e igualdade de oportunidades, eliminando desequilíbrios e barreiras.

Relativamente ao apoio a estudantes com necessidades educativas especiais registou-se um acréscimo no número de estudantes acompanhados/as de 15,8%, dado o aumento de 120 estudantes apoiados/as no ano letivo 2019/2020 para 139 em 2020/2021. Realça-se que os Serviços de Ação Social deixaram de contabilizar este indicador por ano civil, tendo passado a ser aferido por ano letivo a partir da presente monitorização; e por este motivo todos os valores foram retificados retroativamente, de forma a possibilitar a comparabilidade entre eles. Para o cumprimento da meta é necessário que haja um aumento entre 150-200% em relação ao ano de referência, ou seja a existência de 173-230 estudantes a serem acompanhados/as em 2023. A tendência registada até agora foi positiva, mas é necessário um maior esforço neste âmbito para se atingir o cumprimento da meta.

Quanto ao nível de representação de mulheres e homens em júris de seleção e de avaliação (recrutamento e provas de doutoramento) estabeleceu-se o objetivo de garantir um limiar mínimo de 33-40% de mulheres/homens como meta em 2023. Quanto aos membros de júris de seleção em 2021, conclui-se que 36,3% eram mulheres e 63,7% eram homens, tendo-se registado um decréscimo de 8,1 p.p. na percentagem de mulheres relativamente a 2020 e um acréscimo de 5,3 p.p. na percentagem de homens. Já no que respeita a júris de doutoramento, foram compostos por uma percentagem de mulheres de 35,8% e de homens de 64,2% em 2021, correspondendo a um acréscimo de 15,1 p.p. na proporção de mulheres, género menos representado, e um decréscimo na percentagem de homens de 6,8 p.p. Conclui-se assim que no que respeita a júris de seleção e de doutoramento, a meta encontrava-se, no final de 2021, atingida.

No que diz respeito à meta de aumentar em 50-60% o número de projetos com impacto social, em parceria com a Câmara Municipal de Coimbra (CMC), organização não governamental e/ou organizações da economia social registou-se um acréscimo de 20%, quando comparamos 2021 com o ano anterior. Em 2021 foi desenvolvido um total de 18 projetos com impacto social, tendo-se registado uma evolução bastante positiva, estando já a meta superada desde o ano de 2020. Continuaram a ser desenvolvidos os projetos Fundo Solidário NExT, projeto social do Instituto Universitário Justiça e Paz; a parceria com a Fundação Altice - Khan Academy; o ORSIES - Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (com Fórum Estudante); a iniciativa “Somos Tod@s Digitais”, um projeto UC e AAC no âmbito do INCoDe.2030; o protocolo com a Fundação Altice para o desenvolvimento da Biblioteca Geral inclusiva; o Banco Alimentar Contra a Fome de Coimbra; o UC Transforma (um projeto com a Forum Estudante e o Transforma Brasil – e com o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior); o *Pint of Science* Coimbra (promovida pela *Pint of Science* Portugal, para levar a ciência às pessoas); o projeto *Together, Moving Forward*; e o Apoio a Estudantes em Confinamento (em parceria com a AAC).

A estes juntaram-se, em 2021:

- o protocolo de colaboração “Refeição (de)vida”, assinado entre a UC (via SASUC), a Associação Académica de Coimbra, e a *Re-Food 4 Good* – Associação, em março, estabelecendo um projeto pioneiro de combate ao desperdício alimentar e à exclusão social;
- os Diálogos CRIA, com atividades direcionadas para a população idosa;
- a entrega de compras por estudantes a cidadãos/ãs em isolamento;
- a parceria entre a UC e a CMC no relançamento da Ecovia, com o objetivo de contribuir para reforçar o selo de universidade mais sustentável;
- Voluntários para interagir com Seniores Ativos;
- Campanha de Recolha de Alimentos Associação Académica de Coimbra;
- Voluntários da Associação pela Redução Populacional e Abandono de Cães e Gatos (ARPA);
- Academia Ubuntu, a UC passou a integrar esta rede colaborativa informal, através dos Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra.

A young woman with long brown hair, wearing a black t-shirt, is looking down at a small tree sapling in a black plastic pot. She is holding the pot with both hands. The sapling has several green, serrated leaves. In the background, there are blurred green trees and foliage. The text 'sustentabilidade e responsabilidade social' is overlaid on the right side of the image in a white serif font, with a green diagonal line to its left.

/ sustentabilidade
e responsabilidade
social

3

3.1 AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

A Universidade de Coimbra adota uma perspetiva de gestão sustentável das suas atividades e recursos, permitindo-lhe responder às necessidades do presente, sem comprometer o futuro, reforçando a consciência e a ação cívica e avaliando impactos.

A sustentabilidade e a responsabilidade social representam atitudes, comportamentos e ações transversais à UC, que enquadram e estão sempre presentes na sua atividade, em compromisso com as linhas orientadoras da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. A assunção de compromissos do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas e o acompanhamento das estratégias nacionais, como as que são estabelecidas no Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2050, são imperativos e enformam uma necessidade global, que deve ter impacto na atuação a nível local.

Em linha com a meta nacional de neutralidade carbónica até 2050 e com a transição energética assumida no Plano Nacional de Energia e Clima 2030, a UC está comprometida com a promoção da descarbonização. A Universidade de Coimbra tem vindo a desenvolver uma estratégia de sustentabilidade ambiental que permitirá alcançar a neutralidade carbónica e consciencializar a comunidade académica para o impacto da mudança de comportamentos no combate às alterações climáticas, num perfeito alinhamento com o compromisso nacional.

A aposta na sustentabilidade reforçou-se em 2021 com a criação do Gabinete para o Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Coimbra (GDS.UC), através do Despacho 1005/2021, de 10 de novembro, que alterou o Regulamento da Administração da UC. Esta estrutura especializada vem colmatar algumas lacunas, centralizando competências e contribuindo para clarificar papéis e atribuições nos domínios da sustentabilidade e da responsabilidade social, operacionalizando a aposta numa comunidade académica focada num futuro sustentável e inclusivo.

Adicionalmente, através do mesmo Despacho, procedeu-se à reorganização do Serviço de Gestão do Edifício Segurança e Ambiente, que passou a designar-se de Serviço de Gestão das Instalações e Património (SGIP), redistribuindo as competências pela Divisão de Empreitadas e Projetos (DEP) e pela Divisão de Manutenção, Ambiente e Segurança (DMAS). Desta forma, pretendeu-se dar uma resposta mais adequada às novas necessidades, que terão um impacto significativo no esforço requerido aos serviços.

De destacar ainda a criação do Observatório para o Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Coimbra (ODS.UC), através do Despacho 11291/2021, de 17 de novembro, e que terá uma perspetiva mais abrangente de atuação, com a missão de refletir sobre matérias relacionadas com o desenvolvimento sustentável, apoiando a Equipa Reitoral nas diversas vertentes de sustentabilidade (ambiental, económica e social) e nas cinco dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 — Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

Estas cinco dimensões passaram a estar também explicitamente integradas na estratégia de desenvolvimento sustentável da UC, com a criação do seu quadro de referência, integrado na edição de 2020 do Relatório de Sustentabilidade de Universidade de Coimbra, publicado em 2021. Trata-se, à semelhança do que acontece com quadro de referência estratégica, de um modelo dinâmico, mas em permanente equilíbrio, em que o progresso num dos P apoia o progresso nos restantes: ao fazer movimentar, por exemplo, o Planeta, a UC contribuirá para que os restantes P se movimentem no mesmo sentido e à mesma velocidade; e da mesma forma, qualquer desenvolvimento num dos outros P fará avançar os restantes. A principal diferença deste modelo da UC para os habituais é o facto de colocar um P em destaque – as Pessoas. Tal mostra, e mais uma vez como no Plano Estratégico, o compromisso da UC para com o desenvolvimento sustentável só terá sucesso se for implementado com as pessoas e para as pessoas. As pessoas são assim a componente mais importante, assumindo um lugar destacado no modelo, servindo de eixo central ao movimento de todos os restantes P.

Figura 5: Quadro de referência de sustentabilidade



Em 2020, foi aprovado em Conselho de Ministros, o programa de recursos na administração pública para o período até 2030 – o ECO.AP 2030 –, que substituiu o anterior programa de eficiência energética na Administração Pública. Este programa prevê a adoção de medidas de eficiência energética e de outros recursos, fixando um conjunto de objetivos e metas, com o propósito de contribuir para a descarbonização e transição energética das atividades desenvolvidas pelo Estado, através da redução dos consumos de energia, água e materiais e respetivas emissões de GEE (Gases de Efeito de Estufa), verificados nas instalações afetas a edifícios, equipamentos, frotas e infraestruturas. Para monitorizar este programa, foi criado o barómetro ECO.AP, que será alimentado por um conjunto de elementos nomeados como “gestores de energia e recursos” (GER).

De modo a assegurar a implementação deste programa na UC, foram nomeados, em junho de 2021, dois GER para assegurar a referida monitorização. Até ao final do ano, foram registados os edifícios da UC no Barómetro Eco.AP, bem como a restante informação requerida (ainda que alguma o tenha sido por aproximação) – área útil, número de trabalhadores/as, CPE - código de ponto de entrega (eletricidade), CUI - código universal da instalação (gás), afetação de consumos, moradas, frações, entre outros. Os/AS técnicos/as da UC tiveram a oportunidade de frequentar algumas ações de formação e sensibilização promovidas pela ECO.AP, que decorreram no final do ano, sendo agora necessário elaborar o Plano de Eficiência da instituição para 2022/2024.

Alinhada com o forte compromisso assumido, a UC tem clara consciência de que a implementação de medidas e ações sobre matérias de sustentabilidade ambiental são, em primeira instância, do foro individual, mas verdadeiramente eficazes a nível global se forem assumidas e tomadas em conjunto, no coletivo de todos os agentes e parceiros, pensando, inovando e implementando em rede.

Através da Rede Campus Sustentável – criada no Encontro Campus Sustentável que teve lugar na Universidade de Coimbra, em 2018 –, pretende-se a partilha de conhecimento, de iniciativas e de casos de sucesso e ainda a promoção de ações conjuntas dentro da temática *campus* sustentável. As intervenções da RCS podem ser concretizadas sob diversas formas e contextos, baseando-se, idealmente, numa abordagem holística e integrada a que a UNESCO designa de abordagem *Whole-School*. Considerando esta perspetiva integradora, bem como os ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas, as atividades da RCS podem enquadrar-se em seis grandes dimensões: operações e iniciativas nas instalações; ensino e *curricula*; investigação e desenvolvimento; avaliação e comunicação; gestão organizacional; e comunidades externas.

Decorrente da criação da Rede, a Universidade de Coimbra, juntamente com mais 21 IES portuguesas, assinou em 2019 uma carta de intenções de *campus* sustentável, o Compromisso das Instituições de Ensino Superior com o Desenvolvimento Sustentável, que corresponde a mais um compromisso institucional, individual e coletivo, com os princípios e a prática do desenvolvimento sustentável.

Do concurso promovido pela Rede Campus Sustentável em 2021, “*From Linear to Circular Ideas*”, com o objetivo de estimular a criação de o desenvolvimento de ideias e soluções para os desafios da economia circular surgiram 30 ideias. Este concurso contou com 144 participantes, de 14 instituições portuguesas, brasileiras, de universidades e

politécnicos. O concurso envolveu sessões de mentoria e formação com entidades parceiras e planeia novas edições no futuro.

A existência de edifícios históricos classificados como património mundial da UNESCO requer, naturalmente, um esforço adicional na análise das medidas a implementar, salvaguardando a interação e adaptação desse património ao meio ambiente ao longo de séculos. A UC continua focada em adotar soluções protetoras do ambiente, desenvolvendo uma estratégia de sustentabilidade ambiental, com soluções inovadoras e sustentáveis, que tornem os edifícios energeticamente mais eficientes, melhorando as condições térmicas, acústicas e de iluminação, reduzindo consumos, promovendo a utilização racional de recursos e privilegiando a produção de energias renováveis nos seus *campi*.

A potência instalada de painéis fotovoltaicos na UC era de 559,6 kVA no final do ano de 2021. Desde 2019, com a conclusão do projeto de instalação deste sistema de produção de energia verde, o polo II da UC passou a ser um polo universitário alimentado a energia fotovoltaica, ficando em funcionamento um total de 1812 painéis só neste polo. Tal permitiu, juntamente com os restantes painéis em funcionamento, uma produção de 0,67 GWh de energia, o que representa um aumento de 9,0% face ao ano anterior (0,61 GWh) e corresponde a 4,4% da eletricidade consumida na UC e nos SASUC no ano de 2021.

Estes resultados permitiram uma redução considerável da pegada de carbono, de acordo com os dados do último Relatório de Sustentabilidade da UC referente ao ano de 2020, publicado em novembro de 2021. A energia produzida durante 2020 permitiu reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em cerca de 63 ton CO₂ eq., quando comparado com o primeiro ano com dados disponíveis.

Ainda no que toca aos painéis, referem-se os 222,2m² de painéis solares para utilização de água quente sanitária.

Figura 6: Pegada carbónica total (ton CO₂,E)



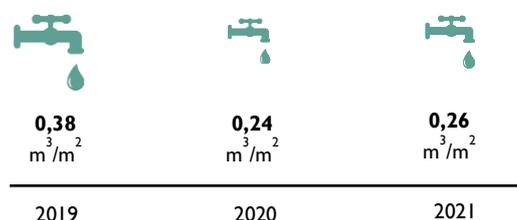
No que diz respeito aos consumos de energia, verificou-se um aumento do consumo por m² utilizado entre 2020 e 2021, quer de eletricidade (+3,4%), quer de gás (+11,4%), como se demonstra na figura seguinte, correspondente a um aumento de consumo total de energia de 19,30 GWh para 20,33 GWh, ainda assim valor bastante abaixo do total registado em 2019 (23,93 GWh).

Figura 7: Consumos de energia por área utilizada



Relativamente ao consumo de água por m^2 utilizado, verificou-se a mesma tendência, como se apresenta na próxima figura, com um aumento de 4,9% face ao ano anterior, correspondente a um aumento total de 110 777 m^3 para 116 215 m^3 .

Figura 8: Consumo de água por área utilizada



Os aumentos de consumos serão essencialmente explicados pela retoma das atividades presenciais, com o aumento do número de pessoas nas instalações e, conseqüentemente, o aumento de consumos associados ao seu funcionamento. Mas em paralelo, procurou-se implementar soluções mais sustentáveis, que permitem tornar os edifícios energeticamente mais eficientes e que permitam a redução de consumos e a utilização racional de recursos, contribuindo para amenizar os aumentos que decorrem da referida retoma. De entre várias medidas, intervenções e aquisições, referem-se as destinadas a melhorar as condições térmicas, as acústicas e também de iluminação dos edifícios – incluindo a substituição progressiva de sistemas de iluminação por alternativas ambientalmente mais sustentáveis.

No que respeita ao consumo de papel, a UC e os SASUC continuam a registar reduções: em 2021 verificou-se uma diminuição de 28,5% na aquisição de papel face ao ano anterior; se compararmos o valor anual de 2021 com o valor médio anual do triénio anterior (de forma a absorver as variações pontuais anuais), a redução atinge um significativo valor de 64,7%. Estas reduções foram alavancadas pelo contexto de pandemia e por medidas como o ensino remoto e as novas formas de trabalho – desde o teletrabalho ao regime combinado e rotativo de trabalho presencial com teletrabalho –, mas são principalmente resultado do esforço e do trabalho desenvolvido no âmbito da desmaterialização de processos, que passaram na sua maioria a ser executados digitalmente.

Importa referir que esta alteração de contexto que possibilitou uma inesperada redução do consumo de papel, é igualmente um forte sinal de que com a implementação de medidas de combate ao desperdício e o empenho de todos/as na utilização racional de recursos, será possível diminuir consumos e reduzir claramente o impacto ambiental dos nossos comportamentos.

A iniciativa interdisciplinar Energia para a Sustentabilidade da Universidade de Coimbra é uma plataforma de colaboração multidisciplinar que congrega docentes de diversas faculdades e de mais de uma dezena de unidades de I&D, com longa experiência em temas ligados à energia e ao desenvolvimento sustentável, tendo por objetivo dar resposta a desafios na área da sustentabilidade energética. A EFS-UC desenvolve a sua atividade em quatro frentes: formação avançada interdisciplinar, investigação científica em domínios interdisciplinares, transferência de conhecimento e de tecnologia para a sociedade e gestão e desenvolvimento sustentáveis dos polos universitários.

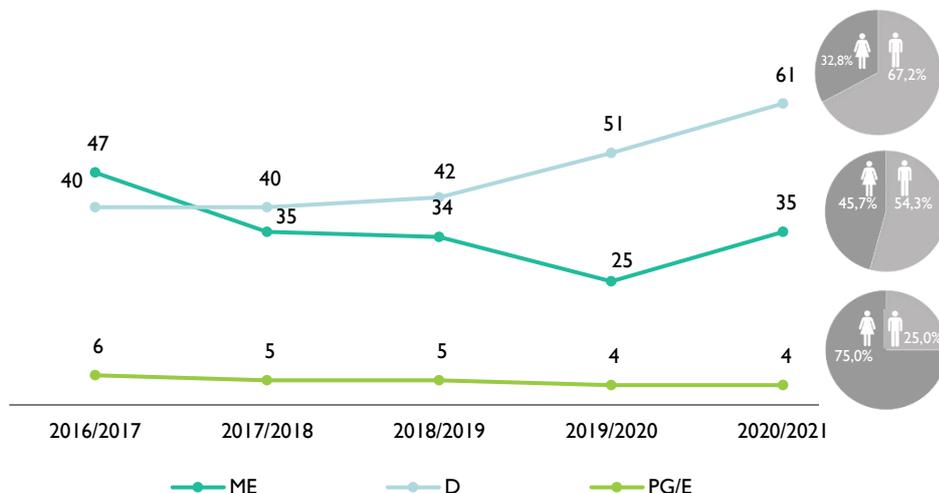
A UC, através da EFS-UC, integra a *European Platform of Universities Engaged in Energy Research, Education and Training*, que inclui universidades de toda a Europa que possuem capacidade de investigação e ensino na área da energia. A EFS-UC é ainda membro fundador da *European School of Sustainability Science and Research* e membro do *Inter-University Sustainable Development Research Programme*.

A propósito do dia mundial da Energia, foi celebrado um Memorando de Entendimento entre a UC – através da Efs – e a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Este protocolo visa materializar um longo percurso de grande proximidade entre a UC e a ERSE, com parcerias académicas e de formação, estágios e participações em eventos organizados pelas duas entidades nas temáticas de eficiência energética, energias renováveis, armazenamento de energia, mercados de energia, gestão da procura de energia e recursos energéticos distribuídos, entre outras.

Ainda no âmbito da Efs-UC, são disponibilizados três programas de formação avançada – doutoramento em sistemas sustentáveis de energia, mestrado em energia para a sustentabilidade e curso de especialização avançada em energia para a sustentabilidade – que assumem um carácter marcadamente interdisciplinar e com forte interação com a

indústria e a sociedade em geral, tanto do ponto de vista dos sistemas urbanos como dos sistemas de produção industrial e de energia, dos edifícios e dos transportes. Estes cursos contaram, no ano letivo 2020/2021, com 76 estudantes inscritos/as (dos/as quais 54 no 3.º ciclo).

Gráfico 2: Estudantes inscritos/as em cursos de sustentabilidade ambiental



Aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre a mitigação, adaptação, redução do impacto e alerta precoce da mudança do clima passa também pela constante adaptação da oferta formativa. Paralelamente aos cursos da Efs-UC, a UC oferece outros três ciclos de estudos, um novo programa doutoral em Desenvolvimento Sustentável da Floresta e dois mestrados na área de sustentabilidade ambiental – Eficiência Acústica e Energética para uma Construção Sustentável e Gestão Sustentável do Ciclo Urbano da Água – nos quais se inscreveram 24 estudantes, totalizando 100 estudantes em 2020/2021 no conjunto dos seis cursos mencionados.

Realça-se ainda a criação de um novo curso, mestrado em Cidades e Comunidades Sustentáveis, criado no âmbito da Aliança EC2U – Campus Europeu de Cidades Universitárias e que começará a ser ministrado em 2022/2023. Trata-se de um mestrado de dois anos, lecionado em inglês pela UC, pela Universidade de Poitiers (França) e pela Universidade de Turku (Finlândia), que visa formar futuros profissionais nacionais e internacionais com diversas formações de base, nos domínios do ambiente, energia, planeamento urbano e recursos naturais.

A Cátedra UNESCO em Biodiversidade e Conservação para o Desenvolvimento Sustentável foi estabelecida oficialmente na Universidade de Coimbra em 2014, tendo sido obtida a sua renovação até 2021. Constituída como uma plataforma integrada de investigação, formação, informação e comunicação de ciência nos domínios da biodiversidade, ecologia, conservação e desenvolvimento sustentável, entre Portugal e outros países lusófonos, foi a primeira Cátedra da UC com o selo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Em 2021, foram diversas as atividades promovidas, destacando-se:

- a promoção do festival de cinema ambiental, em parceria com o CineEco Seia, com uma edição no TAGV e outra online;
- o ciclo de conferências online “Science & Society For Sustainability” (webinar com 5 edições);
- a participação na primeira edição da Academia de Ação Climática em Portugal.

Alinhada com o compromisso na gestão sustentável das suas atividades e recursos, tendo sempre como objetivo responder às necessidades do presente, sem comprometer o futuro, a UC estimula o envolvimento contínuo e a contribuição dos/as seus/uas investigadores/as, alocando as competências e valências técnicas e científicas de que dispõe, no acompanhamento e mitigação do impacto das alterações climáticas e no alcançar conjunto da sustentabilidade ambiental.

A Noite Europeia dos Investigadores de Coimbra de 2021 procurou responder à questão “como pode a ciência contribuir para o conhecimento sobre as causas e efeitos das alterações climáticas e para a neutralidade do clima até 2050?”, tendo contado com cerca de 1800 visitantes (contabilizados/as através dos/as utilizadores/as da WebApp criada especialmente para o evento). O evento teve a participação de 26 unidades I&D, 13 museus, centros de

ciência, entidades culturais e serviços e 42 comerciantes e lojistas da Alta e Baixa de Coimbra, estando envolvidos/as 365 investigadores/as, 239 do sexo feminino e 126 do sexo masculino e 35 estudantes de doutoramento como voluntários/as. Através das várias atividades propostas, pretendeu-se promover a sensibilização dos/as cidadãos/ãs, em especial os/as mais novos/as, para a investigação e inovação empenhada no desenvolvimento de tecnologia, indústria e transportes verdes, bem como preservação de ecossistemas e recursos naturais, contribuindo para aproximar ainda mais a Universidade e os seus investigadores/as da sociedade civil e promovendo verdadeiras oportunidades para que as comunidades partilhem as suas preocupações e expectativas sobre a investigação, ciência e alterações globais.

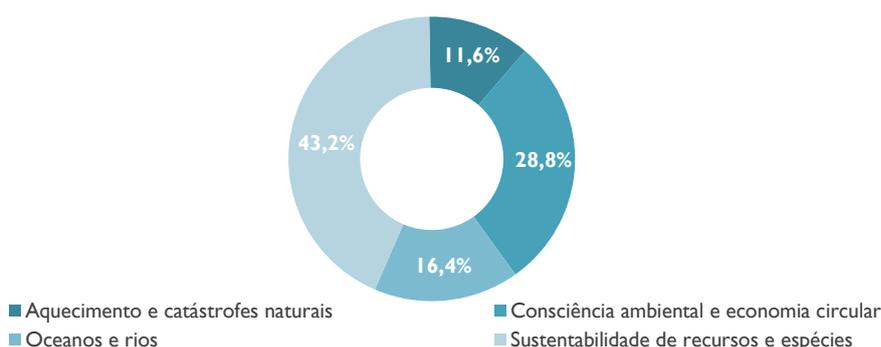
Para estimular a ciência cidadã na proteção dos cursos de água, alertando a comunidade escolar e a sociedade para a necessidade de cuidar e proteger os cursos de água, foram criadas por investigadores/as da UC duas bandas desenhadas, intituladas *Grasping the Stream With a Litter Bag* e *Which Should I Eat?*, produzidas no âmbito do projeto europeu *LivingRiver – Caring and protecting the life and culture around rivers and streams*, que explicam os procedimentos a executar no campo e no laboratório, respetivamente, para avaliação da integridade funcional dos ribeiros e dos efeitos de atividades antropogénicas em organismos aquáticos, reunindo investigadores/as e organizações não-governamentais de Portugal, Espanha, Roménia e Turquia.

Uma equipa de investigadores/as da UC, no âmbito do projeto europeu BIOREDE, tem em curso a criação de uma rede de pesca totalmente biodegradável e biocompatível, que possa substituir as atuais, feitas de nylon, fibra sintética da família dos plásticos, não degradável. Este projeto visa a sustentabilidade da pesca artesanal e a proteção dos oceanos e nasceu de uma investigação científica no âmbito da ação UC MAR - Transferência de Conhecimento ao Serviço da Economia do Mar, e conta com uma parceria com a associação de pesca local FigPesca, na Figueira da Foz, que irá testar a nova rede em condições reais. Destaca-se outro projeto da UC MAR, denominado ART FISH, que assenta na avaliação das espécies capturadas por embarcações de pesca local – que representam quase 80% da frota pesqueira nacional – na costa entre a Figueira da Foz e Viana do Castelo.

A Universidade de Coimbra é uma das 20 parceiras do rePLANT, um projeto apoiado pelo Compete/Portugal 2020 que corresponde a um investimento de 5,6M€. Este consórcio multidisciplinar, reunido pelo ForestWISE - Laboratório Colaborativo para Gestão Integrada da Floresta e do Fogo, visa a implementação de oito estratégias, estruturadas em atividades de investigação industrial de três grandes setores (gestão da floresta e do fogo, gestão do risco e economia circular e cadeias de valor), prevendo utilizar a robótica nas operações florestais e desenvolver novos modelos de gestão florestal sustentável para as principais espécies florestais portuguesas.

A otimização de investimentos e a captação de instrumentos de financiamento e de incentivos confere suporte e sustentabilidade financeira aos objetivos de sustentabilidade e de gestão sustentável das atividades e recursos. Em 2021, a UC contratualizou com as entidades financiadoras, nacionais e internacionais, 50 projetos cujo foco de investigação está precisamente nos temas ambientais, com financiamento aprovado de 7,26M€. Estes 50 projetos correspondem a 25,0% do total de projetos contratualizados em 2021 e a 13,4% do total de financiamento contratualizado ao longo do ano. Apesar do aumento do número de projetos face ao ano anterior (de 15 para 50), o financiamento aprovado foi ligeiramente inferior (-0,25M€). O gráfico infra espelha a repartição do financiamento em I&D nestas áreas, contratualizado em 2021, em função das diferentes óticas e preocupações dentro do universo das questões ambientais.

Gráfico 3: Distribuição do financiamento contratualizado nas temáticas ambientais



Na esfera do Grupo UC e no âmbito das preocupações sobre sustentabilidade ambiental e impactos das alterações climáticas, é ainda de referir o trabalho desenvolvido pelas estruturas que integram o perímetro de consolidação durante o ano de 2021.

O Itecons, reconhecido como Entidade Qualificada para os Vales Economia Circular, Indústria 4.0, Comércio e Oportunidades de Investigação, desenvolveu um largo conjunto de atividades na área da eficiência energética em edifícios de serviços, incluindo processos de reabilitação e certificação energética. Também na área específica da água, o Itecons desenvolveu diversos trabalhos, nomeadamente a revisão de projetos de abastecimento e drenagem de águas residuais, de vistorias e inspeções a redes prediais de águas e esgotos. Dos projetos iniciados em 2021, destaca-se o projeto SYNAPPS, que tem como principal objetivo a conceção, desenvolvimento e validação em condições reais de uma plataforma de estimação, controlo e otimização de estações de tratamento de águas residuais, no sentido de reduzir o impacto ambiental das águas residuais geradas pela população.

No âmbito dos comportamentos, da sensibilização e participação ativa da comunidade, da proteção e valorização dos espaços verdes, da requalificação ambiental, da sensibilização, participação e envolvimento da comunidade académica – sendo notório que os/as jovens estão cada vez mais mobilizados/as para a proteção ambiental –, a UC estimula o envolvimento de todos/as, e em particular dos/as seus/uas estudantes, em ações relacionadas com a promoção da sustentabilidade ambiental.

A Universidade de Coimbra, reforçando a sua posição de instituição mais sustentável do país e 21.^a a nível mundial no âmbito do *THE Impact Rankings 2021*, apresentou a primeira Academia para a Ação Climática em Portugal. Esta Academia resultou de uma parceria entre a UC e a 2811 – uma plataforma internacional para a mudança ecológica e social que conta com o apoio da *Climate-KIC* (programa *Knowledge and Innovation Community* da União Europeia) -, e tem por objetivo a sensibilização dos/as cidadãos/ãs para o encontro de soluções para as alterações climáticas, concretizando-se através de um programa de formação digital. O programa tem uma projeção internacional e está presente em mais de 12 países na Europa e na América Latina, contribuindo para preparar os/as formandos/as para a educação sobre as alterações climáticas.

De forma a mobilizar e sensibilizar a sociedade a pensar não só sobre a temática da sustentabilidade ambiental, mas também sobre as outras vertentes da sustentabilidade, foi lançada a campanha "Salvar o Futuro" (<https://salvarofuturo.uc.pt/>), com o principal objetivo de acolher propostas (e soluções) para a concretização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, procurando garantir a cada pessoa ou grupo uma participação cívica ativa relativamente a temas importantes para o futuro da sociedade e do planeta. Ouvindo os/as cidadãos/ãs, a UC percebeu melhor as necessidades concretas das pessoas, permitindo tomar opções mais conscientes e tornará mais eficiente e eficaz a sua intervenção relativamente aos ODS.

A UC.Plantas, iniciada em 2017, é um exemplo de iniciativas de envolvimento e de cidadania ambiental, levada a cabo num espaço verde privilegiado, o Jardim Botânico, inserido no sítio Universidade de Coimbra, Alta e Sofia Património da Humanidade da UNESCO. Fundado em 1772, por iniciativa do Marquês de Pombal, o JBUC está localizado no coração da cidade e estende-se por mais de 13ha. Em linha com as missões de conservação da biodiversidade, educação e divulgação de ciência, sensibilização para o conhecimento e importância da diversidade vegetal, das alterações climáticas e da utilização sustentável de recursos, a UC.Plantas convida os/as novos/as estudantes a adotar e cuidar de uma planta da flora nativa do território nacional. Em outubro de 2021, foram disponibilizadas 300 plantas autóctones, árvores e arbustos aos/às estudantes do 1.º ano, para ficarem ao seu cuidado até ao momento de poderem ser plantadas. As árvores adotadas no âmbito desta iniciativa são plantadas em espaços verdes da região, em colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, reforçando a responsabilidade ambiental da UC. Para além de acompanhar o crescimento das plantas, os/as estudantes foram convidados/as a participar em oficinas e palestras sobre a temática da conservação, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

A preocupação com o desperdício alimentar e a atitude ecologicamente responsável de todos os membros da comunidade académica é um elemento basilar da atuação da UC. É diariamente reconhecida a urgência da materialização da cultura de combate ao desperdício e da adoção dos princípios da economia circular, assentes na redução, reutilização, recuperação e reciclagem.

Na ótica da promoção da sustentabilidade ambiental na área alimentar, destaca-se a campanha dos SASUC “Menos é Igual a Mais”. A campanha, iniciada em 2015, assenta em três ideias-base: adoção de métodos de confeção promotores de eficiência na utilização dos alimentos; adaptação da quantidade oferecida às necessidades individuais; e monitorização do desperdício, que vai sendo comunicada à comunidade universitária, uma vez que se manifesta fundamental a sensibilização permanente e próxima do/a consumidor/a final. Tendo em conta as refeições servidas por ano, com recurso ao indicador índice de restos (IR) afere-se a relação entre o consumido e o oferecido (desperdício por utente, em g, em relação ao peso da refeição distribuída, em g), servindo igualmente como suporte à avaliação da satisfação. O IR é um indicador de qualidade, pelo que a sua adoção permite medir a qualidade das refeições servidas e a correta adaptação da ementa às necessidades e satisfação da população Universitária. Assim, quando o IR é baixo, é possível concluir que o prato corresponde a uma das preferências dos/as utentes, ao mesmo tempo que indica valores de desperdício muito baixos.

Recordamos que os dados da primeira monitorização estimaram o desperdício alimentar nas cantinas em oito toneladas mensais e, desde então, que se vem verificando a redução continuada do desperdício alimentar, tendo-se aferido em 2017, ao final de três anos de campanha, uma redução de cerca de 68%.

Em 2021, os valores obtidos das medições do IR revelam um nível ótimo de desperdício nas cantinas da UC (IR<3,37%), conforme quadro da evolução da campanha.

Quadro 15: Campanha “Menos é igual a Mais” – IR

	2019	2020	2021
IR (%)	4,0	4,5	3,37

Ainda no combate ao desperdício alimentar, a UC, a AAC e a *Re-Food* tornaram-se parceiros no projeto “Refeição (de)Vida”, conjugando esforços no sentido de distribuir e encaminhar o excedente de refeições cujo aproveitamento já não é possível no dia seguinte, contribuindo assim para atingir o “desperdício zero”. A comunidade académica é voluntária na recolha do excedente alimentar que posteriormente é entregue a quem precisa, e desde o início desta parceria, e até novembro de 2021, tinham sido doadas cerca de 4 100 refeições.

Em 2021 continuou a efetuar-se o encaminhamento óleos alimentares para tratamento. À semelhança do verificado com os consumos, em 2021 constata-se um aumento em relação a 2020, resultado da retoma da atividade, sem que, no entanto, se possa ainda comparar com os níveis pré-pandemia.

Quadro 16: Óleos alimentares encaminhados para tratamento

	2017	2018	2019	2020	2021
Óleos alimentares (litros)	5 165	5 580	5 058	1 785	2 395

Importa mencionar a celebração do contrato de economia circular envolvendo a reutilização de óleos alimentares, usados na produção de produtos de higiene e limpeza ecológicos, com a subsequente aquisição dos mesmos, a uma *startup* nascida e alojada na UC, a EcoXperience. Esta *startup* foi criada com o objetivo de repensar a forma como os detergentes são obtidos, bem como o modelo tradicional de comercialização dos mesmos. É a primeira marca a nível mundial a fazer a valorização de um resíduo – óleo alimentar – para obtenção de produtos de limpeza amigos do ambiente – 100% biodegradáveis e com reduzido impacto ambiental.

No âmbito da sustentabilidade ambiental, destaca-se ainda um conjunto de iniciativas dos SASUC orientadas para a redução do impacto ambiental dos serviços prestados, nas vertentes da redução de consumos, de redução da produção de resíduos, da adoção de critérios e medidas ambientais (em alinhamento com a Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas e com a Resolução de Conselho de Ministros 141/2018, que promove uma utilização mais sustentável de recursos na Administração Pública através da redução do consumo de papel e de produtos de plástico), de redução das emissões de CO₂ e de sensibilização para a sustentabilidade ambiental:

- promoção do uso sustentável do plástico, nomeadamente mediante introdução de alterações em contratos públicos e substituição de alguns produtos a adquirir: aquisição de água em embalagens cartonadas TetraPak, de copos de cartão e paletinas de madeira para café, de palhinhas de papel e de embalagens para *takeaway* em cartão e alumínio; substituição, nas máquinas de *vending* de bebidas, de copos e paletinas de plásticos por copos de cartão e paletinas de madeira; produção de sacos pano para acondicionamento de roupas do Espaço Costura e para o circuito de recolha de receita em numerário, promovendo a reutilização de tecidos e a substituição dos sacos de plásticos utilizados até então;
- promoção da reutilização de tecidos e outros materiais têxteis para produção de novos materiais utilizados na atividade diária dos SASUC, como sejam sacos de pano para transporte de roupas, substituindo os sacos de plástico anteriormente utilizados, ou almofadas para as residências universitárias, entre outros;
- disponibilização de lavandarias self-service nas residências universitárias e na Lavandaria, Engomadoria e Espaço Costura (LEEC), na ótica da implementação do princípio do utilizador-pagador, visando a promoção de redução consumos responsáveis de recursos, pelos/as utilizadores/as dos serviços;
- substituição progressiva de equipamentos e consumíveis de iluminação, bem como instalação de novas soluções, no sentido da redução de consumos energéticos e de água: substituição progressiva de todas as lâmpadas por lâmpadas LED, aquisição de eletrodomésticos com níveis de eficiência superiores, instalação de detetores de movimento para a iluminação das zonas comuns das residências; substituição gradual das torneiras existentes por torneiras mais eficientes e instalação de redutores de caudal de águas sanitárias em todas as torneiras e chuveiros das residências universitárias.
- realização de estudo para a instalação de baterias de condensadores para eliminar o valor pago pela energia reativa, nos edifícios dos SASUC que utilizam esta energia.

3.2 CIDADANIA, IGUALDADE E INCLUSÃO

Respeitando o espírito da sua matriz identitária, a Universidade de Coimbra assume-se como uma Universidade global e inclusiva, tendo valorizado e individualizado, através do seu Plano Estratégico para 2019-2023, a área da Cidadania, Igualdade e Inclusão. Assume assim como um dos seus desígnios a promoção da cidadania ativa e esclarecida, socialmente responsável e inclusiva, preservando o direito a ter direitos, no respeito pela dignidade, pela igualdade e pelo direito à diferença, para que todos/as possam atingir o seu potencial, numa construção coletiva de objetivos e desafios comuns.

O referido desígnio convoca o desenvolvimento de princípios e de políticas internas que reforcem a integração da igualdade e da diversidade nos mais diversos níveis da sua atuação, que robusteçam o preceito de que para situações idênticas, tratamento idêntico, que contribuam para a consciencialização da comunidade e que conduzam a uma maior salvaguarda da equidade e da diversidade – o que se encontra espelhado ao longo do presente capítulo.

Neste contexto, a após a aprovação, em 2020, da Carta de Princípios para a Igualdade, Equidade e Diversidade da Universidade de Coimbra – que integra 10 princípios estruturantes das práticas e políticas, tendo como fio condutor a orientação assumida no combate às desigualdades e na eliminação de desequilíbrios e barreiras, garantindo a igualdade de oportunidades de acesso e de fruição de direitos, e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas –, em 2021 a UC reforçou o seu compromisso e empenho na promoção de uma cultura organizacional mais justa e inclusiva com o lançamento do PIED.UC, que envolveu toda a instituição e que tem como principal objetivo combater as desigualdades e promover a equidade no meio académico.

No final do ano, das 21 metas definidas no PIED.UC, 19 tinham tido uma evolução positiva face à situação de partida (2017, ano de referência do diagnóstico de género efetuado na UC no âmbito do projeto SUPERA), e destas, 10 correspondiam já a metas atingidas.

Quadro 17: Evolução das metas do PIED.UC

	Metas	%
Positiva	19	90,50%
Neutra	1	4,75%
Negativa	1	4,75%
	21	100%

O PIED.UC contribuiu também para que a igualdade de género se mantenha na agenda da UC, conjuntamente com o projeto SUPERA - *Supporting the Promotion of Equality in Research and Academia*, que tem por objetivo desenvolver planos de ação para a integração da perspetiva de género nas instituições académicas, apoiando-as na integração de ações de melhoria em várias áreas, nomeadamente na gestão de recursos humanos, nas tomadas de decisão e nos programas e conteúdos educativos.

Ainda neste âmbito, o projeto GendER@UC - *Gender-Equal Research* recebeu financiamento pelo programa “Conciliação e Igualdade de Género” no âmbito do “EEA Grants - Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu”, permitindo que ao longo de três anos uma equipa multidisciplinar desenvolva diversas atividades para responder à complexidade das desigualdades de género na investigação. No seguimento deste financiamento, foi criado o projeto GendER@UC EEA Grants, que pretende promover a igualdade de género na investigação científica, quer em termos de gestão do processo e carreira de investigação – incentivando a participação equilibrada de investigadoras e de investigadores nas equipas, na gestão de recursos e na tomada de decisões –, quer pela promoção de um conhecimento mais inclusivo, representativo e socialmente relevante. Este projeto foi apresentado em 2021, durante a Conferência sobre Igualdade de Género na Investigação.

O Consórcio *Coimbra Health*, da *M8 Alliance*, constituído pela UC e CHUC em 2019, realizou um memorando de entendimento com a *Women in Global Health* – construída com base num movimento global que engloba todos os géneros e origens para alcançar a igualdade de género na saúde – como forma de promover a liderança das mulheres nos desafios da saúde global. Neste âmbito, a UC e a Embaixada Britânica em Lisboa lançaram uma série de *workshops Women in Health – Workshop Series* para promover uma maior participação das mulheres em papéis de liderança no setor da saúde e debater os principais desafios para alcançar este objetivo. Em 2021 foi promovido o primeiro *workshop How does climate relate to (our) Health?*, no qual foi debatido a relação entre o clima e a saúde, avaliando como as mudanças climáticas futuras podem afetar a saúde do mundo e da mulher.

Os Serviços de Ação Social assumem um papel de destaque no GPUC no que à Cidadania, Igualdade e Inclusão respeita, constituindo a entidade destinada a levar à prática a ação social na Universidade de Coimbra e tendo como missão prosseguir “os objetivos que a lei lhes atribui, apoiando os estudantes: com medidas de apoio social direto: bolsas de estudo e auxílios de emergência; e com medidas de apoio social indireto: acesso à alimentação e ao alojamento, acesso a serviços de saúde, apoio a atividades culturais e desportivas, e acesso a apoio psicopedagógico e a outros apoios de caráter educativo.” (Estatutos da Universidade de Coimbra, art.º 28.º).

A atribuição de apoios sociais diretos compreende a gestão de processos de bolsas de estudo e do Fundo de Apoio Social da UC, programa de benefícios sociais com recurso a receitas próprias da Universidade de Coimbra.

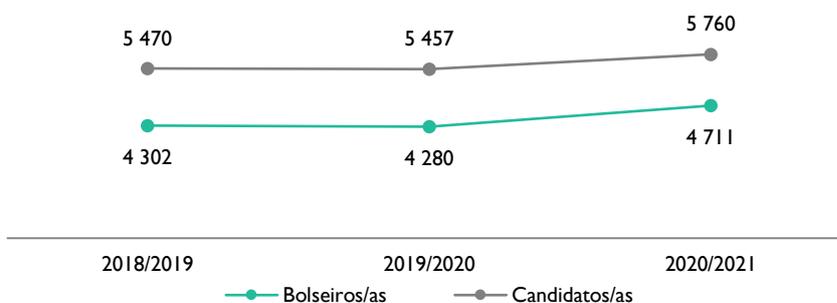
As bolsas de estudo são atribuídas ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, que tem sido alvo de sucessivas alterações. No ano letivo 2020/2021, o Regulamento foi alterado, com o objetivo de materializar medidas aprovadas pelas Leis do OE para 2020, Orçamento Suplementar e PEES - Programa de Estabilização Económica e Social, incluindo, ainda, medidas complementares destinadas à simplificação de procedimentos.

Das principais alterações, destacam-se o alargamento das bases sociais de apoio, com o aumento do limiar de elegibilidade, e o reforço do valor da bolsa mínima, bem como do valor do complemento de alojamento fora de residência universitária. O Regulamento passou, também, a prever um conjunto de normas transitórias, para adaptar a respetiva aplicação à situação pandémica, quer no que se refere a eventuais obstáculos à frequência e avaliação dos/as estudantes, quer em termos de revisão do valor de bolsa atribuído sempre que tivesse ocorrido, por força da pandemia, alteração dos rendimentos do agregado familiar.

No que concerne à simplificação de procedimentos, foram criados mecanismos de atribuição automática para garantir maior celeridade na concessão e pagamento das bolsas, a título provisório, para estudantes que concluíram um ciclo de estudos no ensino superior e prosseguiram estudos, e também para estudantes que ingressaram no ensino superior e eram beneficiários/as do 1.º escalão do abono de família no ensino secundário. O mecanismo de atribuição automática relativo a estudantes com bolsa atribuída no ano anterior foi clarificado pelo Despacho I 1004/2020, de 10 de novembro.

Relativamente ao ano letivo 2020/2021, o número de candidatos/as a bolsas de estudo registou um acréscimo de 5,6% (mais 303 candidatos/as) em relação ao ano letivo anterior. Quanto ao número de bolseiros/as, a tendência foi semelhante, tendo-se registado um aumento de 431 estudantes, ou seja, mais 10,1%. Constatou-se que se registou também um aumento na relação entre o número de bolsas atribuídas e o número de candidaturas efetuadas, passando de um rácio de 78,4% para 81,8%, entre 2019/2020 e 2020/2021.

Gráfico 4: Evolução do número de bolseiros/as



Os principais motivos de indeferimento da atribuição de bolsa em 2020/2021 foram os rendimentos *per capita* do agregado superiores aos limites de capitação definidos no Regulamento (48%) – menos cinco p.p. face ao ano anterior –, e o não cumprimento dos requisitos de aproveitamento escolar (19%) – menos um p.p. em relação a 2019/2020. Tendo como objetivo auscultar os/as estudantes relativamente ao indeferimento de bolsa, às implicações do indeferimento na sua vida pessoal e académica, às perspetivas sobre a continuidade dos estudos em resultado do indeferimento e verificar se existe interesse em novo contacto pelos SASUC, com vista à análise da situação e de avaliação de respostas sociais alternativas à bolsa de estudo, é remetido um inquérito aos/as estudantes a quem foi rejeitada a bolsa de estudo. No que respeita ao ano letivo 2020/2021, o inquérito foi remetido a 1028 estudantes, tendo sido obtidas 322 respostas válidas; de entre os/as respondentes, 133 indicaram a necessidade de serem contactados/as pelos SASUC.

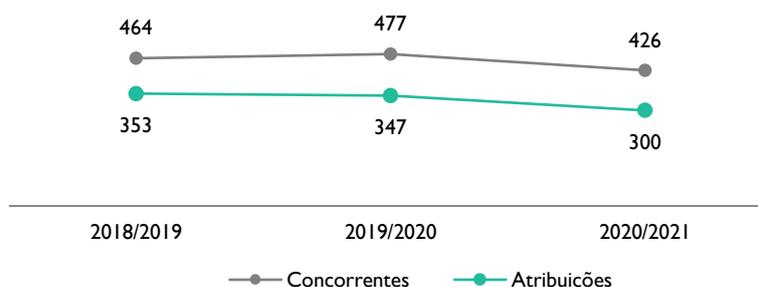
Os contactos foram então efetuados em maio de 2021, com vista à realização de um diagnóstico personalizado da situação socioeconómica e das dificuldades manifestadas por estes/as estudantes, bem como os encaminhamentos para respostas sociais que lhes permitissem colmatar as dificuldades identificadas. Assim:

- três estudantes seguiram para reanálise do processo de bolsa DGES;
- 78 estudantes foram encaminhados/as para o FAS;
- 47 estudantes foram encaminhados/as para o PASEP (Programa de Apoio Social a Estudantes através de Atividades de Tempo Parcial);
- 14 estudantes foram encaminhados/as para o apoio psicopedagógico;
- 12 estudantes foram encaminhados/as para os serviços de saúde da UC;
- oito estudantes foram encaminhados/as para a consulta do jovem universitário (saúde mental);
- oito estudantes foram encaminhados/as para alojamento em residência universitária;
- um/a estudante foi encaminhado/a para o apoio à infância dos SASUC;
- dois/uas estudantes foram encaminhados/as para o Fundo Solidário (coordenado pelo Instituto Universitário Justiça e Paz);
- e sete estudantes foram encaminhados/as para outras entidades, designadamente para apoio alimentar e para outras bolsas de apoio à frequência do ensino superior (Bolsas Santander Futuro).

O FAS foi criado pela UC em 2004, com o duplo objetivo de compartilhar despesas com propinas dos/as estudantes não bolseiros/as, com manifestas dificuldades económicas, e fazer face a situações de emergência comprovada, sendo decomposto em dois apoios, o FAS Propinas e o FAS Subsídio de Emergência. No FAS propinas, no ano letivo 2020/2021 registou-se um decréscimo no número de concorrentes (-10,7%) e no número de atribuições (-13,5%) face a 2019/2020; quanto ao subsídio de emergência, deram entrada seis requerimentos (menos oito que no ano letivo anterior) e foram atribuídos cinco apoios, menos seis que no ano letivo 2019/2020.

O montante total de apoios concedidos através do FAS (propinas e subsídios de emergência) foi de 155 429,38€, o que representa uma diminuição de 20,4% relativamente à verba utilizada para a atribuição destes apoios no ano letivo 2019/2020. Esta diminuição explicar-se-á não apenas pela redução do número de beneficiários/as, mas também pela redução do valor dos apoios atribuídos, que, de acordo com o Regulamento do Fundo de Apoio Social aos Estudantes da Universidade de Coimbra, se encontra indexado ao valor da propina efetivamente paga, até ao limite do valor da propina máxima dos cursos de licenciatura (em 2019/2020 o valor da propina máxima era de 871,52€ e em 2020/2021 passou a ser de 697,00€).

Gráfico 5: Evolução do Fundo de Apoio Social Propinas



Atendendo à continuidade do estado da pandemia e à necessidade de lecionação de aulas em regime não presencial, entendeu-se que a Universidade de Coimbra deveria continuar a assegurar a disponibilização de meios tecnológicos aos seus/suas estudantes, tendo-se reaberto a medida excecional de apoio em meios tecnológicos a estudantes bolsheiros/as e beneficiários/as do FAS, através do empréstimo de *tablets* e de cartões de banda larga para acesso à Internet. Neste âmbito, foram analisados 169 pedidos e atribuídos 117 apoios (37 cartões de banda larga e 80 *tablets*).

Em 2021, os SASUC asseguraram a análise técnica de requerimentos para acesso aos planos de regularização de dívidas de propinas, designadamente ao nível da validação da condição de estudante com carência económica, essencial para que seja possível beneficiar de moratória do início do pagamento das prestações que integram o plano, em cumprimento do Despacho Reitoral 190/2020, de 4 de setembro, e do Despacho Reitoral 17/2021, de 22 de janeiro. No âmbito deste processo foram analisados 88 requerimentos.

Como medida de apoio indireto é de referir o PASEP, criado no ano letivo 2013/2014, com o objetivo de apoiar os/as estudantes mais carenciados/as numa perspetiva de complemento a outros apoios sociais já existentes. Em simultâneo, possibilita-lhes a aquisição e desenvolvimento de competências transversais e permite reforçar a ligação e a participação dos/as estudantes em estruturas da Universidade, com o objetivo de contribuir para a diminuição do abandono escolar e facilitar a integração dos/as estudantes no mercado de trabalho. Este apoio consubstancia-se na disponibilização de ofertas de atividades de tempo parcial, a realizar em unidades orgânicas/serviços da UC, cuja retribuição ao/à estudante se traduz na atribuição de benefícios sociais, designadamente: senhas de refeição válidas para as unidades de alimentação; contribuição total ou parcial nos custos de alojamento nas residências; e/ou contribuição total ou parcial na propina a pagar pelos/as estudantes no curso em que estão matriculados/as. Além do apoio social atribuído, as atividades realizadas são incluídas no Suplemento ao Diploma.

Neste âmbito, no ano letivo 2020/2021 foram disponibilizadas 53 ofertas de atividade, menos 44,2% em relação ao ano letivo anterior, levando também a um decréscimo no número de estudantes apoiados/as, de 144 para 131. A tipologia de oferta com mais colocações foi a referente a atividades de vigilância, representando 45% do total em 2020/2021.

Quadro 18: PASEP em números

	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Ofertas de atividade	109	95	53
Candidaturas	1 132	800	945
Colocações	228	178	212
Estudantes apoiados/as	165	144	131

Os apoios concedidos em 2020/2021 perfizeram um total de 75 479,80€, repartidos por propinas, alimentação e alojamento, representando uma ligeira redução de 0,6% face ao ano letivo anterior. O acentuado decréscimo do volume de atividades, apesar de se ter mantido quase inalterado o montante de apoios atribuídos, foi mais uma vez condicionado, durante 2020/2021, pelo confinamento geral e pela suspensão das atividades presenciais na UC, por motivo da pandemia.

Quadro 19: Montante de apoios PASEP atribuídos

	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Apoio em alimentação	4 019,69€	10 613,18€	5 017,03€
Apoio em alojamento	5 787,99€	5 023,74€	10 138,29€
Apoio em propinas	99 545,52€	60 321,94€	60 324,48€
	109 353,20€	75 958,86€	75 479,80€

A monitorização e o acompanhamento de indicadores de atividade do PASEP continuam a ser uma preocupação constante, seja ao nível da análise de dados relativos à oferta e procura deste apoio social e análise de perfis de participação (de estudantes beneficiários/as e entidades promotoras de ofertas de atividade), seja ao nível do financiamento interno. A análise destes indicadores, complementada com informação recolhida no âmbito de outros processos, tem-se revelado fundamental para o desenvolvimento de uma estratégia de consolidação e desenvolvimento deste programa de intervenção social. Tendo por base esta avaliação contínua, foram identificados aspetos a melhorar, de nível estratégico e operacional, na ótica do ajustamento contínuo da intervenção às necessidades e expectativas da comunidade UC. Neste sentido, iniciou-se a revisão do regulamento, bem como do desenvolvimento do sistema de informação do PASEP, visando assegurar uma gestão mais eficaz e ampliar o impacto social do programa. Simultaneamente, pretende-se promover este apoio como potenciador de competências distintas e diversificadas dos/as estudantes da UC, através de ofertas de atividades cada vez mais diferenciadas e diferenciadoras.

O apoio alimentar à comunidade académica tem sido, desde sempre, uma das grandes preocupações da Universidade de Coimbra. Enquanto a grande maioria dos serviços congéneres do país têm optado pela concessão desta componente da ação social, a UC tem mantido com êxito a exploração direta destes serviços, tão importantes no âmbito dos apoios indiretos da ação social. É também a face mais visível da ação social indireta, dado o acesso às unidades alimentares por todos os segmentos da comunidade universitária.

O ano letivo 2020/2021 foi também marcado por um novo período de confinamento geral, com a consequente suspensão das atividades letivas presenciais entre janeiro e março, tendo-se mantido as alterações no funcionamento, respeitando as medidas de higiene e segurança, nomeadamente a redução de lugares sentados e a definição de regras de circulação no interior dos espaços.

No início do ano letivo 2021/2022, com o levantamento de algumas medidas restritivas, o número de lugares nas salas de refeição passou para 75% da sua capacidade, mantendo-se as regras de circulação e a obrigatoriedade no uso de máscara. A modalidade de *buffet* servido voltou a estar disponível em algumas unidades de alimentação.

O número de unidades de alimentação manteve-se igual ao do ano anterior, pois apesar de ter sido inaugurada a Cafeteria do Museu, com serviço de *buffet* servido e cafeteria, foi também encerrada definitivamente a Cantina da Sereia, cujas instalações serão devolvidas à Câmara Municipal de Coimbra.

No que diz respeito ao número total de refeições servidas registou-se um decréscimo, de 2,9%, em relação ao ano anterior. O regime misto, presencial e a distância, adotado no início de 2020/2021, bem como a manutenção do contexto de pandemia durante todo o ano 2021, não permitiram uma recuperação para valores idênticos aos pré-pandemia.

Quadro 20: A alimentação em números

	2019	2020	2021
Unidades de alimentação	18	16	16
Lugares sentados - capacidade instalada	3 040	2 828	2 698
Lugares sentados - lugares efetivos	-	860	1 454
Refeições servidas	913 449	329 619	320 185
Média de refeições/dia	3 914	2 040	1 616

No que respeita à atividade dos serviços de *catering*, que prestam apoio à comunidade universitária na organização de eventos e em outros serviços especiais, neste segundo ano de pandemia verificou-se um ligeiro aumento em relação ao ano anterior (de 63 eventos apoiados e 69 serviços prestados para 74 e 98, respetivamente), estando ainda muito aquém dos valores pré-pandemia, registados em 2019 (226 eventos apoiados e 291 serviços prestados). O número de pessoas servidas foi de 6294, apresentado um acréscimo de 61,4% em relação ao ano anterior (3900 pessoas), mas também ainda muito abaixo do valor de 2019 (26 884).

Relativamente às condições de alojamento, em 2020/2021 o número de residências universitárias manteve-se estável face ao ano letivo anterior, mas o número de camas registou uma diminuição de 10 camas. Constatou-se um decréscimo no número de candidatos/as (-1,5%), bem como uma redução do número de alojados/as em regime geral (-2,7%). O total de alojados/as no ano letivo 2020/2021 ascendeu a 1352, considerando os/as 1087 alojados/as do regime geral (80,4% do total), os/as 179 alojados/as no regime de mobilidade e estudante internacional – dos quais 82 correspondiam a estudantes ao abrigo do Estatuto do Estudante Internacional (6,1%) e 97 a residentes ao abrigo de programas de mobilidade (7,2%) –, e os/as 86 outros/as residentes (6,4%). De realçar ainda que, dos 1087 alojados/as de regime geral em 2020/2021, 76,9% eram bolseiros/as da DGES, correspondendo a menos 2,0 p.p. em relação ao ano letivo anterior.

Quadro 21: O alojamento em números

	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Residências	14	14	14
Capacidade	1 325	1 323	1 313
Candidatos/as (regime geral)	1 344	1 424	1 403
Alojados/as (regime geral)	1 126	1 117	1 087
Bolseiros/as DGES	876	837	836
Outros bolseiros/as	10	12	18
Não bolseiros/as	240	268	233
Bolseiros/as DGES alojados/as	77,8%	74,9%	76,9%

Em 2020/2021, a taxa de ocupação das residências universitárias foi de 87% (mais 11 p.p., quando comparada com o ano letivo anterior), não tendo, no entanto, regressado a níveis pré-pandemia. Este ano letivo foi ainda fortemente marcado pelos efeitos da pandemia COVID-19, principalmente no 2.º semestre, dada a nova suspensão das atividades letivas presenciais a partir do final de janeiro de 2021. Considerando as aprendizagens do ano letivo anterior, foi possível manter em funcionamento todas as residências universitárias, não tendo sido possível, contudo, otimizar a capacidade instalada devido à redução de ocupação no 2.º semestre.

A prestação de serviços de saúde à comunidade universitária agrega as valências de atividade assistencial, enquanto apoio indireto da ação social, aberta a todos os seus membros, e de gestão da saúde ocupacional dos/as trabalhadores/as. As atividades de natureza assistencial são definidas atendendo às características específicas de uma população essencialmente estudantil, em grande parte deslocada das suas áreas de residência habitual, e cada vez mais internacional, focando-se sobretudo nos cuidados de saúde primários e em algumas áreas clínicas julgadas prioritárias.

Esta prestação de serviços foi novamente condicionada pela ocorrência da pandemia COVID-19, que obrigou ao reforço das estratégias de comunicação e atendimento a distância como forma de garantir resposta às necessidades emergentes neste contexto.

Quadro 22: Os serviços de saúde em números

	2019	2020	2021
Especialidades	11	11	7
Consultas realizadas	9 354	4 551	5 165
Outros atos clínicos e de enfermagem	4 150	1 754	949

Foram realizados 6114 atos clínicos em 2021 (consultas e outros atos clínicos e de enfermagem), menos 3,0% do que no ano anterior. Destaca-se que foi reforçada a aposta na promoção da saúde mental, tendo sido mantidas as consultas de psiquiatria (359 consultas) e psicologia (2248 consultas), o apoio assistencial na terapia de grupo (341 atendimentos) e a organização de sessões de informação e formação (16 participantes), maioritariamente em regime não presencial, com recurso a metodologias de comunicação a distância.

Importa realçar que, para além do Programa de Saúde Mental, mantêm-se ativos os restantes programas de promoção da saúde, designadamente o Programa de Rastreio do Cancro do Colo do Útero, o Programa de Saúde Sexual e Reprodutiva e o Programa de Planeamento Familiar, contando este último com 177 consultas em 2021.

No total, recorreram aos serviços de saúde 1463 utentes, menos 15,8% do que em 2020 (1737), sendo a maioria dos/as utilizadores/as estudantes (81%), seguindo-se trabalhadores/as (16%) e familiares (3%), realçando-se que se mantém o crescimento dos/as utentes de nacionalidade estrangeira, que representaram 35% do total (menos 5 p.p.).

E como forma de promoção da saúde mental e do bem-estar em crianças, jovens e adultos, destaca-se a disponibilização de apoio psicológico e psiquiátrico para os/as profissionais de saúde da linha da frente no combate à COVID-19, através de consultas gratuitas de psicologia e psiquiatria na Unidade de Psicologia Clínica Cognitivo-Comportamental (UPC³). Esta iniciativa, intitulada #HelpToCare, vem dar resposta à enorme sobrecarga, pressão e exaustão sentidas pelos/as profissionais de saúde.

A atividade de apoio à infância concretiza-se nas vertentes de creche, para crianças entre os dois meses e os três anos, e de jardim-de-infância, para crianças dos três anos até ao ingresso no primeiro ciclo do ensino básico.

Quadro 23: O apoio à infância em números

	2019	2020	2021
Creche			
Capacidade	60	60	60
Ocupação média mensal	58,7	45,4	53,3
Taxa de ocupação	97,8%	75,7%	88,9%
Jardim-de-Infância			
Capacidade	85	85	85
Ocupação média mensal	81,7	73,7	81,6
Taxa de ocupação	96,1%	86,7%	96,0%

A creche teve uma ocupação média mensal de cerca de 53 crianças, correspondendo a uma taxa de ocupação de 88,9%, registando um aumento de 13,2 p.p. em relação ao período homólogo; o jardim-de-infância registou uma ocupação média mensal de cerca de 82 crianças, com uma taxa de ocupação de 96,0%, que representa um aumento de 9,3 p.p.. É possível observar que, principalmente no jardim de infância, já se voltam a registar valores idênticos ao período pré-pandemia.

O ATL de Verão, que visa a otimização da capacidade instalada e o ajustamento das respostas sociais disponibilizadas às necessidades da comunidade universitária e procurando ainda garantir a sustentabilidade desta valência da ação social na UC, não se realizou em 2021 por motivos inerentes à pandemia causada pela COVID-19.

No âmbito da ação social, a UC promove um acompanhamento a estudantes com necessidades especiais de educação, baseado numa intervenção técnica especializada, que procura contribuir para um ensino de qualidade, identificando as barreiras físicas e de comunicação e cooperando para a integração social e escolar destes/as estudantes. No ano letivo 2020/2021 foram realizadas 254 entrevistas e acompanhados/as 139 estudantes com necessidades especiais, que procuraram apoio, por iniciativa própria, ou que foram encaminhados/as por docentes e/ou por membros de órgãos de gestão, correspondendo a um aumento de 16% do número de entrevistas realizadas face ao ano anterior, bem como a um acréscimo do número de estudantes com necessidades especiais acompanhados/as (15,8%). As patologias do foro psiquiátrico, orgânico-funcionais, dislexia e motoras representaram 76% do total de estudantes em acompanhamento.

A atividade do Centro de Produção registou 39 pedidos de adequação de materiais pedagógicos, maioritariamente para conversão de documentação para suporte digital acessível (79%).

Quadro 24: A integração e o aconselhamento em números

		2018/2019	2019/2020	2020/2021
Apoio a estudantes com necessidades especiais	Entrevistas a estudantes com NEE	199	219	254
	Estudantes com NEE acompanhados/as	116	120	139
Apoio psicopedagógico	Estudantes acompanhados/as	66	49	48
	Sessões individuais realizadas	192	136	120
	Ações de formação	18	15	3
	Participantes em ações de formação	328	394	36

Relativamente ao aconselhamento psicopedagógico, no que diz respeito ao apoio orientado para a promoção do sucesso académico, foram dinamizadas sessões de *coaching* académico destinadas a estudantes com insucesso escolar, predominantemente alojados/as em residências universitárias, tendo sido realizadas 120 sessões individuais no ano letivo 2020/2021, envolvendo 48 estudantes.

A oferta formativa na área de integração e aconselhamento contabilizou três sessões, envolvendo globalmente 36 participantes; esta diminuição em relação ao ano letivo anterior deve-se não só à saída de uma psicóloga, mas também às constantes ausências da restante equipa motivadas pelo contexto provocado pela pandemia.

Além da promoção de formações UC Skills em articulação com os núcleos de estudantes, com o objetivo de desenvolver competências psicossociais e de comunicação e como forma de melhorar o desempenho no estudo e performance académica, destaca-se também a implementação do programa UCBeWell, que tem por objetivo promover o bem-estar psicológico dos/as estudantes alojados/as em residência universitária, através de técnicas de relaxamento e *mindfulness*.

Foram atribuídas 106 Bolsas Santander Futuro em 2021/2022, direcionadas a estudantes com necessidade de apoio financeiro para prosseguir os estudos no 1.º e 2.º ciclos do ensino superior, como resposta à preocupação central da UC em combater o abandono escolar e criando oportunidades para estudantes com menores recursos económicos, com necessidades especiais de educação ou integrantes de grupos sociais vulneráveis. Foi ainda dada continuidade ao programa UC For All, que promove a igualdade de oportunidades e equidade no acesso e sucesso no ensino superior, com foco na inclusão de estudantes com deficiência e necessidades especiais de educação.

No Dia Internacional das Pessoas com Deficiência foi inaugurada uma biblioteca inclusiva para pessoas com dificuldades visuais e neuromotoras. Instalados na Biblioteca Geral da UC, o conjunto de equipamentos e soluções tecnológicas foi cedido pela Fundação Altice e visa a inclusão de estudantes com necessidades especiais de educação.

A UC continua a apostar numa política de promoção de inclusão social e proteção de minorias, garantindo o direito à diferença e a ter direitos, assegurando igualdade no acesso e nas condições para o sucesso.

Neste contexto, a UC tem mantido o programa de acolhimento de estudantes refugiados/as. Importa referir que a revisão do Estatuto do Estudante Internacional, em 2018, passou a consagrar o estatuto especial para estudantes em situação de emergência por razões humanitárias, bem como o seu enquadramento. A UC oferece assim desde o ano letivo 2018/2019 a frequência de ciclos de estudos a estes/as jovens, na qualidade de estudante internacional, mas com a definição de um regime de propinas, taxas e emolumentos igual ao fixado para os/as estudantes nacionais. Para além de mobilizar os mecanismos necessários ao suporte financeiro dos custos académicos, a UC compromete-se a promover o acolhimento e integração destes/as jovens, mobilizando as diversas vertentes – académica, social, cultural e até financeira – das suas estruturas de apoio. Os resultados alcançados na integração destes/as estudantes e o sucesso académico alcançado, nos diversos ciclos de estudos são a demonstração do sucesso desta boa prática. No ano letivo 2021/2022, encontravam-se inscritos/as seis estudantes com este estatuto, a frequentar o primeiro ciclo.

A UC articula os seus esforços com entidades estrategicamente vocacionadas para o apoio em causa, como sejam, antes de mais, o Conselho Português para os Refugiados, a Plataforma de Apoio aos Refugiados, a Cruz Vermelha Portuguesa, o Instituto da Segurança Social, a CMC, a AAC e a Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo, além de continuar a cooperação já existente com a *Global Platform for Syrian Students*, uma iniciativa do Antigo Presidente da República Jorge Sampaio (anteriormente ao estatuto especial, e no âmbito desta iniciativa, a UC tinha já iniciado o acolhimento a estudantes refugiados/as sírios/as desde o ano letivo 2013/2014).

Como forma de promoção de inclusão social, realizou-se a assinatura de um protocolo de cooperação com a Associação dos Académicos Timorenses de Coimbra, tendo como objetivo estabelecer o processo de colaboração relativo à formação e acompanhamento, por parte de estudantes nacionais a estudantes timorenses. Este protocolo visa possibilitar e facilitar o ensino da língua portuguesa, bem como promover o cruzamento da cultura lusófona entre a comunidade de estudantes nacionais e timorenses.

Quanto às ações desenvolvidas internamente para acolhimento e integração de estudantes internacionais, foi realizada uma sessão de acolhimento específica para novos/as estudantes e respetivos pais, foi criado um novo grupo *WhatsApp* exclusivo com o objetivo de atendimento e de integração para os/as novos/as estudantes, foram reservados 17 dias para a entrega de *kits* de boas-vindas e foi ainda criado um ponto de atendimento permanente no Student Hub.

Numa outra vertente – a de programas alternativos à praxe –, a UC voltou a dar as boas-vindas aos/às novos/as estudantes no ano letivo 2021/2022 de uma forma sustentável, através da iniciativa UC.Plantas. Pelo quinto ano consecutivo, de forma excecional devido à pandemia, foram realizadas várias sessões com um número limitado de participantes (iniciativa já desenvolvida no subcapítulo 2.1 Ambiente e Ação Climática).

Destaca-se a realização da 8.ª edição do Cria'ctividade, programa alternativo à praxe, no qual, durante uma semana, os/as novos/as estudantes podem usufruir de um vasto cartaz, desde música, debates, sessões de esclarecimento e outras atividades culturais e de convívio e partilha. Este evento conta com a participação de algumas das 25 repúblicas de Coimbra, secções e organismos autónomos da AAC e outras organizações.

A UC foi parceira da AAC na promoção do Projeto de Integração Social e Cultural, projeto com o objetivo de mostrar aos/às estudantes a atividade das diversas secções da AAC e que contou com uma série de eventos, formações e atividades de cariz cívico com impacto na sociedade, contribuindo para a integração social dos/as estudantes.

O voluntariado é uma questão de cidadania e de responsabilidade social com particular relevância na sociedade moderna. A Universidade de Coimbra através da sua plataforma centralizada de ofertas de voluntariado e iniciativas sociais – UC Transforma –, abriu em 2021 um processo de recrutamento para candidatos/as que pretendessem colaborar com o projeto educativo *Khan Academy*, uma iniciativa internacional disponibilizada em Portugal pela Fundação Altice, que oferece vídeos, artigos e exercícios interativos *online* para ensino de várias áreas do saber, com foco particular na Matemática.

Em 2021, devido à situação epidemiológica vivida, foram mobilizados cerca de 200 membros da comunidade académica da Universidade de Coimbra (a maioria estudantes finalistas da FMUC e FFUC, mas também docentes, investigadores/as e corpo técnico) para colaborarem voluntariamente no âmbito da pandemia COVID-19, na Região Centro do país. Estes/as voluntários/as prestaram o seu apoio na realização de inquéritos epidemiológicos sob a gestão e supervisão de médicos/as de saúde pública, sendo o seu contributo essencial para cortar cadeias de transmissão.

Ainda como forma de aliar o combate ao desperdício alimentar com o combate à exclusão social, os SASUC, a AAC, e o Núcleo Re-food Coimbra juntaram-se no projeto “Refeição (de)Vida”. A recolha de refeições das cantinas é realizada por voluntários/as do Núcleo da Re-food Coimbra e entregue a instituições, tendo sido doadas cerca de 4100 refeições desde o início da parceria até novembro de 2021.

Numa parceria com a Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra (APBC), foi criado o Gabinete de Intervenção Social e Empreendedorismo, inserido num projeto de desenvolvimento comunitário na Baixa de Coimbra. Esta parceria, por parte da UC, é concretizada pelo Observatório de Cidadania e Intervenção Social (FPCEUC), tendo o gabinete surgido para dar resposta imediata aos/às cidadãos/as, comerciantes e pequenos/as e médios/as empresários/as que ficaram numa situação muito frágil devido à pandemia, apoiando-os em áreas como empreendedorismo, oficinas digitais, desenvolvimento social, proteção social e psicossocial e aconselhamentos e apoios diversos.

No âmbito da ação social, a UC oferece ainda à sua comunidade um conjunto de outros serviços complementares aos apoios sociais, como é o caso dos serviços de lavandaria, engomadoria e Espaço Costura, dos serviços de limpeza e portaria, das atividades culturais no Centro Cultural Dom Dinis¹ e ainda da atividade agrária da Quinta de S. Marcos.

Na valência de lavandaria são disponibilizados à comunidade universitária os serviços de lavandaria industrial, de engomadoria, bem como o serviço de lavandaria *self-service*, aberta 24 horas/dia, que tem como principal propósito colmatar fragilidades de higienização das roupas para todos aqueles que se encontram deslocados/as da sua residência e do seu agregado familiar. No caso do Espaço Costura são assegurados à comunidade universitária os serviços de confeção e arranjo de vestuário, bem como aluguer de hábitos talares para a prestação de provas de doutoramento e para cerimónias de índole académica. Dada a situação pandémica, em 2021 manteve-se o foco na atividade interna, tendo sido reutilizadas ou reparadas 706 peças, destacando-se as atividades de confeção de sacos para transporte de roupa (com o objetivo de eliminar os sacos plásticos e contribuir desta forma para a sustentabilidade ambiental), de reaproveitamento de atalhados danificados (entrando assim novamente no circuito da distribuição ou sendo usados nas unidades alimentares) e de confeção de 1200 máscaras comunitárias para uso interno.

No ano de 2021, a atividade do Centro Cultural Dom Dinis manteve-se reduzida, fruto da situação pandémica e das apertadas regras sanitárias, tendo acolhido apenas 27 eventos (maioritariamente almoços e jantares, correspondentes a 66,7% dos eventos realizados).

A produção agrícola e de lenha da Quinta de S. Marcos registou um aumento em 2021, permitindo colocar à disposição das unidades alimentares vários produtos agrícolas, resultando numa poupança efetiva de recursos financeiros e reaproveitamento de recursos internos, com impactos positivos ao nível da sustentabilidade. Destaca-se ainda que foram celebrados vários protocolos que permitiram o recurso ao pastoreio animal na Quinta de S. Marcos, para limpeza da mata.

O CES assume um lugar de destaque de entre as demais unidades do GPUC no domínio da cidadania e inclusão, com núcleos de investigação e programas de doutoramento dedicados a estas temáticas, tendo como principais objetivos:

- estimular uma ecologia de saberes, reconhecendo a diversidade cultural e articulando o conhecimento científico com o conhecimento produzido pelos/as cidadãos/ãs e pelos movimentos sociais em todas as partes do mundo, em todos os níveis de análise – local, nacional, regional, internacional e global;

¹ As atividades culturais são desenvolvidas em pormenor no capítulo 7 - Desafios Societais.

- estimular a ciência na sociedade e para a sociedade, alargando o envolvimento dos/as cidadãos/ãs e da sociedade civil na cultura científica e revitalizando os direitos humanos tendo em vista os grupos sociais vítimas de opressão, discriminação e exclusão;
- promover a investigação sobre a cultura e a arte e uma avaliação crítica do passado como forma de impulsionar novos modos de reflexão e autorreflexão sobre a ciência, o conhecimento e a sociedade;
- apoiar na formulação de políticas públicas através da realização de investigação aplicada num amplo número de áreas com reflexos no bem-estar da sociedade.

/ pessoas



4

As pessoas são o ativo mais importante da Universidade de Coimbra, servindo de eixo central ao movimento dos pilares de missão e, conseqüentemente, ao funcionamento da Universidade, conforme definido no quadro de referência estratégica para 2019-2023. É neste sentido que o eixo das pessoas assume um lugar de destaque nos Relatórios de Gestão e Contas deste quadriênio, iniciando-se, assim, os capítulos de atividade com o capital humano da Universidade de Coimbra.

O ano de 2021, marcado por um novo período de confinamento decorrente do agravamento da pandemia COVID-19 no final de 2020, continuou a representar um desafio para as pessoas. Não obstante não se tratar de uma realidade nova, voltaram a sentir-se os impactos das medidas de prevenção, depois de meses de algum alívio nas restrições. Em janeiro, voltaram a ser suspensas todas as atividades presenciais, regressando-se ao ensino remoto e ao teletrabalho total. Posteriormente, com o alívio progressivo das medidas, foi-se avançando para regimes mistos, conciliando atividades remotas com atividades presenciais (nomeadamente conciliando teletrabalho e trabalho presencial em escalas rotativas, no caso do pessoal técnico). Mantiveram-se as medidas desenvolvidas em 2020 para garantir segurança e conforto nos períodos em que foi possível o exercício de funções de forma presencial (controles de acesso a edifícios, circuitos para circulação de pessoas e sinalética específica, lotação reduzida dos espaços, utilização de máscaras e soluções desinfetantes, entre outras), bem como o programa de rastreio aleatório e voluntário para a COVID-19 a toda a comunidade académica. E, de igual forma, manteve-se como prioridade investir na saúde física e mental, procurando simultaneamente uma maior conciliação entre vida profissional e vida pessoal / familiar.

Feito um breve enquadramento de mais um ano particular e atípico, os recursos humanos do GPUC encontravam-se, a 31 de dezembro, sobretudo concentrados na UC e nos SASUC, representando 85,2% do total de pessoal afeto às entidades consideradas no âmbito da consolidação. As pessoas ao serviço das duas entidades privadas detidas a 100,0% pela UC (ICNAS-Produção Unipessoal, Lda. e UC NEXT Unipessoal, Lda.) representavam 0,6%, enquanto as das demais entidades privadas autónomas da UC representavam 14,2% do total.

Quadro 25: Total dos mapas de pessoal do GPUC

	2021	variação	
Universidade de Coimbra	3 101	113	3,8%
Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra	382	- 9	-2,3%
Centro de Neurociências e Biologia Celular	145	- 11	-7,1%
IPN – Associação para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia	117	10	9,3%
Centro de Estudos Sociais	110	- 1	-0,9%
Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção	80	1	1,3%
Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial	33	12	57,1%
Instituto do Ambiente, Tecnologia e Vida	25	25	-
Associação Exploratório Infante D. Henrique	21	-	-
ICNAS-Produção Unipessoal, Lda.	19	- 1	-5,0%
IPN – Incubadora	19	1	5,6%
SerQ – Centro de Inovação e Competências da Floresta	17	9	112,5%
Associação para o Desenvolvimento da Engenharia Civil	5	- 3	-37,5%
UC NEXT Unipessoal, Lda.	5	2	66,7%
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra	4	-	-
Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente	3	-	-
Associação UC Tecnimed – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Internacionalização	-	-	-
Total	4 086	148	3,8%

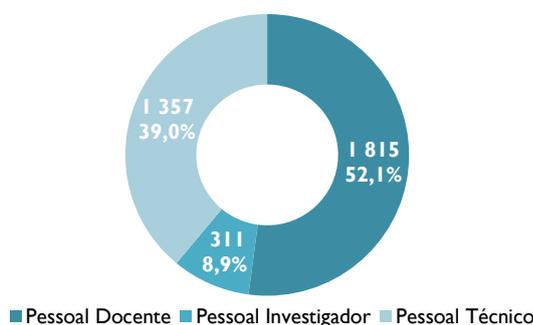
Comparativamente ao ano anterior, registou-se um acréscimo total de 3,8% (mais 148 trabalhadores/as), essencialmente devido ao aumento de pessoas ao serviço da UC (com mais 113 trabalhadores/as, correspondente a mais 3,8%), a entidade com um aumento mais expressivo em termos absolutos. No conjunto das entidades privadas registou-se um acréscimo global de 44 pessoas, o que corresponde a um acréscimo de 8,6% nestas entidades, resultante essencialmente dos aumentos verificados no IATV, na ADAI, no IPN e no SerQ. Em sentido contrário,

registaram-se apenas cinco reduções: nos SASUC (redução de nove trabalhadores/as, ou seja, menos 2,3% comparativamente a 2020) e nas entidades privadas CNC, CES, ICNAS-P e ACIV.

A análise efetuada nos quadros e gráficos seguintes reporta-se apenas à UC e aos SASUC, entidades que apresentam dados comparáveis (por exemplo, quanto ao tipo de vínculo ou aos grupos profissionais), e que, em conjunto, como acima referido, representavam 85,2% do universo total de recursos humanos das entidades incluídas no âmbito da consolidação.

O número de trabalhadores/as destas duas entidades registou um acréscimo de 3,1% em relação ao ano anterior, apresentando um total de 3483 efetivos/as a 31 de dezembro de 2021 (mais 104 pessoas face a 2020). Deste total, o pessoal docente e investigador representava 61,0% (2126 efetivos, mais 4,3%) e o pessoal técnico 39,0% (1357 efetivos, mais 1,3%). Por entidade, e como referido anteriormente, a UC aumentou o número de trabalhadores/as e os SASUC registaram uma redução de nove trabalhadores (-2,3%).

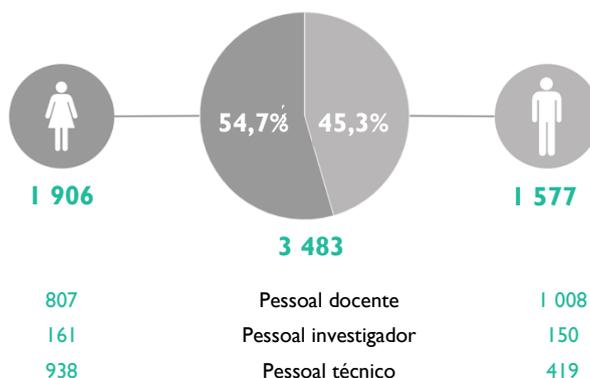
Gráfico 6: Distribuição dos/as trabalhadores/as, por grupo de pessoal



Para além dos/as trabalhadores/as em funções, a UC, na sua vertente de responsabilidade social, acolhia, no final do ano, 384 bolsеiros/as de investigação, 28 bolsеiros/as curriculares com vista à promoção da formação em contexto de trabalho e 14 beneficiários/as dos programas ocupacionais com vista à integração de desempregados/as. Com o propósito de coadjuvar as suas atividades, contava ainda com 26 avançados/as, para áreas de intervenção altamente especializadas e que exercem a sua atividade com caráter autónomo.

No que diz respeito ao género, conclui-se que a distribuição global dos/as 3483 efetivos/as era relativamente equilibrada, com 54,7% de trabalhadoras e 45,3% de trabalhadores, registou-se, comparativamente ao ano anterior, mais 65 trabalhadoras e mais 39 trabalhadores. Numa análise por grupo de pessoal, constatava-se que o pessoal técnico era na sua maioria constituído por trabalhadoras (69,1%), enquanto o grupo de pessoal docente e investigador era maioritariamente do sexo masculino (54,5%).

Figura 9: Trabalhadores/as, por género e grupo de pessoal



Passando a uma análise por grupo de pessoal, no que toca aos/as docentes e investigadores/as, encontravam-se em funções 2126 docentes e investigadores/as, correspondentes a 1539,3 ETI, já que 779 exerciam funções a tempo parcial ou a título gracioso/colaboração voluntária (correspondendo a 192,3 ETI). Tendo em conta esta

especificidade, realça-se que ao aumento de 4,3% no número absoluto de docentes e investigadores/as corresponde um acréscimo de 1,4% medido em ETI (1539,3 ETI em 2020).

Destaca-se também que deste total de efetivos/as, 12 exerciam funções nos órgãos de governo da Universidade (equipa reitoral e o provedor do estudante) e 45 nos órgãos de gestão das unidades. Estes/as últimos/as são considerados, em termos de mapa de pessoal, na respetiva carreira, mas na atividade de gestão, tal como dois dos elementos da equipa reitoral (pró-reitor/a), já que não detêm regime de exclusividade nestas funções.

Do total de docentes e investigadores/as, 47,6% tinham vínculo de carreira, correspondendo os/as restantes 52,4% a pessoal especialmente contratado (convidados/as, visitantes, leitores/as, monitores/as e estagiários/as). No entanto, comparando os valores em ETI, a percentagem de docentes e investigadores/as de carreira cifra-se em 65,8%, enquanto o pessoal especialmente contratado representa apenas 34,2%, confirmando que este pessoal está na sua maioria a tempo parcial.

Quadro 26: Distribuição do pessoal docente e investigador de carreira, por categoria

	2020		2021		Δ	
	N.º	ETI	N.º	ETI	N.º	ETI
Professor/a Catedrático/a	149	149,0	135	135,0	-14	-14,0
Professor/a Associado/a com Agregação	102	102,0	110	110,0	8	8,0
Professor/a Associado/a	155	155,0	163	163,0	8	8,0
Professor/a Auxiliar com Agregação	28	28,0	28	28,0	-	-
Professor/a Auxiliar	574	574,0	544	543,6	-30	-30,4
Assistente	1	1,0	-	-	-1	-1,0
Investigador/a Coordenador/a	4	4,0	5	5,0	1	1,0
Investigador/a Principal com Agregação	-	-	1	1,0	1	1,0
Investigador/a Principal	4	4,0	3	3,0	-1	-1,0
Investigador/a Auxiliar com Agregação	3	3,0	2	2,0	-1	-1,0
Investigador/a Auxiliar	12	12,0	12	12,0	-	-
Reitor, Vice-Reitor/a, Provedor/a	10	10,0	10	10,0	-	-
Total	1 042	1 042,0	1 013	1 012,6	-29	-29,4

O pessoal de carreira era composto maioritariamente por homens, com 61,1% do total, enquanto o pessoal especialmente contratado tinha maior equilíbrio no género, com 51,6% de mulheres.

Quadro 27: Distribuição do pessoal docente e investigador especialmente contratado, por categoria

	2020		2021		Δ	
	N.º	ETI	N.º	ETI	N.º	ETI
Professor/a Catedrático/a	23	1,9	26	1,8	3	-0,1
Professor/a Associado/a com Agregação	3	1,1	5	1,3	2	0,2
Professor/a Associado/a	10	2,4	13	3,0	3	0,7
Professor/a Auxiliar com Agregação	3	1,1	2	1,2	-1	0,2
Professor/a Auxiliar/a	177	69,1	230	83,1	53	14,0
Assistente	484	117,8	502	120,9	18	3,1
Leitor/a	31	24,6	34	25,4	3	0,8
Monitor/a	10	3,0	13	3,9	3	0,9
Investigador/a Coordenador/a	1	1,0	1	1,0	-	-
Investigador/a Principal	1	1,0	-	-	-1	-1,0
Investigador/a Auxiliar	22	21,3	23	21,1	1	-0,3
Investigador/a Doutorado/a (DL 57/2016)	230	230,0	263	263,0	33	33,0
Estagiário/a de Investigação	2	2,0	1	1,0	-1	-1,0
Total	997	476,2	1 113	526,7	116	50,5

O grupo de pessoal investigador, que representava 14,6% do total de docentes e investigadores/as, era maioritariamente composto por pessoal especialmente contratado, sendo 84,6% investigadores/as contratados/as ao abrigo do regime de contratação de doutorados/as para estímulo do emprego científico e tecnológico (aprovado pelo DL 57/2016, de 29 de agosto). Por sua vez, o pessoal docente era na sua maioria de carreira (54,3%) e a categoria mais representada era a de professor/a auxiliar (42,9% de 1805 docentes, não considerando os/as docentes em exercício de funções reitorais).

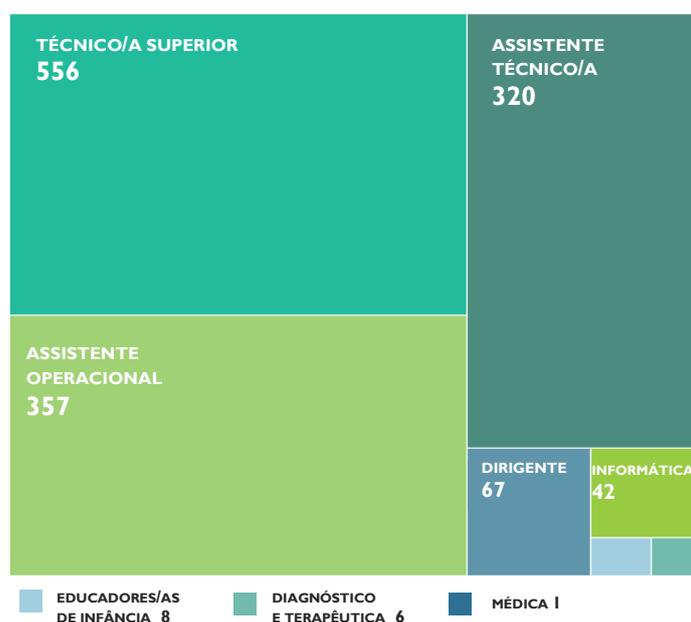
Ainda no que toca ao pessoal docente, destaca-se que foram concluídos 950 processos de avaliação de desempenho, e, como consequência da conclusão dos processos avaliativos, foram efetuadas 111 alterações de posicionamento remuneratório.

Em relação ao pessoal técnico, o número de trabalhadores/as dos SASUC apresentava um peso de 28,2% no total do pessoal técnico da Universidade de Coimbra.

No total, as carreiras de técnico superior, de assistente operacional e de assistente técnico representavam 90,9% do total, sendo que, à semelhança do ano anterior, a carreira com maior representatividade no GPUC era a de técnico superior (41,0%). A segunda carreira mais representada era a de assistente operacional (26,3%), com um elevado número de trabalhadores/as deste grupo afeto aos SASUC (71,2% do total do seu pessoal e 76,2% do total de assistentes operacionais do GPUC).

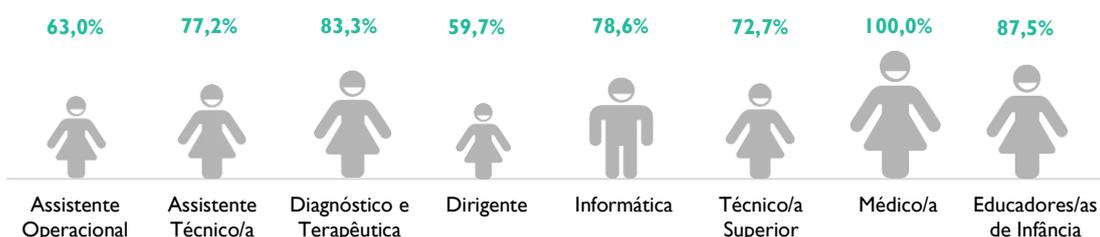
Realça-se que no universo de técnicos/as superiores estavam incluídos/as três trabalhadores/as a exercer funções em órgãos de gestão (funções de diretor/a-adjunto/a de UECAF) e o conjunto de dirigentes englobava seis assessores/as e nove coordenadores/as de projetos especiais, remunerados/as por referência ao estatuto remuneratório dos cargos dirigentes de nível intermédio.

Figura 10: Distribuição do corpo técnico, por carreira/cargo



A carreira mais equilibrada quanto ao género é a de dirigentes (com 59,7% de mulheres), seguida dos/as assistentes operacionais (63,0% de mulheres). Tal como demonstra o gráfico seguinte, o género feminino era predominante em todas as carreiras à exceção da carreira informática (78,6% de homens).

Figura 11: Peso do género nas categorias do corpo técnico



Realça-se ainda que o índice de tecnicidade do corpo técnico da Universidade de Coimbra ascendia a 48,5%, o que corresponde ao número de trabalhadores/as que integram carreiras que exigem um grau de ensino superior, em relação ao total, representando mais 3,8 p.p. comparativamente a 2020.

Num total de 1357 trabalhadores/as efetivos/as, 82,1% possuíam contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o GPUC e 13,3% detém um contrato a termo. A restante fatia do corpo técnico em funções encontra-se em comissão de serviço (dirigentes e equiparados/as), com 4,6% do total. Na coluna mobilidade encontram-se apenas espelhados os/as trabalhadores/as que se encontram a desempenhar funções na UC em regime de mobilidade entre órgãos ou serviços, externos/as ao GPUC; realça-se que as mobilidades entre a UC e os SASUC ou vice-versa não se encontram explicitadas no quadro seguinte, por espelhar informação consolidada, tendo esses/as trabalhadores/as vínculo por tempo indeterminado com o GPUC (e, portanto, estando incluídos na coluna tempo indeterminado).

Quadro 28: Distribuição do corpo técnico, por vínculo

	2020					2021				
	tempo indetermin.	a termo	comissão de serviço	mobilidade	total	tempo indetermin.	a termo	comissão de serviço	mobilidade	total
Assistente Operacional	376	7	-	-	383	352	5	-	-	357
Assistente Técnico/a	312	24	-	1	337	296	24	-	-	320
Diagnóstico e Terapêutica	6	-	-	-	6	6	-	-	-	6
Dirigente	-	2	61	-	63	-	4	63	-	67
Educadores/as de Infância	7	-	-	-	7	8	-	-	-	8
Informática	37	6	-	-	43	34	8	-	-	42
Médico/a	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1
Técnico/a Superior	406	90	-	4	500	417	139	-	-	556
Total	1 145	129	61	5	1 340	1 114	180	63	0	1 357

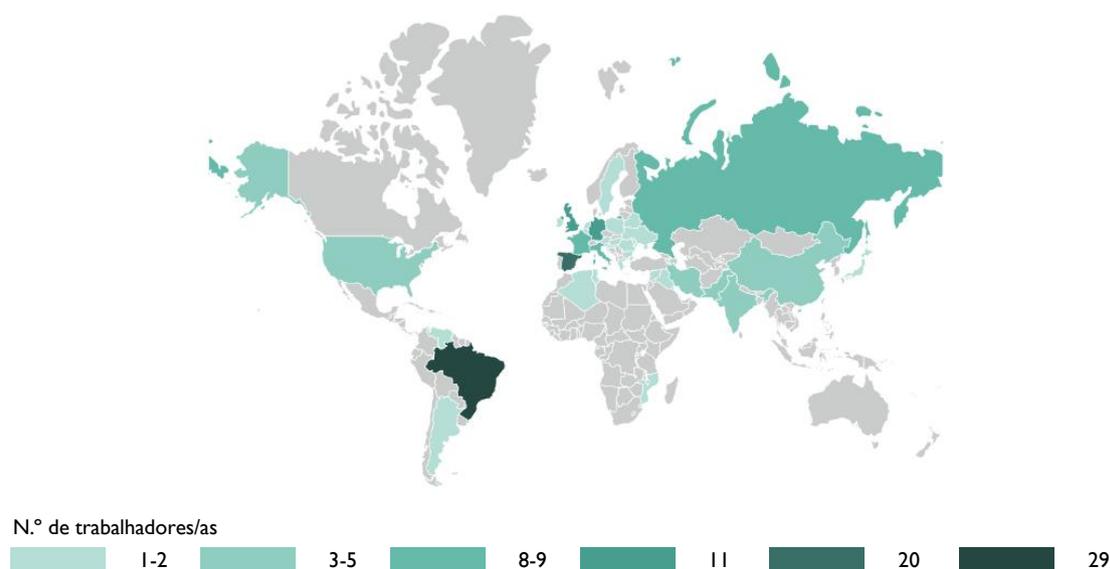
No que respeita a mobilidade intercarreiras e intercategorias, foram concretizados 31 acordos no ano, totalizando, a 31 de dezembro de 2021, 88 situações na UC e nos SASUC (incluídas na coluna de tempo indeterminado no quadro acima, que espelha o vínculo com a instituição).

Destaca-se também a conclusão de 1059 processos de avaliação de desempenho do corpo técnico (SIADAP), de que decorreram 249 alterações de posicionamento remuneratório.

Ainda no que respeita ao corpo técnico, e enquadrado no objetivo estratégico de melhorar a conciliação e o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal e familiar (também vertido no Plano para a Igualdade, Equidade e Diversidade da UC 2019-2023), destaca-se que 79,9% dos/as trabalhadores/as do corpo técnico se encontrava a exercer funções em modalidades de horário de trabalho flexíveis (nomeadamente horário flexível, jornada contínua, isenção de horário, horário específico) e/ou em regime de teletrabalho. Realça-se que estes dados não refletem a situação de teletrabalho decorrente das medidas no âmbito da pandemia, que abrangeu praticamente a totalidade dos/as trabalhadores/as, com exceção apenas dos/as que, pelas funções exercidas, não puderam desempenhar funções neste regime.

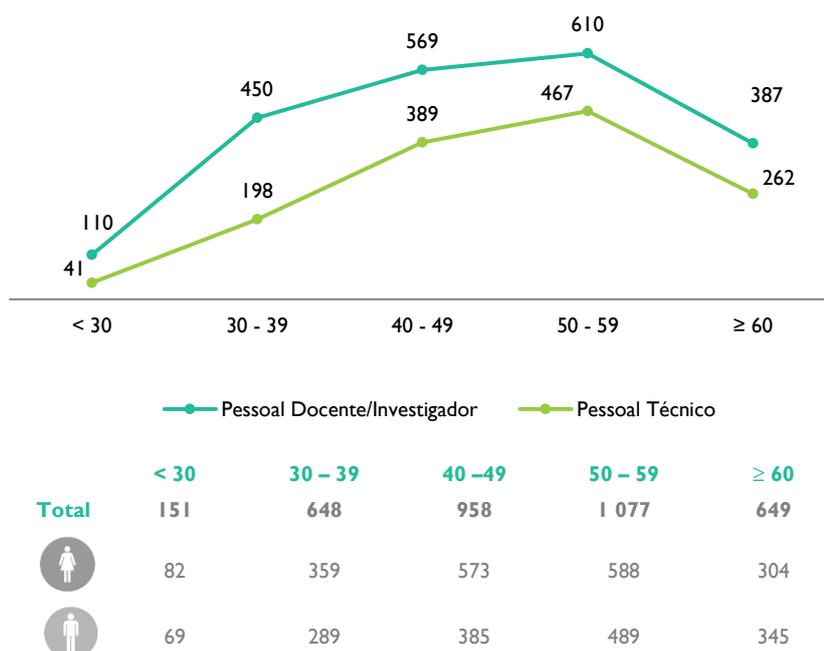
Constata-se que 154 do total de trabalhadores/as da UC eram de nacionalidade estrangeira – provenientes de um conjunto de 38 países –, dos/as quais 93,5% são docentes e investigadores/as. Os países mais representados eram o Brasil, Espanha, Reino Unido e Itália, com 11 ou mais trabalhadores/as cada, e a distribuição de género era relativamente equitativa, observando-se 48,1% de mulheres. Relativamente ao pessoal técnico, com a fatia mais pequena, as nacionalidades mais representadas eram a brasileira (seis), a francesa (dois/uas) e cabo-verdiana e chinesa (ambas com um/a trabalhador/a de cada).

Figura 12: Trabalhadores/as de nacionalidade estrangeira, por país de origem



No que diz respeito à estrutura etária dos/as efetivos/as da UC, constata-se que, à semelhança dos últimos anos, a maior concentração se encontrava na faixa entre os 50 e os 59 anos (30,9%), seguindo-se a faixa situada entre os 40 e os 49 anos (27,5%). Considerando os grupos de pessoal de forma isolada, a conclusão não difere, mantendo-se a maior incidência nas mesmas faixas etárias. Quando se observa o género, a faixa etária mais equilibrada em percentagem era a dos ≥ 60 anos e a com mais disparidade era a faixa etária entre os 40 e os 49 anos.

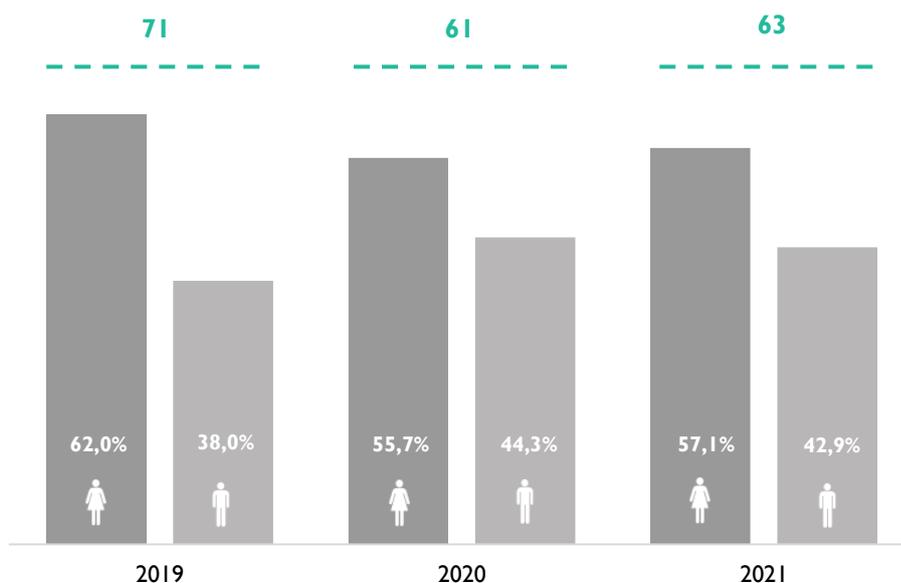
Gráfico 7: Estrutura etária dos/as trabalhadores/as, por grupo de pessoal e género



A média de idade dos/as docentes e investigadores/as de carreira era de 54,4 anos (representando um acréscimo de 0,6 anos – um pouco mais de sete meses – face a 2020) e a do corpo técnico era de 49,8 anos (um decréscimo de 0,1 anos – um pouco mais de um mês – face a 2020).

Quanto à evolução dos/as trabalhadores/as portadores/as de deficiência, observa-se um acréscimo de 3,3% em relação ao ano 2020 (63 em 2021), sendo mais de metade mulheres (57,1%). Em relação ao grupo de pessoal, a distribuição era maior no pessoal docente e investigador/a com 57,1% e o pessoal técnico com os restantes 42,9%.

Figura 13: Trabalhadores/as portadores/as de deficiência, por género



No âmbito da gestão da saúde ocupacional dos/as trabalhadores/as, foram realizados 33 exames de saúde de medicina do trabalho, representando uma quebra de 76,1% no ano de 2021, motivada ainda pela pandemia.

Em relação aos movimentos de pessoal, o número de admissões foi superior ao de saídas, aumentando em 104 o número total de trabalhadores/as. Da análise por grupo, conclui-se que esta variação global resulta de um acréscimo líquido de 87 trabalhadores/as no pessoal docente e investigador (mais 4,3% face a 2021) conjugado com um aumento no de 17 trabalhadores/as no pessoal técnico (correspondente a um acréscimo de 1,3%). Por tipo de contrato, o pessoal docente e investigador regista uma redução líquida de 29 trabalhadores/as de carreira e um aumento de 116 a termo/ especialmente contratados/as; no pessoal técnico, verifica-se uma redução de 46 trabalhadores/as por tempo indeterminado e um aumento de 63 no pessoal a termo, em comissão de serviço e em regime de mobilidade. Quanto ao género, há a registar uma variação global de mais 65 trabalhadoras e mais 39 trabalhadores.

Quadro 29: Movimentos de pessoal

	Admissões			Saídas		
	F	M	Total	F	M	Total
Pessoal docente e investigador	146	164	310	98	125	223
Carreira	13	27	40	26	43	69
Especialmente contratado	133	137	270	72	82	154
Pessoal técnico	90	46	136	73	46	119
Tempo indeterminado	27	8	35	49	32	81
Termo / Comissão de Serviço / Mobilidade	63	38	101	24	14	38
Total	236	210	446	171	171	342

Em 2021, foram abertos 17 concursos para docentes, correspondentes a 20 vagas, cinco para professor/a auxiliar, um para professor/a associado/a e 14 para professor/a catedrático/a. No que respeita ao pessoal investigador, destaca-se a abertura de um concurso para investigador/a coordenador/a e 24 concursos para investigadores/as a termo no âmbito do estímulo ao emprego científico (26 vagas), dos quais seis para o MIA (oito vagas). Quanto ao pessoal técnico, foram abertos 66 concursos (dos quais 11 por tempo indeterminado), com um total de 67 vagas (sete por tempo indeterminado).

Observando os movimentos de entrada, a admissão de docentes especialmente contratados/as foi responsável pelo maior número de admissões (50,9%), seguido dos novos contratos a termo para pessoal técnico (13,7%) e dos contratos de estímulo ao emprego científico do pessoal investigador (9,6%).

Quadro 30: Admissões de pessoal, por motivo

	Pessoal docente e investigador	Pessoal técnico	Total	
Admissão	279	73	352	78,9%
Comissão de serviço (Dirigente)	-	2	2	0,4%
Concurso – contrato a termo	-	61	61	13,7%
Concurso – contrato indeterminado	9	9	18	4,0%
Estímulo ao emprego científico (CEEC)	43	-	43	9,6%
Mobilidade (entidade externa à UC)	-	1	1	0,2%
Especialmente contratado	227	-	227	50,9%
Regresso após suspensão vínculo	3	15	18	4,0%
Comissão de serviço (Dirigente)	-	-	1	0,2%
Lic. p/exercício de funções org. internacional	1	-	1	0,2%
Licença sem remuneração	-	3	3	0,7%
Mobilidade	-	1	1	0,2%
Tribunal Constitucional	1	-	1	0,2%
Outros motivos	1	10	11	2,5%
Modificação da relação jurídica	28	48	76	17,0%
Alteração de tipo de vínculo	1	2	3	0,7%
Cessação de comissão de serviço	-	1	1	0,2%
Comissão de serviço (Dirigente)	-	5	5	1,1%
Concurso (promoção)	27	2	29	6,5%
Consolidação de mobilidade	-	7	7	1,6%
Mobilidade intercarreiras / intercategorias	-	31	31	7,0%
Total	310	136	446	100,0%

Quanto ao motivo das saídas, conclui-se que a extinção da relação jurídica representou 69,0% das situações, a suspensão do vínculo – saídas provisórias (que poderão, mais tarde, ser revertidas ou transformadas em saídas efetivas) – foi responsável por 22,2%. A modificação da relação jurídica teve um peso de 8,8%, estando aqui incluídas, por exemplo, situações de alteração de categoria de docentes de carreira por via de concurso, de mobilidade intercarreiras de pessoal técnico ou de passagem de técnicos superiores com contrato por tempo indeterminado para o exercício de funções dirigentes, por via de comissão de serviço (na UC).

Analisando os motivos mais específicos, a caducidade de contratos de trabalho a termo apresentou o valor mais elevado (35,4%), o que é natural, dado o número de docentes especialmente contratados/as. As situações de aposentação representaram o segundo principal motivo de saída no último ano (17,8%, incluindo as situações por limite de idade), seguidas das denúncias de contrato (13,5%).

Quadro 31: Saídas de pessoal, por motivo

	Pessoal docente e investigador	Pessoal técnico	Total	
Extinção da relação jurídica	186	50	236	69,0%
Aposentação	21	32	53	15,5%
Aposentação por limite de idade	6	2	8	2,3%
Caducidade	115	6	121	35,4%
Consolidação da mobilidade	-	1	1	0,3%
Denúncia	39	7	46	13,5%
Falecimento	3	2	5	1,5%
Outros motivos	2	-	2	0,6%
Suspensão vínculo	9	21	30	8,8%
Assembleia da República / Governo / Outros cargos políticos	2	2	4	1,2%
Cedência de interesse público	2	-	2	0,6%
Comissão de serviço (Dirigente)	1	-	1	0,3%
Comissão de serviço (CEJ)	-	1	1	0,3%
Licença sem remuneração	1	3	4	1,2%
Mobilidade	-	5	5	1,5%
Período experimental noutro organismo	1	1	2	0,6%
Supremo Tribunal de Justiça	1	-	1	0,3%
Outros motivos	1	9	10	2,9%
Modificação da relação jurídica	28	48	76	22,2%
Alteração Tipo Vínculo	1	2	3	0,9%
Cessação de comissão de serviço	-	1	1	0,3%
Comissão de serviço (Dirigente)	-	5	5	1,5%
Concurso (promoção)	27	2	29	8,5%
Consolidação da mobilidade	-	7	7	2,0%
Mobilidade intercarreiras / intercategorias	-	31	31	9,1%
Total	223	119	342	100,0%

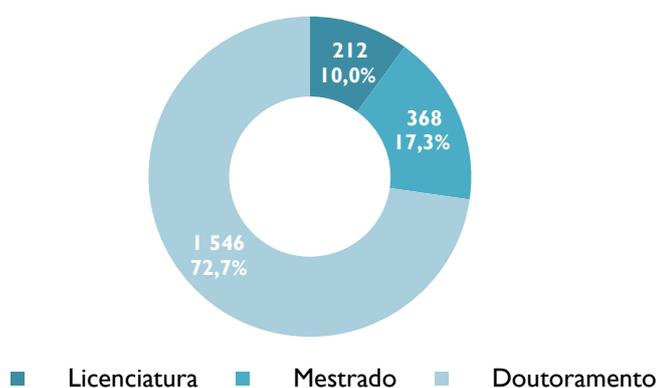
À data de 31 de dezembro, a UC contava com um total de 88 situações de suspensão de vínculo de trabalhadores/as - mais uma do que no ano anterior -, a maioria das quais relativas a pessoal técnico (51,1%). Atentos os motivos, mais de metade das situações resultam de três situações: licenças sem remuneração (21,6%), de comissões de serviço para cargos dirigentes (17,0%) e de nomeações para cargos políticos (14,8%).

Quadro 32: Suspensões de vínculo, por motivo

	Pessoal docente e investigador			Pessoal técnico			Total			
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	%
Assembleia da República / Governo / Outros cargos políticos	6	4	10	2	1	1	8	5	13	14,8%
Cedência de interesse público	3	4	7	1	1	2	4	5	9	10,2%
Comissão de serviço (Dirigente, CEJ)	2	1	3	3	9	12	5	10	15	17,0%
Doença / acidentes de serviço / assistência família	-	-	-	5	1	6	5	1	6	6,8%
Exercício de funções docentes	1	-	1	-	-	-	1	-	1	1,1%
Exercício de funções organismo internacional	-	2	2	-	-	-	-	2	2	2,3%
Licença sem remuneração	1	5	6	7	6	13	8	11	19	21,6%
Licença especial Macau/Timor	1	1	2	-	-	-	1	1	2	2,3%
Mobilidade (entidade externa à UC)	-	-	-	7	1	8	7	1	8	9,1%
Período experimental noutro organismo	-	2	2	-	1	1	-	3	3	3,4%
Tribunais superiores	6	4	10	-	-	-	6	4	10	11,4%
Total	20	23	43	25	20	45	45	43	88	100%

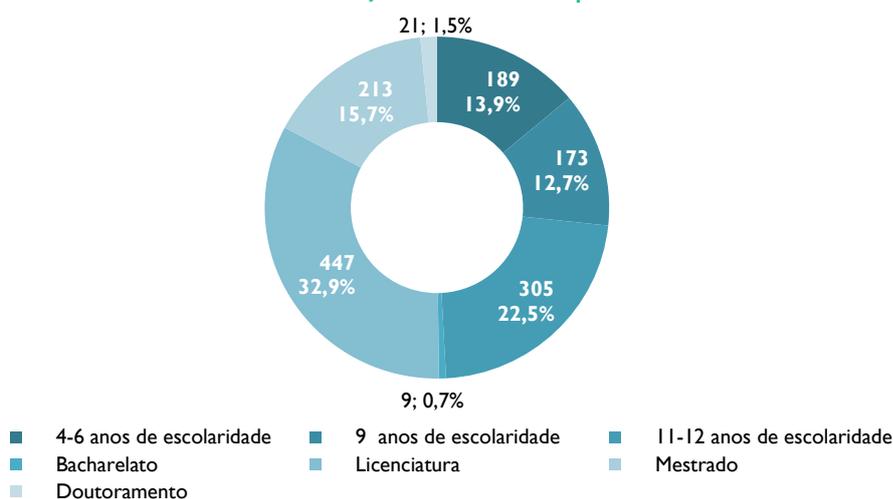
Analisando as habilitações literárias do pessoal docente e investigador, verifica-se que 72,7% eram titulares do grau de doutor, sendo os/as restantes 27,3% distribuídos/as pelos graus de licenciado e de mestre. Quando se analisa em particular os/as docentes e investigadores/as de carreira, constata-se que a totalidade dos/as 1013 identificados/as no quadro 26 são doutorados/as, deixando de existir assistentes ao abrigo do regime transitório previsto no Estatuto da Carreira Docente Universitária.

Gráfico 8: Habilitações literárias do pessoal docente e investigador



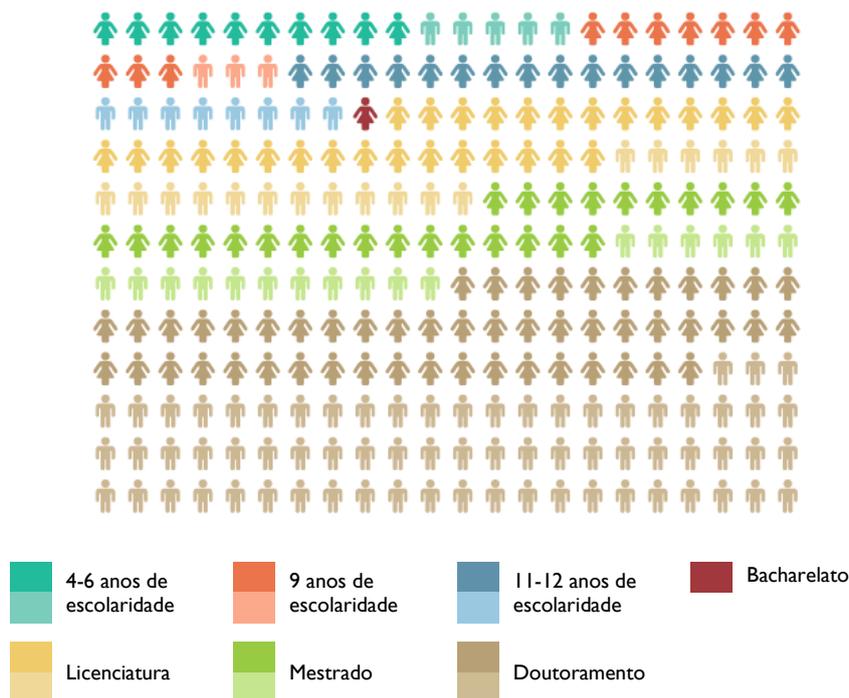
No que toca ao corpo técnico, a percentagem que detinha nível de escolaridade superior correspondia a 50,8%, tendo-se verificado um aumento de 3,2 p.p. em relação ao ano anterior. Esta percentagem difere do índice de tecnicidade, já referido anteriormente, uma vez que existem trabalhadores/as com habilitações de nível superior cujas carreiras não exigem esse nível de escolaridade. A percentagem de trabalhadores/as que detinha habilitações literárias entre o 4.º e o 9.º ano continuou a diminuir, quer pela aposentação de trabalhadores/as com níveis de escolaridade mais baixos, quer pela exigência de habilitações mínimas, ao nível da escolaridade obrigatória, no exercício de funções públicas.

Gráfico 9: Habilitações literárias do corpo técnico



Analisando as habilitações literárias por género, o nível de habilitação que apresentava um maior equilíbrio era o doutoramento, tal como demonstra a seguinte figura.

Figura 14: Distribuição dos/as trabalhadores/as, por género e habilitações literárias



Nota: não é visível, dada a escala da infografia, uma pessoa do género masculino com bacharelato.

Destaca-se ainda que, no ano letivo 2020/2021, 14 trabalhadores/as do corpo técnico frequentavam cursos conferentes de grau na UC, usufruindo do benefício atribuído para aumentar as suas habilitações. Quanto ao pessoal docente e investigador, 88 estavam inscritos/as como estudantes da UC no mesmo ano letivo (78 em cursos de doutoramento e 10 em mestrados).

No que respeita à formação, durante o ano de 2021, foram promovidas, pela UC e pelos SASUC, 40 ações de formação internas para o pessoal técnico, o que corresponde a uma redução de 11,1% em relação ao ano anterior (45 ações em 2021). Estas ações desenvolvidas englobaram as áreas de psicologia e desenvolvimento pessoal (11 ações), de línguas e literaturas estrangeiras (sete ações), de informática (seis ações), de enquadramento na organização (cinco ações), de gestão e administração (quatro ações), de direito (três ações), de turismo e lazer e de saúde e segurança (ambas com duas ações).

As ações de formação interna envolveram 632 trabalhadores/as, correspondentes a 1498 formandos/as, dada a existência de imensos/as trabalhadores/as que frequentaram mais do que uma ação. Este tipo de formações foi procurado maioritariamente por mulheres, com um total de 73,4% de trabalhadoras que frequentaram ações de formação interna.

Quadro 33: Formação profissional do corpo técnico

	F	M	Total
Formação interna			
Ações internas formais	-	-	40
Formandos/as	1 114	384	1 498
Trabalhadores/as que frequentaram ações de formação internas	464	168	632
Formação externa			
Ações externas frequentadas	-	-	49
Formandos/as	110	25	135
Trabalhadores/as que frequentaram ações de formação externas	78	18	96
Total de trabalhadores/as que frequentaram ações de formação	479	172	651

Para além das formações já referidas, o pessoal técnico frequentou 49 ações de formação externas, nomeadamente *workshops*, colóquios e seminários, num total de 135 formandos/as, correspondendo a 96 trabalhadores/as.

O total de trabalhadores/as que frequentou pelo menos uma ação de formação, interna ou externa, no ano de 2021, ascendeu assim a 651², mais 34,5% que em 2020, aumento que não será alheio à cada vez maior alternativa de formações a distância.

À semelhança dos anos anteriores, atendendo aos diagnósticos efetuados pelos/as dirigentes, foi realizada, para além da habitual formação interna e externa, a formação em contexto de trabalho. Este último tipo de formação refere-se às aprendizagens/atualizações que ocorrem no posto de trabalho, pressupondo uma transferência de conhecimentos e saberes de pessoa para pessoa, podendo ser ministrada pelo/a superior hierárquico/a, pelo/a coordenador/a de unidade ou por um/a trabalhador/a, permitindo assim o desenvolvimento das competências de cada trabalhador/a ajustadas à sua realidade, ao seu posto de trabalho e às suas necessidades.

É também importante realçar que se verificou uma aposta na autoformação (de difícil contabilização exata por decorrer de iniciativa individual), francamente impulsionada pelas diversas ofertas a distância, que muitos/as trabalhadores/as do corpo técnico procuraram aproveitar para o seu desenvolvimento pessoal. Sendo de realçar que a autoformação é uma mais-valia para a Universidade, destaca-se que a maioria das ações de autoformação de 2021 pertenceram à área de biblioteconomia, arquivo e documentação.

Ao nível da simplificação e modernização na área de recursos humanos, realça-se o desenvolvimento de novas funcionalidades na plataforma informática MyUC, que, para além de ter permitido desmaterializar o procedimento de marcação de férias dos/as trabalhadores/as em 2020, integrando a informação em SAP, passou a disponibilizar também os certificados de formação interna. Outro exemplo de simplificação e modernização é o desenvolvimento da plataforma UC Training, para gestão da formação.

Ainda no âmbito do eixo das pessoas, o Plano Estratégico 2019-2023 prevê, nas suas linhas de orientação estratégicas, a preocupação com o diálogo e a participação ativa, a conciliação do trabalho com a vida pessoal e familiar e o bem-estar e a saúde como fatores de motivação.

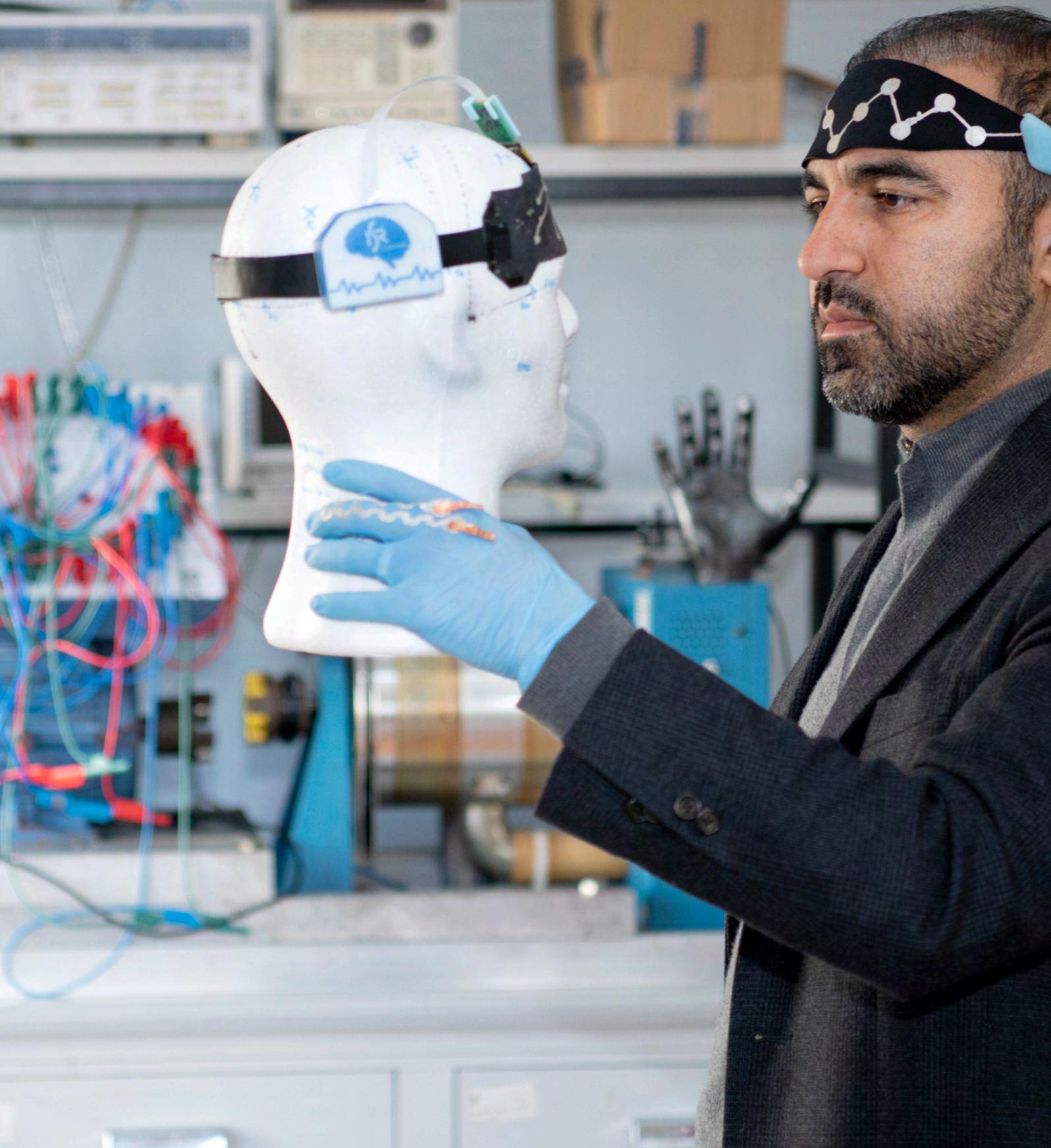
Destaca-se desde logo a publicação em Diário da República, em janeiro, dos estatutos da Comissão de Trabalhadores da Universidade de Coimbra, com a realização da eleição da primeira Comissão apenas em outubro de 2021, dada a situação pandémica, que impediu a realização do ato eleitoral em momento anterior. E uma vez que as comissões de trabalhadores só podem iniciar a sua atividade após o registo da eleição pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público e após a publicação da respetiva composição em Diário da República, a tomada de posse vir-se-ia a realizar apenas em 2022. Destaca-se que, para além da Comissão de Trabalhadores, foram eleitas nove Subcomissões (sete faculdades e duas UECAF).

Ao nível das iniciativas de bem-estar e motivação, realça-se a realização de iniciativas de *teambuilding*, nomeadamente através da nova atividade denominada "Desporto UC Desafia ...", tendo sido desenvolvidas ações com a AAC e os seus núcleos de estudantes, com os/as estudantes residentes nas residências universitárias e com os dirigentes da UC. No que diz respeito à participação ativa, foi criado o Blog da Universidade de Coimbra, espaço digital para a publicação de textos originais, atuais e relevantes, produzidos pela comunidade académica, tendo como objetivo incentivar a criação e divulgação de trabalhos pluridisciplinares, que provoquem discussão teórica, uma reflexão crítica sobre a realidade contemporânea e que agreguem valor à Universidade de Coimbra.

No que toca a programas de vida segura e saudável para a comunidade académica da UC, destacam-se alguns – Experimenta, UC+Ativa, UC+Ativa em Casa, Jogos Universidade de Coimbra, UCicletas, Desporto nas Residências, Plano de Marcha e Corrida, *Healthy Campus* UC e Grupo de Caminhada e Corrida –, que permitiram aos/às estudantes e trabalhadores/as receber dicas de saúde e desporto e ainda de integrarem ligas para competição desportiva entre a comunidade académica, tema mais detalhado no capítulo 7 Desafios Societais.

² Total eliminando duplicações, isto é, trabalhadores/as que frequentaram, simultaneamente, ações internas e externas.

/ investigação
& inovação



5

Investir criteriosamente e inequivocamente nas condições necessárias para o aumento da qualidade e quantidade da produção de conhecimento de nível internacional e com elevado impacto para a sociedade, é o imperativo do Plano Estratégico da Universidade de Coimbra no pilar Investigação e Inovação para o quadriénio 2019-2023.

Este pilar nuclear de missão da Universidade assume neste ciclo um papel decisivo enquanto agente dinamizador da sociedade, impulsionando todas as restantes áreas de atuação e contribuindo decisivamente para o reconhecimento da UC como uma verdadeira universidade de investigação. No sentido de dar um novo impulso e potenciar todas as capacidades e áreas de domínio da UC, foram identificadas cinco áreas estratégicas de ação.

Figura 15: Áreas estratégicas



A identificação destas cinco áreas estratégicas teve por base as áreas científicas em que a UC dispõe de massa crítica considerável e, em simultâneo, áreas emergentes com visível expansão internacional, alinhadas com os desafios sociais e cuidadosamente organizadas por *clusters*, assentes na estrutura do Horizonte Europa.

Alinhadas com as áreas estratégicas, em 2021 foram instituídas as Escolas Doutorais da UC, que constituem, em si mesmo, um fórum de partilha, cruzamento de práticas, de recursos e de reflexões. O seu principal objetivo prende-se com o proporcionar à comunidade de estudantes de doutoramento uma formação científica de excelência, garantindo o desenvolvimento de competências e a abertura para outros campos do saber e do mundo.

O grupo de trabalho dedicado às áreas estratégicas manteve o foco na promoção de um conjunto alargado de iniciativas que contribuíram para a constituição de novos consórcios, para a identificação e o apoio diferenciado de oportunidades de financiamento competitivo internacional e para o desenho e implementação de estratégias estruturais para a investigação, entre outras. Importa destacar as ações estratégicas Projetos Semente, ERC@UC e MarieCurie@UC, promotoras da interdisciplinaridade e do cruzamento de saberes e orientadas para a resposta aos desafios sociais. O programa de financiamento “Projetos Semente de Investigação Científica Interdisciplinar” apoiou, em 2021, quatro projetos com potencial de desenvolvimento de linhas de investigação interdisciplinares, com impacto internacional e tendo sempre presentes os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas. As estratégias específicas para suporte aos programas *European Research Council* (ERC@UC) e *Marie-Sklodowska-Curie Actions* (MarieCurie@UC) foram implementadas para dar resposta aos exigentes desafios de competitividade associados ao novo quadro de financiamento.

Importa também referir a segunda edição dos Prémios de Promoção da Cultura Científica, que em 2021 apoiou financeiramente 10 projetos/iniciativas de cariz interdisciplinar, com o objetivo de promover o diálogo entre cultura e ciência e que divulguem o conhecimento produzido na UC junto do público não estritamente académico/científico.

Tendo por objetivo a promoção da interdisciplinaridade, foram ainda realizadas diversas iniciativas de cunho interdisciplinar e de estímulo ao envolvimento de investigadores/as em projetos e redes nacionais e internacionais, tendo a divulgação de oportunidades de financiamento competitivo internacional assumido um particular relevo. Destaca-se a realização de diversos *workshops*, conferências e fóruns, bem como os eventos mensais *destinations*, com o objetivo de disseminar programas de trabalho e oportunidades para a investigação, junto dos/as investigadores/as, fontes de financiamento relevantes do Horizonte Europa e promover a aproximação da comunidade UC às linhas de financiamento.

No âmbito do Dia Europeu do Património Académico, foi lançada a *Heritage & Culture Helix*, uma ferramenta digital, que tem como principal função estimular a produção de conhecimento, proteção e promoção do património e da cultura, apoiando o trabalho dos/as especialistas que procurem colaborações internacionais para os seus projetos de investigação e estabelecendo ligações com as artes, com setores culturais e criativos e com a indústria.

Ainda no âmbito da interdisciplinaridade, é de destacar a promoção e implementação de uma nova iniciativa interdisciplinar – UC.Space – Iniciativa interdisciplinar do Espaço, que pretende contribuir para o desenvolvimento de uma investigação inter e transdisciplinar de excelência na área do espaço sideral e observação da terra. Pretende-se que esta iniciativa constitua uma forma agregadora, colaborativa e eficiente, com ligações a entidades de referência internacionais, capaz de potenciar a investigação da UC na área do Espaço.

Importa ainda destacar o projeto GendER@UC, financiado pelo EEA Grants, operado em Portugal pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, e que visa reforçar a integração perspectiva de género nos processos e conteúdos de investigação da UC, mediante a implementação de um conjunto de medidas promotoras da igualdade de género.

Foram submetidas a financiamento competitivo nacional e internacional 590 candidaturas, registando-se um decréscimo significativo face ao ano anterior – menos 487 candidaturas, justificado pelo pico excepcional de candidaturas verificado em 2020, ano do início da pandemia COVID-19, em que foram inclusive criados concursos suplementares para dar resposta ao novo contexto pandémico. O número de candidaturas submetidas neste ano está em linha com o verificado antes da pandemia: o número de candidaturas submetidas em 2019 ascendeu a 407.

Considerando o número das candidaturas apresentadas, a taxa de aprovação desceu de 11,2% em 2020 (informação à data de elaboração do RGC de 2020) para 9,8% (-1,4 p.p.). De forma mais detalhada, das 590 candidaturas submetidas em 2021, à data de elaboração deste relatório, 491 foram indeferidas e 41 ainda aguardavam avaliação.

No decurso das candidaturas aprovadas, foi contratualizado em 2021 um volume de financiamento que ascendeu a 54,01M€, mais 28,63M€ do que no ano anterior, registando-se um acréscimo de 112,8%, face ao ano anterior. Do total contratualizado em 2021, destaca-se o financiamento no âmbito dos programas 2020 e Horizonte Europa, que representou 49,2% (26,57M€). No âmbito dos programas da União Europeia, foi contratualizado financiamento no montante de 4,00M€, menos 0,63M€ do que em 2020. Já no âmbito do programa Portugal 2020, o financiamento contratualizado ascendeu a 9,00M€, mais 4,94M€ que no ano anterior, e no programa Centro 2020 o volume de financiamento contratualizado foi de 13,57M€, correspondendo a um aumento significativo de 10,58M€, influenciado pelo financiamento atribuído ao MIA Portugal - Centro de Excelência em Investigação do Envelhecimento. Importa ainda destacar, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, a contratualização de 14,65M€ de financiamento ao abrigo do Programa Impulso Jovens STEAM & Programa Impulso Adultos.

Entre os projetos que obtiveram maior financiamento europeu, no âmbito do programa Horizonte 2020, destaca-se o projeto *EOLINPLACE - Choice of where we die: a classification reform to discern diversity in individual end of life pathways*, com financiamento atribuído de 1,87M€, pelo *European Research Council*, que apoia e financia projetos pioneiros e investigadores/as em etapas progressivas na carreira.

Quanto ao número de projetos ativos ao longo do ano de 2021, a entidade UC inverte a tendência de decréscimo ocorrida no ano anterior, e volta a registar um acréscimo do número de projetos ativos, com mais 13,9% face ao ano anterior.

Importa ainda destacar os principais dados e indicadores de atividade em 2021 das outras entidades do GPUC que consolidam com a UC:

- a empresa ICNAS-P constituiu o primeiro laboratório ibérico especializado no teste e certificação de dispositivos médicos respiratórios, designadamente ventiladores pulmonares. Este laboratório, financiado no âmbito do COMPETE 2020, através do Sistema de Incentivos a Atividades de I&D e ao Investimento em Infraestruturas de Ensaio e Otimização (*upscaling*), no contexto da pandemia COVID-19, veio colmatar a inexistência no espaço ibérico de laboratórios dedicados ao teste de ventiladores de emergência e é um exemplo de como se podem readaptar os laboratórios e o conhecimento científico existentes nas empresas e nas universidades para fazer face a situações inesperadas como foi o caso desta pandemia;

- parte importante da atividade científica do CES envolve projetos cujas equipas são constituídas por investigadores/as do CES, inseridos/as em redes nacionais e internacionais, tendo o financiamento da sua atividade científica origem em partes sensivelmente iguais de fundos nacionais e internacionais; destaca-se que esta unidade estava inserida em 39 redes internacionais de investigação (referidas no capítulo dedicado à internacionalização);
- o CNC, que com o iCBR-Centro de Investigação Biomédica de Coimbra integra o CIBB-Centro de Inovação em Biomedicina, viu renovado o Estatuto de Laboratório Associado para 10 anos. Em 2021 iniciou 44 financiamentos, dois no âmbito do programa plurianual (1,36M€), 14 projetos FCT (3,75M€), 10 projetos financiados por outras entidades nacionais (0,25M€), quatro projetos europeus (2,67M€) e 14 outros projetos internacionais com um financiamento de 1,41M€ para os quais contribui para cerca de um terço desta verba um projeto com a entidade *La Caixa*;
- o INESC Coimbra executou 15 projetos de I&D no âmbito do sistema científico nacional, 10 como instituição proponente e cinco como instituição participante, para além do Programa de Financiamento Plurianual; participou em seis ações de cooperação internacional, incluindo cinco ações COST; deu início a 14 projetos competitivos de natureza exploratória, aprovados nos anos anteriores, e teve também em execução 16 projetos internos financiados pelo próprio INESC Coimbra com recurso a margens de contratos terminados; realizou ainda sete projetos de consultoria especializada com empresas e outras entidades;
- o Itecons concluiu oito projetos com um investimento global superior a 7,6M€ (envolvendo parceiros) e esteve envolvido na preparação de novas candidaturas a diversos tipos de financiamento, na sua maioria em copromoção com a indústria, tendo obtido a aprovação de 13 novos projetos com um investimento global superior a 13,1M€ (envolvendo parceiros). Destaca-se ainda a integração da “ponte pedonal 516-Arouca” – projeto de engenharia e arquitetura de autoria do Itecons, e com recente abertura ao público no final de 2020 – no Top 100 dos melhores locais do mundo da revista TIME;
- no IPN, o ano caracterizou-se por um elevado número de projetos de I&DT cofinanciados em curso, destacando-se que esteve em execução o financiamento plurianual no âmbito do FITEC - Fundo de Inovação, Transferência de Tecnologia e Economia Circular, que tem como objetivo a valorização dos produtos portugueses através da inovação, que acabou por ser prolongado até março de 2022 e que mostra claramente os efeitos positivos, alavancando as atividades de I&DT, em especial nas suas áreas prioritárias – economia circular, eficiência energética e indústria 4.0; continua a destacar-se ainda, de entre os diversos projetos em curso, o projeto IPN.ECOA - Expansão e Consolidação, que visa expandir e adaptar a novas utilizações e exigências as áreas dedicadas à investigação aplicada e transferência de tecnologia do IPN, de modo a conseguir condições que permitam um alargamento de competências e consolidação da atividade desenvolvida, tornando-a mais próxima das necessidades do tecido empresarial.

No que concerne a indicadores relacionados com a produção científica, e de forma particular no que se relaciona com o número de publicações na *Web of Science*, apresentam-se os dados por quinquénio, tal como nos relatórios dos anos anteriores. Assim, comparando o número de publicações na *Web of Science* do quinquénio 2017-2021 com o do quinquénio 2016-2020, verifica-se um acréscimo na ordem dos 5,0%, à data da recolha dos dados³. Observando alguns indicadores complementares, registou-se uma evolução decrescente quanto a publicações nas 25% revistas de maior impacto, com uma redução na ordem dos 14,8%, tendo as citações na *Web of Science* relativas a publicações do quinquénio registado um acréscimo na ordem dos 9,6%.

Quadro 34: Dados de publicações na *Web of Science*

	2015-2019	2016-2020	2017-2021
publicações na <i>Web of Science</i>	19 141	19 556	20 537
publicações nas 25% revistas de maior impacto	7 264	7 378	6 287
citações <i>Web of Science</i> , relativas a publicações do quinquénio	160 360	124 275	136 266

³ Informação do quinquénio 2017-2021 atualizada com dados recolhidos a 14 de janeiro de 2022.

Considerando apenas dados de 2020 – informação atualizada em fevereiro de 2021 –, e não do quinquénio, registavam-se 3822 publicações indexadas à UC, menos 443 que no ano anterior.

No que respeita aos artigos publicados anualmente em revistas *top* 5% por área científica e em revistas *top* 25% por área científica e às publicações de livros ou capítulos de livros em *Book Series* do 1.º quartil, e considerando que as revistas e publicações que compõem estes *tops* só são conhecidas no mês de julho do ano seguinte a que respeitam, não nos é possível, à data de fecho deste relatório, apresentar o valor atingido no ano de 2021. Assim, o quadro infra é atualizado com dados referentes a 2020 (recolhidos a 6 de agosto de 2021).

Quadro 35: Artigos em revistas *top* e publicações de livros ou capítulos de livros

	2019	2020
artigos em revistas <i>top</i> 5% na área científica	173	143
artigos em revistas <i>top</i> 25% na área científica	1 064	1 091
publicação de livros ou capítulos de livros em <i>Book Series</i> do 1.º quartil	-	-

A forte aposta da UC na inovação, assente em equipas de excelência e com elevado potencial científico, tem sido concertada no sentido da promoção da sua divulgação e da valorização da propriedade intelectual. Nesse sentido, no ano de 2021 foram registados 60 pedidos de registo de patente em nome da UC, dos quais 16 correspondem a pedidos provisórios de patente submetidos em Portugal, e desses, 10 foram submetidos pela UC na qualidade de primeiro requerente. O portefólio acumulado de patentes ativas da UC ascendia assim a um total de 324 no final do ano – das quais 60 nacionais e 264 internacionais –, representando um acréscimo de 19 patentes ativas face ao ano anterior (+6,2%).

Figura 16: Patentes ativas (valor acumulado)



Foram ainda submetidas 32 comunicações de invenção, menos cinco que no ano anterior. Destaca-se o forte empenho na realização de ações de sensibilização para a proteção de resultados da investigação, sendo de referir que apesar das limitações provocadas pela pandemia COVID-19, foram realizadas 18 sessões em 2021, com o objetivo de sensibilizar a comunidade académica para a importância da divulgação e valorização da produção científica.

Através do aumento da divulgação da produção científica é potenciada a visibilidade da investigação e da inovação desenvolvidas, facilitando a participação dos/as investigadores/as em relevantes consórcios de investigação e abrindo portas para que importantes instituições e empresas estejam disponíveis para colaborar com a UC. Em 2021, tendo por objetivo o aumento da investigação e inovação efetuada em parceria, foram realizadas 274 visitas a empresas e entidades, e apoiados/as 306 investigadores/as que contribuíram de forma notória para o desenvolvimento da partilha de conhecimento com o tecido empresarial.

No que respeita às unidades de I&D, onde é desenvolvida uma grande parte da investigação, foram conhecidos em março de 2021 os resultados finais, após conclusão da análise de reclamações, do processo de avaliação de unidades de I&D iniciado em 2017 pela FCT, que “visa o desenvolvimento e a valorização do Sistema Científico e Tecnológico Nacional em todas as áreas de conhecimento, e o seu fortalecimento e densificação territorial”. Decorrente destes resultados, o quadro seguinte reflete já a melhoria de classificação de quatro unidades de I&D, três delas com alteração de Bom para Muito Bom (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Centro de Geociências e Centro de Investigação em Antropologia e Saúde) e uma de Muito Bom para Excelente (Instituto para

a Sustentabilidade e Inovação em Estruturas de Engenharia), alterações estas que provocaram um aumento do financiamento total em 0,5M€.

Assim, dos 38 centros e unidades de I&D associados à UC com avaliação pela FCT – 31 unidades integradas e sete APSFL (onde se incluem quatro laboratórios associados) –, 73,7% obtiveram uma classificação final igual ou superior a Muito Bom, obtendo um financiamento total de 58,27M€ para o quadriénio 2020-2023, valor que inclui a atribuição de um financiamento especial pelo Conselho Diretivo da FCT, em 2020, às unidades classificadas com Excelente ou Muito Bom e com um financiamento proposto inferior ao financiamento de 2019. As unidades classificadas com Bom representam 23,7% do total das unidades avaliadas, obtendo um financiamento total de 5,61M€ para o mesmo quadriénio.

Quadro 36: Avaliação dos centros e/ou unidades de investigação

	2017		
	N.º	%	% acum.
Excelente	14	36,8%	36,8%
Muito Bom	14	36,8%	73,7%
Bom	9	23,7%	97,4%
Razoável	1	2,6%	100,0%
Total	38	100%	

Importa ainda referir que, para além dos quatro laboratórios associados constituídos como APSFL que a UC integra como associada (CES, Laboratório Associado em Energia, Transporte e Aeronáutica, Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas e Instituto de Telecomunicações) – que constam do quadro supra –, em 2021 foi aprovada a constituição de um conjunto de laboratórios associados assentes em consórcios de unidades I&D (e não constituídos como APSFL), dos quais a UC integra oito, como entidade gestora principal ou secundária:

- ARI-NET - Rede de Infraestruturas em Investigação Aquática;
- ARISE - Produção Avançada e Sistemas Inteligentes;
- CIBB - Centro de Inovação em Biomedicina e Biotecnologia;
- IMS - Instituto de Ciências Moleculares;
- IN2PAST - Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território;
- LASI - Laboratório Associado de Sistemas Inteligentes;
- REAL - Translação e Inovação para a Saúde Global;
- TERRA - Laboratório para a Sustentabilidade do Uso da Terra e dos Serviços dos Ecossistemas.

No que respeita a Laboratórios Colaborativos homologados pela FCT, a UC integrou em 2021 os CoLAB BioScale e HealthyAgeing@LAB, mantendo-se como associada dos CoLAB Smart Energy LAB, CoLab4Food, VectorB2B, CECOLAB, Prochild e ForestWISE, homologados em fases anteriores.

No âmbito do Roteiro Nacional das Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico 2014-2020 da FCT, a UC participava, no final do ano de 2021, em 27 das 56 infraestruturas identificadas, e detinha na totalidade quatro infraestruturas – BIN - Rede Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral, LCA - Laboratório de Computação Avançada, MIA Portugal - Centro de Excelência em Investigação do Envelhecimento e Viravector - Unidade de Produção de Vetores Virais para Transferência de Genes. A FCT, tendo em vista a atualização, modernização e reforço do Roteiro Nacional das Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico para o período 2022-2027, deu início, no último trimestre de 2021, a um processo de convite para manifestação de interesse das infraestruturas que pretendam aderir ou continuar a integrar esta Rede nesse período.

Ao nível das infraestruturas de investigação, importa ainda destacar as 21 Plataformas Tecnológicas e de Serviços da UC, estruturas agregadoras de um conjunto de equipamentos científicos de ponta, vocacionados para a investigação e prestação de serviços, mas também disponíveis para apoiar a rede alargada de I&D e a indústria. Destacam-se as constituídas como tal em 2021: Coimbra Laser Lab, EOLab - *The Earth Observation Laboratory* e ProtoTera Association.

O ano de 2021 foi um ano muito positivo para o IPN, apesar dos condicionalismos decorrentes da pandemia COVID-19, sendo caracterizado por uma taxa de ocupação da aceleradora de empresas TecBIS de 90% nos primeiros nove meses do ano e de aproximadamente 97% no último trimestre. Esta infraestrutura de aceleração de empresas, que visa o apoio ao crescimento e a consolidação de empresas de elevado potencial, a sua internacionalização e aumento de intensidade tecnológica, impulsionando a atração e fixação de recursos humanos altamente qualificados e aumentando significativamente as sinergias entre os meios académico e empresarial, manteve uma ocupação elevada, terminando a ano com 26 empresas instaladas (quatro entradas em 2021), com mais de 750 colaboradores/as.

O Centro de Incubação da Agência Espacial Europeia em Portugal (ESA-BIC), lançado em 2014 e coordenado pelo IPN, envolveu 15 incubadoras de todo o país e acolheu cinco empresas em Portugal, duas das quais na IPN-Incubadora. Foi negociado durante o ano de 2021 o novo contrato deste Centro de Incubação para o quadriénio 2021-2024, mantendo os objetivos estabelecidos na extensão do contrato anterior, e congregando os três programas de transferência de tecnologia promovidos pela ESA – o Centro de Incubação de Empresas da ESA Portugal, a Rede de Parceiros de Inovação para Transferência de Tecnologia e a Plataforma de Embaixadores de Aplicações.

Ao longo do ano, tendo presente os constrangimentos causados pela pandemia COVID-19, as atividades desenvolvidas pela IPN-Incubadora concentraram-se na prospeção de novos empreendedores, na participação em redes de cooperação tanto a nível nacional como internacional, no apoio às empresas dos programas de incubação física e virtual incluindo as enquadradas no âmbito do programa ESA *Business Incubation* Portugal. Destaca-se ainda a colaboração com o IPN nos programas de aceleração *Born from Knowledge* (cujas edições de 2020 e 2021 foram realizadas em simultâneo no ano de 2021), nas ações *EIT Health InnoStars Bootcamp 2021* e no programa de aceleração internacional CaixaResearch (promovido pela Fundação La Caixa – Espanha), bem como a dinamização das seis oficinas da edição de 2021 do concurso regional Poliempreeende, ao abrigo de um contrato de prestação de serviços com o Instituto Politécnico de Coimbra.

Ao nível internacional, destaca-se a participação contínua na iniciativa da *KIC EIT Health – uma knowledge and innovation community*, composta por 140 parceiros em toda a Europa que visa promover o empreendedorismo e desenvolver inovações para uma vida saudável e um envelhecimento ativo, oferecendo produtos, serviços e conceitos para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos/ãs e dos/as doentes, e contribuir para a sustentabilidade dos sistemas de saúde em toda a Europa. Ainda neste âmbito, a IPN-Incubadora integra uma rede europeia de incubadoras envolvidas no apoio a *start-ups* inovadoras do setor da saúde.

O ano de 2021 teve um importante impacto nas empresas incubadas na IPN-Incubadora:

- no que respeita ao programa de incubação física, no final do ano encontravam-se incubadas fisicamente 33 empresas (mais cinco que em 2020), e nove das quais com origem e/ou fortes ligações ao setor académico (*spin-off*), tendo-se registado durante o ano 10 entradas de novas empresas e cinco saídas;
- ao nível da modalidade de incubação física, a incubadora alcançou ao longo do ano uma taxa de ocupação média de 86,7% – correspondente a uma ocupação de 1411,58 m² em 1627,67 m² disponíveis;
- o programa *cowork* continuou a apresentar um importante dinamismo, apesar de no final de 2021 se encontrarem menos empresas no programa (13) do que no ano anterior (20), diminuição esta que se prendeu essencialmente com o expirar de alguns contratos de empresas do programa ESA-BIC que se desvincularam da incubadora e com a passagem de outras para o programa de incubação física;
- o programa de incubação virtual manteve-se muito dinâmico, impulsionado pelo programa *start-up voucher*, tendo ingressado 23 projetos na modalidade *start*, mais um do que tinha ingressado no ano anterior, e sete na modalidade *follow-up*, ascendendo o total de empresas neste programa a 101 no final do ano (99 em 2020), das quais 69 na modalidade *start* e 32 na modalidade *follow-up*;
- no decorrer do ano, transitou uma empresa do programa de incubação virtual *start* e duas do programa de incubação *cowork* para o programa de incubação física.

Além da IPN-Incubadora, a UC é ainda membro associado de outras quatro incubadoras – o Biocant Park, a BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação, a IEFF - Incubadora de Empresas da Figueira da Foz e o SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta.

A UC integra ainda outros parques ou plataformas de ciência e tecnologia, nomeadamente:

- Obitec - Parque Tecnológico de Óbidos;
- Coimbra iParque;
- OPEN - Associação Oportunidades Específicas de Negócio;
- BLC 3 - Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro;
- RIERC - Rede de Incubadoras de Empresas da Região Centro.

Do conjunto de estratégias de eficiência coletiva (*clusters* e polos) nacionais, destaca-se a participação da UC nas seguintes, de forma direta ou indireta:

- AED Cluster Portugal – Cluster Português para as Indústrias de Aeronáutica, Espaço e Defesa;
- Cluster AEC – Arquitetura, Engenharia e Construção (Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção)
- Cluster Agroindustrial do Centro - InovCluster;
- Cluster *Engineering & Tooling* - Associação Pool-net [*Portuguese Tooling Network*];
- Cluster da Plataforma Ferroviária Portuguesa;
- Cluster de Competitividade da Petroquímica, Química Industrial e Refinação (Associação Portuguesa da Química, Petroquímica e Refinação);
- Cluster do Mar Português (Fórum Oceano);
- Cluster dos Recursos Minerais de Portugal;
- Cluster Habitat Sustentável - Centro Habitat;
- MOBINOV – Cluster Automóvel de Portugal;
- Polo das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica - TICE.PT;
- Polo das Tecnologias de Produção - PRODUTECH, através do laboratório associado Instituto de Sistemas e Robótica;
- Polo de Competitividade da Saúde - *Health Cluster Portugal*;
- *Portuguese Agrofood Cluster* (adesão em 2021).

No âmbito do Plano de Ação para a Transição Digital, a Universidade de Coimbra participou em diversas candidaturas para a constituição de Polos de Inovação Digital, que visam a dinamização de uma Rede Nacional de *Digital Innovation Hubs*, a desenvolver em ligação com os *clusters* de competitividade e centros de interface tecnológico reconhecidos, e que estará interligada com a Rede Europeia de *Digital Innovation Hubs*, a dinamizar pela Comissão Europeia no âmbito dos programas quadro europeus para 2021-2027. A UC integrava em 2021 os seguintes Polos de Inovação Digital, reconhecidos por despacho do Ministro de Estado, Economia e Transição Digital:

- ATTRACT DIH;
- Azores Digital Innovation Hub (AzDIH);
- CONNECT5;
- PTCentroDIH – *Digital Innovation Hub* da Região Centro.

Importa ainda referir o esforço, continuado ao longo dos anos, de sensibilização da comunidade académica para o empreendedorismo e a inovação. Através da promoção de programas de estímulo ao empreendedorismo, concursos de ideias, *workshops* e outros eventos, foram concretizadas ideias dos/as estudantes e jovens empreendedores/as através do financiamento dos seus projetos, potenciando em alguns casos a criação do seu próprio negócio.

Destaca-se o Programa *Data Challenge*, que apoia ideias de negócio focadas em resolver os desafios de gestão, valorização e segurança de dados da indústria, e o trabalho desenvolvido pela Académica Start UC - Rede de Embaixadores para o Empreendedorismo, que tem ultrapassado as expectativas de ano para ano, cada vez com mais iniciativas desenvolvidas, mais participantes, e com mais parceiros complementares.

No que respeita aos cursos de empreendedorismo de base não tecnológica, registou-se um decréscimo de 25,0%, no que respeita ao número de formandos/as (30 em 2021); e, dada a pandemia COVID-19, optou-se, de novo, por não realizar o Curso de Empreendedorismo de Base Tecnológica, desenvolvido pela UC há vários anos e sempre com a participação de diversas unidades de I&D e de empresas e empresários/as, enquanto mentores/as.

ensino



6

A Universidade de Coimbra assume um forte compromisso na promoção do ensino, que possibilite uma oferta pedagógica em estreita ligação com a investigação, baseando-se num ensino de desenvolvimento das competências dos/as estudantes, em que se valorizem todas as vertentes que potenciem a aquisição de competências transversais, apostando em novas metodologias pedagógicas, e que consequentemente possibilitem a captação dos/as melhores estudantes, conforme assumido no Plano Estratégico 2019-2023.

O ano letivo 2021/2022 arrancou ainda com a presença da pandemia COVID-19, com a Universidade de Coimbra a manter o regime híbrido, iniciado no ano letivo anterior, com aulas presenciais complementadas com transmissão síncrona, quando necessário. O processo de testagem massiva a toda a comunidade académica decorreu até ao final do ano letivo, chegando, nos períodos mais críticos, a mais de mil testes diários.

Inovar e adequar os modelos pedagógicos é uma das prioridades da Universidade de Coimbra, preconizadas no Plano Estratégico 2019-2023. O Observatório das Atividades Pedagógicas, que tem como objetivo contribuir para garantir um ensino de qualidade e uma aprendizagem consistente, cientificamente rigorosa e alinhada com os parâmetros internacionais de promoção da equidade, da inovação e da sustentabilidade nas suas diversas dimensões, dedicou-se, em 2021, à caracterização dos/as estudantes que abandonaram a Universidade de Coimbra com o objetivo de criar mecanismos para diminuir o abandono escolar.

Ainda neste âmbito, a UC promove os Prémios de Inovação Pedagógica UC, em associação com o Santander Universidades, com o objetivo de distinguir docentes que desenvolvam atividades pedagógicas que se destaquem na conciliação da exigência dos conhecimentos e das competências a adquirir pelos/as estudantes, com recurso a processos de ensino-aprendizagem diferenciadores e de impacto social e académico. Em 2021 foram entregues os prémios da 2.ª edição, referentes a 2020/2021, distinguindo cinco propostas inovadoras em áreas como inteligência artificial, estudos artísticos, direito e design de serviços. No final do ano, abriram as candidaturas para a 3.ª edição (2021/2022), mantendo o incentivo para promover uma lecionação de melhor qualidade e com melhores resultados, na aprendizagem e na aquisição de conhecimentos.

Em 2021 destaca-se a inauguração do Student Hub, um espaço inovador de acolhimento, acompanhamento e aconselhamento de estudantes, que agrega serviços administrativos e projetos de inovação social, voluntariado e experiências com o mercado de trabalho, pretendendo ser uma incubadora de talentos estudantis. Este espaço foi pensado com o objetivo de promover a interação de vários serviços, permitindo que um único espaço dê resposta às mais variadas dúvidas da comunidade. Para além dos serviços de Gestão Académica, Ação Social e Relações Internacionais, o Student Hub agrega um posto de venda dos SMTUC e um posto de atendimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Desde a sua abertura, entre os meses de outubro e dezembro, o Student Hub registou um total de 9127 utilizadores/as, sendo que 2752 foram utilizadores/as de serviços e 6375 correspondem a utilizadores/as das salas disponíveis para reserva.

Em 2021, o desenvolvimento de ações específicas focadas na promoção e divulgação da oferta formativa para o público pré-universitário, com vista ao aumento da captação em geral e dos/as melhores candidatos/as, em particular, foi novamente comprometida devido à pandemia COVID-19. Neste ano voltaram a não se realizar as habituais feiras de educação e formação de âmbito nacional, a Futurália e a Qualifica. No que diz respeito à apresentação da oferta formativa junto das escolas, nomeadamente o programa Um Dia na UC – em que os/as potenciais candidatos/as têm a oportunidade de vivenciar a realidade do mundo académico de Coimbra e de conhecer melhor o(s) curso(s) e a(s) faculdade(s) de eleição –, este acolheu, em 2021, 496 alunos/as, provenientes de 13 escolas, representando seis distritos, com destaque para Coimbra, Lisboa e Viseu. Neste âmbito, a UC promove também idas às escolas – *UC on Tour* – tendo-se deslocado a seis escolas, dos distritos de Coimbra, Bragança, Porto e Viseu e da Região Autónoma dos Açores, tendo participado um total de 233 alunos/as do ensino secundário.

A Universidade de Verão, evento direcionado a alunos/as do ensino secundário (do 10.º ao 12.º ano) e do 9.º ano e que permite experienciar uma diversidade de atividades pedagógicas, de diferentes áreas do saber e culturais, com a colaboração de docentes, investigadores/as e estudantes da UC, foi suspensa devido à pandemia COVID-19. Para colmatar a sua não realização, foi promovida a *UC Open Week*, uma iniciativa de carácter formativo, presencial e digital, focada no desenvolvimento de projetos que promovam a luta contra as alterações climáticas e ao mesmo tempo potenciem o contacto com a vivência académica de Coimbra. Em 2021 participaram neste evento 36 alunos/as, representando oito distritos: Bragança, Aveiro, Coimbra, Leiria, Guarda, Viseu, Santarém e Faro.

A política de prémios, bolsas e distinções de mérito, reformulada em 2019, tem como objetivo promover a captação dos/as melhores estudantes, reconhecer e valorizar o percurso académico e o mérito, valorizar a aquisição transversal de competências e promover a excelência dos/as estudantes da UC desde a sua entrada, bem como incentivar e criar condições propícias à continuidade dos estudos.

No ano letivo 2020/2021 há a assinalar:

- Prémio UC À Frente – atribuído a 31 estudantes, distinguindo o(s)/a(s) melhor(es) estudante(s) de cada licenciatura e de cada mestrado integrado, de entre os/as que selecionaram a UC como primeira opção no momento da candidatura ao ensino superior e cuja nota de candidatura tenha sido igual ou superior a 18 valores;
- Quadro de Mérito UC 1.º ano – em 2021 foi integrado por 87 estudantes (todos/as com média igual ou superior a 19 valores), correspondendo aos/às 5% melhores estudantes, matriculados/as e inscritos/as pela primeira vez em cursos de licenciatura ou de mestrado integrado, que, cumulativamente, tenham selecionado a UC como primeira opção no CNA e cuja nota de candidatura tenha sido igual ou superior a 16 valores; estes/as estudantes são igualmente nomeados/as como Embaixadores/as UC para o Ensino Secundário.

Integram ainda a política de prémios, bolsas e distinções de mérito:

- Diploma de Excelência Académica e inscrição no Quadro de Mérito UC – 5% do total de estudantes de licenciatura, mestrado integrado e mestrado, que se distingam pelo percurso académico na UC, no ano ao qual a distinção diga respeito, por unidade orgânica e curso;
- Bolsa Melhor Estudante Finalista UC – destinada a estudantes que concluem a licenciatura, o mestrado integrado ou o mestrado na UC, com um percurso de elevado mérito, e que venham a inscrever-se, no ano letivo subsequente, na UC, em cursos de 2.º ou 3.º ciclo de estudos, respetivamente;
- Prémio Melhor Tese de Doutoramento UC – destinado aos/às diplomados/as de 3.º ciclo que se distingam pela excelência da investigação e da produção científica realizada ao longo do percurso como estudante de doutoramento e pela qualidade da tese produzida.

No âmbito da acreditação de ciclos de estudos pela A3ES, foram acreditados 71 dos 72 cursos avaliados em 2021, resultando numa taxa de cursos acreditados de 98,6%, mantendo-se um curso com acreditação condicional. Ainda em 2021 foram submetidos 9 pedidos de criação de novos ciclos de estudos. Foram também registados 16 pedidos especiais de renovação da acreditação de ciclos de estudos não-alinhados (cursos submetidos pela UC, a que acresce um curso em associação, cujo pedido foi submetido por outras IES) e 75 pedidos de autoavaliação de ciclos de estudos em funcionamento (mais dois em associação com pedido submetido por outras IES), valores que englobam também os pedidos de 2020, uma vez que o prazo de submissão dos pedidos do ano anterior tinha sido prorrogado para 2021.

Quadro 37: Acreditação de ciclos de estudos

	2019	2020	2021
Cursos avaliados	21	67	72
Cursos acreditados	20	67	71
Taxa de cursos acreditados	95,2%	100,0%	98,6%
Processos acreditação condicional	3	1	2
Processos acreditados	2	1	1
Taxa de cursos com acreditação condicional que passam a ser acreditados	66,7%	100,0%	50,0%
Pedidos de criação de novos ciclos de estudos	6	31	9
Pedidos especiais de renovação da acreditação de ciclos de estudos não-alinhados	-	-	16
Pedidos de autoavaliação de ciclos de estudos em funcionamento	52	-	75

No ano letivo 2021/2022 encontraram-se em funcionamento 255 ciclos de estudos com estudantes inscritos/as, o que se traduz num acréscimo de 29 cursos quando comparado com o ano letivo anterior (+12,8%).

Quadro 38: Ciclos de estudos com estudantes inscritos/as

	2018/2019	2019/2020	2020/2021*	2021/2022**	Δ
L	35	35	36	45	9
MI	12	12	12	12	-
ME	111	109	110	126	16
D	69	68	68	72	4
Total	227	224	226	255	29

* valores finais, revistos em relação ao Relatório de Gestão e Contas de 2020

** dados a 31 de dezembro de 2021

No que concerne aos cursos não conferentes de grau, registou-se um decréscimo de quatro cursos de pós-graduação e de especialização (de 15 para 11) e os restantes cursos não conferentes de grau⁴ também diminuíram o valor registado no ano anterior, de 108 para 101, entre os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021. Realça-se que, neste caso, não é ainda possível analisar a evolução para o ano letivo 2021/2022, uma vez que se tratam, em regra, de cursos de curta duração, e sendo os dados com referência a 31 de dezembro de 2021 apenas são englobados os cursos realizados no primeiro semestre.

No âmbito do ensino a distância, durante o ano letivo 2020/2021 foram ministrados 29 cursos, com o envolvimento de sete faculdades e a participação de 341 formandos/as, que registaram uma taxa de sucesso de 80,9%.

As entidades autónomas do GPUC são parceiras ativas em ciclos de estudos da UC, acolhendo um conjunto diversificado de cursos, em particular programas de doutoramento. Neste âmbito:

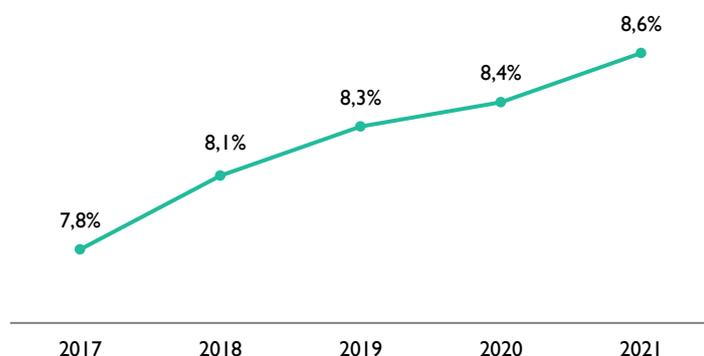
- o CES colabora em 13 programas de doutoramento, com um total de 504 doutorandos/as em 2021, proporcionando ainda seminários e colóquios, cursos de formação avançada, conferências e oficinas, assim como ciclos de debates, ciclos de cinemas e exposições fotográficas, entre outras;
- o CNC oferece um programa doutoral em Biologia Experimental e Biomedicina (PDBEB), em parceria com a UC (grau conferido pelo III), e colabora com outros cursos de doutoramento e mestrado da UC; empenhado em preparar jovens investigadores/as para o mercado de trabalho, tem também integrado redes europeias de formação avançada (*Marie Skłodowska-Curie Actions - Initial Training Networks*) que envolvem parceiros empresariais, como por exemplo, as ações *H2020 - MSCA - ETN treatment* (com a NIMGenetics e a Anaxomics), *NanoStem* (com as MyBiotech e HCS Pharma), *Foie Gras* (com as Mediagnost e Seahorse) e *Syn2Psy* (com as Lundbeck e ZEISS);
- o Itecons desenvolveu cursos não conferentes de grau no âmbito do desempenho energético e certificação energética de edifícios, incluindo introdução e dimensionamento de sistemas de climatização, reabilitação, projeto de estruturas metálicas, utilização de *softwares* de apoio ao dimensionamento e análise estrutural, de projeto de arquitetura e de desenho técnico, dimensionamento de elementos de madeira, gestão jurídica de empreitadas avaliação de propriedade rústica, totalizando 22 ações durante o ano 2021, com a participação de 189 formandos/as;
- o IPN, a ADAI e o INESC Coimbra colaboram na lecionação de unidades curriculares e no apoio a aulas práticas, bem como no acolhimento e/ou (co)orientação de dissertações de mestrado e teses de doutoramento de estudantes da UC.

Atrair os/as melhores estudantes continua a ser uma das prioridades preconizadas no Plano Estratégico 2019-2023 relativamente a uma das missões, o ensino. Na 1.ª fase do CNA 2021, e analisando a 1.ª opção escolhida pelos/as 25% melhores candidatos/as ao ensino superior a nível nacional – com base na nota de candidatura –, podemos concluir que a UC registou uma taxa de captação de 8,6%, tendo registado um acréscimo relativamente ao ano anterior de 0,2 p.p., o que consolida uma tendência de crescimento que se vem a registar desde 2017. No panorama

⁴ Cursos de formação, como os cursos de línguas; cursos de Português para Estrangeiros; cursos de ensino a distância; Ano Zero; cursos de pós-doutoramento; ou cursos realizados por delegação em entidades subsidiárias de direito privado.

das universidades públicas, a UC subiu uma posição relativa, encontrando-se na quarta posição, tendo ultrapassado em 2021 a Universidade do Minho.

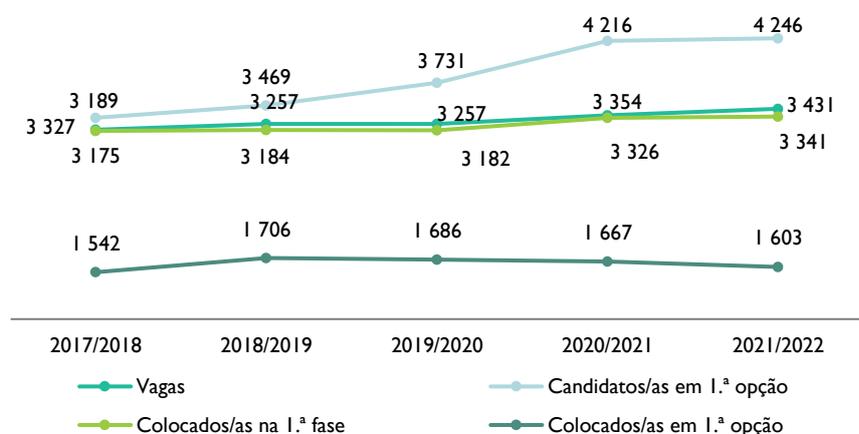
Gráfico 10: Evolução da captação dos/as 25% melhores candidatos/as ao ensino superior



Observando outros dados relativos ao acesso ao ensino superior em 2021, conclui-se que:

- o número de candidatos/as que selecionaram a UC em 1.ª opção, na 1.ª fase do CNA 2021 (licenciatura e mestrado integrado), aumentou em 0,7%;
- o número de candidatos/as em 1.ª opção manteve-se superior ao número de vagas disponibilizadas pela UC, com um índice de satisfação da procura de 1,24, o que representa uma diminuição face ao CNA do ano anterior (1,26);
- a UC mantém-se como a 4.ª universidade escolhida como 1.ª opção, recebendo a preferência de 4246 candidatos/as, ou seja, 9,3% do total de candidatos/as às universidades públicas;
- o número total de colocados/as na 1.ª fase registou um aumento face ao ano anterior (mais 15 colocados/as), tendo sido colocados/as na UC 3341 estudantes e sendo o valor obtido em 2021 5,2% superior ao valor mais baixo registado no período em análise no gráfico;
- a taxa de ocupação de vagas foi de 97,4% na 1.ª fase, registando-se uma diminuição de -1,8 p.p., quando comparada com o ano anterior; esta diminuição pode ser justificada pelo facto do aumento de colocados/as (+15) não ter acompanhado o aumento do número de vagas na 1.ª fase (+77 vagas);
- considerando apenas os/as colocados/as em 1.ª opção, registou-se um decréscimo de 3,8% em relação ao ano anterior (mas 4% superior ao mais baixo dos últimos cinco anos).

Gráfico 11: Evolução do número de vagas e candidatos/as colocados/as na 1.ª fase do CNA



Por fim, e considerando os dados das três fases do CNA, verificou-se um ligeiro decréscimo no número de novos/as estudantes inscritos/as na UC, com 3382 novas entradas, ou seja, menos 1,5% do que no ano anterior.

Analisando a evolução de outras formas de acesso ao ensino superior – regimes especiais, concursos especiais, mudança de par instituição/curso, reingresso e outros regimes específicos –, conclui-se que, considerando os valores finais de 2020/2021, se registou um acréscimo de 11,2% face ao ano letivo anterior. No ano letivo 2021/2022, considerando os dados a 31 de dezembro (ainda sujeitos a alteração), verifica-se um decréscimo de 11,5%.

Quadro 39: Estudantes de licenciatura e mestrado integrado - outras formas de acesso

	2019/2020			2020/2021*			2021/2022**			
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	
Regimes especiais	Funcionários Portugueses de Missão Diplomática Portuguesa no Estrangeiro e seus Familiares que os acompanhem	-	-	-	-	1	1	-	-	-
	Cidadãos Portugueses Bolseiros ou Equiparados, do Governo Português no Estrangeiro, Funcionários Públicos em Missão Oficial no Estrangeiro ou Funcionários Portugueses da UE e seus Familiares que os acompanhem	-	-	-	1	1	2	-	1	1
	Estudantes nacionais dos países africanos de expressão portuguesa bolseiros do Governo Português, dos Governos respetivos, da Fundação Calouste Gulbenkian, ao abrigo de convenções com a UE ou outros	73	61	134	83	86	169	109	107	216
	Funcionários Estrangeiros de Missão Diplomática Acreditada em Portugal e seus Familiares aqui Residentes, em Regime de Reciprocidade	-	-	-	1	-	1	-	-	-
	Praticantes Desportivos de Alto Rendimento	2	3	5	7	7	14	6	2	8
	Naturais e Filhos de Naturais do Território de Timor Leste	6	10	16	5	7	12	9	8	17
	Concursos especiais	Acesso ao curso de medicina por titulares do grau de licenciado	14	4	18	18	4	22	20	2
Maiores de 23 anos		18	25	43	34	34	68	29	31	60
Titulares de cursos superiores		67	49	116	75	50	125	83	67	150
Reingresso e mudança de par instituição/curso	Reingresso	185	250	435	220	281	501	127	153	280
	Mudança de par instituição/curso	154	136	290	130	141	271	158	133	291
Outros regimes	Licenciados Bolonha (acesso ao 4.º ano de MI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Licenciados Pré-Bolonha (acesso ao grau de mestre)	6	1	7	-	-	-	-	-	-
	Protocolo dos Açores (ingresso no 4.º ano no MI em Medicina)	20	14	34	27	8	35	28	8	36
Total	545	553	1 098***	601	620	1 221	569	512	1 081	

* valores finais, revistos em relação ao Relatório de Gestão e Contas 2020

** dados a 31 de dezembro de 2021

*** valor corrigido em relação ao RGC 2020

No que respeita à evolução de estudantes inscritos/as – não incluindo estudantes em regime de mobilidade *incoming*⁵ –, a análise dos dados finais respeitantes aos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021 permite constatar um acréscimo de 5,1% no número de estudantes inscritos/as em regime normal, de 22 664 para 23 809 estudantes, excluindo os cursos de formação não conferentes de grau e a frequência de unidades curriculares isoladas. O referido aumento verificou-se em todas as tipologias de cursos conferentes de grau, destacando-se o acréscimo de 10,1% no 3.º ciclo, enquanto que no caso das pós-graduações e especializações se registou um decréscimo (-18,6%).

⁵ O número total de estudantes em mobilidade *incoming* em 2020/2021 foi de 805, correspondente a 794 estudantes em programas de mobilidade internacional (análise detalhada no capítulo 8 Internacionalização) e 11 estudantes em mobilidade nacional (Programa Almeida Garret).

Em termos globais, observa-se um ligeiro decréscimo no número de estudantes inscritos/as no ano letivo 2021/2022, mas há que ter em atenção que os dados deste ano letivo reportam a 31 de dezembro, não sendo, portanto, dados finais, pelo que não são ainda diretamente comparáveis com os dados finais de 2020/2021. Efetuando a comparação face ao período homólogo – isto é, entre os dados de 2021/2022 do quadro seguinte e os dados de 2020/2021 a 31 de dezembro de 2020, constantes do Relatório de Gestão e Contas de 2020 –, constata-se um acréscimo de 711 estudantes (excluindo cursos de formação não conferentes de grau e unidades curriculares isoladas), ou seja, mais 3,1%, o que permite antever que o comportamento de acréscimo se manterá.

Realça-se que os dados do quadro seguinte incluem os/as estudantes inscritos/as ao abrigo do Estatuto do Estudante Internacional, cuja análise detalhada será efetuada no capítulo 8 Internacionalização.

Observando o comportamento das inscrições nos outros cursos não conferentes de grau, constata-se que se registou um decréscimo de 24,7% entre os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021. Uma vez que os dados relativos a 2021/2022 deste tipo de cursos, espelhados no quadro seguinte, representam apenas informação relativa ao 1.º semestre, não é possível tirar conclusões quanto à sua análise comparativa com os dados finais do ano letivo 2020/2021.

Quadro 40: Estudantes inscritos/as, por tipologia de ciclos de estudos e de curso

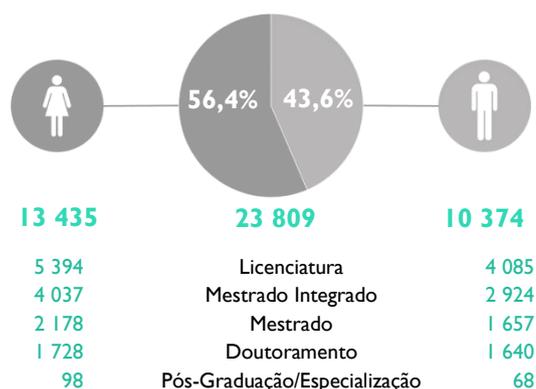
	2019/2020	2020/2021*	Δ	2021/2022**	Δ
L	9 052	9 479	427	12 070	2 591
MI	6 710	6 961	251	4 030	-2 931
ME	3 638	3 835	197	4 599	764
D	3 060	3 368	308	2 842	- 526
PG/E	204	166	- 38	182	16
Subtotal	22 664	23 809	1 145	23 723	- 86
OCNCG	2 949	2 222	- 727	1 302	
UCI	800	488	- 312	266	
Total	26 413	26 519	106	25 291	

* valores finais, revistos em relação ao Relatório de Gestão e Contas 2020

** dados a 31 de dezembro de 2021

Analisando os dados por género, verifica-se que 56,4% dos/as estudantes inscritos/as em cursos conferentes de grau e cursos de pós-graduação e especialização no ano letivo 2020/2021 eram mulheres. Numa análise por ciclos de estudos esta proporção mantém-se, exceto no 3.º ciclo, em que se verifica um maior equilíbrio no que concerne ao género (51,3% de mulheres).

Figura 17: Estudantes inscritos/as no ano letivo 2020/2021, por género e ciclos de estudos



O número de diplomados/as registou um decréscimo global de 0,8% no ano letivo 2020/2021, essencialmente reflexo da diminuição do número de diplomados/as nos mestrados integrados e mestrados, de -1,3% e -4,1%, respetivamente. Nos cursos conferentes de grau apenas os doutoramentos registaram um aumento, com um acréscimo de 13,8%.

Relativamente à distribuição de diplomados/as por género podemos concluir que durante os três anos analisados as proporções se mantiveram muito próximas: em 2020/2021 registou-se uma ligeira diminuição do peso do género feminino, de 60,9% para 60,8%.

Quadro 41: Estudantes diplomados/as, por tipologia de ciclos de estudos, curso e género

	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Δ
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	
L	1 048	699	1 747	1 190	785	1 975	1 206	767	1 973	- 2
MI	589	355	944	604	343	947	595	340	935	- 12
ME	704	430	1 134	713	445	1 158	659	451	1 110	- 48
D	93	90	183	85	96	181	107	99	206	25
PG/E	84	41	125	57	33	90	57	36	93	3
Total	2 518	1 615	4 133	2 649	1 702	4 351	2 624	1 693	4 317	- 34

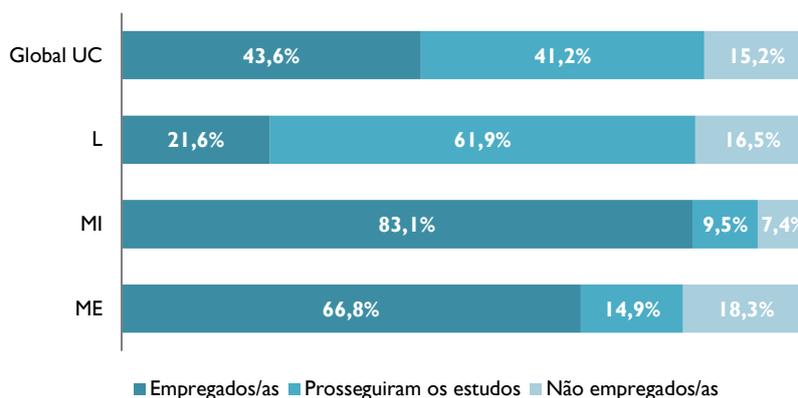
A Universidade de Coimbra reconhece a importância de fortalecer e de realizar uma interação permanente com o tecido empresarial e outras entidades, ajustando a oferta formativa às necessidades, garantindo a aprendizagem em contexto de trabalho e promovendo a empregabilidade. Em 2021, a UC promoveu novamente o programa de estágios de verão, aberto a todos/as os/as estudantes, promovido pelo Núcleo de Promoção da Empregabilidade.

Neste âmbito pode-se destacar também a parceria da Universidade de Coimbra com a *The Loop Co.*, com o objetivo de colaborar em projetos de investigação, teses e estágios, através de um novo Centro de Competências partilhado. Esta parceria tem como objetivo capacitar os/as estudantes com novas ferramentas tecnológicas e permitir ganhar experiência na área de economia circular, através de diferentes iniciativas, para que mais facilmente ingressem no mercado de trabalho. A *Loop Academy* proporciona aos/às estudantes três meses de formação em diferentes tecnologias e, no final da formação, os/as estudantes têm contrato de trabalho garantido na *The Loop Co.* ou numa empresa parceira.

A Universidade de Coimbra, no âmbito do programa *Improve Yourself*, desenvolvido em parceria com a *Randstad Portugal*, aliou-se ao *webinar* “Tendências de *employer branding*”, que pretende focar o tema empregabilidade, com a participação de empresas e estudantes. Neste *webinar* foi realizada uma análise e reflexão sobre boas práticas em matéria de *employer branding*, direcionado às empresas, bem como as características do mercado de trabalho, identificação de empresas e de práticas valorizadas pela atual geração de novos/as diplomados/as em entrada no mercado de trabalho, direcionado aos/às estudantes.

A UC tem vindo a explorar diversas soluções para medir a trajetória académica e profissional dos/as seus/uas diplomados/as, mantendo a aplicação de um inquérito *online*, transversal a todas as unidades orgânicas, que procura avaliar não só a situação de emprego/desemprego, mas também outras variáveis relevantes para a melhoria da qualidade do ensino ministrado. Nesse contexto, anualmente são convidados/as a responder ao inquérito todos/as os/as diplomados/as no ano n-2. No que concerne aos resultados do último relatório de empregabilidade, com base no inquérito a diplomados/as no ano letivo 2017/2018 (que registou uma taxa média de resposta de 26,5%), e considerando os diversos ciclos de estudos, apurou-se que 43,6% dos/as diplomados/as estavam empregados/as e 41,2% dos/as diplomados/as prosseguiram os seus estudos. Comparando estes dados com os dados do último relatório de empregabilidade (2016/2017), a taxa de empregabilidade diminuiu 0,7 p.p. e a taxa de diplomados/as que prosseguiram os estudos registou um aumento de 2,6 p.p. No entanto, esta metodologia apresenta limitações, essencialmente decorrentes de uma baixa taxa de resposta.

Gráfico 12: Taxa de empregabilidade dos/as diplomados/as no ano letivo 2017/2018, por ciclos de estudos



Relativamente ao *QS Graduate Employability Rankings*, que tem como objetivo avaliar o desempenho das IES ao nível da promoção da empregabilidade e do desenvolvimento de parcerias com os empregadores, não foi possível apurar o *ranking* da UC, uma vez que este não foi publicado em 2021 para nenhuma instituição mundial. É de referir que a Universidade de Coimbra ficou classificada em 2020 no *top 300* mundial, tendo-se destacado na vertente *Partnerships with employers*, que avalia as parcerias com os empregadores, sendo a IES portuguesa com melhor pontuação (58,9), situando-se na 139.ª posição.

Destaca-se ainda, neste pilar, que dada a pandemia COVID-19, a Universidade de Coimbra não realizou a cerimónia de atribuição de nenhum doutoramento *honoris causa* em 2021.

/ desafios societais



7

A Universidade de Coimbra, como Universidade aberta e global, integra como pilar de missão os desafios sociais, privilegiando a partilha de conhecimento e assumindo uma vontade inequívoca de responder a problemas que são preocupações para a sociedade. A grande diversidade e complexidade dos desafios sociais determina o cruzamento de diversas áreas do saber, e, como universidade de investigação, a UC envolve-se pró-ativamente na procura de soluções para a sociedade, antecipando, detetando e ultrapassando desafios nas mais variadas vertentes.

A UC continuou a reunir esforços para dar resposta aos desafios impostos, canalizando o seu conhecimento para ajudar a vencer o combate mundial contra a COVID-19. Mantiveram-se as medidas internas, com impacto nas diversas áreas de atuação da UC, detalhadas no relatório do ano anterior.

Destaca-se no âmbito da resposta aos problemas que são preocupações para a sociedade, com foco na prevenção, contenção e mitigação da doença causada pelo coronavírus, a atividade desenvolvida pelo Laboratório de Análises Clínicas, onde foram realizados ao longo de 2021:

- 61 024 testes de RT-PCR para pesquisa de genoma de SARS-CoV-2;
- 30 517 testes rápidos de antígeno para pesquisa de SARS-CoV-2;
- 384 testes de pesquisa de anticorpos específicos de SARS-CoV-2.

Ainda no âmbito de campanhas de rastreio promovidas pela UC, foram realizados 19 446 testes rápidos de antígeno para pesquisa de SARS-CoV-2, de forma gratuita, a toda a comunidade universitária.

Considerando que a sustentabilidade é a resposta para o desafio das nossas vidas – o de deixarmos um Mundo mais justo e seguro para as gerações futuras –, a Universidade de Coimbra assumiu um compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, explicitamente espelhado na visão do pilar Desafios Sociais. No âmbito do que tem sido a sua atuação, a UC foi considerada a melhor IES nacional no cumprimento do ODS 2 – Erradicar a Fome na terceira edição do *Times Higher Education Impact Rankings*, sendo também a única universidade portuguesa com presença no top 20 mundial no mesmo ODS, num honroso 3.º lugar. Neste *ranking*, divulgado em abril de 2021, a UC ocupou a 21.ª posição global, uma subida considerável, dado que no ano anterior ocupou o 62.º lugar. Os resultados obtidos são bastante positivos, mantendo-se a UC como a instituição mais sustentável em Portugal no segundo ano em que participa no *THE Impact Rankings*.

Figura 18: Posição da UC no *THE Impact Rankings 2021*



No que se refere à promoção de iniciativas que permitam afirmar Coimbra como um parceiro de relevo em redes internacionais na área da saúde, destacam-se diversas iniciativas desenvolvidas, nomeadamente:

- no âmbito da atividade do consórcio *Coimbra Health* na *M8 Alliance*, participação na *World Health Summit 2021*, em Berlim, e participação na Assembleia da *M8 Alliance*;
- organização do *Women in Health - workshop series*, em parceria com a Embaixada do Reino Unido;
- execução dos projetos *EITHealth 2021 - Innovation Days* e *Starship* e *ELEVATE - masterclass series*;
- candidaturas *Partnership for Alliances* (Erasmus +) e *IPCEI Health - Essilor project Smart Vision 2030*;
- participação em reuniões com *Supervisory Board do EITHealth* para sensibilização dos parceiros *Innostars* quanto à aprovação de proposta da UC, no sentido de os representar no órgão;
- participação na *EITHealth Partner Assembly*;
- organização da *BME IDEA Europe Conference 2021*;
- participação na reunião de *CLC/RIH Chairs & MD Meeting* (representantes *EITHealth* dos vários CLC e direções);
- realização de uma sessão “*Citizen & patient co-creation workshop*”, *Innovation Fellowships*.

A valorização social e cultural do património, nas suas vertentes material e imaterial, integra uma das linhas estratégicas da UC no âmbito do pilar Desafios Societais, com particular destaque para os compromissos associados ao reconhecimento da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia como Património Mundial, que posicionou a UC num restrito grupo de cinco universidades distinguidas pela UNESCO.

A iniciativa Sons da Cidade veio mais uma vez celebrar o aniversário da inscrição da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia na lista de Património Mundial, tendo esta edição, a 8.^a, coincido com a celebração dos 890 anos da fundação do Mosteiro de Santa Cruz e tendo tido como mote as “Viagens às origens do Património Classificado”. Organizado pela Associação RUAS, Universidade de Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra e Direção Regional da Cultura do Centro, contou ainda com o apoio de outras instituições parceiras.

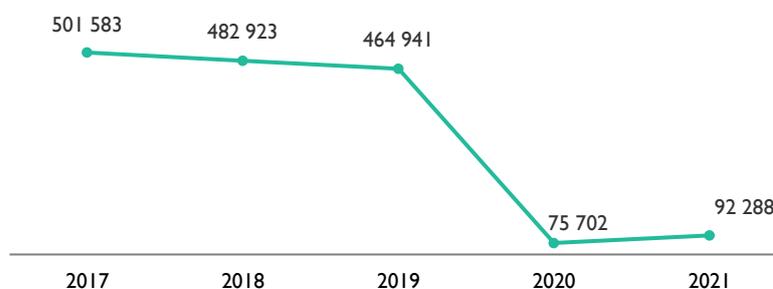
Na vertente material, quanto ao desenvolvimento de projetos de reabilitação do património edificado, a UC assegurou em 2021 um conjunto de intervenções que se encontram descritas no capítulo 9 Instalações.

No que se refere ao turismo, a atuação da UC passa pelo desenvolvimento de condições e na implementação de medidas que permitam uma atividade turística de qualidade e, em simultâneo, numa oferta patrimonial e cultural mais atrativa, diversificada e integrada, articulada com a cidade e a região, assegurando a preservação do património existente e coexistindo de forma sustentável com a vivência diária da academia.

Em 2021, e devido às medidas de prevenção e contenção de propagação da pandemia COVID-19, foi necessário manter encerrada toda a atividade turística durante os primeiros meses do ano. Espaços como a Biblioteca Joanina, a Capela de São Miguel e o Palácio Real apenas puderam voltar a ser visitados no final do mês de maio, com restrições e respeitando todas as recomendações das autoridades de saúde, com reconhecimento através do selo *Clean & Safe* (Turismo de Portugal). Não obstante o período em que a atividade turística da UC esteve encerrada, verificou-se um aumento de 16 586 visitantes face ao ano anterior, correspondente a um acréscimo de 21,9%.

No que respeita ao país de origem dos/as visitantes, 28,1% eram provenientes de Portugal, destacando-se de seguida Espanha (13,2%), França (12,8%) e Estados Unidos da América (10,3%); os/as restantes visitantes repartiam-se por 89 outras nacionalidades (num total de 35,6%).

Gráfico 13: Evolução do número de visitantes ao circuito turístico



Procurou manter-se uma oferta diversificada, baseada numa perspetiva de sustentabilidade, com propostas assentes na qualidade da oferta e na qualidade da experiência, adaptadas aos novos tempos. Destacam-se, em 2021:

- visita temática "Universidade no Feminino", no dia 8 de março, Dia Mundial da Mulher;
- comemoração do Dia Mundial do Turismo, com a Estudantina a animar os espaços de visita;
- realização do *webinar* “A Fundação da Universidade de Coimbra na Europa do seu tempo”, com o Professor João Gouveia Monteiro, nas comemorações do Dia da Universidade;
- realização de *webinar* "O Infante D. Pedro: um duque de Coimbra, um regente do Reino de Portugal";
- realização de exposição de fotografia de Leonardo Ferreira, no Colégio de Jesus;
- UC Júnior #Especial Páscoa;
- disponibilização de *voucher* de oferta de quatro visitas para docentes, corpo técnico e investigadores/as da UC;
- campanha promocional de Natal, disponível nas Lojas UC e Loja *online*;
- visitas técnicas (sobre novas normas de visita) para profissionais de informação turística.

A área disponível para visita no circuito turístico não sofreu alterações, mantendo-se os 59 028 m² de área visitável, mas há uma preocupação contínua de melhoria dos espaços, destacando-se, em 2021, colocação de uma rampa de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida no espaço do Piso Nobre da Biblioteca Joanina.

A cerimónia solene do Dia da Universidade e a entrega do Prémio Universidade de Coimbra, no dia 01 de março, assinalaram os 731 anos da Universidade de Coimbra, sem festejos, tendo a comunidade académica sido convidada a juntar-se ao evento em formato *online*, em virtude das contingências do estado de emergência decorrentes da situação pandémica. A Sala Grande dos Atos, contrariamente ao que acontece normalmente nesta importante ocasião, esteve desprovida de assistência, com o Reitor a discursar para os cadeirais vazios e para uma câmara.

O Prémio UC, que foi instituído em 2004 e que conta com o patrocínio do Santander Universidades e o apoio do *Global Media Group*, distingue uma personalidade de nacionalidade portuguesa que se tenha destacado por uma intervenção particularmente relevante e inovadora nas áreas da cultura ou da ciência. Em 2021, foi atribuído ao cardeal, ensaísta, poeta e teólogo, José Tolentino de Mendonça, detentor de uma vasta carreira académica, a que junta uma riquíssima obra cultural e literária. É ainda de sublinhar que o Prémio UC – no valor de 25 mil euros – foi dividido em duas partes, sendo 10 mil euros para o/a premiado/ao e 15 mil euros para uma bolsa de investigação numa área a definir pelo/a premiado/a.

A 23.ª edição da Semana Cultural, associada às comemorações dos 731 anos, decorreu sob o tema “Humanidade”, baseado na experiência recente e avassaladora da pandemia, que constituiu um daqueles momentos em que a realidade pareceu ser mais criativa do que a própria ficção, desafiando a *Humanidae*. Foram mais de 30 espetáculos – entre música, teatro, dança, *performances*, exposições, artes plásticas, instalações artísticas e atividades para crianças –, em formato *online*. O já tradicional Concerto de Abertura da Orquestra Académica da Universidade de Coimbra assinalou o arranque da Semana Cultural; no entanto, o palco e o formato foram outros: em virtude das limitações causadas pela pandemia COVID-19, a Orquestra Académica apresentou-se numa formação mais curta – de orquestra de cordas – e a atuação foi transmitida *online* a partir da Sala dos Capelos.

O Ciclo de Teatro e Artes Performativas *Mimesis* regressou com a sua segunda edição, assistindo-se a mais de quatro dezenas de iniciativas. Este ciclo utilizou palcos mais tradicionais, como o TAGV ou o Teatro Paulo Quintela, onde decorreu a apresentação do programa, mas também a própria cidade, procurando envolver Coimbra nesta celebração e homenagem às artes, sendo diversos locais da cidade cenário das diferentes representações e *performances*. A 2.ª edição contou ainda com a realização de dois espetáculos em Alcobaça, numa ideia de “expansão” ao Centro de Estudos Superiores da UC em Alcobaça, que celebrou em 2021 os seus 20 anos de existência.

A 3.ª edição do Ciclo de Música *Orphika*, um ciclo para a cultura e ciência aberta que assenta em pilares estruturantes – preservar e valorizar a criação e a prática artísticas; promover a investigação; valorizar a formação e qualificação de amadores e profissionais das artes, contribuindo para a diversidade e qualidade da programação cultural da Universidade, da Cidade e da Região – mostrou, mais uma vez, a capacidade que a música tem de visitar outros mundos. O Ciclo, que decorreu no final do ano, marcou o retomar em pleno dos concertos e espetáculos presenciais, contando com um total de 30 iniciativas.

Em 2021 foram organizados mais de 480 eventos culturais (repartidos pelos quadros 42 e 43), que contaram com mais de 48 400 espetadores/as presenciais, registando-se mais 140 eventos face ao ano anterior, sendo que ao nível de espetadores/as acrescem ainda as visualizações das transmissões *live streaming* não mensuradas, como é o caso da Semana Cultural.

Quadro 42: Eventos culturais e audiências

	iniciativas	público
Ciclo de Música <i>Orphika</i>	30	2 800
Ciclo de Teatro e Artes Performativas <i>Mimesis</i>	45	1 690
Concerto de Abertura do Ano Letivo (Orquestra Académica da UC)	1	333
Concerto Cantus d'Alma no seu Património	1	27
Concertos Mário Marques e Gonçalo Pescada - Tributo a Piazzolla	1	57
Semana Cultural	33	<i>online</i>
Sons da Cidade	37	498

Para além dos eventos elencados no quadro anterior, destaca-se ainda a realização de mais de 300 iniciativas culturais realizadas por outras unidades em articulação com a Reitoria, contando com um total de 43 066 espetadores/as, não incluindo a contabilização do público de eventos com entrada livre.

Quadro 43: Eventos culturais de outras unidades

	iniciativas	público
Arquivo	53	23 792
Biblioteca Geral	23	1 500
Centro de Documentação 25 de Abril	2	47
Colégio das Artes	28	2 275
Imprensa	15	1 310
Jardim Botânico	30	745
Museu da Ciência	14	511
Teatro Académico de Gil Vicente	169	12 886

Em 2021 voltou a decorrer a Serenata Simbólica da Queima das Fitas, mas, desta vez os/as estudantes puderam assistir presencialmente, dentro das medidas de segurança estipuladas, depois de uma edição sem público no ano anterior. Com a lotação máxima de 600 estudantes, o Pátio das Escolas voltou a encher-se de solenidade para ouvir a Canção de Coimbra.

No que se refere às infraestruturas de atividades culturais e afins da Universidade, regista-se uma redução no número de utilizadores/as, refletindo um decréscimo de 21,3% nas atividades culturais face ao ano anterior, de 55 875 utilizadores/as em 2020 para 43 982 em 2021.

Quadro 44: Utilizadores/as de infraestruturas de atividades culturais

	2017	2018	2019	2020	2021
Auditório da Reitoria	24 533	37 675	13 270	2 371	6 948
Exploratório	41 276	40 579	39 518	14 483	16 484
Museu da Ciência	52 000	110 324	120 493	19 820	1 004
Palácio de São Marcos	4 743	6 294	8 240	510	4 675
Teatro Académico de Gil Vicente	52 348	52 670	59 154	18 691	14 871

Realça-se que o TAGV assinalou 60 anos de existência, com a realização do ciclo TAGV 60 anos, estimulando a sua ligação à região, à cidade e ao país, mas sempre com o seu estilo muito próprio, ligado ao ensino e à investigação. Merece ainda destaque a criação do Centro de Documentação TAGV, que pretende ser uma ponte entre a criação e a investigação, permitindo aos/às criadores/as contemporâneos/as uma relação ativada e ampliada com a questão da memória e do arquivo, proporcionando também aos/às estudantes material de estudos e investigação. Este Centro propõe-se documentar e ilustrar as atividades artísticas desenvolvidas desde a inauguração do teatro, em 9 de setembro de 1961, tendo como aliada a transição digital, assumindo o desafio e a oportunidade de visitar todos os arquivos e dar-lhes uma nova vida, preservando-os e tornando-os acessíveis a um público mais amplo e, em simultâneo, permitindo práticas de investigação. Neste âmbito, foram estabelecidas parcerias com o curso de Estudos Artísticos, com o Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) e com organismos da AAC cuja atividade se insere na área das artes performativas.

A Associação Exploratório Infante D. Henrique – Centro Ciência Viva de Coimbra –, conta com 25 anos a explorar a ciência e manteve um papel primordial como espaço interativo de divulgação científica e tecnológica, funcionando como plataforma de desenvolvimento regional através da dinamização dos atores regionais mais ativos nestas áreas. Em 2021, registou-se um aumento de 13,8% no número de visitantes ao espaço do Exploratório face ao ano anterior, entre grupos com marcação e visitantes individuais. Foram ainda desenvolvidas atividades fora de portas, acrescentando ao valor de visitantes do quadro 44 os números de participantes nas atividades desenvolvidas em visitas a escolas

(16 122), noutras atividades no exterior (1 694) e participantes em atividades *online*. O maior número de visitantes ao Exploratório reportou-se à oferta permanente – que passou por exposições, filmes a 360°, programa e oficinas que se encontravam disponíveis para os/as visitantes durante todo o horário de funcionamento do Exploratório –, sendo de destacar ainda a dinamização de outras atividades dirigidas a públicos específicos, de eventos de promoção de ciência (organizados pelo Exploratório ou em colaboração com outras entidades), de visitas a espaços (zonas de acesso livre aos/às visitantes, sem qualquer custo, que incluem diversas formas de divulgação de ciência, como por exemplo galerias de fotografia) e de desenvolvimento de projetos e prestações de divulgação de cultura científica.

Ainda no âmbito das infraestruturas de atividades culturais, o Centro Cultural D. Dinis, espaço ao dispor da comunidade universitária, aposta na promoção de atividades de cariz cultural e académico, transformando-se ao longo do tempo num lugar de eleição para a realização dos mais diversos tipos de eventos ou atividades de cariz universitário. Em 2021, o CCDD manteve uma reduzida atividade, fruto das apertadas regras sanitárias impostas pela crise pandémica, tendo acolhido apenas 27 eventos, registando um decréscimo de 25% face a 2020 (menos 9 eventos).

No que diz respeito ao número de estudantes integrados/as em atividades culturais, observa-se uma extraordinária evolução, com um significativo acréscimo no ano letivo de 2020/2021 face ao ano anterior, na ordem dos 114,3%, com mais 136 estudantes (de 119 para 255), dos quais 140 mulheres e 115 homens. Este acréscimo que vem espelhar a aposta clara na promoção e reconhecimento da atividade cultural dos/as estudantes da UC, promovendo e potenciando o envolvimento de mais estudantes nessas atividades, indiciando uma recuperação face ao ano anterior e um desempenho muito positivo.

A Universidade de Coimbra foi a primeira Universidade, a nível mundial, a garantir a certificação *Healthy Campus - Platinum* (o grau mais elevado de certificação) pela Federação Internacional de Desporto Universitário e a alcançar a certificação nos 100 critérios de avaliação do programa, dando continuidade, em 2021, ao programa destinado à promoção de estilos de vida saudável e ativa, alinhado com a definição de saúde da Organização Mundial da Saúde (*“state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity”*). Com este programa, a UC pretende promover um ambiente quotidiano que concilie de forma harmoniosa as exigências académicas e científicas com o bem-estar físico e mental de todos/as, tendo desenvolvido ao longo do ano diversas iniciativas que traduzem o papel fundamental desta temática para o bem-estar e saúde da comunidade académica. Destaca-se que, na área da nutrição, foram definidos como principais prioridades a redução do sal, do açúcar e de fritos para os valores referenciados pelo Serviço Nacional de Saúde, com o desenvolvimento de campanhas direcionadas; na vertente de prevenção de comportamentos de risco, foi desenvolvida a campanha "Comportamentos de Risco", tendo como intuito a sensibilização para a prevenção e consciencialização dos efeitos negativos dos comportamentos de risco, direcionada a toda a comunidade académica; e no eixo da saúde mental e social, foram desenvolvidos quatro *webinars* e a iniciativa “Semana da Saúde Mental”, por ocasião do Dia Mundial da Saúde Mental.

No que diz respeito especificamente à vertente desportiva, com o objetivo de transformar a UC na melhor e mais ativa universidade europeia no desporto universitário, foram desenvolvidas inúmeras iniciativas e procurou dar-se continuidade à promoção e valorização da prática desportiva, apesar das limitações que se mantiveram em 2021 decorrentes da situação de emergência no contexto da pandemia COVID-19.

No ano letivo 2020/2021, o desporto universitário da UC envolveu a participação de 175 atletas da AAC – 57 mulheres e 118 homens –, tendo sido arrecadadas 18 medalhas de ouro (das quais uma coletiva), 12 de prata e nove de bronze nos Campeonatos Nacionais Universitários.

Destaca-se a realização da III Gala do Desporto da UC, que reuniu a comunidade universitária, desde docentes, estudantes e atletas a federações desportivas e parceiros para celebrar o melhor do desporto da Universidade. O evento serviu ainda para entregar os prémios Quadro de Mérito Desportivo da UC, referentes à época desportiva 2020/21, e distinguir, de forma simbólica, cinco estudantes-atletas que participaram nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2021 em Tóquio, Japão.

A UC continua a ser um dos espaços de ensino superior pioneiros no país na criação de vantagens para quem estuda e representa desportivamente a sua instituição de ensino ou se enquadra na prática de alta competição, contribuindo

para a conciliação entre os seus compromissos desportivos e as respetivas atividades letivas, tendo-se registado 128 estudantes com Estatuto Estudante Atleta em 2020/2021, mantendo-se o mesmo número do ano anterior, e 14 estudantes com o Estatuto de Praticante Desportivo de Alto Rendimento, mais quatro do que no ano letivo anterior.

Através do Programa de Apoio ao Alto Rendimento da UC, desenvolvido em parceria com as federações desportivas, é potenciada a prática de desporto de alto rendimento, e, em simultâneo, reconhecida a mais-valia de ter atletas de alto nível que representam a instituição e o país na sua comunidade académica. Podem participar neste programa estudantes que, embora possam não requerer o estatuto, têm o aproveitamento escolar mínimo requerido e cumprem os critérios desportivos definidos pelo Instituto Português do Desporto e Juventude. Assim, no ano letivo 2020/2021 foram apoiados/as 28 atletas ao abrigo do PAAR-UC, mais 21,7% face ao ano letivo anterior.

Destacam-se ainda, no contexto de um ano ainda muito afetado pela pandemia COVID-19:

- os Jogos Universidade de Coimbra, desenvolvidos com o objetivo de promover o desporto e a atividade física entre diversos públicos, potenciando a socialização e a aquisição de hábitos regulares de prática de atividade física e desportiva. A organização é promovida em cinco ligas – Liga Académica, para estudantes; Liga Minerva, para docentes, investigadores/as e pessoal técnico; Liga Alumni, para antigos/as estudantes; Liga 21's, para empresas parceiras na área da investigação e inovação; e Liga Inter-Residências – e conta com 10 modalidades (andebol, badminton, canoagem, basquetebol 3×3, futebol 7, futsal, remo, ténis, ténis de mesa e voleibol). No entanto, dado o referido contexto, envolveu apenas 127 inscritos/as em 2020/2021, maioritariamente na Liga Académica (com 89 participantes, dos quais 74 do género masculino) e apenas nas modalidades individuais de badminton, ténis e ténis de mesa;
- o programa de atividade física Experimenta, que coloca à disposição da comunidade académica um leque variado de modalidades, sempre acompanhadas por recursos humanos qualificados, contou com 175 participantes em 2020/2021, registando-se um decréscimo de 40,1% face ao ano anterior, resultado das restrições impostas pelo combate à pandemia, distribuídos por seis modalidades (canoagem, condição física, ténis, natação, *softboll* e yoga);
- o projeto UCicletas, de cedência e utilização temporária de bicicletas da UC aberto a toda a comunidade académica e que tem como objetivo a promoção de hábitos de atividade física e desportiva com o recurso a um meio de transporte alternativo, com a disponibilização de 20 bicicletas e com 27 participantes em 2020/2021, com monitorização da atividade física, sendo os dados posteriormente tratados com o objetivo de mensurar a evolução e os efeitos e os benefícios para a saúde da utilização da bicicleta como meio de transporte quotidiano.

Quadro 45: Participantes em atividades desportivas

	2019/2020			2020/2021		
	F	M	Total	F	M	Total
estudantes com Estatuto Atleta da UC	45	83	128	48	80	128
estudantes apoiados/as pelo PAAR-UC	7	16	23	13	15	28
estudantes com Estatuto Praticante Desportivo de Alto Rendimento	4	6	10	7	7	14
estudantes atletas enquadrados/as no Desporto Universitário	62	159	221	57	118	175
participantes nos Jogos Universidade de Coimbra	583	2 220	2 803	36	91	127
participantes no programa Experimenta	204	88	292	131	44	175
participantes no projeto UCicletas	12	13	25	12	15	27

Mantiveram-se os programas UC+Ativa, contribuindo para a promoção de um estilo de vida ativo e saudável dos/as docentes, investigadores/as e técnicos/as, através da disponibilização de planos de treino orientados para aproveitamento das suas pausas no trabalho e para melhoria de posturas e, foi desenvolvida a sua adaptação para o novo contexto de trabalho a distância. Os planos UC+Ativa dividem-se em UC+Ativa em casa, com oito planos por nível (introdutório, intermedio, avançado) e mais seis treinos com os/as nossos/as estudantes atletas, e em UC+Ativa laboral, com sessões semanais abrangendo, no final de 2021, seis departamentos ou serviços da UC.

De igual forma, deu-se continuidade aos planos de marcha e corrida preparados para vários níveis de capacidade física, podendo ser realizado em exclusivo ou ser complementado com outros programas de atividade física. As iniciativas são fundamentais para a promoção do bem-estar físico e mental, procurando minimizar os índices de fadiga e saturação emocional que resultam do isolamento social recomendado pela Direção-Geral da Saúde.

Destaca-se a criação e disponibilização da página web Desporto UC com o objetivo de promover, proporcionar e incrementar a prática desportiva regular e a atividade física em contexto não formal pela comunidade universitária em particular e pela comunidade em geral, com obediência a parâmetros de qualidade, de segurança e de inovação, pretendendo-se em particular:

- desenvolver o papel do desporto na atividade da UC;
- promover a prática desportiva em simultâneo com o percurso académico;
- consolidar a aposta desportiva da UC na comunidade;
- afirmar a atividade física como um setor de excelência para a investigação e inovação;
- promover a participação em competições nacionais e internacionais de equipas universitárias;
- gerir e melhorar as instalações e os espaços aptos para a prática desportiva;
- potenciar a realização de atividades, eventos e competições desportivas;
- garantir um serviço de qualidade;
- promover parcerias para a realização de evento desportivos.

As infraestruturas desportivas da UC visam potenciar o património desportivo da Universidade, colocando-o ao serviço de toda a comunidade universitária e à sociedade em geral, quer pela disponibilização de instalações, quer pela organização de atividades desportivas, de recreio e lazer, que pretendam contribuir positivamente para o bem-estar. Analisando os dados de 2021, verifica-se, à semelhança do ano anterior, uma evolução negativa no número de utilizadores/as das instalações do Estádio Universitário: de 128 415 utilizadores/as em 2020 para 122 487 utilizadores/as em 2021, o que corresponde a um decréscimo de 4,6%, ainda resultado da pandemia COVID-19 e consequente suspensão das atividades desportivas. Realça-se que, do total de utilizadores/as registados/as, 93,2% eram praticantes das secções desportivas da AAC. Em termos de modalidades, as que revelaram maior procura, em termos relativos, foram:

- ginástica - que constituiu a atividade com mais utilizadores/as (37 306, correspondendo a 30,5% do total);
- cultura física - correspondendo a 13,8% do total;
- futebol - resultado da utilização do campo sul para treinos das camadas jovens da secção de futebol da AAC, correspondendo a 12,1% do total;
- ténis - correspondendo a 7,9% do total;
- patinagem - correspondendo a 6,8% do total.

Quadro 46: Utilizadores/as do Estádio Universitário

2017	2018	2019	2020	2021
164 760	158 488	193 805	128 415	122 487

A Rede Alumni UC apresenta-se como um importante veículo no reforço da ligação da Universidade a todos/as os/as seus/uas antigos/as estudantes, promovendo a comunicação e a troca de experiências e reconhecendo-os/as como verdadeiros/as embaixadores/as da UC em Portugal e no mundo, promotores/as da excelência da instituição. Representando uma oportunidade que deve ser potenciada, em 2021 apresentou um total acumulado de 38 481 adesões, correspondente a um acréscimo de 3,3% face a 2020, sendo este aumento resultado das diversas iniciativas promovidas.

Quadro 47: Adesões à Rede Alumni UC (valor acumulado)

2017	2018	2019	2020	2021
32 989	33 997	34 931	37 258	38 481

Importa referir que em 2021 foram emitidos 4265 novos cartões *Alumni UC*, cartão que para além de identificar o/a antigo/a estudante, permite o acesso a descontos exclusivos à comunidade académica. Foram ainda formalizadas mais 68 novas parcerias para obtenção de vantagens para membros da Rede Alumni UC e desenvolvidas 87 iniciativas, reforçando assim o compromisso da UC com os/as seus/uas antigos/as estudantes.

No âmbito do desenvolvimento de iniciativas estruturantes de âmbito cultural, científico e empresarial com o envolvimento de *alumni*, aumentando o potencial da relação entre a UC e os/as seus/uas antigos/as estudantes, para além das campanhas que já vinham a ser desenvolvidas – como *Alumni Sucesso Além Fronteiras* ou *Alumni UC Através de Gerações* –, destacam-se em 2021:

- evento “Dia do Antigo Estudante – Uma vez UC, para sempre UC”, com a realização da 12.^a conferência do ciclo “Conversas na Casa da Lusofonia”, iniciativa que visa aproximar os/as atuais e antigos/as estudantes (nacionais e internacionais), reunindo personalidades de prestígio para debater temas incontornáveis da atualidade;
- sessão “A UC vai à Prova Oral”, no TAGV, com Fernando Alvim e com convidados da comunidade UC;
- Dias da Empregabilidade da UC, com *Job Talks* com Alumni UC;
- desenvolvimento da campanha *AlumniUC@Industry*;
- campanhas junto de associações de estudantes das faculdades;
- inquérito aos/às diplomados/as da UC do ano letivo 2018/2019.

A UC está fortemente comprometida com a valorização dos/as seus/suas *alumni*, contando nesse propósito com as várias Redes de Antigos Estudantes, em Portugal e no Mundo. Em 2021 tomaram posse os novos órgãos sociais da Associação de Antigos Estudantes de Coimbra, associação criada em 9 de maio 1959. Destaca-se ainda a apresentação oficial da Rede Alumni UC – São Tomé e Príncipe, numa cerimónia que teve lugar no Espaço Cultural Cacao, naquele país, com a participação de cerca de 60 antigos/as estudantes da UC, contando com a investidura de dois novos Embaixadores/as *Alumni UC* com a entrega, simbólica, de cartões UC *Alumni* a prestigiadas figuras da sociedade civil de São Tomé e Príncipe.

O acesso à ciência e ao conhecimento é um dos princípios basilares para a construção de uma sociedade mais consciente e informada, integrando também uma das linhas estratégicas dos desafios sociais. A UC, tendo presente que a ciência é um bem que deve ser partilhado e disseminado, gere e difunde de forma socialmente responsável o conhecimento produzido, assegurando o alinhamento entre a investigação académica e a comunidade interna e externa, reforçando também o compromisso com a ciência aberta.

A UC *Open Science* procura dar visibilidade agregada a todas as iniciativas que se relacionam com a ciência aberta e com a marca UC – e que assentam, sobretudo, em grandes pilares de atuação: o acesso aberto ao conhecimento científico, o diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento, as infraestruturas de apoio à ciência aberta, o envolvimento aberto de agentes sociais e a comunicação aberta. Constitui assim um importante repositório de informação, de iniciativas e de notícias neste âmbito.

Dando continuidade ao processo de reorganização do ecossistema digital, com o desenvolvimento e implementação do Plano para Interoperabilidade do Ecossistema Digital UC (*Digitalis*) pretende-se que os subsistemas estejam completamente conectados entre si, potenciando a visibilidade e a partilha de conhecimento, com vista ao cumprimento dos princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*). Em 2021 registou-se um forte acréscimo no grau de execução deste Plano – que abrange sete plataformas: Estudo Geral, RADDUC, *Alma Mater*, Pombalina (plataforma da IUC para livros), *Impactum* (plataforma da IUC para revistas), *Open Journal Systems* (sistema de gestão de revistas usado pela IUC) e *Open Monograph Press* (sistema de gestão editorial de livros em fase de adoção pela IUC) –, de 50% para 90% observando-se um desempenho bastante positivo, tendo sido concluída a migração dos DOI dos livros e capítulos de livros, redirecionando-os para a Pombalina, que se tornou aberta ao público.

Destaca-se a distinção do consórcio internacional de promoção da ciência aberta OPERAS (*Open Access in the European Research Area Through Scholarly Communication*), do qual a UC é uma das colíderes, como uma das 11 novas infraestruturas de investigação que foram incluídas no Roteiro 2021 do Fórum Europeu de Estratégia para as Infraestruturas de Investigação. O reconhecimento sinalizou o consórcio integrado pela UC como um dos projetos

científicos de dimensão pan-europeia mais relevantes para as próximas décadas, sublinhando a forma como as infraestruturas digitais escolhidas espelham as prioridades programáticas atuais da UE. No caso particular do OPERAS, foi destacada a sua ligação à vertente da transição digital, pela forma como pretende potenciar a ciência aberta e atualizar as práticas de comunicação científica em ciências sociais e humanas, em linha com a *European Open Science Cloud*.

Neste âmbito, importa ainda referir a apresentação à comunidade da *GoTriple*, plataforma de descoberta para as ciências sociais e humanidades que constitui um serviço dedicado do consórcio OPERAS, oferecendo um ponto único de acesso para a descoberta e a reutilização de recursos de investigação relevantes para uma variedade de disciplinas nestas áreas e permitindo aos/às utilizadores/as um conjunto de funcionalidades:

- descobrir e reutilizar recursos académicos das ciências sociais e humanidades em nove línguas europeias (croata, inglês, francês, alemão, grego, italiano, polaco, português e espanhol), os quais estão atualmente dispersos por repositórios locais e de disciplinas específicas;
- encontrar e conectar com outros/as investigadores/as e projetos através de fronteiras de disciplinas, culturas e idiomas;
- fazer uso de ferramentas e serviços inovadores para apoiar a investigação, a visualização de resultados de pesquisa, a anotação na web, recomendações personalizadas e relacionamento social e explorar novas formas de financiamento da investigação, como o *crowdfunding* (financiamento colaborativo).

Foi ainda lançada pela UC a *Heritage & Culture Helix*, uma ferramenta digital com o objetivo de estimular a investigação interdisciplinar e internacional, agregar e reforçar projetos e equipas de investigação interdisciplinares e internacionais nas áreas do património e da cultura. O grupo digital funciona na plataforma *CrowdHelix*, que liga instituições líderes de investigação e empresas inovadoras de todo o mundo, para preparação e apresentação de projetos e candidaturas conjuntas a programas de financiamento.

Destaca-se ainda a participação da UC em diversos eventos, nomeadamente:

- na segunda edição da iniciativa Promoção da Cultura Científica, foram apoiados dez eventos e atividades levadas a cabo pelos/as investigadores/as dos diversos centros de investigação e unidades orgânicas da UC, destacando-se o número de centros de investigação envolvidos (17) e a crescente interdisciplinaridade das propostas apresentadas. Os eventos promoveram o diálogo interdisciplinar entre os vários centros de investigação, envolvendo a sociedade em geral e acentuando a relevância social da investigação que se faz, e, por outro lado, interpelaram os/as cientistas ao chamar a atenção para necessidades da sociedade, como podem afetar e transformar a forma de fazer ciência;
- no 3.º encontro Nacional de Ciência Cidadã, realizado num formato híbrido, envolvendo investigadores/as, docentes, estudantes e a comunidade;
- na dinamização da 5.ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto, onde mais de duas centenas de académicos/as, bibliotecários/as e gestores/as de repositórios, de Portugal e do Brasil, se reuniram para discutir os desafios e as vantagens do acesso aberto;
- na sessão "A criação do Serviço Nacional de Saúde: a conquista de um direito (1974-1979)", no âmbito do programa da "Semana Internacional do Acesso Aberto de 2021".

No âmbito das entidades do Grupo UC, destaca-se o CNC como uma entidade fortemente dedicada à comunicação de ciência, tendo como pontos essenciais da estratégia a aproximação de diferentes grupos e desenvolvimento de estratégias inovadoras de envolvimento público, nomeadamente através da promoção do diálogo entre cientistas e diferentes grupos da sociedade, disseminação das descobertas científicas, promoção da cultura científica e da literacia científica, em resposta às questões emergentes da sociedade civil, contribuindo desta forma para uma cidadania científica. O CNC assume um importante compromisso de ligação à sociedade através de projetos com diferentes grupos sociais e desenvolvimento de conteúdos educativos na área da investigação biomédica. Em 2021 destacam-se o projeto "A Saúde no Saber", bem como os recursos educativos como ASK Investigadores e vídeos *Selfie Science*, banda desenhada e animações, assim como todas as tarefas de comunicação científica dentro dos projetos de pesquisa, representando uma relevante contribuição para a atividade do SciComm – *Science Communication Conference*.

/ internacionalização

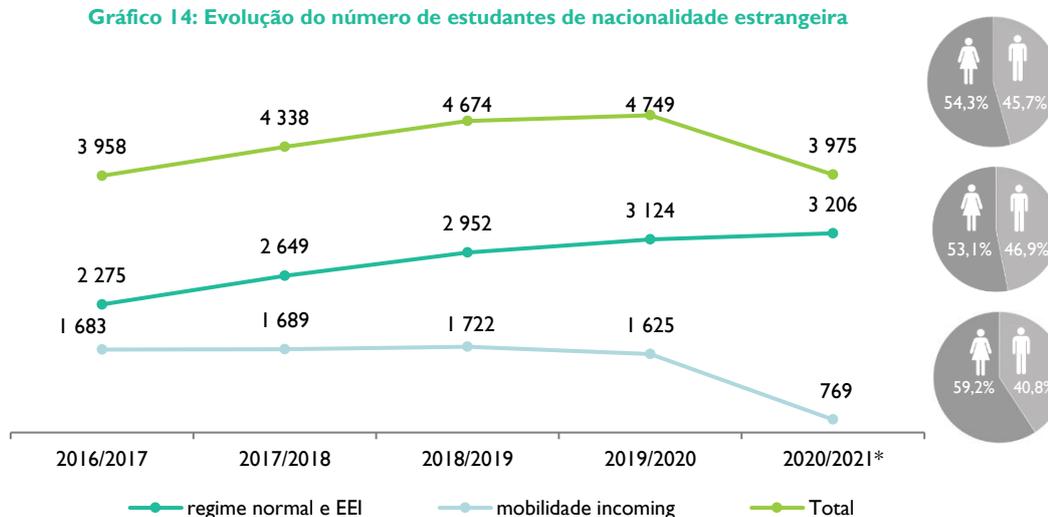


8

A Universidade de Coimbra assume a internacionalização como uma aposta estratégica crucial para o futuro, em diferentes vertentes: projetos em rede transnacional, atração de investigadores/as e docentes, captação de canais de financiamento, estudantes internacionais, cursos de carácter internacional, docentes com experiência pedagógica internacional, partilha de conhecimento e contribuição para uma sociedade mais justa e global, atingindo assim a internacionalização níveis elevados e com exposição de alcance mundial.

No ano letivo 2020/2021, a Universidade de Coimbra acolheu 3206 estudantes de nacionalidade estrangeira inscritos/as em cursos conferentes de grau e pós-graduação/especialização, em regime normal e ao abrigo do Estatuto do Estudante Internacional – 53,1% dos quais são mulheres e 77,9% provêm de países da CPLP. Em linha com a evolução dos últimos anos, tal evolução corresponde a um aumento de 2,6% comparativamente a 2019/2020 – de 3124 para 3206 estudantes. Refira-se ainda que aquele número de estudantes representa 13,5% do total de inscritos/as nos referidos cursos (sem considerar mobilidade *incoming*), o que se traduz numa diminuição de 0,3 p.p. comparativamente ao seu peso relativo no ano letivo anterior.

Gráfico 14: Evolução do número de estudantes de nacionalidade estrangeira



* valores finais, revistos em relação aos valores provisórios referidos no Relatório de Gestão e Contas de 2020

Já no ano letivo 2021/2022, com dados provisórios a 31 de dezembro de 2021, observaram-se 2966 estudantes de nacionalidade estrangeira inscritos/as em cursos conferentes de grau e pós-graduação/especialização, representando 12,5% do total de inscritos/as nos referidos cursos – menos 1,0 p.p. comparativamente ao peso atingido no ano anterior. Pese embora não se tratar de um número final, e, portanto, não comparável com os dados finais do ano anterior (razão pela qual não se encontra representado graficamente), podemos efetuar a comparação com o número equivalente de período homólogo – 2942, a 31 de dezembro de 2020 –, observando-se assim um acréscimo de 0,8%, comportamento que poderá indiciar um novo acréscimo nos números finais de ano letivo.

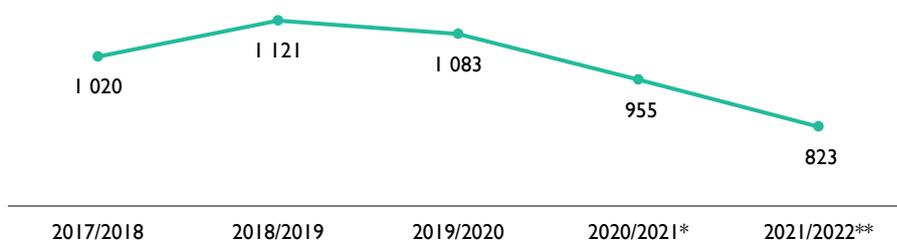
Considerando que em 2020/2021 frequentaram a UC 769 estudantes de nacionalidade estrangeira em regime de mobilidade *incoming* – 59,2% das quais mulheres –, o número total de estudantes de nacionalidade estrangeira ascendeu a 3975, representando uma diminuição de 16,3% face ao ano letivo anterior. Este universo passou assim a representar 16,1% do total de estudantes da UC inscritos/as em cursos conferentes de grau e pós-graduação/especialização, incluindo os/as estudantes em regime de mobilidade *incoming*, menos 3,4 p.p. face ao ano letivo anterior, em que este peso ascendeu a 19,5%.

Com a publicação do Regulamento do Concurso Especial de Acesso e Ingresso do Estudante Internacional a Ciclos de Estudo de Licenciatura e Integrados de Mestrado na Universidade de Coimbra, o enquadramento académico dos/as estudantes de nacionalidade estrangeira sofreu significativas alterações desde o ano letivo 2014/2015, pelo que importa fazer a sua análise isolada. O número de estudantes ao abrigo do Estatuto de Estudante Internacional, inscritos/as em cursos de licenciatura e mestrado integrado⁶ – designados, de forma simplificada, como estudantes

⁶ Através do regime de acesso e ingresso EI e de outras formas de acesso, uma vez que aos/as estudantes internacionais que sejam admitidos através dos regimes de reingresso ou mudança de par instituição/cursos se aplica o mesmo regime do Estudante Internacional.

internacionais –, foi aumentando significativamente desde a entrada em vigor do referido Estatuto. Contudo, podemos constatar que tem vindo a registar-se uma tendência negativa, desde 2019/2020, com 955 estudantes internacionais inscritos/as, o que corresponde a uma quebra de 11,8% face ao ano anterior. Observando já os dados provisórios de 2021/2022, confirma-se uma nova redução, sendo que a quebra aumenta para 13,8% face ao ano anterior. É uma tendência de algum modo esperada, consequência direta da diminuição de mobilidade à escala mundial, decorrente do já mencionado contexto pandémico.

Gráfico 15: Evolução do número de estudantes internacionais

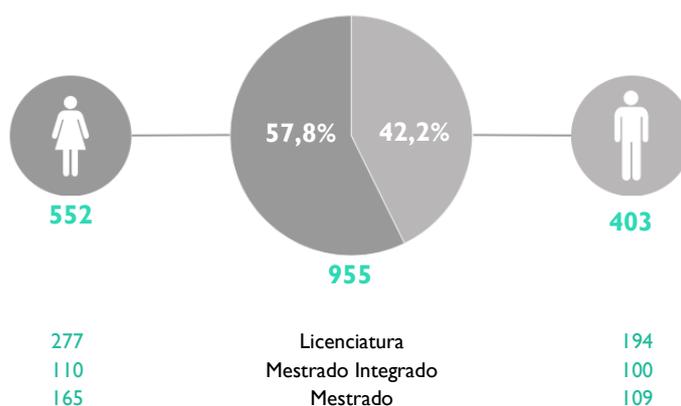


* valor final, revisto em relação ao Relatório de Gestão e Contas de 2020

** dados a 31 de dezembro de 2021

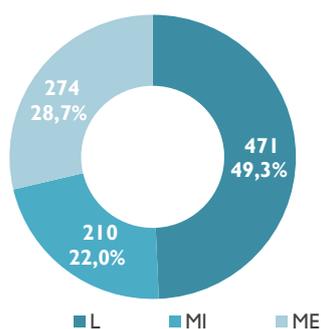
No que respeita à distribuição por ciclo, no ano letivo 2020/2021 a maioria dos/as estudantes internacionais (49,3%) encontrava-se inscrita em cursos de licenciatura, registando-se reduções no número de inscritos/as em todos os ciclos comparativamente ao ano letivo anterior, mais acentuada nos mestrados (menos 78 estudantes, -22,2%),

Figura 19: Estudantes internacionais no ano letivo 2020/2021, por género e ciclos de estudos



Desta forma, 71,3% dos/as estudantes internacionais inscritos/as no ano letivo 2020/2021 estavam concentrados/as em licenciaturas e mestrados integrados, dando continuidade à tendência de crescimento registada em anos anteriores no que respeita a este peso relativo (em 2019/2020, este valor era de 67,5%), continuando a reduzir-se a proporção de estudantes de mestrados.

Gráfico 16: Estudantes internacionais no ano letivo 2020/2021, por ciclos de estudos



Considerando que, nos termos do EEI, as instituições “podem fixar valores diferenciados para as propinas dos estudantes internacionais” também para os restantes ciclos de estudos, a UC determinou um novo valor de propina para os/as estudantes internacionais de mestrado de continuidade logo no primeiro ano de aplicação do novo Estatuto, ou seja, no ano letivo 2014/2015. No que respeita aos mestrados de formação avançada e de formação ao longo da vida, importa contextualizar que apenas em 2015/2016 se passou a aplicar o regime de EEI. Realça-se que os/as estudantes internacionais acedem aos mestrados não integrados através do acesso geral a cursos de 2.º ciclo ou por regimes como o regresso e não através de concurso especial e específico.

Quadro 48: Estudantes internacionais, por regime de candidatura

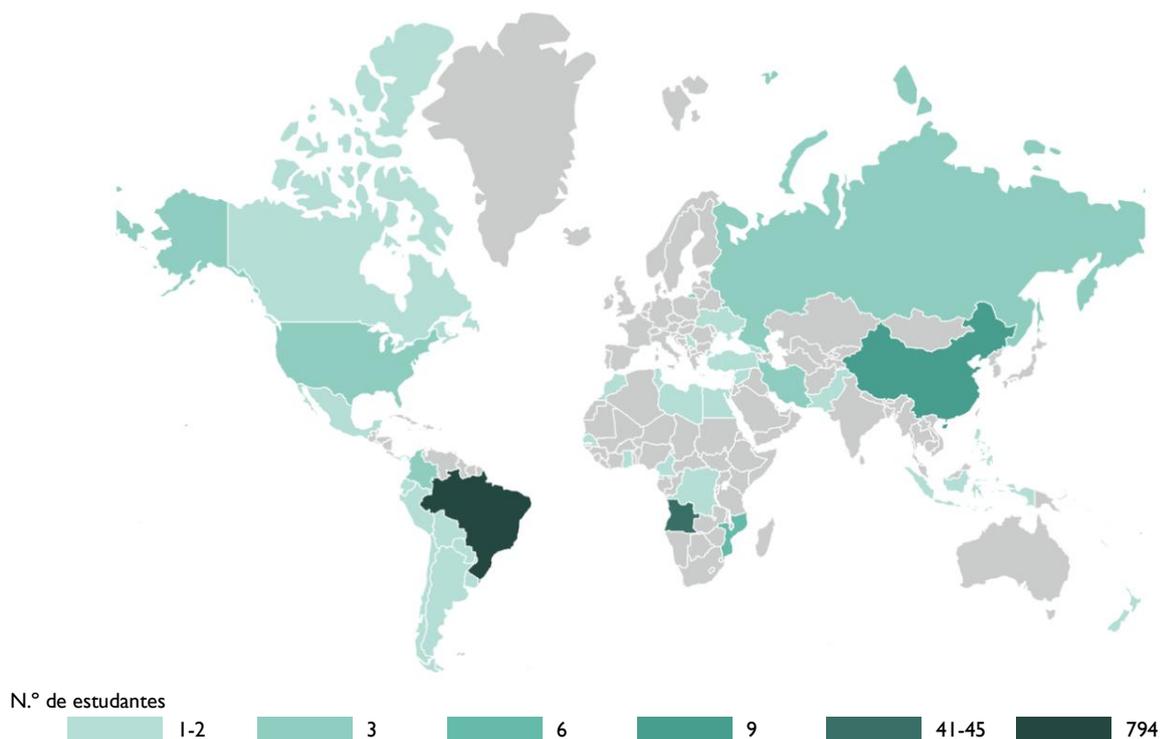
	2019/2020				2020/2021*				2021/2022**			
	L	MI	ME	Total	L	MI	ME	Total	L	MI	ME	Total
Regime de acesso e ingr. Est. Int.	465	231	-	696	446	202	-	648	480	62	21	563
Reingresso	2	1	4	7	8	1	6	15	7	-	4	11
Mudança de par instituição/curso	24	8	-	32	17	7	-	24	13	2	-	15
Cursos de 2.º ciclo	-	-	348	348	-	-	268	268	-	-	234	234
Total	491	240	352	1 083	471	210	274	955	500	64	259	823

* valores finais, revistos em relação ao Relatório de Gestão e Contas de 2020

** dados a 31 de dezembro de 2021

Analisando os/as estudantes internacionais por origem geográfica, constata-se que 89,4% dos/as estudantes inscritos/as na UC ao abrigo do EEI têm como proveniência países da CPLP (854 dos 955 inscritos/as em 2020/2021). De entre os países da CPLP destaca-se o universo de estudantes com origem no Brasil (794 estudantes), que representa 83,1% do total de EEI, seguido de Angola (41 estudantes), com 4,3% do total de estudantes internacionais. Os/As restantes estudantes internacionais com origem em países da CPLP são provenientes de Moçambique (nove estudantes), de Cabo Verde (seis), de São Tomé e Príncipe (um), da Guiné Bissau (um), da Guiné Equatorial (um) e de Timor Leste (um).

Figura 20: Estudantes internacionais no ano letivo 2020/2021, por país de origem



Para além do mundo lusófono, a UC acolhe ainda 45 estudantes internacionais provenientes da China (que representam 4,7% do total de EEI), seis estudantes com origem nos Estados Unidos da América, três da Colômbia, três das Filipinas, três do Irão e três da Síria. Os/As restantes 38 estudantes internacionais têm como proveniência 30 países diferentes, localizados nos continentes americano, europeu, africano e asiático.

Os números anteriores não incluem inscritos/as nos cursos Ano Zero, por serem cursos não conferentes de grau, com cariz preparatório e dirigidos a futuros/as estudantes, que lhes permitem iniciar o seu curso com níveis de conhecimentos e de fluência da língua apropriados. Estabelece-se assim a ponte entre os conhecimentos base dos/as estudantes, tão diversos como os sistemas de ensino de onde provêm, e os requisitos de entrada dos cursos da UC. No ano letivo 2020/2021, verificou-se um decréscimo na adesão a estes cursos, com 11 estudantes inscritos/as em dois cursos do Ano Zero – Ciências Sociais e Humanidades e Ciência e Tecnologia –, provenientes de Brasil, Angola, Território Palestino Ocupado e Venezuela.

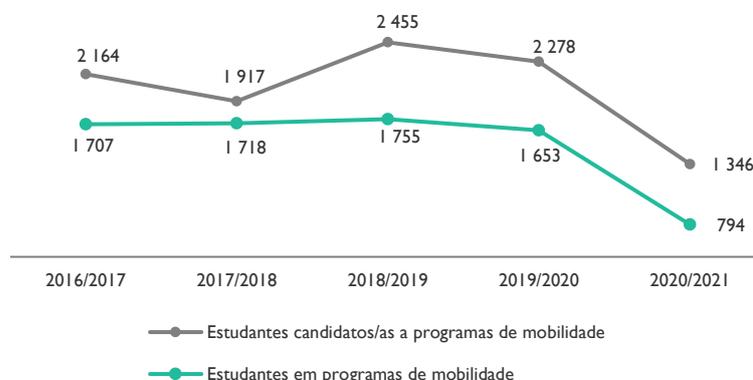
Para além de a UC ser há muito um destino preferencial de estudantes de mobilidade a nível europeu e de atração de estudantes oriundos/as de países de língua portuguesa, para os bons resultados na área da internacionalização tem contribuído a forte ação desenvolvida na captação de estudantes internacionais, com campanhas específicas dirigidas a este público-alvo e com o desenvolvimento de canais de comunicação próprios, com impacto muito positivo na visibilidade e notoriedade. Em 2021, a UC deu continuidade à sua presença em feiras de recrutamento de estudantes, destacando-se a participação no evento de recrutamento CIFTIS (Feira Internacional de Comércio de Serviços da China), no evento *Chine Education Expo – Education B2B Online Connect*. Dado o contexto pandémico, realizaram-se ainda ações como o Salão do Estudante Virtual, a Feira Virtual Brasil Latam, palestras virtuais em escolas do ensino médio (no Brasil) e ações dirigidas a estudantes internacionais via *Whatsapp*, bem como publicidade no *HED Educational Directory*.

Sendo a mobilidade de pessoas uma das faces mais visíveis na esfera da internacionalização e potenciadora do contacto direto com novas realidades, importa abordar a evolução da mobilidade internacional na UC, que se regista tanto para estudantes como para trabalhadores/as.

No âmbito da aposta da UC na internacionalização, há a destacar os 1907 acordos de cooperação existentes em 2020/2021 no âmbito do Programa ERASMUS Aprendizagem ao Longo da Vida, 67,4% dos quais estabelecidos com instituições de Espanha, Itália, França, Alemanha e Polónia.

No que respeita à evolução da mobilidade *incoming* em 2020/2021, verifica-se uma descida acentuada, face ao ano letivo anterior, quer no número de candidaturas apresentadas (decréscimo de 40,9%), quer no número de estudantes a frequentar programas de mobilidade internacionais (-52,0%)⁷. Dos 794 estudantes em mobilidade *incoming* na UC, 84,0% enquadravam-se no programa ERASMUS.

Gráfico 17: Evolução do número de estudantes em programas internacionais de mobilidade *incoming*



⁷ Os valores apresentados no Gráfico 17 não correspondem ao número de estudantes de nacionalidade estrangeira em mobilidade *incoming* do Gráfico 14, uma vez que aí apenas foram considerados os/as estudantes de nacionalidade estrangeira; já neste gráfico são apresentados os números de estudantes em programas internacionais de mobilidade, independentemente da nacionalidade.

No que respeita aos fluxos territoriais, estes/as estudantes eram maioritariamente oriundos/as dos continentes europeu (86,3%) e americano (7,8%), sendo que, deste último, corresponde aos/às estudantes com origem no Brasil (7,8% do total). Os/As estudantes com proveniência de países europeus eram maioritariamente oriundos/as de Espanha (25,3% do total) e Itália (18,0% do total).

Relativamente ao número de estudantes nacionais que incluem no seu plano de estudos uma experiência académica fora do país, o ano de 2020/2021 manteve-se em linha com a evolução dos últimos anos, observando-se uma diminuição no número total de estudantes em mobilidade *outgoing*, que atinge os 53,6%. No que concerne a manifestações de interesse, verifica-se também a mesma tendência, mas muito menos acentuada, com um decréscimo de apenas 2,6% face ao ano anterior, com 1383 candidatos/as em 2020/2021.

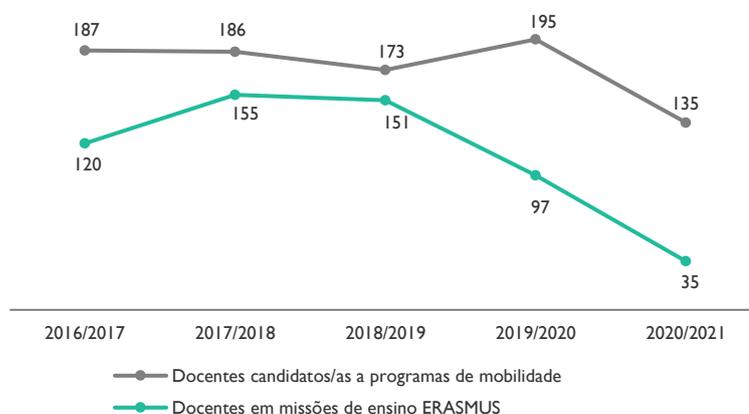
Gráfico 18: Evolução do número de estudantes em programas internacionais de mobilidade *outgoing*



Do total de estudantes que realizaram mobilidade *outgoing*, 89,7% fizeram-no ao abrigo do programa ERASMUS e, seguindo a tendência que já se verificava em anos anteriores, escolheram como principais destinos os seguintes países europeus: República Checa (18,8%), França (11,5%), Espanha (9,9%), Polónia (9,9%), e Itália (9,9%).

Em paralelo aos movimentos de mobilidade de estudantes, um outro vetor importante da política de internacionalização e de valorização de competências é a mobilidade de docentes, investigadores/as e corpo técnico. Em 2020/2021 registaram-se 35 missões de ensino ERASMUS (*outgoing*) de pessoal docente, o que representa um decréscimo de 63,9% quando comparado com o ano letivo anterior. Da mesma forma, registou-se uma diminuição do número de candidaturas efetuadas. Destacam-se Espanha (42,9%) e Itália (17,1%) como principais destinos das missões e as principais áreas de estudo foram as ciências físicas (34,3%) e arquitetura e construção (17,1%).

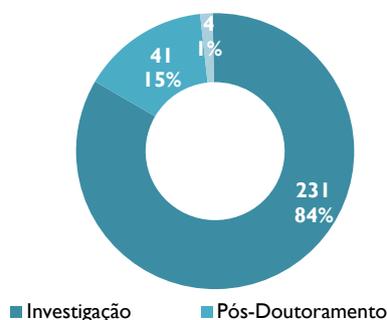
Gráfico 19: Evolução do número de docentes em programas de mobilidade *outgoing*



Quanto à mobilidade *incoming*, foram recebidos/as 32 docentes ao abrigo do programa Erasmus, correspondente a uma redução de 75% face ao ano anterior (128 docentes).

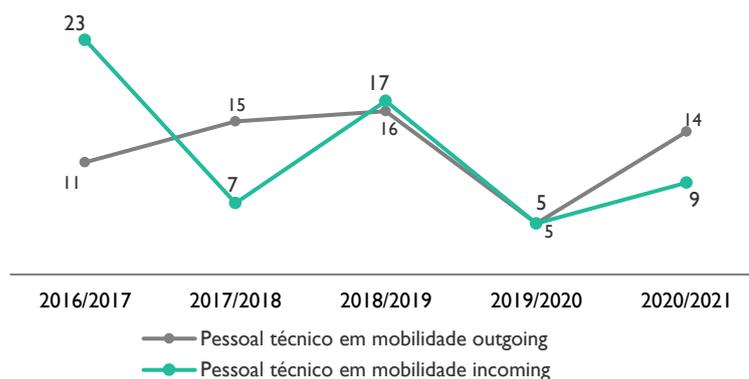
Destaca-se ainda que foram registadas 276 pessoas no *Welcome Centre for Visiting Researchers* – serviço da UC que presta acolhimento e apoio personalizado, especialmente vocacionado para receber e acompanhar investigadores/as visitantes –, o que representa um aumento de 64,3%. Foram acompanhados/as investigadores/as oriundos/as de 32 países, distribuídos por três âmbitos, com maior destaque para a investigação (83,7%),

Gráfico 20: Visitantes registados/as no *Welcome Centre for Visiting Researchers*



No âmbito da mobilidade do pessoal técnico, a UC acolheu nove elementos de outras instituições em 2020/2021 e registou 14 elementos do seu corpo técnico em mobilidade *outgoing*, revertendo a descida que se observou no ano letivo anterior.

Gráfico 21: Evolução do número de pessoal técnico em programas internacionais de mobilidade



No âmbito da lusofonia, a UC tem um lastro histórico e mantém o seu foco nesta matriz identitária de mais de 200 milhões de pessoas que em diferentes continentes partilham o mesmo idioma. Sendo a UC uma referência para a difusão da língua e da cultura portuguesas, é fundamental destacar a procura da aprendizagem de português como língua não nativa.

Os cursos de português para estrangeiros/as, nas suas diversas modalidades – curso anual, cursos intensivos, curso de férias, curso Ano Zero Língua Portuguesa e cursos de ensino a distância – acompanharam a tendência de quebra da procura, fortemente relacionada com a queda da mobilidade de pessoas que se instalou com a pandemia. Assim, em 2020/2021, estes cursos totalizaram 325 inscritos/as, registando uma diminuição de 44,4% (menos 260 inscritos/as) face ao ano letivo anterior. Deste total de estudantes, oriundos/as de 58 nacionalidades, a maioria era proveniente da China (25,5% do total), Estados Unidos (10,8%) e Reino Unido (6,8%).

Quanto às unidades curriculares dedicadas à língua portuguesa para estrangeiros/as – Língua Portuguesa Erasmus e Português Expressão Oral e Escrita (para o curso Ano Zero – Ciência e Tecnologia) – registou-se uma redução de 38,1%, tendo contado com 417 inscritos/as no ano letivo 2020/2021.

A iniciativa “Conversas na Casa da Lusofonia”, iniciada em 2020, visa aproximar os/as atuais e antigos/as estudantes (nacionais e internacionais), reunindo personalidades de prestígio para debater temas incontornáveis da atualidade, fomentando a discussão aberta entre nacionalidades e culturas diversas, num contexto eclético, de pluralismo de

opinião e de respeito pela diversidade. Em 2021 foram realizadas oito conferências, metade em formato *online* e metade já em regime presencial: "Desafios da Presidência Portuguesa da União Europeia", "A Democracia Sob Pressão: Eleições, Populismo e Estabilidade Institucional", "Dia da Mulher - Elas Hoje", "Dia do Antigo Estudante - Uma vez UC, para sempre UC", "Problemas e desafios de Timor-Leste", "À conversa com o Professor Linhares Furtado", "A Relação México-Portugal e o Acordo Global Modernizado México-EU" e "Portugal e o Brasil – uma relação com passado, presente e futuro" (conferência realizada após a doação ao Museu Nacional do Rio Janeiro de uma coleção simbólica de conchas marítimas e terrestres, sendo a UC a primeira instituição portuguesa a fazer uma doação àquele Museu, depois do violento incêndio que destruiu o seu edifício).

A ASL-UC tem por missão desenvolver o conhecimento relevante para as relações entre a China, Portugal e os países de língua portuguesa – com foco na área jurídica, mas também com uma perspetiva interdisciplinar – e transferir esse conhecimento para as várias entidades interessadas no desenvolvimento e consolidação dessas relações. A aposta da UC na ligação à China tem sido visível no reforço das parcerias e eventos realizados com instituições académicas chinesas e no desenvolvimento de canais de divulgação da UC em língua chinesa, com impacto na crescente presença de estudantes de nacionalidade chinesa em Coimbra e no aumento da mobilidade de estudantes para instituições chinesas. Durante o ano 2021, a ASL-UC desenvolveu um conjunto de atividades, destacando-se:

- a conferência internacional "Desenvolvimento Sustentável", organizada em conjunto com a Universidade Santo Amaro (Brasil) e com o apoio do Superior Tribunal de Justiça brasileiro, com o objetivo de promover o debate sobre o desenvolvimento sustentável do planeta, em linha com a Agenda 2030 das Nações Unidas, incluindo painéis sobre "Ação climática", "Sustentabilidade e novas tecnologias", "Trabalho digno, crescimento económico e redução de desigualdades" e "Paz, justiça e instituições eficazes";
- a conferência internacional "Economia e Sociedade no Pós-Pandemia";
- o ciclo de palestras "Diálogos Intercivilizacionais: Ásia, Europa e Países de Língua Oficial Portuguesa";
- a conferência "Cérebro e Linguagem";
- a conferência internacional "(Acesso à) Justiça e Digitalização: desafios pós-pandemia";
- a ação de formação avançada em "Direito Penal, Direito Processual Penal e Programas de *Compliance*";
- a ação de formação avançada em "Direito Penal Económico" para magistrados da Procuradoria-Geral da República de Angola, no âmbito do protocolo de cooperação estabelecido.

Em 2021, numa cerimónia que decorreu simultaneamente na Sala do Senado e no Auditório Stanley Ho do Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong, foi assinado o protocolo de entendimento entre a UC e a *City University* de Macau, com o objetivo de criar um programa de estudos avançados em Relações Económicas Internacionais. O programa, que se prevê iniciar em 2022, será totalmente lecionado em língua inglesa, ampliando assim oferta educativa nesta língua enquanto aposta decisiva para angariar estudantes de diversas partes do mundo e assim contribuir para expandir a dimensão global da UC.

Destaca-se ainda o protocolo de cooperação celebrado entre a UC e a CETYS Universidad (México), que estabelece laços de colaboração académica, científica e cultural entre as duas instituições. A parceria prevê, entre outras ações, o intercâmbio de estudantes, docentes, investigadores/as e membros do corpo técnico e a participação conjunta em eventos académicos, cursos internacionais, projetos de investigação e atividades culturais. As primeiras iniciativas no âmbito deste protocolo de cooperação vão passar pelo desenvolvimento conjunto de projetos de investigação, cursos, programas e eventos científicos, bem como pela partilha de material académico e publicações.

Quanto a redes de cooperação internacional, a UC integra cerca de 27, destacando-se o Grupo de Coimbra, a AULP - Associação de Universidades de Língua Portuguesa, a EUA - *European University Association* e a FORGES - Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa. Em 2021, a Universidade de Coimbra foi eleita por unanimidade, pela Assembleia Geral da AULP, para a presidência do Conselho de Administração para o triénio 2021/2024. Esta eleição ocorreu durante o XXX Encontro da rede, realizado em Macau. Fundada em 1986, a AULP tem como missão promover a colaboração multilateral entre as universidades e institutos superiores dos oito países de língua oficial portuguesa e da Região Administrativa Especial de Macau, integrando mais de 100 membros.

A nível europeu, a Aliança EC2U – criada em 2017, formalmente estabelecida a 1 de outubro de 2018 e aprovada para financiamento pela Comissão Europeia a 9 de julho de 2020, no âmbito da iniciativa das Universidades Europeias – é uma das redes de maior relevo no atual contexto. A UC coordena o *work package* dedicado às cidades e comunidades sustentáveis, mas participa intensamente nos trabalhos de todos os *work packages*, participando ainda em grupos de trabalho criados no âmbito da Aliança. Em 2021, prosseguiu a atividade regular da EC2U, nomeadamente no que respeita à criação dos cursos de mestrado – destacando-se que o Mestrado em Cidades e Comunidades Sustentáveis, criado no âmbito do *work package* coordenado pela UC, foi acreditado pela A3ES em julho de 2021, tendo sido o primeiro curso da EC2U acreditado –, à mobilidade entre as universidades parceiras, ao desenvolvimento de projetos comuns e aos trabalhos preparatórios dos *Virtual Institutes*. O órgão executivo com representantes das sete universidades da Aliança, *Executive Committee*, reúne com uma regularidade mensal e, semestralmente, em conjunto com a realização do Fórum EC2U, decorrem as reuniões dos restantes órgãos. Em 2021, realizaram-se três edições desta iniciativa, que pretende reunir as comunidades das sete universidades (incluindo naturalmente os/as estudantes), as sete cidades e todos os parceiros associados, dando a conhecer às comunidades locais o trabalho desenvolvido: o 1.º Fórum, organizado pela Universidade de Poitiers, mas em formato *online*, dada a situação pandémica; o 2.º Fórum, pela Universidade de Turku, no mesmo formato; e o 3.º Fórum, organizado pela Universidade de Salamanca, que finalmente decorreu já em regime presencial, naquela cidade.

Pretende-se que, em 2023, a EC2U se caracterize por uma parceria única entre a academia, as cidades e as partes interessadas externas, garantindo a transferência de conhecimento para todos os atores locais, nacionais e europeus; um modelo de governação conjunto; um *campus* pan-europeu, que inclui eventos culturais e desportivos; e níveis muito superiores de mobilidade (física, virtual, mista), geograficamente equilibrada, de estudantes, de docentes e de pessoal técnico. A aliança apresentará também uma nova abordagem interdisciplinar aos ODS e terá uma participação ativa na iniciativa *United Nations Academic Impact*.

Em termos de cooperação internacional, a posição da UC é ainda reforçada pela presença ativa da maioria das entidades que integram o Grupo UC em redes internacionais de investigação e de ligação à comunidade. Destaca-se o CES, que participa em 39 redes internacionais – salientando-se a *Eurozine*, *European Consortium for Political Research (ECPR)*, *Expert Group on Gender, Social Inclusion and Employment (EGGSIE)*, *CLACSO*, *CODESRIA*, *Governance and Citizenship in the digital Age – UNITWIN* ou *Science and Democracy Network* –, e que identifica como um dos seus objetivos a promoção de diálogos Norte-Sul e Sul-Norte, onde os países de língua oficial portuguesa constituem um instrumento de importância fulcral.

O IPN, através da associação e da incubadora, é outra estrutura que merece destaque pela participação ativa em 26 redes internacionais, incluindo duas novas redes a que aderiu em 2021: a RNPII - Rede de Núcleos de Promoção de Investigação e Inovação, no âmbito de Programas Europeus, e a WAITRO - Associação Mundial de Organizações de Investigação Tecnológica Industrial. Destaca-se ainda a *EIT Health Innovators*, a par com a UC, um consórcio com cerca de 140 parceiros, que desenvolvem atividade no âmbito da *Knowledge and Innovation Community EIT Health (KIC EIT Health)*, propondo-se promover a investigação, educação, empreendedorismo e inovação na área do envelhecimento ativo e saudável.

Para além da participação significativa em eventos e projetos internacionais, realça-se o envolvimento do IPN com a Agência Espacial Europeia (ESA), na promoção e inovação tecnológica e apoiando a transferência de tecnologia espacial existente para setores não espaciais. Em 2014, o IPN tornou-se o primeiro ESA *Space Solutions Centre*, entre os 21 centros existentes na Europa, a congregar os três programas de transferência de tecnologia promovidos pela ESA: o Centro de Incubação de Empresas da ESA em Portugal (ESA BIC Portugal), a Rede de Parceiros de Inovação para Transferência de Tecnologia (ESA *Technology Brokers*) e a Plataforma de Embaixadores de Aplicações (ESA *Business Applications*). Durante 2021, foi negociado o novo contrato com duração de quatro anos (2021-2024), em que foram mantidos os objetivos estabelecidos no contrato anterior.

/ qualidade

UNIVERSIDADE
5 ESTRELAS
FIVE-STAR UNIVERSITY



Investigação
Research

Inovação
Innovation

Internacionalização
Internationalization

Ensino
Teaching

Empregabilidade
Employability

Instalações
Facilities

Inclusão
Inclusiveness

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

9

A gestão da qualidade está definida como princípio de governação da Universidade de Coimbra, nos seus Estatutos. Assim, ao estabelecer a sua Política da Qualidade, a UC toma como referencial a legislação aplicável, a sua missão e estratégia plurianual, tendo em consideração as necessidades e expectativas das partes interessadas, os riscos e oportunidades, bem como os meios materiais e humanos de que dispõe.

Com vista à concretização da Política da Qualidade, tem vindo a ser desenvolvido e otimizado o Sistema de Gestão da UC, que suporta a gestão global da instituição com o objetivo de produzir informação de apoio à tomada de decisão, contribuindo para a promoção de uma cultura de qualidade em toda a Universidade.

O SG.UC, descrito no Manual do Sistema de Gestão, engloba o conjunto articulado de políticas, processos, documentos, sistemas de informação e outros instrumentos de apoio ao planeamento, execução, monitorização, avaliação, análise e melhoria das atividades desenvolvidas na UC, com vista à satisfação das partes interessadas, tendo como objetivo a excelência da instituição em todas as áreas de atuação. Assegura, numa vertente interna, a promoção da melhoria dos processos e, numa vertente externa, o cumprimento dos requisitos de reporte do desempenho à sociedade, aspeto essencial no âmbito das IES.

O PE.UC 2019-2023 estabelece como visão para o eixo Qualidade “*Consolidar os elevados padrões de qualidade da Universidade de Coimbra nos seus mais variados domínios, simplificando e modernizando procedimentos e melhorando a eficiência em todos os processos*”. As iniciativas estratégicas que dão origem ao Plano de Ação Reitoral, aos planos das unidades e serviços, bem como ao Plano da Qualidade, estão alinhadas com a Política da Qualidade e, por sua vez, os processos contribuem para a concretização das primeiras. Desta forma, é assegurado o alinhamento de cada uma das 46 linhas de orientação estratégica do PE.UC com as linhas da Política da Qualidade e com os processos do SG.UC. Este modelo estimula o alinhamento entre estratégia, gestão e operacionalização, suportando-se na aplicação da abordagem por processos, do ciclo PDCA (*Plan, Do, Check, Act*) e da gestão de riscos e oportunidades, princípios transversais ao funcionamento da UC.

Esta abordagem, sustentada na articulação entre as atividades de planeamento, avaliação e melhoria, e impulsionada por um Plano da Qualidade alinhado com o ciclo de planeamento estratégico, tem permitido desenvolver inúmeras ações que têm contribuído para a otimização da instituição, remetendo a UC para uma reflexão constante em todas as áreas de atuação.

Com vista à consolidação da Política da Qualidade destaca-se, em 2021, a preparação e submissão do guião de autoavaliação do SG.UC, com vista à renovação da sua certificação pela A3ES, bem como a realização da auditoria externa anual, com vista à renovação e extensão da certificação pela norma ISO 9001:2015.

Considerando as entidades do Grupo UC, e não procedendo a uma identificação exaustiva de acreditações e certificações, realça-se que:

- o CNC continua a apostar fortemente na componente de prestação de serviços, continuando a adotar também uma política suportada pela implementação do Sistema de Gestão da Qualidade nos laboratórios de serviços, de acordo com os requisitos da norma ISO 9001, encontrando-se certificados pela referida norma os laboratórios de Biologia Celular, Unidade de Genómica, Espectrometria de Massa e Bioquímica Genética, demonstrando a consolidação inequívoca da política de qualidade no Grupo;
- o Itecons preservou os padrões de qualidade, tendo mantido a certificação segundo a NP EN ISO 9001:2015 pela APCER e a acreditação segundo a NP EN ISSO/IEC 17025:2018 pelo Instituto Português de Acreditação;
- as auditorias interna e externa de acompanhamento realizadas aos laboratórios LED&MAT e LABGEO do IPN, pelo Instituto Português de Acreditação, segundo a norma de Acreditação de Laboratórios NP EN ISO/IEC 17025:2018 (requisitos gerais de competências para laboratórios de ensaios e calibração), vieram confirmar a consolidação da implementação do Sistema de Gestão dos Laboratórios Acreditados (SG-LA).

O SG.UC tem subjacente o pensamento baseado em risco, com o objetivo de identificar potenciais ameaças e pontos fracos, eliminando ou minimizando o seu impacto, bem como identificar e potenciar as oportunidades que vão surgindo, nomeadamente através da definição e implementação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas da UC (PPRGIC.UC). O PPRGIC.UC tem como objetivo essencial a identificação das principais áreas que potenciam a ocorrência de atos de corrupção, os riscos daí decorrentes e os controlos que a UC deve instituir no sentido de mitigar a probabilidade dessas ocorrências. Identifica ainda, para cada processo do

SG.UC, os principais riscos associados, fomentando deste modo a gestão do risco em todas as áreas de atuação, e contribuindo para a otimização do próprio SG.UC. Trata-se de um processo dinâmico, tanto no que respeita à identificação dos riscos, como às medidas de gestão dos mesmos, tendo como objetivo geral o reforço da política interna de gestão de riscos e a procura contínua de oportunidades de melhoria. É ainda um importante instrumento de gestão de riscos dinâmico, na medida em que é atualizado e revisto em função da informação prestada pelas áreas em que o risco ocorre, da evidência formada em auditorias internas e externas e do exercício global de monitorização das medidas implementadas.

A respeito das auditorias, refira-se que a elaboração do plano de auditorias internas regulares a realizar no biénio 2021/2022 conta com a priorização de ações no âmbito das atividades cujo risco se encontra classificado como muito elevado no PPRGCIC.UC. Durante o ano de 2021 foram concretizadas 37 ações de acompanhamento de auditorias realizadas em anos anteriores, com vista à avaliação do grau de desenvolvimento do sistema de controlo interno e implementação de medidas para colmatar as fragilidades identificadas em sede de auditoria.

No âmbito da prevenção dos riscos de gestão, foi apresentada proposta de implementação de medidas associadas à recomendação n.º 3 do Conselho de Prevenção da Corrupção, no âmbito da gestão de conflitos de interesses no setor público. Por outro lado, o Código de Ética conheceu uma nova etapa, tendo sido apresentada proposta de linha orientadora para a elaboração do referido Código. Em novembro foram iniciados os trabalhos inerentes à criação do Código de Ética, estando prevista a sua conclusão até final do primeiro semestre de 2022.

No segundo semestre de 2021, procedeu-se à auscultação de 58 estruturas da UC para aferição do grau de implementação das medidas aprovadas, da necessidade de revisão dos riscos existentes e medidas para eliminação dos respetivos riscos, bem como a recolha de elementos críticos para uma abordagem simplificadora a incorporar no PPRGCIC.UC.

No final de 2021 foi publicado o Regime Geral de Prevenção da Corrupção em dezembro, que irá implicar a realização de ajustamentos no PPRGCIC.UC.

Em alinhamento com a cultura de planeamento, monitorização, avaliação e melhoria, a UC privilegia, na sua estratégia, a identificação e implementação de medidas de simplificação, inovação e modernização administrativa, de modo a alcançar ganhos de economia, eficácia, eficiência e qualidade.

A inovação e modernização administrativa assumiu especial destaque no PE.UC 2019-2023, com a inclusão da seguinte linha de orientação estratégica no eixo Qualidade: *“Implementar projetos de inovação e modernização que contribuam para a simplificação e melhoria dos procedimentos administrativos”*. Esta linha de orientação dá suporte à concretização de 29 ações, distribuídas por 19 Planos de Ação / Plano da Qualidade, permitindo assim orientar esforços no sentido de implementar as iniciativas mais relevantes. De entre as iniciativas iniciadas, desenvolvidas e/ou concluídas em 2021, ou ainda cujo desenvolvimento transitou do ano anterior, merecem destaque as a seguir elencadas.

a. Ao nível da promoção da salvaguarda dos direitos dos/as utilizadores/as

A UC promoveu a salvaguarda dos direitos dos/as utilizadores/as, nomeadamente através do fornecimento de informação sobre o andamento dos procedimentos administrativos que lhes digam respeito, apostando na desmaterialização com o objetivo de facilitar o acesso à informação. É disso exemplo:

- publicação do Regulamento de Utilização de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação da UC, que veio estabelecer os princípios e as regras de utilização responsável dos recursos de tecnologias de informação e comunicação colocados à disposição dos/as utilizadores/as, tendo em vista a prossecução da missão e das atribuições da instituição, a salvaguarda da sua reputação e a segurança da informação por esta detida, bem como a segurança e proteção dos dados dos/as utilizadores/as; em matéria de segurança, privacidade e conservação de dados pessoais, elencam-se neste regulamento algumas das boas práticas a observar pelos/as responsáveis máximos de unidades e serviços, pelos/as utilizadores/as em geral, mas também aquelas que devem ser respeitadas pelos/a utilizadores/as com funções em serviços de informática;
- definição e publicação dos princípios e normas a que devem obedecer a elaboração, aplicação, análise, tratamento e divulgação de resultados de inquéritos na UC;

- integração total da oferta formativa, incluindo cursos de ensino a distância, em NONIO, sendo possível a todos/as os/as utilizadores/as, desde o momento do registo, consultar e acompanhar os procedimentos administrativos associados à candidatura, avaliação da candidatura, matrícula, inscrição, bem como todo o percurso académico e procedimentos administrativos associados; esta integração permite uma rastreabilidade e fiabilidade na informação, simplificando o acompanhamento dos procedimentos e acesso aos mesmos por parte dos/as utilizadores/as;
- introdução de novos desenvolvimentos na plataforma de procedimentos concursais Apply UC, permitindo, gradualmente, a desmaterialização dos processos de candidatura a procedimentos concursais para recrutamento e seleção de recursos humanos, possibilitando o acesso *online* à informação sobre o estado dos processos;
- definição e implementação de procedimento para eliminação, no *YouTube*, de provas académicas de dissertação, tese e agregação, de acordo com o parecer do Encarregado de Proteção de Dados da UC;
- alteração do modo de visualização do estado do requerimento, para o/a requerente, na plataforma NONIO, de modo a que, após a decisão, seja visível essa transição e informação de que o pedido está em tratamento.

b. Ao nível do acolhimento e atendimento dos/as utilizadores/as

A preocupação com o acolhimento e atendimento dos/as utilizadores/as dos serviços não se verifica apenas nas condições operacionais, mas também ao nível das condições físicas em que o atendimento decorre. Assim, a UC continuou a promover a melhoria global de instalações, equipamentos e infraestruturas, incluindo a melhoria da acessibilidade física, nomeadamente através da execução dos planos de reabilitação e conservação dos espaços, o que tem contribuído para a conservação qualificada numa perspetiva de longo prazo. É disso exemplo:

- inauguração do espaço Student Hub, requalificando e modernizando um local nobre da antiga Faculdade de Medicina e instalando o conceito de "Loja do Cidadão" para estudantes da UC; desta forma, foi assegurada a centralização de serviços de atendimento a estudantes num só espaço e a implementação de marcação de atendimento com recurso ao sistema Q-flow, através do qual os/as utilizadores/as podem antecipadamente reservar um período de atendimento, evitando assim tempos de espera e filas; este espaço passou a assegurar, também, a prestação de serviços externos à UC, como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; foi ainda criada plataforma informática para marcação de espaços nas diversas áreas disponíveis no Student Hub;
- ao nível do processo de matrículas, no âmbito do CNA 2021, foi assegurado o acolhimento e atendimento de novos/as estudantes por via presencial, recorrendo à marcação prévia através das funcionalidades no novo programa de gestão de filas, e *online*, podendo recorrer à linha telefónica criada para esse fim durante o período de matrículas das 1.^a e 2.^a fases; o sistema de gestão de filas permite a monitorização, via Internet, da evolução das mesmas, possibilitando uma melhor gestão do tempo dos/as potenciais utilizadores/as;
- agendamento de atendimento presencial no Serviço de Gestão de Recursos Humanos, serviço onde está igualmente estabelecido um regime de horário de atendimento alargado por telefone, bem como o atendimento por via digital mediante preenchimento do formulário disponível na página *web* ou mediante o envio de e-mail;
- remodelação e requalificação das instalações do LACUC, que passou a dispor de uma nova área de receção de utentes, com um incremento substancial das condições de salubridade, segurança e conforto. Em termos de acessibilidade, foi também possível passar a dispor de quatro lugares de estacionamento na proximidade do laboratório, alocados exclusivamente para uso dos/as utentes.

c. Ao nível da comunicação administrativa

A UC tem vindo a otimizar os processos de comunicação, a nível interno e externo, em contínua adaptação à rápida evolução do contexto. Assim, tem apostado na criação e otimização de formulários eletrónicos, que faculta a utilizadores/as internos/as e externos/as, contribuindo para evitar deslocações desnecessárias, através da disponibilização de alternativas de atendimento *online* com impacto positivo na recolha de informação de modo estruturado e padronizado, o que tem impulsionado a diminuição dos tempos de resposta e a qualidade global do serviço. É disso exemplo:

- implementação da plataforma pedidos.uc.pt, plataforma de pedidos de comunicação e marketing, através da qual devem ser iniciados todos os processos de divulgação, eventos, notícias, fotorreportagens, campanhas, etc;
- integração na área académica da opção chat/bate-papo no módulo de candidaturas, que possibilita a comunicação direta com os/as candidatos/as, tal como já acontecia no módulo de certidões, passando todo o procedimento de candidatura a ocorrer apenas numa plataforma única;
- implementação da certidão de dívida/não dívida em NONIO, emitida pelo/a próprio/a estudante, substituindo assim o pedido e a emissão manual da certidão pelos serviços;
- automatização da conclusão da parte escolar dos mestrados e doutoramentos, na qual se inclui o cálculo da média, a emissão de diploma da parte escolar pelo/a próprio/a estudante, através do módulo Certidões;
- disponibilização de nova plataforma de gestão de conteúdos, UC Pages;
- parametrização de uma plataforma dedicada à gestão administrativa e financeira, UC Gest;
- alargamento do projeto SGA-biEN aos requerimentos *online*, com vista a assegurar a tradução, para língua inglesa, dos requerimentos disponíveis em NONIO;
- continuação da desmaterialização de processos, nomeadamente através do alargamento da utilização da assinatura digital, no âmbito dos procedimentos concursais e outros, minimizando o recurso ao papel e a deslocação para atendimento presencial;
- no que respeita a interoperabilidade de sistemas, em termos de integração financeira, melhoria da comunicação entre SAP e os sistemas NONIO, POS (postos de venda físicos), UC Tour (plataforma *online* de apoio ao Turismo), GRID (plataforma *online* de apoio ao desporto) e do sistema Appolo (plataforma de análises clínicas);
- disponibilização da plataforma educativa ChildDiary pelos Serviços de Apoio à Infância, permitindo melhorias nas interações entre educadores/as e pais e disponibilizando informações e serviços aos/às utilizadores/as.

d. Ao nível da simplificação de procedimentos

A UC tem vindo a promover a simplificação e otimização de vários procedimentos, suportada na criação/melhoria de plataformas *web* e sistemas de informação de apoio às atividades, mas não só, com impacto positivo na eficiência, eficácia e qualidade. É disso exemplo:

- implementação, em NONIO, do controlo automatizado dos planos de regularização de dívida de propinas e da certidão de dívida/não dívida;
- simplificação do modo de entrega de documentos obrigatórios por parte de candidatos/as/estudantes de cursos de ensino a distância, tendo sido criado um circuito de validação adequado e a possibilidade de entrega digital;
- desmaterialização do procedimento concursal de bolsas de investigação, bem como a desmaterialização de processos de candidatura e de demonstração de despesa durante a execução do projeto financiado;
- sistematização em página *web* de informação relevante e clara relativamente a procedimentos associados à oferta formativa a distância, nomeadamente no que diz respeito a candidaturas, matrículas e inscrições, podendo os/as utilizadores/as consultar num único local todos os dados necessários;
- implementação e consolidação do sistema de assinatura eletrónica nos protocolos de estágios de verão, reduzindo, dessa forma, a complexidade dos procedimentos administrativos; simultaneamente, conseguiu-se a diminuição, ou mesmo eliminação, dos documentos em suporte físico, dispensando-se a versão em papel do protocolo, sendo disponibilizada às partes intervenientes a versão eletrónica;
- simplificação do agendamento de colheitas no LACUC e de todo o processo e documentação associados, através das várias linhas telefónicas disponibilizadas para o efeito e via e-mail;
- implementação de novas funcionalidades na aplicação SASUC Go!.

e. Ao nível dos mecanismos de audição e participação

A UC garante que a sua atividade se orienta para a satisfação das necessidades das partes interessadas, internas e externas, assegurando a sua auscultação e adequada participação na melhoria contínua dos serviços prestados. Assim, a UC promoveu a disponibilização de mecanismos que facilitam a recolha de opiniões e a sua utilização para apoio à tomada de decisões. Para além do SIM@UC – Sistema Integrado de Melhorias da Universidade de Coimbra, acessível

através das páginas do universo uc.pt e assente numa plataforma web destinada à receção, tramitação e monitorização de elogios, sugestões e reclamações, permitindo a sua apresentação não só no próprio local de atendimento, mas também a distância, destacam-se, em 2021:

- desenvolvimento da campanha *online* "Salvar o Futuro", com o principal objetivo de mobilizar e incentivar a sociedade a pensar – e propor – soluções para a concretização dos 17 ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas, procurando garantir a cada pessoa ou grupo uma participação cívica ativa relativamente a temas importantes para o futuro da sociedade e do planeta;
- no âmbito do programa de estágios de verão, foram realizados inquéritos de satisfação a estudantes, a estagiários/as e às entidades de acolhimento, realizados em plataforma eletrónica, com o propósito de averiguar o grau de satisfação das partes em relação aos estágios, bem como a possibilidade de apresentarem críticas ou sugestões e melhorias à atividade do serviço;
- auscultação a candidatos/as a estudantes, com vista à recolha de informação sobre a sua satisfação com os serviços prestados, procurando assim identificar oportunidades de melhoria.

f. Ao nível dos instrumentos de apoio à gestão

A UC promoveu a implementação de medidas com vista à melhoria dos instrumentos de gestão, desenvolvendo os sistemas de informação que apoiam as atividades de missão e de suporte, e ainda, promovendo regulamente exercícios de monitorização, autoavaliação e avaliação dos seus processos, com o intuito de os otimizar. É disso exemplo:

- criação do Gabinete para o Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Coimbra e elaboração do Relatório de Sustentabilidade de 2020, que englobou a compilação e análise de dados e de informação de 2020, sendo disponibilizado no site da UC dedicado ao Desenvolvimento Sustentável;
- elaboração do PIED.UC, envolvendo toda a organização, alinhado com os ODS 5 - Igualdade de Género e 10 - Reduzir Desigualdades.
- participação no projeto IRSIES - Indicadores de Responsabilidade Social nas IES, promovido pelo ORSIES – Observatório de Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior, que a UC integra;
- preparação e submissão do guião de autoavaliação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade da UC, com vista à renovação da sua certificação pela A3ES, que contempla uma análise SWOT e uma proposta de ações de melhoria com vista à concretização da política da qualidade da UC, entre outras;
- elaboração dos Relatórios de Gestão e Contas individuais e o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do Grupo UC do ano de 2020, mantendo-se o capítulo dedicado às medidas de modernização administrativa e reforçando o recurso a infografias, gráficos e quadros resumo; implementação integral de linguagem inclusiva, do ponto de vista do género, e introdução de dados estatísticos desagregados por género com vista à maior clareza da informação disponibilizada aos órgãos de gestão e assegurando a consolidação e adequação de toda a informação à estrutura do PE.UC 2019-2023;
- realização de estudos de apoio para a caracterização do abandono para os anos letivos 2018/2019 e 2019/2020, com a introdução de melhorias face aos anteriores, no âmbito do Observatório das Atividades Pedagógicas;
- desenvolvimento de nova versão de aplicação SIGNETPOS, para apoio às atividades das cantinas, bares e restaurantes;
- implementação da solução Logística Mobile, para movimentação de entradas e saídas de artigos nos armazéns dos SASUC.

g. Ao nível da divulgação de informação administrativa

A UC disponibilizou, através do seu sítio na Internet, de forma periódica e atualizada, informação pública relevante, relacionada com o seu funcionamento, de cumprimento dos requisitos legais e outra de interesse global, face à sua missão e áreas de atuação. É disso exemplo:

- renovação da página web de diversas áreas, com recurso à plataforma de gestão de conteúdos UCpages;
- desenvolvimento da página web “Desenvolvimento Sustentável” na sua versão em língua inglesa;

- definição e uniformização na ocultação de dados sensíveis nos contratos públicos publicados no portal Base.gov, encontrando-se em curso a revisão de todos os contratos publicados desde 2013;
- atualização e melhoria da informação disponibilizada nas diversas plataformas existentes ao nível da promoção da empregabilidade, de forma a aumentar a disponibilidade e acessibilidade de conteúdos;
- simplificação de conteúdos e tradução gradual, para inglês e, sempre que adequado, para mandarim, dos conteúdos mais relevantes.

Ao nível da avaliação do impacto das medidas de simplificação, inovação e modernização administrativa implementadas em 2021, a maioria das unidades/serviços da UC e SASUC considera que as mesmas tiveram um impacto substancial (64%), contribuindo para a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos processos desenvolvidos. O aumento da desmaterialização de processos, o reforço das medidas de controlo e a implementação de novos canais de comunicação/circulação/decisão promoveram, de forma inequívoca, ganhos para todas as partes interessadas, resultado do esforço e vontade de tornar mais ágeis e mais eficientes os processos, tendo sido potenciado também por uma necessidade de modernização resultante do contexto pandémico vivido. Globalmente, a desmaterialização dos processos permitiu reduzir os custos inerentes à utilização de recursos (por exemplo, papel e tinteiros), garantindo também uma maior rastreabilidade das atividades desenvolvidas. Relativamente às áreas que consideraram o impacto moderado ou não significativo, os motivos subjacentes a esta autoavaliação prendem-se, sobretudo, com o impacto da situação pandémica e com a dependência de decisões externas à UC.

Sublinha-se, assim, o compromisso assumido com vista à prossecução da promoção de uma cultura global de qualidade, transversal a toda a UC, e com impacto na implementação de medidas promotoras da economia, da eficiência, da eficácia e da qualidade.

No âmbito do eixo Qualidade, destacam-se também os *rankings*, que classificam o desempenho das IES em várias vertentes. A UC atingiu uma posição de excelência nas suas várias áreas de atuação, do ensino à investigação, da internacionalização à transferência de conhecimento, com impacto no reconhecimento externo, nacional e mundial. As posições que ocupa nos principais *rankings* universitários internacionais comprovam esse prestígio e refletem a visibilidade atingida.

Quadro 49: Posição da UC nos principais *rankings* universitários internacionais

	2019	2020	2021
<i>Academic Ranking of World Universities (ARWU)</i>	501-600.º	501-600.º	501-600.º
<i>QS World University Rankings</i>	406.º	431.º	455.º
<i>Scimago Institutions Rankings (SIR)</i>	442.º	478.º	461.º
<i>Times Higher Education World University Rankings (THE)</i>	601-800.º	601-800.º	601-800.º

No ano de 2021, a UC manteve-se no top 500 nos *rankings* *QS World University Rankings* e *Scimago Institutions Rankings*, tendo descido relativamente ao ano anterior no primeiro e subido no segundo. No que respeita ao *Academic Ranking of World Universities*, a UC manteve a posição dentro do intervalo do ano anterior (501-600.º), verificando-se o mesmo comportamento no *Times Higher Education World University Rankings*, mantendo-se no intervalo 601-800.º.

No *QS World University Rankings by subject*, a UC encontra-se posicionada nas 25 áreas do saber apresentadas na figura seguinte, realçando-se que em 2021 se registou a entrada nos *tops* de cinco novas áreas – *Architecture & Built Environment (Top 200)*, *Agriculture & Forestry (Top 250)*, *Sociology (Top 300)*, *Education & Training (Top 350)* e *Business & Management Studies (Top 500)*. A UC destaca-se como a melhor universidade portuguesa na área *Archaeology (Top 200 mundial)* e *Psychology (Top 300 mundial)*; ocupa a primeira posição nacional, de forma partilhada, na área *Geography* (com a UL no *Top 200 mundial*), na área de *Law & Legal Studies* (com a UL no *Top 250 mundial*) e na área *History* (com a UNL e UL no *Top 200 mundial*).

Figura 21: Posicionamento da UC no QS World University Rankings by subject, por área do saber



No âmbito do *U-Multirank* – *ranking* multidimensional que dispõe de uma ferramenta única que permite a comparação do desempenho das IES considerando um conjunto vasto de indicadores que avaliam cinco dimensões (*teaching & learning, research, knowledge transfer, international orientation* e *regional engagement*) – a UC obteve nota máxima (*Very Good*) em indicadores das quatro últimas dimensões referidas, sendo na área *knowledge transfer* que mais se destaca, com nota máxima em quatro indicadores. Dos 36 indicadores considerados na edição de 2021, a UC obteve a classificação máxima em onze, sendo uma das universidades portuguesas com mais áreas com classificação máxima:

- *research – research publications (size normalised); art related output; post-doc positions;*
- *knowledge transfer – income from private sources; industry co-patents; publications cited in patents; income from continuous professional development;*
- *international orientation – student mobility; international academic staff; international joint publications;*
- *regional engagement – master graduates working in the region.*

Importa ainda destacar o desempenho muito positivo da UC noutros indicadores, em que obteve a segunda nota mais alta (*Good*): *bachelor graduation rate* (ensino e aprendizagem); *research publications (absolute numbers)*, *external research income*, *interdisciplinary publications* e *open access publications* (investigação); *international doctorate degrees* (orientação internacional); *bachelor graduates working in the region* (área do envolvimento regional).

Destaca-se, a finalizar, o *Ranking Web of Universities*, de divulgação semestral, que mede o desempenho de universidades de todo o mundo com base na sua presença e impacto na *web*. No primeiro semestre de 2021, a UC subiu a posição registada no 2.º semestre de 2020 (de 337.º para 281.º) e no 2.º semestre voltou a descer, para a 351.ª posição.

/ instalações



10

A UC é, em termos físicos, detentora de uma estrutura de grande dimensão, constituída por uma diversidade de unidades e serviços – conforme detalhado no capítulo I – A Universidade de Coimbra –, que se encontram transversalmente implantados em diferentes locais estratégicos da cidade de Coimbra, onde são asseguradas as condições para a realização daquelas que são as suas missões. A natureza multifacetada da Universidade de Coimbra é observável em diferentes dimensões, sendo uma delas a diversidade tanto da sua implantação geográfica como do seu património material e edificado.

O polo I, situado na Alta de Coimbra, corresponde à zona histórica da cidade e da Universidade de Coimbra. Este polo concentra unidades orgânicas de ensino e investigação – Faculdades de Letras, de Direito, de Medicina (que dispõe das suas instalações principais no polo III), Ciências e Tecnologia (que dispõe das suas instalações principais no polo II), de Psicologia e de Ciências da Educação e o Colégio das Artes. É igualmente este o polo que concentra os órgãos de governo da Universidade, a Administração e sete das nove UECAF – a Biblioteca Geral, o Arquivo, a Imprensa, o Museu da Ciência, o Centro de Documentação 25 de Abril, o Teatro Académico de Gil Vicente e o Jardim Botânico –, e cinco das 16 entidades do perímetro de consolidação – SASUC (entidade sediada no polo I, com expressão geográfica em todas as restantes áreas, dada a natureza e transversalidade dos serviços prestados); CNC (que dispõe também de instalações no polo III e no Biocant), CES, CEDOUA e UC Tecnimed. Na envolvente do polo I encontra-se o Campo de Santa Cruz, um espaço mítico, ao ar livre e no coração da cidade, que desde 1918 tem sido a casa desportiva dos/as estudantes da academia de Coimbra.

No polo II, no Pinhal de Marrocos e junto ao Rio Mondego, encontram-se duas unidades orgânicas de ensino e investigação: a Faculdade de Ciências e Tecnologia (que dispõe também de instalações no polo I) e o Instituto de Investigação Interdisciplinar. As estruturas e serviços que têm como mote a inovação e a transferência de conhecimento estão igualmente alojadas neste polo que acolhe ainda sete das 16 entidades do perímetro de consolidação – IPN, IPN-I, INESC Coimbra, Itecons, ADAI, ACIV e IATV.

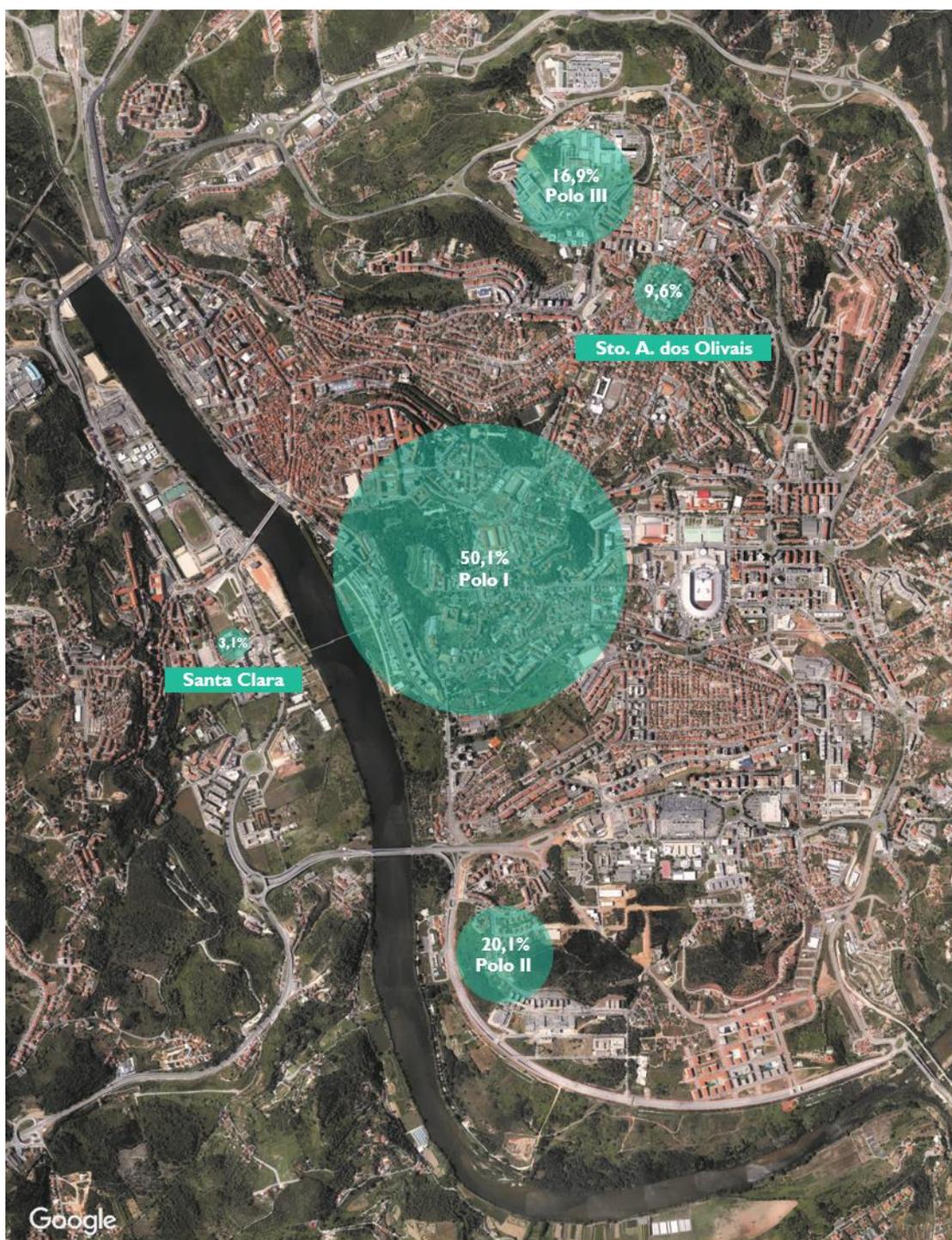
O polo III, conhecido como o Polo das Ciências da Saúde, situado em Celas e estrategicamente localizado junto ao CHUC, acolhe três unidades orgânicas de ensino e investigação – a Faculdade de Medicina (que dispõe também de instalações no polo I), a Faculdade de Farmácia e o Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde – e uma UECAF, a Biblioteca das Ciências da Saúde, e duas entidades do Grupo, o ICNAS-P e a UC Next.

Para além destes três polos, a UC tem ainda unidades e serviços instalados em diferentes zonas da cidade, de entre os quais, duas unidades orgânicas de ensino – a Faculdade de Economia, instalada nos Olivais, e a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, instalada em Santa Clara, na margem esquerda do Rio Mondego. Junto desta, encontra-se também uma UECAF – o Estádio Universitário –, e implantada na mesma margem do Rio Mondego, uma entidade do perímetro de consolidação – o Exploratório.

A diversidade da sua localização geográfica e do seu património edificado vai ainda para além das fronteiras da cidade de Coimbra, sendo de referir o Palácio de São Marcos, a cerca de 15km da cidade, e o Centro de Estudos Superiores da UC, em Alcobça; o CNC, no Biocant, em Cantanhede – o único parque de biotecnologia no país –; e o SERQ, na Sertã.

Observada a implantação geográfica da comunidade universitária – designando como tal o conjunto de todos/as os/as estudantes, docentes, investigadores/as e corpo técnico, que em 2021 correspondia a 30 278 pessoas – é notória a concentração no polo I, centro histórico e nevrálgico, que acolhia 50,1%. No polo II e polo III concentraram-se 37,0% do total desta comunidade, correspondendo a 20,1% e 16,9% respetivamente. A zona de Santo António dos Olivais, que maioritariamente corresponde à FEUC, acolheu 9,9% da comunidade universitária, seguida pela área ocupada pela FCDEFUC e Estádio Universitário, em Santa Clara, com 3,1% dos/as estudantes, docentes, investigadores/as e corpo técnico.

Figura 22: Densidade demográfica da comunidade universitária



Considerando a referida diversidade e transversalidade da implantação geográfica da Universidade de Coimbra, a valorização dos campi, a melhoria das condições de trabalho da comunidade universitária e a requalificação do edificado são vetores que integram as preocupações e a alocação de recursos da Universidade.

A Universidade de Coimbra mantém presente que importa igualmente investir sustentadamente na manutenção e modernização das suas instalações destinadas a atividades de ensino e aprendizagem, sempre com o objetivo de assegurar a melhoria das condições no que respeita à segurança, saúde e qualidade de vida da comunidade académica, o que, no contexto pandémico, exigiu um esforço adicional.

É exemplo disso a conclusão das obras de remodelação do Laboratório de Análises Clínicas da Universidade de Coimbra, instalado no antigo edifício da FMUC, no polo I, que vieram dotar esta estrutura, de forma mais efetiva, de biossegurança, com salas de pressão negativa, e de todas as condições necessárias para se dedicar à colheita e testagem de todas as amostras, permitindo à UC continuar a colaborar ativamente com autoridades de saúde e demais entidades da sociedade civil no âmbito da pandemia COVID-19.

Também em outubro de 2021, foi inaugurado o ambicionado espaço do *Student Hub*. Um espaço que disponibiliza um circuito integrado de serviços e informações administrativas, com participação dos diferentes serviços com quem o/a estudante tem necessidade de interagir, desde a área académica às relações internacionais, passando pela ação social e pela promoção da empregabilidade. Adicionalmente, dispõe de postos de atendimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e de um conjunto de espaços disponíveis para utilização por parte dos/as estudantes, como é o caso da Academia de Criadores e do Laboratório de Design Thinking. Este espaço acrescenta assim um enorme valor a toda a experiência de acolhimento, atendimento e acompanhamento de estudantes e de candidatos/as a estudantes da UC, na medida em que assegura uma maior qualidade dos serviços prestados, resultado de uma maior eficácia garantida pela concentração de serviços, o que reduz dispersões e perdas de tempo. Também o átrio de entrada foi objeto de requalificação e convertido numa área de acolhimento e receção, não só do *Student Hub*, como de todo o edifício.

No âmbito da promoção, valorização e dinamização do património cultural e material à guarda da Universidade de Coimbra, deu-se início, em 2021, à empreitada de execução da reabilitação das coberturas e fachadas da Sala dos Capelos e Palácio Real, a qual prevê a realização de ações de manutenção nas superfícies de pedra da Torre da Universidade, Pórtico e Terraços da Via Latina, bem como as obras do Pátio para "manter as funções do presente e acautelar o futuro".

Ciente da sua responsabilidade na valorização e dinamização do património de valor inestimável, foram planeadas, iniciadas e/ou concretizadas ao longo do ano, várias outras intervenções de reabilitação e recuperação, decorrentes do planeamento existente e de investimentos já previstos, das quais se destacam:

- a reabilitação e climatização da residência do Observatório;
- a conclusão da execução da Sala de Projeto I do Departamento de Arquitetura, inserido no plano de intervenção do Colégio das Artes;
- a conclusão do projeto de requalificação do sistema de climatização do *Datacenter*;
- a reabilitação de espaços para instalação do Serviço de Promoção e Gestão da Investigação e do Serviço de Gestão Académica, no antigo edifício da FMUC no polo I;
- a climatização da ala poente (Piso 0) do antigo edifício da FMUC no polo I, assegurando uma melhoria substancial das condições de trabalho para as equipas que operam nestes espaços;
- a empreitada de reabilitação e conservação dos pisos -1 e 0 da ala norte e poente do Colégio de Jesus, no âmbito do projeto PRISC – Infraestrutura Portuguesa de Coleções Científicas para a Investigação, em curso;
- a reformulação, em curso, da iluminação exterior do Pátio das Escolas, procurando melhorar e proporcionar uma melhor leitura noturna do conjunto edificado, dignificando a sua arquitetura e harmonia;
- a remodelação e conservação de espaços interiores e fachadas do edifício 2 da FPCEUC, já adjudicada;
- a adjudicação da empreitada para a conservação e climatização da Casa Costa Alemão;
- a remodelação da estação elevatória de captação de água para rega, do Estádio Universitário, já adjudicada;
- a adjudicação da reabilitação de espaços para instalação do Serviço de Gestão das Instalações e Património, também no antigo edifício da FMUC no polo I.

Numa perspetiva de melhoria das condições das infraestruturas e do alargamento da oferta à comunidade e à cidade, é de referir a ampliação da Oficina de Restauro da Biblioteca Geral e do Arquivo da UC e a obra de conservação e beneficiação de Auditório e espaços de apoio ao Teatro Paulo Quintela (FLUC). Também no Jardim Botânico, foram adjudicadas empreitadas, nomeadamente para intervenção na Casa dos Jardineiros e na fonte no Quadrado Central do Jardim.

Todas estas intervenções, tal como em anos anteriores, configuram uma consciência da importância do papel da UC enquanto guardiã de um património mundial reconhecido pela UNESCO.

No que concerne à disponibilização de espaços para o desenvolvimento de projetos de investigação, e com o foco na criação e disponibilização de cada vez melhores condições para o desenvolvimento desta área de missão, o edifício UC Biomed configura uma grande infraestrutura que vai albergar o Instituto Multidisciplinar do Envelhecimento (MIA), laboratórios de investigação, plataformas tecnológicas de apoio à investigação e o biotério da UC. Localizado no polo III, ou polo das Ciências da Saúde, numa área bruta de mais de 12 mil m², é um dos maiores projetos de infraestruturas científicas em Portugal, adjudicado por cerca de 24 milhões de euros e com um prazo de execução de dois anos. Tal como afirmou o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, na cerimónia de lançamento da obra, em outubro de 2021, “é um ponto para criar o futuro (...) todos nós vamos ter vidas longas e aqui vai-se estudar a longevidade”.

Na concretização do pilar da Investigação, na esfera das intervenções em instalações para o desenvolvimento de projetos, destacam-se ainda:

- a remodelação de espaços para instalação do Laboratório Biomark;
- a conclusão da intervenção de reabilitação de espaços para instalação do Viravector – *Viral Vectors for Gene Transfer Core facility*;
- a reabilitação do bloco de investigação da FEUC;
- a reabilitação da Unidade de Psicologia Clínica Cognitivo-Comportamental, em execução;
- a adjudicação da empreitada de reabilitação da Casa das Ardenas (CEIS 20);
- a adjudicação da empreitada para o Laboratório de Bioquímica Genética da FMUC.

Quanto a outras entidades do Grupo UC, o IPN tem em fase de conclusão a construção de um novo edifício, que inclui espaços multifuncionais de cariz semi-industrial, preparados para receber equipamentos, protótipos e sistemas complexos com tipologia industrial e orientado para a implementação de ações de I&DT e de transferência de tecnologia. Esta obra e respetivo equipamento irão permitir, ao abrigo do projeto de investimento IPN.ECOA-“Expansão, Consolidação, Adaptação”, uma expansão e adaptação a novas utilizações e exigências das áreas dedicadas à investigação aplicada e transferência de tecnologia do IPN, de modo a conseguir condições que permitam um alargamento de competências e consolidação da atividade desenvolvida, tornando-a mais próxima das necessidades do tecido empresarial. Prevê-se que a obra esteja concluída no final do primeiro semestre de 2022.

Concretizou-se ainda, durante o ano de 2021, o arranque da unidade de polímeros, em termos físicos, passando o Laboratório a contar com infraestrutura adequada para o desenvolvimento de atividade neste domínio, para além de um conjunto de novas técnicas de ensaio.

Também o Itecons tem em fase de conclusão a construção do Edifício III, que consiste na expansão e reequipamento da atual infraestrutura.

Por fim, realçam-se os investimentos feitos na aquisição do edifício onde funciona a creche dos SASUC desde a fundação deste serviço de apoio à infância, pioneiro entre as instituições de ensino superior nacional, em 1973, permitindo garantir condições e qualidade do serviço prestado; na aquisição de um terreno urbano contíguo à FEUC, tendo em vista a ampliação das instalações desta unidade orgânica de ensino e investigação; e no apoio à aquisição do imóvel da Real República Boa-Bay-Ela, como reconhecimento da importância na preservação do legado histórico das “repúblicas” enquanto património imaterial.

/ comunicação



11

O Plano Estratégico da Universidade de Coimbra para o ciclo 2019-2023 tem por visão, para o eixo Comunicação, projetar a marca UC, garantindo visibilidade nacional e internacional e potenciando a atratividade da Universidade de Coimbra, e promover a eficácia da comunicação interna.

Com o objetivo de desenvolver uma estratégia de comunicação, personalizada e de proximidade, que promova o alinhamento, a coesão e o envolvimento de todas as partes interessadas da UC, o ciclo estratégico que teve início no ano de 2019 marcou uma fase de reflexão e mudança. Contudo, o ano de 2020, dominado pela pandemia COVID-19, trouxe desafios imprevisíveis quer para a comunicação interna quer para a externa. Foi necessário repensar e adequar as estratégias de comunicação, numa nova era em que a comunicação digital ganhou ainda mais força, tendo-se revelado essencial estar presente, por essa via, quer junto da comunidade académica quer da sociedade em geral.

A estratégia de comunicação interna, personalizada e de proximidade, e com forte recurso aos canais digitais, foi facilitadora do sentimento de pertença, da motivação e do envolvimento de toda a comunidade académica, num ano em que docentes, investigadores/as, corpo técnico e estudantes exerceram, durante um período significativo, as suas atividades essencialmente a distância. Neste ano ainda atípico, foram lançados novos formatos de instrumentos de comunicação como o Blog UC, um espaço digital para partilha de conhecimento, e o Podcast UC, um espaço de conversa onde de forma descomplicada são abordados temas como a ciência, a economia, o desporto, a investigação, a cultura, a arte, o património, o empreendedorismo e a educação. Importa ainda destacar a iniciativa Semana da Criatividade UC, que pretendeu desafiar o pensamento criativo da comunidade académica, e na mesma linha, o concurso para a criação do design da empena alusiva à divulgação dos resultados do THE Impact Rankings 2021.

Importa referir a publicação do n.º 55 da revista Rua Larga, dedicada ao tema da Semana Cultural – Humanidade –, que acolhe valiosos contributos, sendo de destacar o editorial “Humanidade – o ponto de viragem”. Destacam-se ainda diversos contributos/testemunhos sobre variados temas que nos transportam para as diversas dimensões da UC na área “Oficina dos Saberes” e, no capítulo “Ao Largo”, a entrevista ao Prémio UC2020, Carlos Moedas.

No que respeita a publicações periódicas, a *newsletter* UC Global, que tem como principal público-alvo a comunidade académica e é distribuída através de *mailing list*, contabilizou um total de 31 edições no ano de 2021, publicadas entre abril e dezembro. Quando em março de 2020 teve início o primeiro confinamento geral provocado pela pandemia COVID-19, deixou de haver condições para manter a produção regular da *newsletter*, motivo pelo qual deixou de ser distribuída, sendo retomada a sua edição semanal no final do mês abril de 2021.

A UC, no que à comunicação externa respeita, continuou a concentrar os seus esforços na disseminação das múltiplas atividades desenvolvidas em todas as suas áreas de atuação, no impacto dessas atividades e nos seus pontos fortes. A página na Internet, um dos canais preferenciais para comunicar com os públicos-alvo, foi revitalizada em 2020 no sentido de potenciar a facilidade de consulta e de pesquisa, e em 2021 foi iniciado o processo de desenvolvimento de páginas *web* com base na nova plataforma de edição de conteúdos (CMS - *Content Management System*) desenvolvida integralmente pela UC Framework. Na área *noticias.uc.pt*, onde são publicadas quase diariamente notícias e vídeos produzidos com o intuito de divulgar a atividade da UC, foram contabilizadas 741 notícias em texto.

As redes sociais ocupam cada vez mais um papel importante na comunicação, aproximando e criando uma relação entre os/as atuais, antigos/as e futuros/as estudantes, permitindo-lhes um conhecimento mais imediato, sendo também um veículo com imenso potencial para o alcance de um maior e mais diversificado público. A Marca UC teve um alcance digital de 87 milhões de pessoas e a comunidade digital UC nas diferentes redes sociais já ultrapassava os 100 000 seguidores/as, em 2021. Destaca-se ainda a execução de 58 campanhas de *marketing*, maioritariamente destinadas às redes sociais.

Figura 23: Principais indicadores nas redes sociais



Considerando o importante papel que as redes sociais ocupam, tem sido efetuada a monitorização da página da UC no Facebook. Assim, no final do ano de 2021, registavam-se mais de 188 mil seguidores/as, correspondendo a um crescimento de cerca de 23,7% face ao ano anterior; e à data de elaboração deste relatório, a UC era, no universo das universidades públicas portuguesas, a que tinha mais seguidores/as. Apenas a UC e a Universidade do Porto tinham ultrapassado a barreira dos 150 mil seguidores/as, seguindo-se-lhes as Universidades de Aveiro e do Minho ambas com mais de 100 mil seguidores/as. Ainda no que respeita a redes sociais, as restantes entidades do Grupo UC consideradas no âmbito do presente relatório totalizam cerca de 81 mil seguidores/as, o que representa um crescimento de 5,0% comparativamente a 2020.

Para a aferição do posicionamento da UC no que respeita ao desempenho comunicacional e à avaliação da visibilidade e da notoriedade, têm vindo a ser considerados diversos indicadores relevantes.

Figura 24: Principais indicadores de comunicação



Fonte: CISION PORTUGAL – Universidade de Coimbra 2021 *communication performance*

Foram publicadas 27 882 notícias sobre a UC (mais 15,0% do que no ano anterior), tendo 51% da população portuguesa estado exposta à mensagem (+7 p.p.) e tendo a favorabilidade mediática sido positiva, com um valor de 4,5 (numa escala de 1 a 5), o que corresponde a um aumento face ao ano anterior (4,4 em 2020). No que respeita à favorabilidade importa referir que 95,0% das notícias publicadas foram favoráveis à UC, dominando os assuntos de carácter institucional, como os relacionados com as medidas de combate à pandemia.

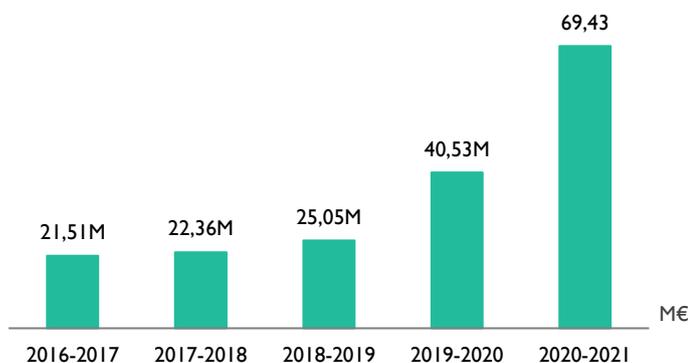
No indicador *net effect*, que corresponde ao efeito líquido da comunicação junto do público tendo em conta a favorabilidade mediática e o *impact score* de cada notícia (segundo os parâmetros de *communication performance* disponibilizados pela CISION), foi alcançado o valor de 264M€, o que corresponde a uma redução de 12,0% face ao ano anterior. A UC mantém, contudo, o seu posicionamento na classe A+, ou seja, excelente desempenho ao nível comunicacional, correspondendo este patamar a uma boa prática na capacidade de gerar conteúdos de grande relevância e na capacidade de comunicar com os/as influenciadores/as certos, nos canais apropriados.

O indicador *reputation score* é calculado tendo em conta a transmissão de mensagens nas notícias, que sustenta os eixos da sua reputação, de acordo com os parâmetros de avaliação de *communication performance* disponibilizados pela CISION. Para o seu cálculo são considerados 10 eixos, identificados pela relevância que detêm na reputação das IES, como fatores a considerar aquando da tomada de decisão da opção de escolha de uma IES em detrimento de outra, excluídos os fatores relacionados com a preferência regional e os custos associados. Cada eixo – qualidade do ensino e abundância de recursos; transferência de conhecimento para a indústria; concentração de talento; gestão, organização e imagem institucional; investigação, produção e liderança científica; internacionalização; *performance*; ligação com a comunidade; influência na política; e na sociedade e história, património e tradição – tem determinado peso na construção do *reputation score* em função dos fatores que sustentam a reputação das IES.

A Universidade de Coimbra obteve uma classificação de 67,6 pontos (em 100) no *reputation score* no ano de 2021, com um aumento de 5,16 pontos face ao ano anterior, sendo de destacar o contributo particular das notícias na área da investigação, produção e liderança científica, com a participação do corpo docente e de investigadores/as da instituição enquanto especialistas em espaços noticiosos de elevada audiência no âmbito da pandemia COVID-19; a influência na política e na sociedade e a ligação com a comunidade, pelos motivos anteriormente referidos e também pelas medidas adotadas de apoio aos/às estudantes da UC neste particular contexto de pandemia; e a transferência de conhecimento para a indústria, com o desenvolvimento de tecnologia ao serviço do grande desafio que foi o combate à COVID-19.

Destaca-se ainda o indicador de desempenho AAV, utilizado habitualmente para avaliar a notoriedade nos meios de comunicação social, e que corresponde ao valor publicitário equivalente ao espaço ocupado pela notícia, calculado automaticamente a partir do preço de uma página par sem cor na imprensa e um segundo na televisão ou rádio. Este valor é meramente indicativo do custo publicitário médio no respetivo órgão de comunicação social, não correspondendo necessariamente aos valores de mercado em vigor. Para o presente registo apenas foram consideradas notícias de cariz positivo, publicadas em órgãos de comunicação social de âmbito nacional, compiladas na plataforma de *clipping* CISION e com um AAV superior a 250€.

Gráfico 22: Evolução da média bienal de AAV



Este indicador de desempenho continuou a registar uma evolução muito significativa, com a média bienal a manter a tendência de crescimento dos últimos anos, registando um significativo acréscimo de 71,3% face ao biénio anterior. A televisão foi o meio de comunicação com maior peso, representando 43,1% do valor total do AAV registado no ano, curiosamente, com uma descida de 22,8 p.p. quando comparado com o ano anterior, seguido dos meios digitais (40,1%), a registarem uma subida excepcional de 18,0 p.p., quando comparado com o valor apresentado em 2020. Podemos concluir que terão mudado, pelo menos em 2021, os hábitos dos/as consumidores/as no que respeita aos meios de comunicação preferenciais.

/ finanziamento



12

As demonstrações financeiras consolidadas do GPUC foram preparadas em conformidade com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública que se consideraram relevantes para o Grupo.

As entidades que integram o perímetro de consolidação do GPUC encontram-se elencadas no ponto 1.3 *Estrutura organizacional e âmbito da consolidação*, o que representa um universo de 17 entidades que compõem o GPUC.

Quanto à consolidação orçamental, o perímetro é apenas composto pelas entidades do GPUC que, no período de relato, integraram o perímetro de consolidação das administrações públicas, pelo que apenas engloba, através do método de consolidação simples, as entidades UC e SASUC.

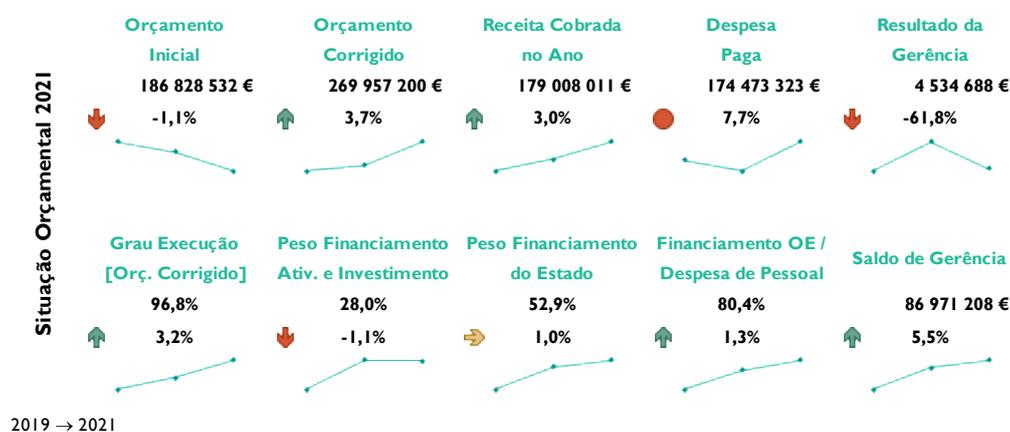
12.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

Em termos globais, a execução da receita fica marcada no ano de 2021 pelo crescimento, pelo quarto ano consecutivo, pese embora o contexto pandémico vivido desde março do ano de 2020 e ainda com impactos muito expressivos no ano 2021. Salienta-se assim, o registo de uma variação positiva das receitas de prestações de serviços especializadas, nomeadamente na área da saúde, assim como das rubricas de transferências motivado pelo aumento do *plafond* do Orçamento do Estado, bem como ao nível da atividade de prestação de serviços de ação social indireta à comunidade académica. Em sentido inverso, verifica-se a diminuição dos rendimentos de propriedade, assim como uma ligeira diminuição da receita de propinas.

No que diz respeito à execução da despesa, verifica-se uma retoma de uma tendência de crescimento quando comparado com o ano de 2020, demonstrando sinais da retoma da generalidade das atividades do GPUC, recuperando assim a curva de aumento que já se vinha a registar nos anos pré-pandemia. Mantém-se o crescimento em despesas com pessoal, bem como das despesas com a aquisição de serviços, que com o início do período pandémico haviam retraído. Já com tendência contrária, de diminuição, destacam-se as transferências correntes e de capital.

Da execução orçamental de 2021 resulta um saldo de gerência acumulado de 86,97M€, correspondente a um excedente orçamental de 4,53M€ gerado no ano, sem considerar as operações de tesouraria. Encontrando-se ainda a atuar no contexto atípico da pandemia COVID-19, marcado por uma forte redução da receita, e com efeitos ainda muito evidentes que perduraram no decorrer do ano 2021 nas mais variadas dimensões, o GPUC continuou a garantir um equilíbrio orçamental nas tipologias de orçamento estrutural e de desenvolvimento, verificando-se que o excedente gerado pela execução do orçamento de atividades, ainda que substancialmente inferior ao do exercício anterior, representa aproximadamente 51,1% na globalidade do saldo gerado no ano.

Quadro 50: Indicadores orçamentais



Em 2021, o GPUC dispôs de um *orçamento aprovado* de 186,83M€, representando um decréscimo das suas dotações em -1,1%, face ao ano precedente. O *orçamento corrigido* ascendeu a 269,96M€, apresentando uma variação positiva de 44,5% face ao *orçamento inicial* aprovado, em consequência da integração do saldo de gerência anterior (82,44M€) e de reforços relativos aos montantes executados no âmbito de projetos ao abrigo do PRR (0,68M€) e ao pagamento de propinas dos/as estudantes bolseiros/as do Governo de Cabo Verde do ano letivo de 2020/2021 (0,01M€).

12.1.1 ORIGEM DE FUNDOS

A *receita cobrada* no ano ascendeu a 179,01M€, representando um grau de execução do orçamento do ano de 95,5%. O saldo de gerência integrado no ano foi de 82,44M€, perfazendo uma receita total de 261,44M€ e um grau de execução global do orçamento da receita de 96,8%.

Comparativamente com o ano precedente, verifica-se um aumento da receita cobrada em 5,17M€ (+3,0%), que resulta essencialmente do incremento da receita corrente em 8,34M€ por via das *Receitas de Impostos* e de *Receitas Próprias*, ao passo que a receita de capital apresenta uma redução 3,48M€ face ao período de relato anterior.

A receita por cobrar no final do período ascende a 28,05M€, o que representa uma diminuição de 2,38M€ face ao valor por cobrar de períodos anteriores.

Quadro 51: Execução da receita, por origem de fundos

Origens de Fundos	2021					2020					Δ Rec. Cob. no Ano [€]	Δ Rec. Cob. no Ano [%]
	Orçamento do Ano [OA]	Saldo de Gerência Anterior	Orçamento Disponível [OD]	Receita Cobrada no Ano	Grau de Execução [OD]	Orçamento do Ano [OA]	Saldo de Gerência Anterior	Orçamento Disponível [OD]	Receita Cobrada no Ano	Grau de Execução [OD]		
Receitas de Impostos - OE	94 701 487 €	- €	94 701 487 €	94 701 487 €	100,0%	91 085 725 €	- €	91 085 725 €	91 085 725 €	100,0%	3 615 762 €	4,0%
TRF no âmbito das AP	16 336 816 €	- €	16 336 816 €	11 745 881 €	71,9%	17 113 675 €	- €	17 113 675 €	14 437 712 €	84,4%	2 691 831 €	-18,6%
Receitas Próprias	46 434 781 €	52 992 349 €	99 427 130 €	45 390 838 €	97,8%	53 634 687 €	51 777 836 €	105 412 523 €	41 622 493 €	77,6%	3 768 345 €	9,1%
Financiamento da UE	30 047 595 €	29 444 172 €	59 491 767 €	27 169 805 €	90,4%	27 940 716 €	18 778 730 €	46 719 446 €	26 689 183 €	95,5%	480 622 €	1,8%
Total	187 520 680 €	82 436 520 €	269 957 200 €	179 008 011 €	95,5%	189 774 803 €	70 556 565 €	260 331 368 €	173 835 112 €	91,6%	5 172 898 €	3,0%

Analisando a receita com base na sua origem, verifica-se que esta provém maioritariamente do financiamento de *Receitas de Impostos* (52,9%). As *Transferências no âmbito das Administrações Públicas*, correspondentes ao financiamento competitivo com origem nacional, nomeadamente da FCT, representam 6,6% da receita cobrada. No que se refere às *Receitas Próprias*, estas representaram 25,3% da receita total arrecadada em 2021, registando um acréscimo de 9,1%. A receita competitiva com origem em *Financiamento da UE* representa um peso de 15,2% no financiamento global, e evidencia um aumento (+1,8%) face ao período de relato anterior.

Quadro 52: Execução da receita, por tipo de receita

Tipo de Receita	2021					2020					Δ Rec. Cob. no Ano [€]	Δ Rec. Cob. no Ano [%]
	Orçamento do Ano [OA]	Saldo de Gerência Anterior	Orçamento Disponível [OD]	Receita Cobrada no Ano	Grau de Execução [OD]	Orçamento do Ano [OA]	Saldo de Gerência Anterior	Orçamento Disponível [OD]	Receita Cobrada no Ano	Grau de Execução [OD]		
Taxas de ensino	2 263 336 €	- €	2 263 336 €	1 612 838 €	71,3%	1 646 700 €	- €	1 646 700 €	1 463 900 €	88,9%	148 938 €	10,2%
Propinas (est. nacional)	18 981 907 €	- €	18 981 907 €	18 631 962 €	98,2%	22 334 690 €	- €	22 334 690 €	19 123 204 €	85,6%	491 242 €	-2,6%
Propinas (est. internacional)	4 489 778 €	- €	4 489 778 €	5 068 347 €	112,9%	5 026 065 €	- €	5 026 065 €	4 648 911 €	92,5%	419 437 €	9,0%
Rendimentos de juros e dividendos	15 811 €	- €	15 811 €	2 702 €	17,1%	15 525 €	- €	15 525 €	13 629 €	87,8%	10 928 €	-80,2%
Rendimentos de propriedade	55 980 €	- €	55 980 €	50 856 €	90,8%	1 825 338 €	- €	1 825 338 €	1 824 337 €	99,9%	1 773 482 €	-97,2%
Transferências correntes	35 214 937 €	- €	35 214 937 €	32 105 393 €	91,2%	34 428 565 €	- €	34 428 565 €	30 869 036 €	89,7%	1 236 357 €	4,0%
Transferências correntes OE-MCTES	94 701 487 €	- €	94 701 487 €	94 701 487 €	100,0%	91 085 725 €	- €	91 085 725 €	91 085 725 €	100,0%	3 615 762 €	4,0%
Vendas	563 335 €	- €	563 335 €	219 008 €	38,9%	806 625 €	- €	806 625 €	171 306 €	21,2%	47 702 €	27,8%
Prestações de serviços	16 313 643 €	- €	16 313 643 €	14 922 627 €	91,5%	17 513 750 €	- €	17 513 750 €	9 991 209 €	57,0%	4 931 418 €	49,4%
Outros rendimentos	972 291 €	- €	972 291 €	952 930 €	98,0%	1 077 976 €	- €	1 077 976 €	739 186 €	68,6%	213 744 €	28,9%
Transferências de capital	13 568 988 €	- €	13 568 988 €	10 378 669 €	76,5%	13 912 855 €	- €	13 912 855 €	13 855 493 €	99,6%	3 476 825 €	-25,1%
Outros rendimentos de capital	- €	- €	- €	- €	-	1 838 €	- €	1 838 €	- €	0,0%	- €	-
Reposições	379 186 €	- €	379 186 €	361 192 €	95,3%	99 151 €	- €	99 151 €	49 175 €	49,6%	312 017 €	634,5%
Saldo de gerência	- €	82 436 520 €	82 436 520 €	- €	-	- €	70 556 565 €	70 556 565 €	- €	-	- €	-
Total	187 520 680 €	82 436 520 €	269 957 200 €	179 008 011 €	95,5%	189 774 803 €	70 556 565 €	260 331 368 €	173 835 112 €	91,6%	5 172 898 €	3,0%

Analisando a execução da receita, considerando a sua tipologia, verifica-se que em termos globais, a receita cobrada de propinas diminuiu face a 2020 num total de aproximadamente 0,07M€, registando-se variações contrárias nas origens de *estudantes nacionais* (-0,49M€) e *estudantes internacionais* (+0,42M€). Quanto ao número de estudantes inscritos/as nos diferentes graus de ensino, verifica-se um aumento nas licenciaturas e mestrados de continuidade (+3546), e uma evolução em sentido contrário nos mestrados integrados, doutoramentos e pós-graduações (-3496),

resultando num saldo positivo (+50), destacando-se ainda uma diminuição de estudantes internacionais na generalidade dos graus de ensino (-128). Muito embora se verifique uma variação em baixa da receita cobrada nas propinas, considerando que o valor da propina máxima a fixar pelas IES se manteve face a 2020, é evidente uma ligeira tendência de recuperação nas propinas de *estudantes internacionais* e que de certa maneira se revela também nas *taxas de ensino* que demonstram um aumento de 10,2% (+0,15M€) face ao ano anterior. Importa salientar que nas propinas de *estudantes internacionais* o aumento verificado era igualmente expectável atendendo ao efeito de diferimento decorrente da alteração aos planos de pagamentos prestacionais a partir do ano letivo 2020/2021 para os/as estudantes que já se encontravam inscritos no ano anterior.

Ao nível dos *rendimentos de juros e dividendos*, verificou-se um acentuar da tendência já observada no período de relato anterior com uma diminuição mais expressiva nos valores arrecadados. Variação semelhante regista-se nos *rendimentos de propriedade* (-1,77M€), por via do impacto que em 2020 se verificou com o recebimento de rendimentos não recorrentes no âmbito de licenciamentos de patentes, aos quais estão associados direitos de propriedade intelectual detidos pela UC.

As *transferências correntes* e *transferências de capital* apresentam, no conjunto, uma diminuição de 2,24M€, e essencialmente por força das segundas (-3,48M€), decorrente do menor recebimento de reembolsos de despesa no âmbito de projetos e atividades cofinanciadas, salientando-se a inversão da tendência verificada no período homólogo.

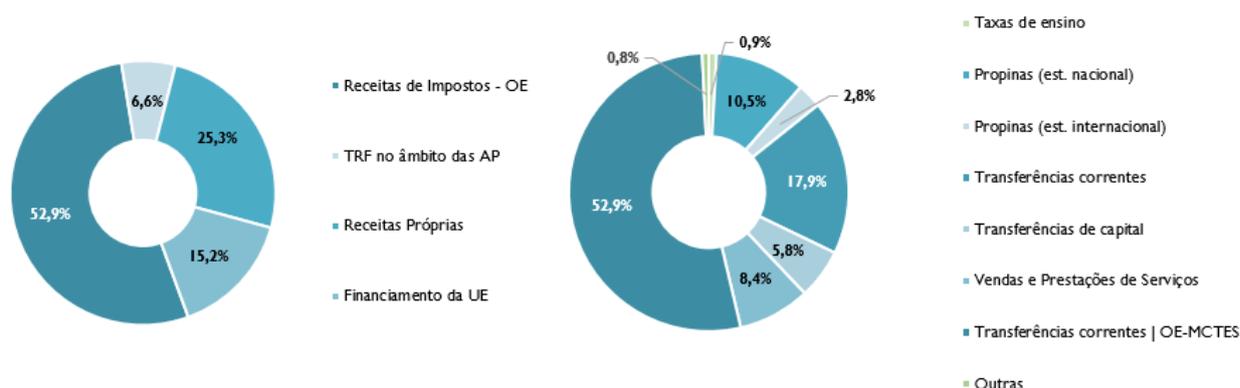
Nas *transferências correntes e de capital OE-MCTES*, registou-se um aumento do financiamento do Estado na ordem dos 3,62M€, ainda assim -0,90M€ face ao aumento verificado entre os anos 2019 e 2020, contudo deverá ter-se em consideração que o valor da propina máxima a fixar pelas IES se manteve face a 2020, pelo que não se realizou essa compensação. Assim, o peso do financiamento direto do Estado cresceu 0,5 p.p. para 52,9%, o que coloca uma maior preponderância na diversificação da estrutura de origem de fundos da UC, conforme definido no Plano Estratégico para o quadriénio 2019-2023.

As *vendas e prestações de serviços* registaram um aumento global de 4,98M€ (+0,05M€ e +4,93M€ respetivamente). Ao nível das *vendas*, destaca-se uma pequena recuperação da receita proveniente da venda de artigos de *merchandising*, que estando dependente da atividade turística, tinha visto a sua tendência de crescimento observada em anos anteriores acentuadamente invertida no ano 2020.

Nas atividades relacionadas com as *prestações de serviços*, sublinham-se alguns sinais de recuperação, embora ainda pouco significativos nos serviços de *visitas turísticas*. Quanto à atividade do *turismo*, que sofreu um forte impacto por força das medidas de mitigação da propagação da pandemia COVID-19 com uma quebra significativa no número de visitantes ao circuito turístico verificada de 2019 para 2020 (-83,7%, que em termos absolutos se traduziu em -389 293 visitantes), mostra em 2021 pequenos sinais de recuperação face ao ano transato, onde se verifica um crescimento no número de visitantes de 21,9% em termos relativos e 16 586 em termos absolutos. No entanto, o crescimento verificado ao nível das *prestações de serviços* tem origem essencialmente, por um lado, no aumento da receita resultante da contratualização de prestações de serviços à comunidade (+1,24M€), e por outro, nas atividades de saúde, quer as prestadas no âmbito do LACUC com a realização de testes ao vírus SARS-CoV-2, quer por via do acordo celebrado com o CHUC para regularização da dívida de anos anteriores, com uma variação global de +3,26M€ face ao ano anterior. Também no âmbito da atividade social indireta é de assinalar um aumento da *atividade de saúde*, onde se regista um acréscimo de 0,51M€ (+250,7%) face ao ano transato, contribuindo em 70,3% as consultas de psicologia. Ainda no contexto da ação social indireta, é de assinalar o incremento de 0,04M€ (+3,6%) na *atividade alimentar*, impulsionada pela receita dos bares e cafetarias e pela retoma na atividade de venda de senhas de alimentação. De igual modo, na *atividade de alojamento*, constata-se também um resultado positivo de 0,23M€ (+24,8%) face ao período homólogo, e por força da retoma da ocupação das unidades residenciais. Verifica-se ainda um crescimento nas *atividades de apoio à infância*, designadamente da creche e jardim de infância, com uma recuperação de 0,77M€ (+29,4%) face ao ano transato.

Os *outros rendimentos* evidenciaram um ligeiro aumento, de 0,21M€, variação esta influenciada essencialmente pela transferência de propriedades de investimento da UC para o IHRU, I.P., melhor detalhados na *Nota 8 – Propriedades de investimento | Modelo de custo | Reconciliação da quantia escriturada no início e final do período*.

Gráfico 23: Receita cobrada por origem de fundos e tipologia



12.1.2 APLICAÇÃO DE FUNDOS

No período de relato, o GPUC assumiu obrigações no montante de 176,38M€, das quais 1,51M€ transitaram do ano anterior. A despesa paga ascendeu a cerca de 174,47M€, correspondendo a um grau de execução de 93,0%, quando comparado com o orçamento do ano (exclui saldo de gerência), e de 64,6%, quando comparado com o orçamento disponível (orçamento do ano + saldo de gerência). Desta forma, no final do período de relato, regista-se um montante de 2,44M€ de compromissos a transitar e de 1,91M€ de obrigações por pagar, das quais 1,72M€ respeitam a descontos da UC para a CGA, e aproximadamente 0,10M€ referem-se a descontos dos SASUC para a Segurança Social, quer da entidade patronal, quer retidos aos/às trabalhadores/as no processamento salarial de dezembro, cujo pagamento apenas ocorre durante o mês de janeiro do ano seguinte. Contribuem ainda, aproximadamente 0,04M€, referentes a retenções de IRS, contabilizadas pelos SASUC, relativas a trabalhadores/as e pessoal em regime de tarefa e avença, cujo pagamento ocorre igualmente no mês de janeiro do ano seguinte.

Comparativamente com o ano de 2020, verifica-se um aumento da despesa paga em 7,7% (+12,52M€), influenciada pelo aumento da despesa corrente (+5,87M€) e de capital (+6,72M€), enquanto que a despesa não efetiva diminuiu (-0,07M€).

Quadro 53: Execução da despesa, por origem de despesa

Origens de Fundos	2021					2020					Δ Despesa Paga [€]	Δ Despesa Paga [%]
	Orçamento do Ano [OA]	Saldo de Gerência Anterior	Orçamento Disponível [OD]	Despesa Paga	Grau de Execução [OD]	Orçamento do Ano [OA]	Saldo de Gerência Anterior	Orçamento Disponível [OD]	Despesa Paga	Grau de Execução [OD]		
Receitas de Impostos - OE	94 701 487 €	- €	94 701 487 €	93 467 108 €	98,7%	91 085 725 €	- €	91 085 725 €	89 701 919 €	98,5%	3 765 189 €	4,2%
TRF no âmbito das AP	16 336 816 €	- €	16 336 816 €	14 665 090 €	89,8%	17 113 675 €	- €	17 113 675 €	14 768 332 €	86,3%	103 242 €	-0,7%
Receitas Próprias	46 434 781 €	52 992 349 €	99 427 130 €	44 030 159 €	44,3%	53 634 687 €	51 777 836 €	105 412 523 €	41 461 165 €	39,3%	2 568 994 €	6,2%
Financiamento da UE	30 047 595 €	29 444 172 €	59 491 767 €	22 310 965 €	37,5%	27 940 716 €	18 778 730 €	46 719 446 €	16 023 741 €	34,3%	6 287 224 €	39,2%
Total	187 520 680 €	82 436 520 €	269 957 200 €	174 473 323 €	64,6%	189 774 803 €	70 556 565 €	260 331 368 €	161 955 157 €	62,2%	12 518 166 €	7,7%

No que respeita ao detalhe da despesa paga por fonte de financiamento, verifica-se que 53,6% da despesa foi executada através de verbas de *Receitas de Impostos*, sendo de referir que o financiamento direto do Estado, na componente de funcionamento, foi utilizado na íntegra em despesas com pessoal. No que se refere às restantes origens, 25,2% da despesa foi suportada com recurso a *Receitas Próprias*, 12,8% com origem em *Financiamento da UE*, e 8,4% através de *Transferências no âmbito das Administrações Públicas*, assegurando despesas de pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e despesas de capital.

Face ao ano de 2020, a despesa nas fontes de *Receitas de Impostos* e de *Transferências no âmbito das Administrações Públicas* apresentaram, no global, um aumento de 3,5%, enquanto a despesa paga através de *Receitas Próprias* e por via de *Financiamento da UE* apresentaram também um aumento de 6,2% e 39,2% respetivamente.

Quadro 54: Execução da despesa, por tipo de despesa

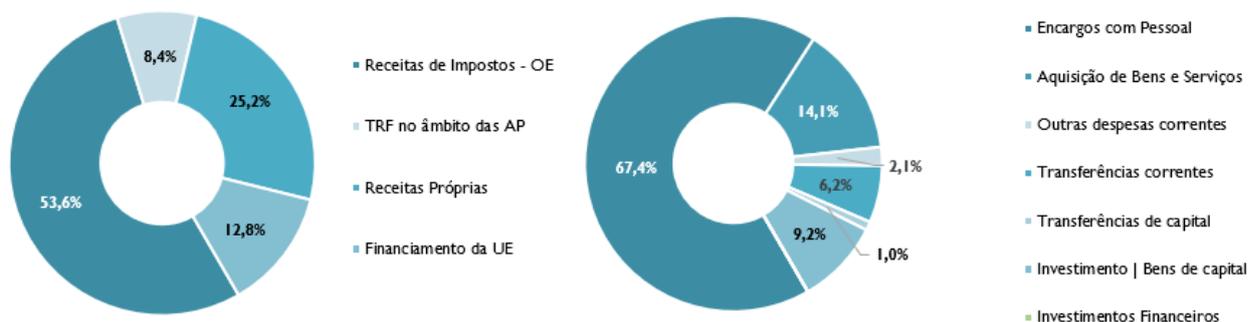
Tipo de Despesa	2021					2020					Δ Despesa Paga [€]	Δ Despesa Paga [%]
	Orçamento do Ano [OA]	Saldo de Gerência Anterior	Orçamento Disponível [OD]	Despesa Paga	Grau de Execução [OD]	Orçamento do Ano [OA]	Saldo de Gerência Anterior	Orçamento Disponível [OD]	Despesa Paga	Grau de Execução [OD]		
Remunerações certas e permanentes	94 779 947 €	3 359 154 €	98 139 101 €	94 399 659 €	96,2%	97 190 426 €	1 446 447 €	98 636 873 €	92 697 517 €	94,0%	1 702 142 €	1,8%
Remunerações contingentes	1 377 081 €	841 529 €	2 218 610 €	1 531 539 €	69,0%	2 033 257 €	440 891 €	2 474 148 €	1 430 646 €	57,8%	100 893 €	7,1%
Encargos da UC com ADSE	- €	- €	- €	- €	-	591 €	- €	591 €	591 €	100,0%	591 €	-100,0%
Encargos da UC com CGA	13 777 835 €	306 702 €	14 084 536 €	13 044 269 €	92,6%	13 459 116 €	22 558 €	13 481 674 €	12 497 127 €	92,7%	547 142 €	4,4%
Encargos da UC com TSU	8 737 859 €	403 833 €	9 141 692 €	8 787 249 €	96,1%	8 287 717 €	259 960 €	8 547 677 €	8 121 680 €	95,0%	665 569 €	8,2%
Funcionamento Bens	6 509 882 €	2 232 542 €	8 742 424 €	5 696 265 €	65,2%	7 397 203 €	2 044 109 €	9 441 312 €	5 777 312 €	61,2%	81 047 €	-1,4%
Funcionamento Serviços	22 674 580 €	61 469 606 €	84 144 186 €	18 776 716 €	22,3%	24 651 827 €	56 774 454 €	81 426 281 €	16 330 240 €	20,1%	2 446 476 €	15,0%
Funcionamento Outras	2 928 291 €	1 516 487 €	4 444 778 €	3 574 982 €	80,4%	2 110 360 €	1 921 002 €	4 031 362 €	2 114 771 €	52,5%	1 460 211 €	69,0%
Transferências correntes	10 582 179 €	5 503 609 €	16 085 788 €	10 869 639 €	67,6%	16 266 117 €	2 205 142 €	18 471 260 €	11 844 152 €	64,1%	974 512 €	-8,2%
Investimento Bens de capital	24 457 837 €	6 734 893 €	31 192 731 €	16 100 891 €	51,6%	15 146 824 €	5 352 002 €	20 498 826 €	7 834 608 €	38,2%	8 266 283 €	105,5%
Transferências de capital	1 695 189 €	38 166 €	1 733 355 €	1 662 112 €	95,9%	3 219 865 €	- €	3 219 865 €	3 205 015 €	99,5%	1 542 902 €	-48,1%
Investimentos financeiros	- €	30 000 €	30 000 €	30 000 €	100,0%	11 500 €	90 000 €	101 500 €	101 500 €	100,0%	71 500 €	-70,4%
Total	187 520 680 €	82 436 520 €	269 957 200 €	174 473 323 €	64,6%	189 774 803 €	70 556 565 €	260 331 368 €	161 955 157 €	62,2%	12 518 166 €	7,7%

A despesa com pessoal ascendeu a 117,76M€ e representa 67,5% do total da despesa paga. Face ao ano de 2020, representa um crescimento de aproximadamente 3,02M€ decorrente do aumento de encargos relativo à contratação de investigadores/as doutorados/as ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, bem como de alterações de posicionamento remuneratório que têm vindo a ocorrer. As remunerações certas e permanentes representam a maior percentagem (54,1%) da despesa paga, tendo atingido o montante de 94,40M€, o que traduz um aumento de 1,8%, face ao ano transato. As remunerações contingentes, onde se incluem, por exemplo, abonos variáveis, colaborações técnicas especializadas, ajudas de custo e horas extra, correspondem a 0,9% da despesa paga e evidenciam um aumento de 0,10M€, evidenciando também aqui alguma retoma das atividades científicas fora de portas. Os encargos com a ADSE não traduzem qualquer valor face ao período de relato anterior. Os encargos com a CGA têm um peso relativo de 7,5% sobre o total da despesa paga, tendo aumentado 4,4% (+0,55M€) face a 2020 em resultado do reposicionamento do pessoal docente. Os encargos com a TSU, que representam 5,0% da despesa paga, registaram um aumento de 8,2% (+0,67M€).

As despesas de funcionamento e de capital ascenderam a cerca de 44,15M€ e representam 25,3% da despesa paga, verificando-se um acréscimo de 37,7% (+12,09M€) face ao período de relato anterior. Este acréscimo é evidenciado sobretudo nas rubricas de aquisição de serviços e aquisição de bens de capital. Enquanto nas primeiras, o acréscimo decorre em grande medida pela diminuição do impacto gerado pela pandemia COVID-19, onde os períodos de confinamento e restrições no combate à pandemia foram progressivamente aliviados, traduzindo-se num aumento generalizado das atividades presenciais do GPUC e consequentemente nas despesas gerais de funcionamento, para estas últimas, observa-se que em 2021, e ao contrário do verificado nos exercícios de 2020 e também 2019, houve uma retoma do investimento em conservação e reparação do edificado, crescendo igualmente o investimento em rubricas associadas a equipamento informático, equipamento administrativo e equipamento básico. Ao nível do investimento, destaca-se ainda a aquisição de um terreno para construção no valor de 0,18M€, a aquisição do edifício onde funciona atualmente a creche dos SASUC no montante de 0,65M€ e a aquisição de dois equipamentos PET pelo montante total de 4,96M€.

No que diz respeito às despesas com transferências correntes e de capital, as mesmas totalizam 12,53M€ com um peso relativo no total da despesa de 7,2%. Diminuem em relação ao ano precedente em 2,52M€, em resultado da redução do número de bolseiros/as de investigação no âmbito de projetos e atividades, uma vez que com a alteração do Estatuto do Bolseiro de Investigação e do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT alterou-se o paradigma da contratação de bolseiros/as, nomeadamente pela alteração das tipologias de bolsa e dos requisitos dos/as seus/uas destinatários/as, bem como pelas condicionantes associadas à duração dos respetivos contratos. Neste contexto, e para além do aumento da contratação de investigadores/as doutorados/as, tem sido também verificado um aumento da contratação de técnicos/as superiores e de investigadores/as convidados/as, pelo que parte desta diminuição representa, em rigor, uma transferência de despesa para a tipologia de despesa com pessoal. De salientar ainda, no que se refere às transferências correntes, uma diminuição nas prestações sociais concedidas (-13,5%), nomeadamente no Fundo de Apoio Social, nas bolsas de estágio curricular e no âmbito das atividades PASEP.

Gráfico 24: Despesa paga, por tipo de despesa e origem de fundos



12.1.3 RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise efetuada ao longo dos pontos anteriores, reflete a execução orçamental do GPUC em 2021, da qual resulta uma evolução favorável.

Com efeito, os fluxos financeiros de receita cobrada e de despesa paga ao longo do ano, foram geradores de um excedente nas operações orçamentais de 4,53M€, contudo as receitas de capital foram insuficientes para fazer face ao investimento efetuado durante o ano, pelo que o saldo de capital se apresentou negativo em 7,38M€. Por seu lado, o saldo corrente (receita corrente - despesa corrente) é positivo (11,59M€), permitindo assim financiar as operações de investimento.

Ao nível das operações de tesouraria, verifica-se igualmente um excedente de 1,28M€ relativo a operações de fundos alheios, e para o qual contribui o montante de 1,08M€ relativo a adiantamento de financiamentos ainda não executados no âmbito do PRR.

Desta forma, o saldo acumulado para a gerência seguinte é de 86,97M€, o qual ascende a 89,63M€ considerando o valor de fundos alheios detidos.

Para efeito do cumprimento da Regra do Equilíbrio Orçamental, e nos termos do artigo 207.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, o saldo primário ascendeu a 4,56M€, garantindo assim o cumprimento de um saldo orçamental não deficitário num período ainda atípico, precedido de um ano com uma forte redução da receita e decorrente dos efeitos da pandemia COVID-19 e das medidas de contenção implementadas.

Quadro 55: Execução e saldo global, por origem de fundos

Origens de Fundos	2021				
	Saldo Inicial	Receita Cobrada no Ano	Despesa Paga	Saldo do Ano	Saldo para a Gerência Seguinte
	[1]	[2]	[3]	[4]=[2-3]	[5]=[1+4]
Receitas de Impostos - OE	- €	94 701 487 €	93 467 108 €	1 234 379 €	1 234 379 €
TRF no âmbito das AP	- €	11 745 881 €	14 665 090 €	2 919 209 €	2 919 209 €
Receitas Próprias	52 992 349 €	45 390 838 €	44 030 159 €	1 360 679 €	54 353 027 €
Financiamento da UE	29 444 172 €	27 169 805 €	22 310 965 €	4 858 840 €	34 303 012 €
Total operações orçamentais	82 436 520 €	179 008 011 €	174 473 323 €	4 534 688 €	86 971 208 €
Fundos Alheios	1 379 274 €	9 549 067 €	8 271 944 €	1 277 123 €	2 656 397 €
Saldo operações de tesouraria	1 379 274 €	9 549 067 €	8 271 944 €	1 277 123 €	2 656 397 €
Saldo Global	83 815 794 €	188 557 078 €	182 745 267 €	5 811 811 €	89 627 605 €
Ativos/Passivos financeiros				30 000 €	
Saldo p/ efeitos de equilíbrio orçamental				4 564 688 €	

Analisando o saldo de gerência por origem de fundos, verifica-se que todas as origens foram geradoras de excedentes, com a exceção das *Transferências no âmbito das Administrações Públicas*, destacando-se o saldo do exercício no âmbito dos *Financiamento da UE* (+4,86M€).

Foi possível garantir um excedente orçamental nas tipologias de orçamento estrutural e de desenvolvimento da UC (+3,06M€) que permitiu cobrir o *deficit* decorrente da atividade dos SASUC (-0,24M€), destacando-se ainda o excedente orçamental gerado no ano de 2021 por via da receita cobrada no âmbito de projetos e atividades cofinanciadas (1,92M€).

12.2 DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

As demonstrações orçamentais consolidadas apresentadas no presente relatório referem-se ao exercício de 2021, de 01.01.2021 a 31.12.2021, cuja preparação foi realizada em harmonia com o SNC-AP, na sua versão atualizada, e aprovada pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

1. Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental
2. Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

12.2.1 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubrica	Recebimentos	Ano 2021	Ano 2020
RA01	Saldo de gerência anterior	83 815 794,36 €	72 155 989,58 €
	Operações orçamentais [1]	82 436 520,44 €	70 556 565,44 €
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	- €	- €
	Recebimento do saldo oper. orçamentais devolvido por entidades terceiras	- €	246 600,00 €
	Operações de tesouraria [A]	1 379 273,92 €	1 846 024,14 €
RA02	Receita Corrente	168 268 149,96 €	159 930 443,83 €
R1	Receita Fiscal	- €	- €
R1.1	Impostos diretos	- €	- €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	25 313 147,82 €	25 236 015,15 €
R4	Rendimentos de propriedade	53 557,72 €	1 837 966,91 €
R5	Transferências e subsídios correntes	127 166 492,84 €	122 339 356,60 €
R5.1	Transferências correntes	126 806 879,53 €	121 954 760,79 €
R5.1.1	Administrações Públicas	97 755 731,01 €	93 545 673,44 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	95 659 668,76 €	91 085 725,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	1 569 232,25 €	2 281 425,71 €
R5.1.1.3	Segurança Social	354 900,00 €	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	4 522,73 €
R5.1.1.5	Administração Local	171 930,00 €	174 000,00 €
R5.1.2	Exterior - U E	26 011 207,33 €	25 095 781,50 €
R5.1.3	Outras	3 039 941,19 €	3 313 305,85 €
R5.2	Subsídios correntes	359 603,31 €	384 595,81 €
R6	Venda de bens e serviços	15 141 634,86 €	10 162 514,62 €
R7	Outras receitas correntes	593 326,72 €	354 590,55 €
RA03	Receita de Capital	10 378 668,56 €	13 855 493,15 €
R8	Venda de bens de investimento	- €	- €
R9	Transferências e subsídios de capital	10 378 668,56 €	13 855 493,15 €
R9.1	Transferências de capital	10 378 668,56 €	13 855 493,15 €
R9.1.1	Administrações Públicas	10 334 285,46 €	13 691 114,92 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	10 334 285,46 €	13 691 114,92 €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €
R9.1.2	Exterior - U E	- €	- €
R9.1.3	Outras	44 383,10 €	164 378,23 €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	361 192,36 €	49 175,48 €
RA04	Receita Efetiva [2]	179 008 010,88 €	173 835 112,46 €
RA05	Receita não efetiva [3]	- €	- €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €
	Soma [4] = [1]+[2]+[3]	261 444 531,32 €	244 391 677,90 €
	Operações de tesouraria [B]	9 549 066,93 €	6 806 792,94 €

Rubrica	Pagamentos	Ano 2021	Ano 2020
DA01	Despesa corrente	156 680 319,73 €	150 814 034,56 €
D1	Despesas com o pessoal	117 762 716,94 €	114 747 560,11 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	94 399 659,08 €	92 697 516,67 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	900 411,88 €	869 945,75 €
D1.3	Segurança Social	22 462 645,98 €	21 180 097,69 €
D2	Aquisição de bens e serviços	24 472 981,01 €	22 107 552,08 €
D3	Juros e outros encargos	- €	- €
D4	Transferências e subsídios correntes	10 869 639,48 €	11 844 151,53 €
D4.1	Transferências correntes	10 869 639,48 €	11 844 151,53 €
D4.1.1	Administrações Públicas	83 325,70 €	389 159,15 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	69 584,64 €	366 808,44 €
D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
D4.1.1.5	Administração Local	13 741,06 €	22 350,71 €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1 500 950,07 €	660 333,02 €
D4.1.3	Famílias	8 329 105,74 €	9 996 870,88 €
D4.1.4	Outras	956 457,97 €	797 788,48 €
D4.2	Subsídios correntes	- €	- €
D5	Outras despesas correntes	3 574 982,30 €	2 114 770,84 €
DA02	Despesa de capital	17 763 003,41 €	11 039 622,90 €
D6	Aquisição de bens de capital	16 100 891,09 €	7 834 608,18 €
D7	Transferência e subsídios de capital	1 662 112,32 €	3 205 014,72 €
D7.1	Transferências de capital	1 662 112,32 €	3 205 014,72 €
D7.1.1	Administrações Públicas	181 486,10 €	492 507,78 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	181 486,10 €	492 507,78 €
D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
D7.1.1.5	Administração Local	- €	- €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1 480 626,22 €	2 712 506,94 €
D7.1.3	Famílias	- €	- €
D7.1.4	Outras	- €	- €
D7.2	Subsídios de capital	- €	- €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €
RA06	Despesa efetiva [5]	174 443 323,14 €	161 853 657,46 €
RA07	Despesa não efetiva [6]	30 000,00 €	101 500,00 €
D9	Despesa com ativos financeiros	30 000,00 €	101 500,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	- €	- €
	Soma [7] = [5] + [6]	174 473 323,14 €	161 955 157,46 €
	Operações de tesouraria [C]	8 271 943,78 €	7 273 543,16 €

Saldo para a gerência seguinte	89 627 605,25 €	83 815 794,36 €
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	86 971 208,18 €	82 436 520,44 €
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	2 656 397,07 €	1 379 273,92 €
Saldo Global [2] - [5]	4 564 687,74 €	11 981 455,00 €
Despesa primária	174 443 323,14 €	161 853 657,46 €
Saldo corrente	11 587 830,23 €	9 116 409,27 €
Saldo de capital	- 7 384 334,85 €	2 815 870,25 €
Saldo Primário	4 564 687,74 €	11 981 455,00 €
Receita total [1] + [2] + [3]	261 444 531,32 €	244 391 677,90 €
Despesa Total [5] + [6]	174 473 323,14 €	161 955 157,46 €

12.2.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

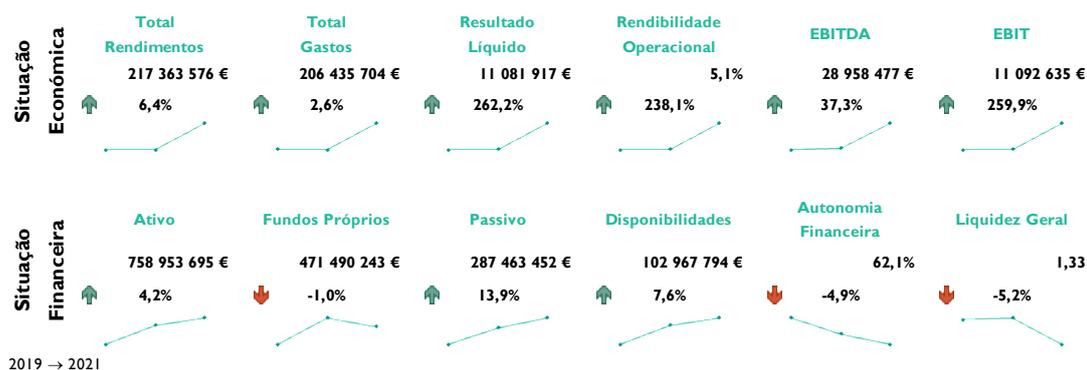
Rubrica	Liquidações	Ano 2021	Ano 2020
RA00	Receita Corrente	165 891 252,76 €	142 361 214,11 €
R1	Receita Fiscal	- €	- €
R1.1	Impostos diretos	- €	- €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	25 465 198,29 €	10 978 741,21 €
R4	Rendimentos de propriedade	52 722,61 €	1 837 963,97 €
R5	Transferências e subsídios correntes	127 023 155,74 €	121 995 496,45 €
R5.1	Transferências correntes	126 663 552,43 €	121 610 900,64 €
R5.1.1	Administrações Públicas	97 680 731,01 €	93 393 514,44 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	95 659 668,76 €	91 085 725,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	1 569 232,25 €	2 279 266,71 €
R5.1.1.3	Segurança Social	354 900,00 €	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	4 522,73 €
R5.1.1.5	Administração Local	96 930,00 €	24 000,00 €
R5.1.2	Exterior - U E	25 901 559,67 €	25 084 634,97 €
R5.1.3	Outras	3 081 261,75 €	3 132 751,23 €
R5.2	Subsídios correntes	359 603,31 €	384 595,81 €
R6	Venda de bens e serviços	12 776 875,03 €	7 257 981,58 €
R7	Outras receitas correntes	573 301,09 €	291 030,90 €
RA03	Receita de Capital	10 378 668,56 €	13 855 493,15 €
R8	Venda de bens de investimento	- €	- €
R9	Transferências e subsídios de capital	10 378 668,56 €	13 855 493,15 €
R9.1	Transferências de capital	10 378 668,56 €	13 855 493,15 €
R9.1.1	Administrações Públicas	10 334 285,46 €	13 691 114,92 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	10 334 285,46 €	13 691 114,92 €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €
R9.1.2	Exterior - U E	- €	- €
R9.1.3	Outras	44 383,10 €	164 378,23 €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	354 897,27 €	43 792,77 €
R12	Receita Efetiva [2]	176 624 818,59 €	156 260 500,03 €
	Receita não efetiva [3]	- €	- €
R13	Receita com ativos financeiros	- €	- €
	Receita com passivos financeiros	- €	- €
	TOTAL	176 624 818,59 €	156 260 500,03 €

Rubrica	Obrigações	Ano 2021	Ano 2020
DA00	Despesa corrente	158 587 562,99 €	150 954 937,45 €
D1	Despesas com o pessoal	119 616 024,72 €	114 866 096,89 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	95 305 873,52 €	92 757 042,35 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	902 565,05 €	870 329,29 €
D1.3	Segurança Social	23 407 586,15 €	21 238 725,25 €
D2	Aquisição de bens e serviços	24 526 916,49 €	22 129 918,19 €
D3	Juros e outros encargos	- €	- €
D4	Transferências e subsídios correntes	10 869 639,48 €	11 844 151,53 €
D4.1	Transferências correntes	10 869 639,48 €	11 844 151,53 €
D4.1.1	Administrações Públicas	83 325,70 €	389 159,15 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	69 584,64 €	366 808,44 €
D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
D4.1.1.5	Administração Local	13 741,06 €	22 350,71 €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1 500 750,07 €	660 333,02 €
D4.1.3	Famílias	8 329 105,74 €	9 996 870,88 €
D4.1.4	Outras	956 457,97 €	797 788,48 €
D4.2	Subsídios correntes	- €	- €
D5	Outras despesas correntes	3 574 982,30 €	2 114 770,84 €
DA02	Despesa de capital	17 763 603,41 €	11 039 622,90 €
D6	Aquisição de bens de capital	16 101 491,09 €	7 834 608,19 €
D7	Transferência e subsídios de capital	1 662 112,32 €	3 205 014,72 €
D7.1	Transferências de capital	1 662 112,32 €	3 205 014,72 €
D7.1.1	Administrações Públicas	181 486,10 €	492 507,78 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado	- €	- €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	181 486,10 €	492 507,78 €
D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
D7.1.1.5	Administração Local	- €	- €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1 480 626,22 €	2 712 506,94 €
D7.1.3	Famílias	- €	- €
D7.1.4	Outras	- €	- €
D7.2	Subsídios de capital	- €	- €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €
DA03	Despesa efetiva [4]	176 351 166,40 €	161 994 560,35 €
	Despesa não efetiva [5]	30 000,00 €	101 500,00 €
D9	Despesa com ativos financeiros	30 000,00 €	101 500,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	- €	- €
	TOTAL	176 381 166,40 €	162 096 060,35 €

12.3 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Grupo Público Universidade de Coimbra revela uma situação económico-financeira estável, assente numa boa capacidade e sustentabilidade financeira, reforçada pelos resultados económicos gerados no período de relato, conforme os indicadores que se seguem:

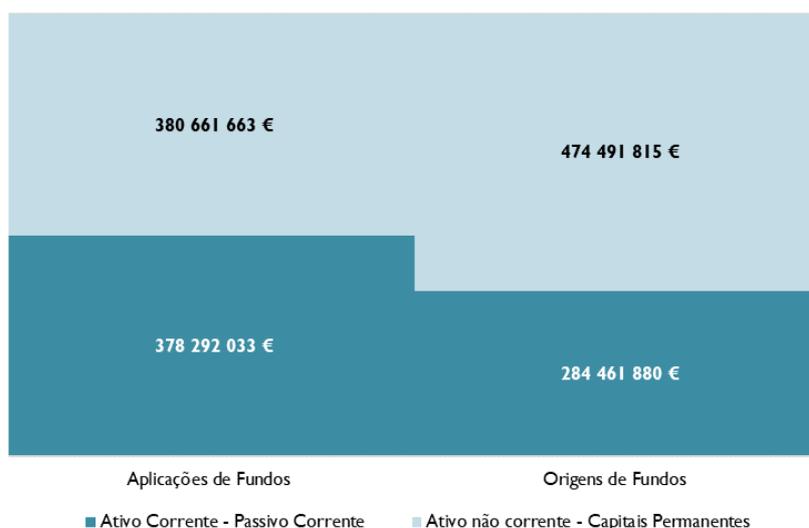
Quadro 56: Indicadores económicos e financeiros



12.3.1. DESEMPENHO FINANCEIRO

A estrutura patrimonial do GPUC, à data de 31 de dezembro de 2021, assumia a forma ilustrada no gráfico seguinte:

Gráfico 25: Estrutura patrimonial



Embora com uma estrutura patrimonial bastante diferenciada e heterogénea entre as entidades que compõem o Grupo, o GPUC no seu todo, apresenta níveis de solvabilidade (1,9) e de autonomia financeira (62,1) que refletem a sua capacidade em satisfazer todos os compromissos e responsabilidades assumidos e refletidos nas demonstrações orçamentais e financeiras, mesmo apesar da ligeira quebra verificada nestes indicadores no presente período de relato.

Os *capitais permanentes* são superiores ao *ativo não corrente* relevando um fundo de maneo positivo de 93,83M€, representativo de um nível de liquidez de 1,33, que apesar da sua diminuição em 5,2%, revela um ciclo de exploração favorável, onde as necessidades de fundo de maneo são negativas em virtude de os *cash-flows* das atividades operacionais serem superiores às necessidades de *cash-flows* das atividades de investimento e de financiamento.

O *ativo líquido* ascende a 758,95M€, apresentando um acréscimo de 30,49M€ (+4,2%) face ao período de relato transato. A estrutura do ativo, assim como a sua variação absoluta e relativa face ao período homólogo, encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Quadro 57: Estrutura do ativo

Ativo	2021	Estrutura	Variação 2020 / 2021		2020	Estrutura
			Absoluta	Relativa		
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	362 671 404 €	47,8%	1 792 914 € ➡	0,5%	360 878 490 €	49,5%
Propriedades de investimento	14 483 185 €	1,9%	179 775 € 📉	-1,2%	14 662 960 €	2,0%
Ativos intangíveis	1 421 296 €	0,2%	265 065 € 📉	-15,7%	1 686 361 €	0,2%
Participações financeiras	1 706 365 €	0,2%	523 746 € 📈	44,3%	1 182 619 €	0,2%
Diferimentos	65 529 €	0,0%	10 321 € 📈	18,7%	55 208 €	0,0%
Outros ativos financeiros	313 884 €	0,0%	60 868 € 📈	24,1%	253 016 €	0,0%
	380 661 663 €	50,2%	1 943 008 € ➡	0,5%	378 718 654 €	52,0%
Ativo corrente						
Inventários	1 783 664 €	0,2%	131 009 € 📉	-6,8%	1 914 673 €	0,3%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	240 514 606 €	31,7%	16 691 727 € 📈	7,5%	223 822 879 €	30,7%
Clientes, contribuintes e utentes	27 632 717 €	3,6%	2 976 771 € 📈	12,1%	24 655 946 €	3,4%
Estado e outros entes públicos	2 331 852 €	0,3%	2 194 605 € 📈 15,9901054		137 248 €	0,0%
Acionistas/sócios/associados	23 518 €	0,0%	52 982 € 📉	-69,3%	76 500 €	0,0%
Outras contas a receber	1 689 874 €	0,2%	897 833 € 📉	-34,7%	2 587 707 €	0,4%
Diferimentos	1 348 008 €	0,2%	474 432 € 📈	54,3%	873 575 €	0,1%
Outros ativos financeiros	898 872 €	0,1%	6 069 € ➡	-0,7%	904 941 €	0,1%
Caixa e depósitos	102 068 922 €	13,4%	7 300 853 € 📈	7,7%	94 768 068 €	13,0%
	378 292 033 €	49,8%	28 550 495 € 📈	8,2%	349 741 537 €	48,0%
Total do Ativo	758 953 695 €	100,0%	30 493 504 € 📈	4,2%	728 460 191 €	100,0%

O *ativo não corrente* ascendeu a 380,66M€ e representa a maior rubrica do ativo total com 50,2%, da qual as rubricas de *ativos fixos tangíveis*, *propriedades de investimento* e, *ativos intangíveis* expressam a sua quase totalidade, com um peso de 49,9%, e evidenciam um aumento de 1,35M€ face ao ano transato.

Os ativos fixos tangíveis (362,67M€) pesam 47,8% do ativo total e registam um aumento de 1,79M€, pelo que o investimento realizado nesta tipologia de ativos (+19,85M€), foi superior às depreciações e diminuições reconhecidas no presente exercício (-18,07M€). Em sentido inverso, as *propriedades de investimento* (14,48M€) e os *ativos intangíveis* (1,42M€) demonstram uma diminuição de 0,18M€ e de 0,27M€, respetivamente, pelo efeito inverso. Quanto ao investimento realizado assume particular relevo o investimento em edifícios e outras construções (0,60M€) com a aquisição do edifício onde funciona atualmente a creche dos SASUC, e de equipamento básico (10,75M€), nomeadamente com a aquisição de equipamento informático diverso e de equipamentos para investigação dos quais se destacam dois equipamentos de tomografia PET (4,03M€ sem IVA) adquiridos pela UC. Quanto ao investimento em ativos em curso (5,98M€), os quais respeitam maioritariamente a empreitadas em curso na UC (3,05M€) nomeadamente no polo I, polo III, Estádio Universitário e cantinas, destacando-se ainda as obras de expansão do IPN-I do novo módulo "Space Incubator" do IPN-I (1,11M€) que deverá entrar em funcionamento até setembro de 2022.

As *participações financeiras* têm um peso de 0,2% no ativo total, perfazendo 1,71M€, registando uma variação de +0,52M€ face ao período de relato transato, em resultado da valorização dos interesses em outras entidades do grupo em que se verifica situação de controlo, conforme descrito na nota 22 – *Interesses em outras entidades*. O conjunto dos *diferimentos* e *outros ativos financeiros* representam em termos relativos 0,05% do ativo total.

O *ativo corrente* ascendeu a 378,29M€, e evidencia um aumento de 28,55M€, representando 49,8% do ativo total.

A rubrica de *inventários* representa 0,2% do *ativo total* e reflete nas contas um valor 1,78M€, traduzindo uma diminuição de 0,13M€ comparativamente com o ano anterior. Esta variação reflete ainda o impacto causado pela pandemia COVID-19, que afetou a generalidade da atividade das entidades do Grupo, em particular as vendas, originando um decréscimo da rotação de inventários, do qual resulta ainda o reconhecimento de imparidades em mercadorias de 0,11M€ em virtude do risco de perda de valor ou obsolescência dos mesmos.

A rubrica de *devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis* ascende a 240,51M€, e decorre essencialmente do reconhecimento da dívida das entidades financiadoras no âmbito dos contratos de financiamento dos projetos e atividades nas quais o GPUC se encontra envolvido. No ano de 2021 esta rubrica assinala um crescimento de 16,69M€, resultante do reconhecimento da dívida relativa a novos financiamentos ao nível da investigação, infraestruturas e projetos institucionais contratualizados ao abrigo do mais recente quadro comunitário de apoio e do PRR (16,47M€).

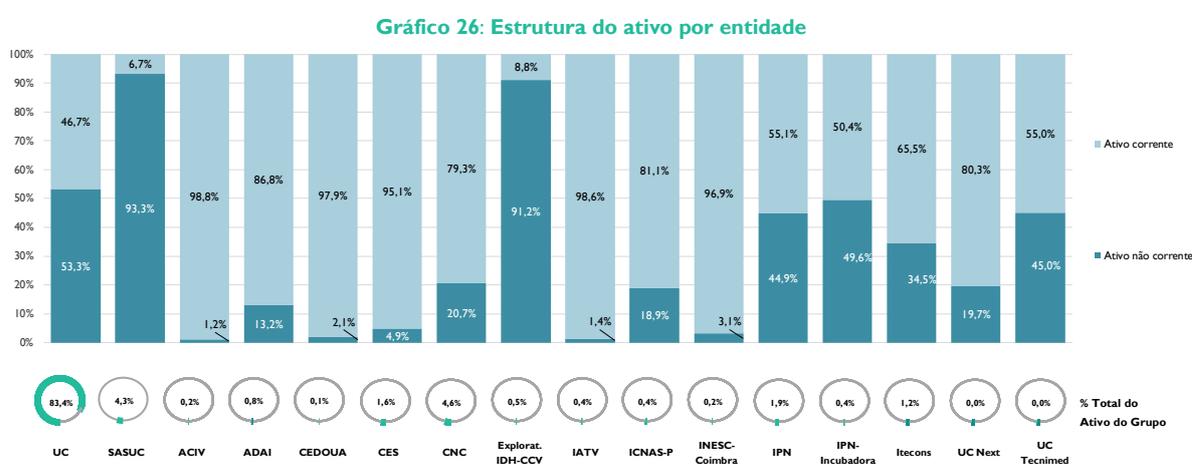
A dívida de *clientes*, *contribuintes* e *utentes* representa 3,6% do ativo total, e traduz um valor de 27,63M€. Destes, 19,53M€ correspondem a dívida de alunos (17,20M€ referentes ao ano letivo 2021/2022 e 2,33M€ de anos letivos anteriores) e 8,10M€ a dívida de clientes, registando ambas aumentos de 1,34M€ e 1,64M€ respetivamente, invertendo assim a tendência de diminuição verificada nos dois últimos anos. Quanto à dívida de alunos, com a redução do valor da propina máxima aprovada para o ano letivo 2019/2020 e 2020/2021 e a sua manutenção no ano letivo 2021/2022, se por um lado poderia esperar-se uma redução da dívida dos/as estudantes, por outro lado, um conjunto de circunstâncias potenciaram o seu crescimento, tais como a diminuição dos recebimentos da FCT relativos a custos de formação do 3.º ciclo, bem como as dificuldades económicas e sociais decorrentes da pandemia COVID-19. Encontra-se ainda reconhecida a dívida de cobrança duvidosa num montante global de 12,94M€, correspondendo a 31,9% da dívida total. No período de relato, as dívidas de cobrança duvidosa registam uma diminuição 4,23M€, dos quais 4,12M€ correspondem a dívida de clientes, nomeadamente quanto à dívida do CHUC à UC que foi objeto de um protocolo de regularização, e 0,11M€ a dívida de utentes. De referir ainda que 99,8% desta dívida de cobrança duvidosa encontra-se ainda reconhecida em imparidade por haver indícios que, à data de relato, a quantia recuperável destes ativos seja inferior à sua quantia escriturada.

A rubrica de *Estado e outros entes públicos*, no montante de 2,33M€, evidencia, essencialmente, o montante de IVA a restituir pela Autoridade Tributária e Aduaneira nos termos do artigo 381.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2021, que estendeu às IES o regime de reembolso de IVA das aquisições

de instrumentos, equipamentos e reagentes adquiridos no âmbito das atividades de investigação e desenvolvimento, que já vigorava para as entidades sem fins lucrativos do sistema nacional de ciência e tecnologia.

A rubrica de *caixa e depósitos e outros ativos financeiros*, a 31 de dezembro de 2021, assume um peso de 13,5% na estrutura do ativo e totaliza 102,97M€, verificando-se assim um aumento de 7,29M€ face ao ano precedente. Uma parte importante destas disponibilidades correspondem a verbas consignadas, nomeadamente ao nível de projetos e atividades em curso, salientando-se que 85% dos meios financeiros líquidos do Grupo correspondem a disponibilidades da UC. No período de relato, verificou-se, contudo, uma deterioração na capacidade da atividade de exploração libertar *cash-flows*, nomeadamente no Exploratório (-0,20M€), SASUC (-0,16M€), ICNAS-P (-0,14M€) e UC-Tecnimed (-0,03M€), ao passo que as restantes entidades apresentam um resultado de caixa positivo, com destaque para a UC (+5,58M€) e CES (+0,61M€).

Quanto à estrutura do *total do ativo* das diversas entidades que constituem o GPUC, no que respeita ao *ativo corrente* e *ativo não corrente*, verifica-se que a mesma apresenta uma elevada diversificação, quanto à sua composição, conforme se torna visível na demonstração gráfica que se segue:



A estrutura do *património líquido e passivo*, assim como a sua variação absoluta e relativa face ao período homólogo, encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Quadro 58: Estrutura dos fundos próprios e passivo

Património Líquido e Passivo	2021	Estrutura	Variação 2020 / 2021		2020	Estrutura
			Absoluta	Relativa		
Património líquido						
Património/Capital	341 283 960 €	45,0%	0 €	0,0%	341 283 960 €	46,9%
Reservas	2 640 902 €	0,3%	35 289 €	1,4%	2 605 613 €	0,4%
Resultados transitados	-	-0,2%	2 891 872 €	-60,6%	4 773 124 €	-0,7%
Ajustamentos em ativos financeiros	381 270 €	0,1%	500 783 €	-419,0%	119 513 €	0,0%
Outras variações no património líquido	108 344 382 €	14,3%	15 647 588 €	-12,6%	123 991 970 €	17,0%
Resultado líquido do período	10 907 415 €	1,4%	7 980 030 €	272,6%	2 927 385 €	0,4%
Interesses que não controlam	9 813 567 €	1,3%	367 807 €	-3,6%	10 181 374 €	1,4%
Total do Património Líquido	471 490 243 €	62,1%	4 607 421 €	-1,0%	476 097 665 €	65,4%
Passivo não corrente						
Provisões	681 296 €	0,1%	934 845 €	-57,8%	1 616 140 €	0,2%
Financiamentos obtidos	1 023 524 €	0,1%	838 524 €	453,3%	185 000 €	0,0%
Outras contas a pagar	1 296 752 €	0,2%	81 316 €	6,7%	1 215 436 €	0,2%
	3 001 572 €	0,4%	15 004 €	-0,5%	3 016 576 €	0,4%
Passivo corrente						
Fornecedores	2 374 362 €	0,3%	475 192 €	-16,7%	2 849 554 €	0,4%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	535 996 €	0,1%	122 333 €	29,6%	413 662 €	0,1%
Estado e outros entes públicos	3 095 834 €	0,4%	642 313 €	26,2%	2 453 521 €	0,3%
Financiamentos obtidos	424 779 €	0,1%	97 535 €	-18,7%	522 314 €	0,1%
Fornecedores de investimentos	626 128 €	0,1%	185 858 €	-22,9%	811 986 €	0,1%
Outras contas a pagar	23 705 435 €	3,1%	138 062 €	0,6%	23 567 373 €	3,2%
Diferimentos	253 699 347 €	33,4%	34 971 807 €	16,0%	218 727 540 €	30,0%
	284 461 880 €	37,5%	35 115 930 €	14,1%	249 345 950 €	34,2%
Total Passivo	287 463 452 €	37,9%	35 100 925 €	13,9%	252 362 527 €	34,6%
Total Património Líquido e Passivo	758 953 695 €	100,0%	30 493 504 €	4,2%	728 460 191 €	100,0%

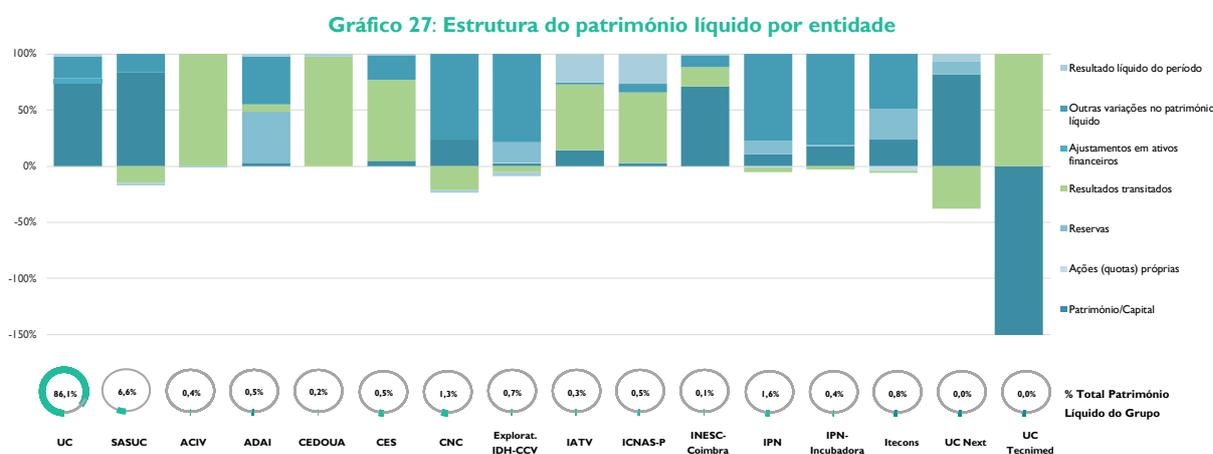
O *património líquido* com um peso na estrutura de 62,1%, situou-se nos 471,49M€, registando uma diminuição de 1,0% (-4,61M€) face ao ano transato.

Salienta-se o montante expresso na rubrica *outras variações no património líquido* (108,34M€) onde se observa uma diminuição de 15,65M€ decorrente de um ajustamento no montante de subsídios ao investimento obtidos e ainda não depreciados, que no futuro serão transferidos para resultados por via do reconhecimento como rendimentos na proporção dos respetivos gastos de depreciação e amortização durante a vida útil dos ativos subsidiados.

Os *interesses que não controlam*, que representam a parte dos resultados e dos ativos líquidos das subsidiárias do GPUC, cujo *património líquido* não seja detido direta ou indiretamente pela entidade-mãe do Grupo, ascendem a 9,81M€ e representam 1,3% do total do *património líquido e passivo*.

As restantes variações no *património líquido* resultam designadamente da incorporação de resultados positivos transitados de 2020 e do resultado líquido do período de relato.

Quanto à estrutura do *património líquido*, verifica-se que a mesma apresenta um elevado nível de diversificação, entre as diversas entidades que constituem o GPUC, e conforme se ilustra de seguida:



O *passivo* com um peso na estrutura de 37,9%, ascende a 287,46M€ e evidencia um aumento de 13,9% (+35,10M€) comparativamente ao ano anterior, explicado em grande medida pelo impacto do reconhecimento dos rendimentos diferidos a reconhecer em períodos de relato futuros.

O *passivo não corrente* ascende a 3,00M€, refletindo uma ligeira diminuição comparativamente ao ano anterior (-0,015M€), por influência, nomeadamente, das *provisões* onde se observa uma redução na entidade CNC (-0,80M€) pelo desconhecimento de responsabilidades inerentes a não elegibilidades em projetos cofinanciados, e na entidade UC (-0,53M€) pelo desconhecimento da cobertura de riscos resultantes de processos judiciais em curso. As *Outras contas a pagar*, no montante de 1,30M€, representam maioritariamente cauções recebidas de terceiros (clientes, utentes e fornecedores), registando um reforço de 0,08M€ face ao período de relato transato.

Relativamente aos *Financiamentos obtidos*, registam um crescimento de 0,84M€ para o montante de 1,02M€, em resultado da contratação pelo IPN de empréstimos bancários de médio e longo prazo para financiamento da construção do novo edifício *Space Incubator* com garantia de hipoteca do direito de superfície valorizado em 0,50M€.

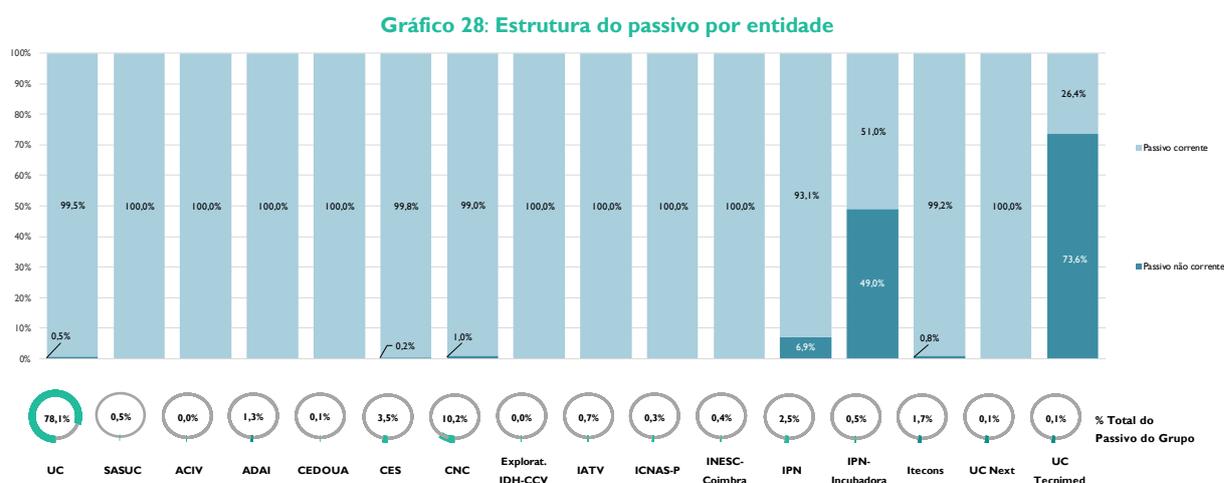
No *passivo corrente* reflete-se um valor de 284,46M€, correspondendo a 37,5% do total do *património líquido e passivo*, e traduz um aumento de 35,12M€ face ao ano 2020.

Os *fornecedores* expressam um valor de 2,37M€, e em relação ao ano precedente diminuíram 16,7% (-0,48M€). Os *adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes*, comparativamente com o ano anterior, registam um aumento, fixado em +0,12M€ (+0,08M€ de clientes e +0,04M€ de alunos). No mesmo sentido, as *outras contas a pagar* apresentam um valor de 23,71M€, ligeiramente superior ao do ano transato em 0,14M€. Esta rubrica refere-se essencialmente ao reconhecimento no corrente exercício dos gastos com férias e subsídio de férias a pagar em 2022, e apresentam um valor de 18,54M€.

A rubrica de *Estado e outros entes públicos*, no montante de 3,10M€, evidencia, essencialmente, o montante dos descontos retidos aos/às trabalhadores/as no processamento salarial do mês de dezembro, bem como os respetivos encargos das entidades que compõem o Grupo enquanto entidade patronal, cujo pagamento ocorrerá no mês de janeiro de 2022.

Os *diferimentos* aumentaram 34,97M€, e incluem rendimentos e subsídios ao investimento a reconhecer em períodos de relato futuros que totalizam 253,70M€. Na sua maioria, 234,81M€ (+35,11M€) dizem respeito a rendimentos e subsídios ao investimento contratualizados no âmbito de projetos e atividades, incluindo ainda rendimentos no montante de 17,42M€ (+0,24M€) relativos a propinas a receber nos diferentes graus de ensino, bem como, embora com valores mais residuais, a direitos de superfície (0,31M€) e outros rendimentos (1,16M€).

Quanto à estrutura do *passivo*, verifica-se uma predominância de valores referentes ao *Passivo Corrente* na generalidade das entidades do Grupo Público UC.



12.3.2. DESEMPENHO ECONÓMICO

12.3.2.1. ANÁLISE DOS RENDIMENTOS

No ano de 2021 os rendimentos do Grupo ascenderam a 217,36M€, o que representa um crescimento de 13,16M€ em termos absolutos e de 6,4% em termos relativos, comparativamente com o período de relato anterior.

Quadro 59: Estrutura e evolução dos rendimentos

Rendimentos	2021	Peso (%)	Variação 2020 / 2021		2020	Peso (%)
			Absoluta	%		
Impostos e Taxas	26 984 932 €	12,4%	1 446 320 €	-5,1%	28 431 252 €	13,9%
Vendas	2 524 348 €	1,2%	487 214 €	23,9%	2 037 134 €	1,0%
Prestações de Serviços	19 796 313 €	9,1%	2 968 584 €	17,6%	16 827 729 €	8,2%
Variações nos Inventários da Produção	14 818 €	0,0%	6 793 €	-31,4%	21 611 €	0,0%
Trabalhos para a Própria Entidade	301 670 €	0,1%	133 996 €	79,9%	167 674 €	0,1%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	153 635 666 €	70,7%	9 950 711 €	6,9%	143 684 955 €	70,4%
Reversões	3 986 101 €	1,8%	3 330 953 €	508,4%	655 149 €	0,3%
Ganhos por Aumentos de Justo Valor	2 060 €	0,0%	12 009 €	-85,4%	14 069 €	0,0%
Outros Rendimentos e Ganhos	10 092 085 €	4,6%	2 223 549 €	-18,1%	12 315 635 €	6,0%
Juros, Dividendos e Outros Rendim. Similares	6 454 €	0,0%	11 966 €	-65,0%	18 420 €	0,0%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	19 130 €	0,0%	9 081 €	-32,2%	28 210 €	0,0%
Imposto sobre o rendimento	- €	0,0%	- €	-	- €	0,0%
Total de Rendimentos	217 363 576 €		13 161 739 €	6,4%	204 201 837 €	

Para o financiamento da atividade operacional do GPUC, contribuem maioritariamente as *transferências correntes e subsídios à exploração obtidos* (153,64M€), com um peso relativo de 70,7% do total dos rendimentos no período de relato, e que cresceram 6,9% comparativamente ao ano transato. Deste valor, destacam-se rendimentos no montante de 94,70M€ correspondentes a transferências de OE atribuídos à UC e SASUC, registando-se um aumento de 3,62M€ face ao ano transato (+3,97%), enquanto os proveitos reconhecidos por via das transferências de outras entidades públicas e privadas, nomeadamente no âmbito da atividade de I&D cofinanciada, evidenciam no seu conjunto um aumento de 6,33M€, das quais se destaca o crescimento verificado na UC (+2,67M€), no IATV (+0,60M€), no CES (+0,33M€), IPN-I (+0,26M€), IPN (+0,24M€) e Itecons (+0,19M€). Em sentido inverso, surge o CNC (-0,33M€) ao qual não é alheio o início do processo de integração de novos projetos na UC, bem como o CEDOUA (-0,03M€).

Os *impostos e taxas*, que incluem as propinas, taxas e emolumentos, com um peso de 12,4% na estrutura de rendimentos, ascenderam a 26,98M€, evidenciando uma diminuição quando comparado com os valores registados em 2020. Sublinha-se, no entanto, um ligeiro aumento nas propinas de mestrado de continuidade e de doutoramento, fixados respetivamente em 12,1% e 6,4% em termos relativos, e 0,21M€ e 0,31M€ em termos absolutos. Em sentido contrário variam as propinas nos restantes graus de ensino -2,08M€, que em termos relativos representam uma quebra de 10,3%. Esta quebra verifica-se nomeadamente em propinas de 1.º ciclo, decorrendo em grande medida pelo impacto da redução da propina máxima no ano letivo 2020/2021 face ao ano letivo anterior, que se traduz numa redução do rendimento gerado no ano de 2021 face ao que ocorreu no ano de 2020.

As *vendas*, com um peso de 1,2% na estrutura de rendimentos, traduzem um total de 2,52M€, evidenciando um aumento de 0,49M€ (+23,9%) comparativamente com o ano anterior. Inverte-se assim ligeiramente o registo verificado no período de relato anterior, e que havia sido explicado em certa medida pelo impacto decorrente dos efeitos provocados em 2020 pela implementação das medidas e restrições no âmbito da mitigação da propagação da pandemia COVID-19, que se refletiram de forma indireta nas vendas da generalidade das entidades do Grupo. Para esta variação, contribuiu fundamentalmente o crescimento da venda de radiofármacos pelo ICNAS-P (+0,53M€), nomeadamente Fluodexiglucose e os radiofármacos PSMA e DOTA-NOC das linhas de produtos mais inovadores (68Ga).

As *prestações de serviços*, que ascenderam a 19,80M€, registam igualmente um crescimento significativo de 2,97M€ (+17,6%) face ao período de relato anterior. Contribuem para esta variação, designadamente, as atividades do setor da saúde, que no seu conjunto cresceram 1,11M€, merecendo particular destaque os serviços prestados no âmbito do LACUC com a realização de testes ao SARS-CoV-2. Contribuem igualmente para este aumento as atividades do setor da educação (0,61M€), nomeadamente na prestação de serviços especializados à comunidade; assim como o crescimento na atividade relacionada com o turismo e serviços no âmbito social e cultural (+0,52M€), os quais também começam a evidenciar sinais de retoma em consequência dos impactos causados pela pandemia COVID-19. Este acréscimo encontra a sua explicação num pequeno aumento do número de visitantes ao circuito turístico (+21,9%), que influencia designadamente a exploração da marca UC através da venda de artigos na Loja UC. No contexto da ação social indireta, é de assinalar o incremento de 0,04M€ (+3,6%) na *atividade alimentar*, impulsionada pela receita dos bares e cafetarias e pela retoma na atividade de venda de senhas de alimentação. De igual modo, na *atividade de alojamento*, constata-se também um resultado positivo de 0,23M€ (+24,8%) face ao período homólogo, e por força da retoma da ocupação das unidades residenciais. Verifica-se ainda um crescimento nas *atividades de apoio à infância*, designadamente da creche e jardim de infância, com uma recuperação de 0,07M€ (+29,4%) face ao ano transato.

No que diz respeito a *outros rendimentos e ganhos*, com um peso de 4,6% na estrutura de rendimentos do Grupo, assinala-se uma evolução desfavorável de 2,22M€ (-18,1%), totalizando 10,09M€ no ano de 2021. Esta variação encontra explicação no impacto que em 2020 se verificou com o recebimento de rendimentos não recorrentes no âmbito de licenciamentos de patentes, aos quais estão associados direitos de propriedade intelectual detidos pela UC.

As *reversões* ascenderam a 3,99M€ e resultam, entre outros, de recebimentos ocorridos no período de relato de dívidas consideradas de cobrança duvidosa (2,71M€ de clientes, 0,64M€ de alunos e 0,10M€ de outros devedores).

Relativamente os *juros, dividendos e outros rendimentos similares* assinala-se um ligeiro decréscimo de 0,012M€.

Gráfico 29: Evolução dos rendimentos

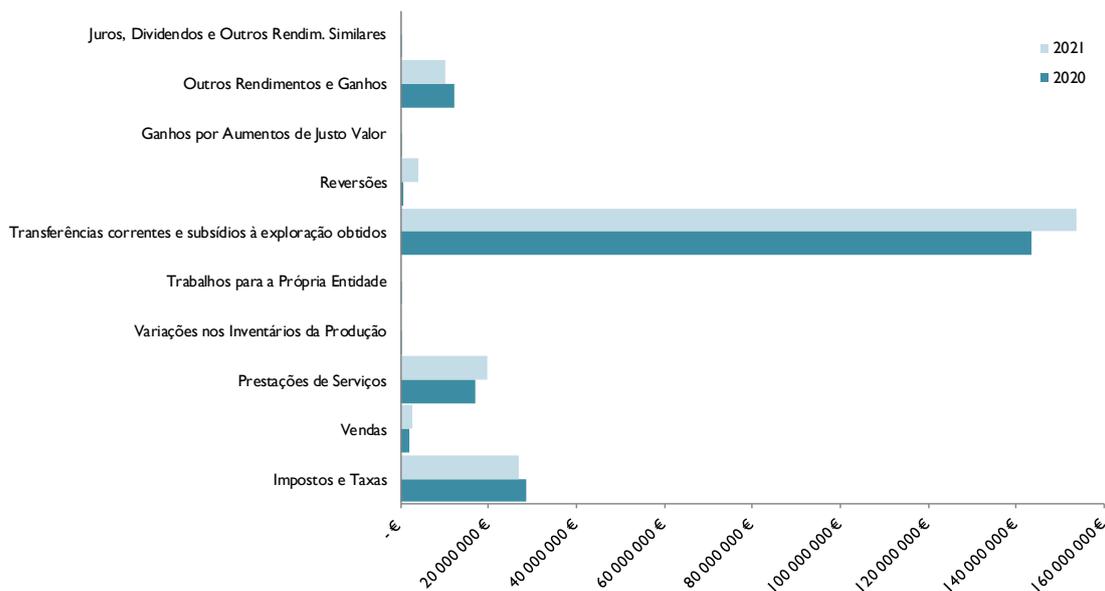
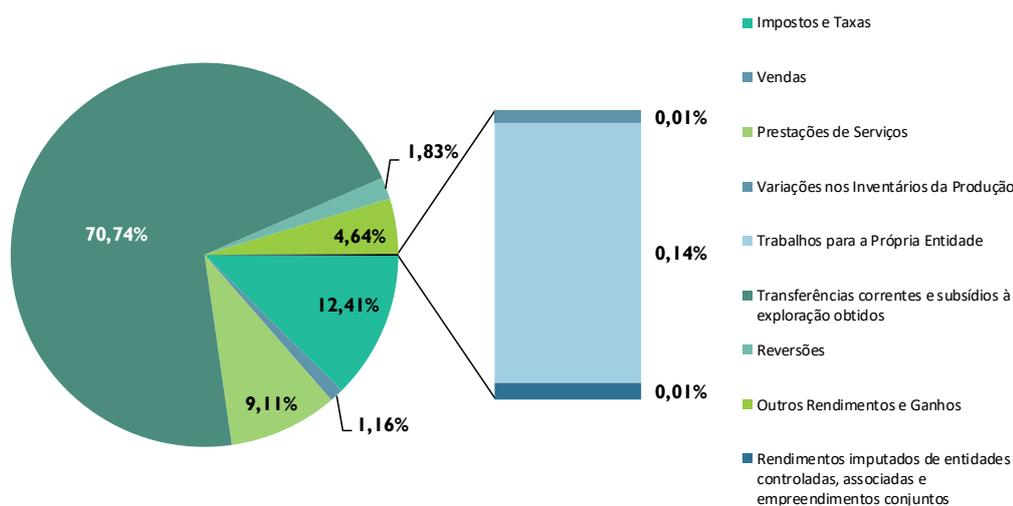
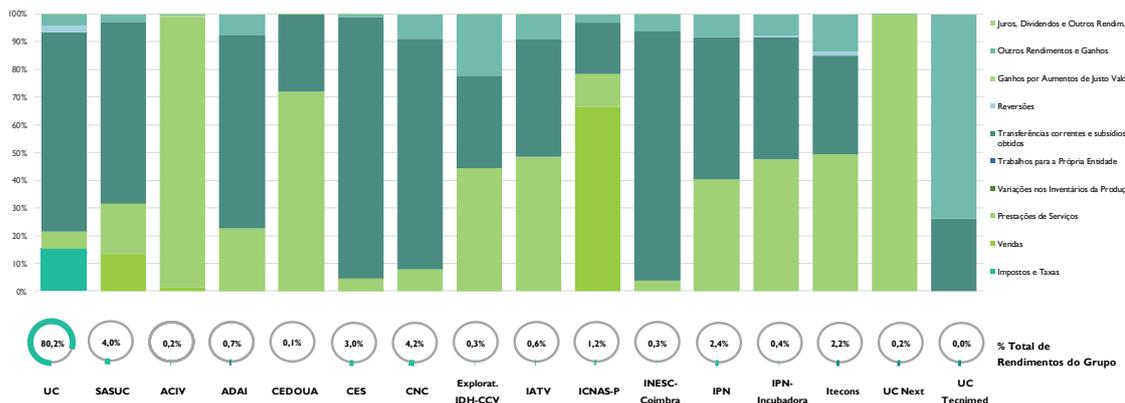


Gráfico 30: Estrutura dos rendimentos



Relativamente à contribuição de cada entidade para o total de rendimentos do Grupo, verifica-se a seguinte estrutura:

Gráfico 31: Constituição e estrutura dos rendimentos por entidade



12.3.2.2. ANÁLISE DOS GASTOS

No ano 2021 os gastos totalizaram 206,44€, verificando-se um aumento de 5,21M€ em termos absolutos e de 2,6% em termos relativos, comparativamente com o período de relato anterior.

Quadro 60: Estrutura e evolução dos gastos

Gastos	2021	Peso (%)	Variação 2020 / 2021		2020	Peso (%)
			Absoluta	%		
Transferências e subsídios concedidos	13 855 545 €	6,7%	598 489 €	-4,1%	14 454 034 €	7,2%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 633 272 €	0,8%	141 577 €	9,5%	1 491 695 €	0,7%
Fornecimentos e serviços externos	30 445 753 €	14,7%	1 920 220 €	6,7%	28 525 534 €	14,2%
Gastos com o pessoal	136 953 606 €	66,3%	4 148 854 €	3,1%	132 804 752 €	66,0%
Gastos de depreciação e de amortização	17 865 842 €	8,7%	145 031 €	-0,8%	18 010 873 €	9,0%
Perdas por imparidade	1 469 387 €	0,7%	1 897 685 €	-56,4%	3 367 072 €	1,7%
Perdas por reduções de justo valor	8 144 €	0,0%	8 066 €	10317,3%	78 €	0,0%
Provisões do período	462 866 €	0,2%	819 414 €	-63,9%	1 282 280 €	0,6%
Outros gastos e perdas	3 570 071 €	1,7%	2 404 913 €	206,4%	1 165 158 €	0,6%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	17 172 €	0,0%	23 826 €	-58,1%	40 998 €	0,0%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	0,0%	- €	-	- €	0,0%
Imposto sobre o rendimento	154 045 €	0,1%	66 508 €	76,0%	87 537 €	0,0%
Total de Gastos	206 435 704 €		5 205 692 €	2,6%	201 230 011 €	

As *transferências e subsídios concedidos* ascenderam a 13,86M€, representado um peso de 6,7% no total dos gastos, e traduzem uma diminuição de 0,60M€ quando comparadas com os valores de 2020.

Os *custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas* registam um ligeiro crescimento, de 0,14M€, no conjunto das mercadorias e, das matérias-primas, subsidiárias e de consumo. Este aumento decorre em certa medida pelo crescimento das vendas, mas também pelo aumento da sua rentabilidade explicada pelo impacto da redução de aquisições de baixa rotatividade de inventários.

Os *fornecimentos e serviços externos*, com um peso de 14,7% no total dos gastos, aumentaram 1,92M€ (+6,7%) para os 30,45M€, evidenciando, por um lado a retoma da atividade suspensa nos períodos de confinamento, e por outro, o aumento da atividade de I&D decorrente de um maior número e um maior volume de projetos em curso. Este aumento não é, portanto, alheio ao efeito da retoma progressiva da generalidade das atividades do Grupo, em período pós pandemia, verificando-se que este aumento ocorre tanto nos gastos fixos e de estrutura, como nos gastos de desenvolvimento, nomeadamente ao nível dos trabalhos especializados (+3,07M€).

Os *gastos com pessoal* representam a maior parcela com 66,3% da estrutura de gastos do GPUC, que pela natureza da missão das entidades que o constituem mantém tradicionalmente este registo. Esta rubrica ascende ao montante de 136,95M€, pelo que o aumento verificado de 4,15M€ (+3,1%) comparativamente com o ano anterior, explica-se essencialmente, pelo aumento de encargos no âmbito da contratação de investigadores/as doutorados/as, ao abrigo do Decreto-Lei 57/2016, de 29 de agosto, assim como pelo efeito das alterações ao posicionamento remuneratório ocorridas nas entidades UC e SASUC (+2,32M€). Quanto às restantes entidades que compõem o GPUC, destaca-se o crescimento dos gastos com pessoal no IPN (+0,55M€), no IATV (+0,74M€), no Itecons (+0,41M€) e ADAI (+0,36M€), em virtude do crescimento do número de efetivos e/ou de bolsеiros/as de investigação. Em sentido oposto, o CNC regista uma diminuição dos gastos com pessoal (-0,56M€) na sequência do início do processo de integração na UC.

Os *gastos de depreciação e de amortização* registam um valor de 17,87M€, representando uma diminuição de 0,15M€ (-0,8%) em relação a 2020, pese embora o aumento verificado na rubrica de ativos fixos tangíveis.

As *perdas por imparidade* cifram-se em 1,47M€, encontrando-se nelas refletidas, entre outros, a redução do valor contabilístico reconhecido no período de relato da dívida de clientes (0,52M€), alunos (0,82M€), de outros devedores (0,02M€), bem como de inventários (0,11M€). Esta rubrica, comparativamente com o ano transato diminuiu 1,90M€.

Os outros gastos e perdas evoluem de forma ascendente (2,40M€), e representam apenas 1,7% do total dos gastos, nomeadamente por via de correções relativas a períodos de relato anteriores na entidade UC pelo montante de 1,90M€.

Gráfico 32: Evolução dos gastos

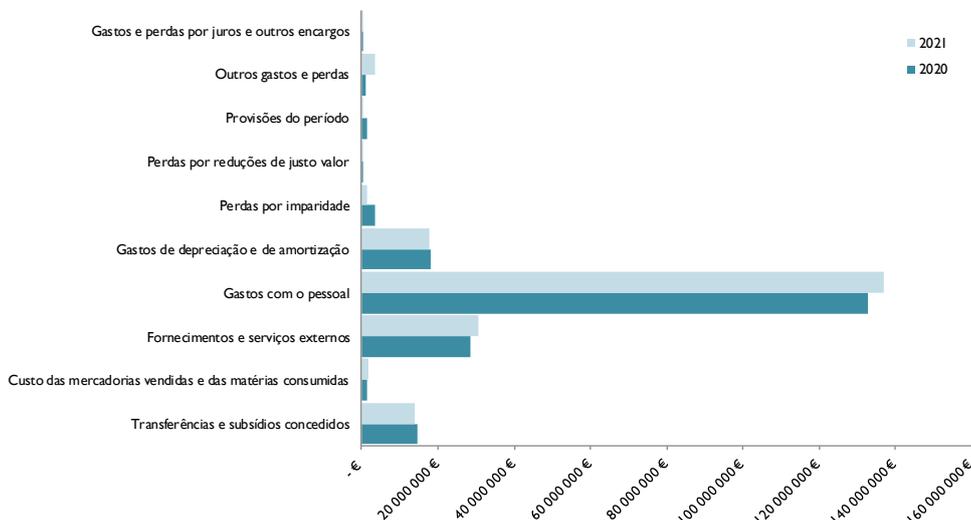
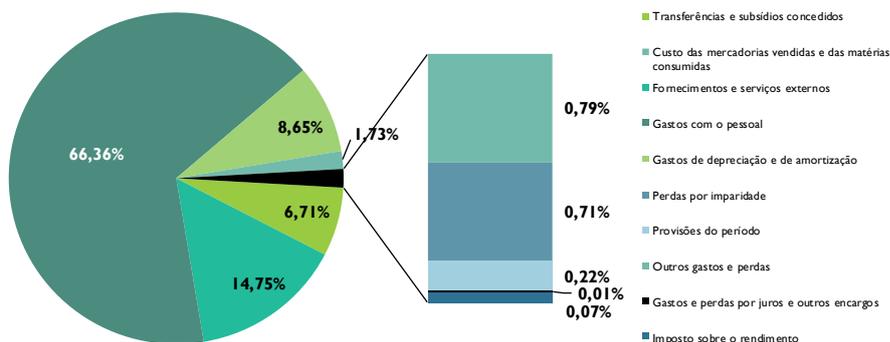
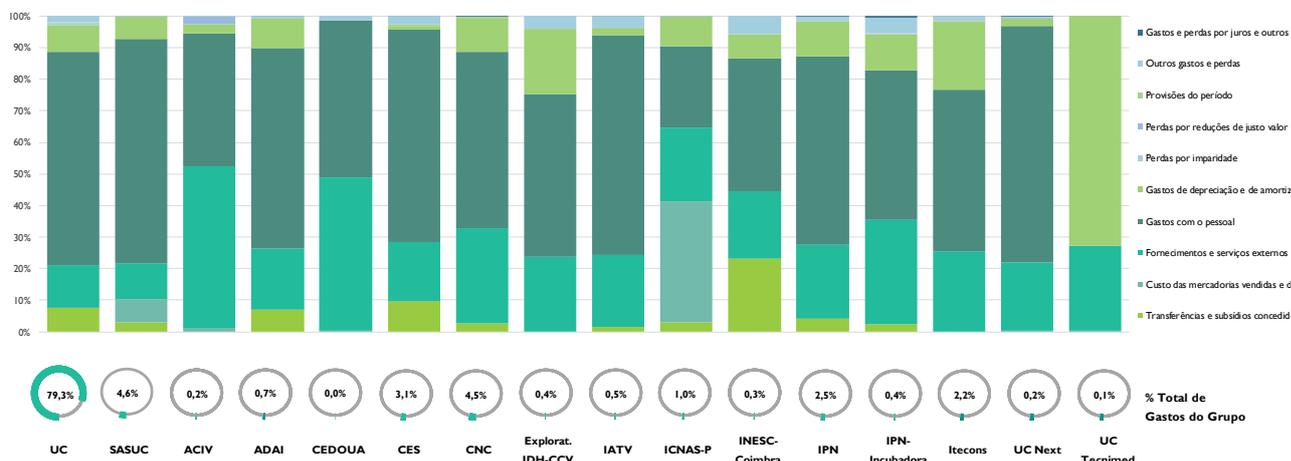


Gráfico 33: Estrutura dos gastos



Relativamente à contribuição de cada entidade para o total de gastos do Grupo, verifica-se a seguinte estrutura:

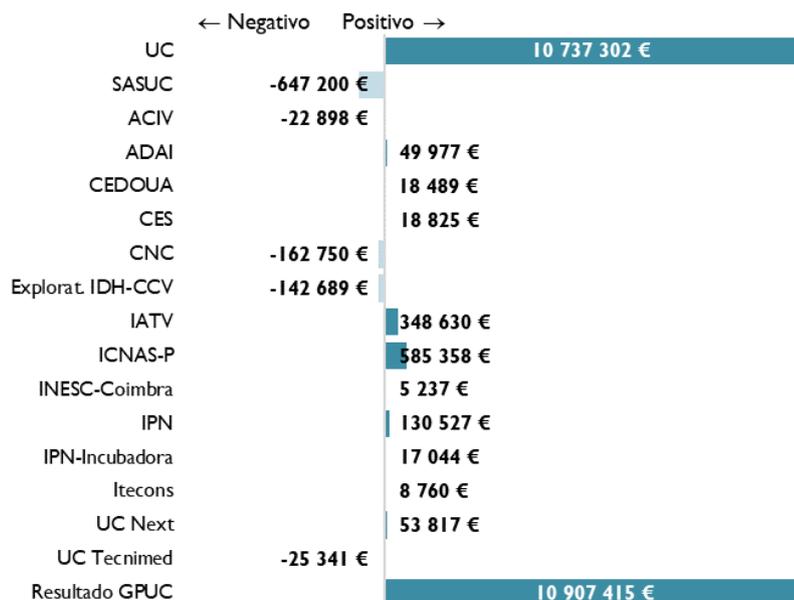
Gráfico 34: Constituição e estrutura dos gastos por entidade



12.3.3. RESULTADOS

O GPUC apresentou um *resultado líquido do exercício* positivo de 10,93M€. Deste resultado, 0,02M€ correspondem à parte dos resultados das entidades subsidiárias que não são detidas direta ou indiretamente pela entidade-mãe do Grupo (*interesses que não controlam*), pelo que o resultado líquido do GPUC, excluindo o efeito dos interesses minoritários, ascende a 10,91M€, do qual 10,74M€ corresponde ao desempenho da UC no período de relato, e 0,17M€ ao desempenho agregado das restantes entidades que consolidam. Os resultados líquidos do exercício individuais podem ser observados na figura seguinte:

Gráfico 35: Resultado Líquido do Exercício, por entidade



Da análise ao desempenho económico regista-se um aumento da performance operacional quando comparado com o período de relato transato, onde os *EBITDA* registaram uma variação de +7,87M€, atingindo o valor de 28,96M€. Este crescimento explica-se essencialmente pelo aumento verificado nos *rendimentos operacionais*, ainda que igual variação tenha sido verificada também nos *gastos operacionais*, mas com expressão inferior.

Estes meios libertos gerados pela atividade operacional, decorrentes de um ciclo de exploração favorável, corresponderam a 13,3% do *turnover*, sendo suficientes para absorver os *gastos de depreciações, amortizações e provisões*, traduzindo-se assim num *resultado operacional (EBIT)* positivo de 11,10M€, disponível para suportar as atividades de investimento do Grupo.

Os *resultados financeiros* continuam a apresentarem-se negativos no montante de 0,011M€, evidenciando um alívio no agravamento verificado em anos anteriores. Os rendimentos obtidos com aplicações de fundos, cujas rendibilidades tem atingido valores mínimos ou residuais, têm, pelo seu volume, sido suficientes para cobrir os gastos de financiamento, contribuindo ainda para este resultado o baixo nível de exposição ao endividamento face ao património líquido do Grupo (0,35%).

Quadro 61: Demonstração de resultados sintética

Rubricas	2021	2020
1 Rendimentos Operacionais (<i>turnover</i>)	217 337 993 €	204 155 207 €
2 Gastos Operacionais	188 379 515 €	183 062 393 €
3 EBITDA [Meios Libertos Operacionais] (1-2)	28 958 477 €	21 092 813 €
4 EBITDA [% do <i>turnover</i>] (3/1)	13,3%	10,3%
5 Gastos de depreciação e amortização, e Provisões	17 865 842 €	18 010 873 €
6 EBIT [Resultado Operacional] (3-5)	11 092 635 €	3 081 941 €
7 EBIT [% do <i>turnover</i>] (6/1)	5,1%	1,5%
8 Resultado Financeiro	- 10 718 € -	22 578 €
9 Resultado Líquido do Exercício Ant.Imp. (6+8)	11 081 917 €	3 059 362 €
10 Imposto sobre o rendimento	- 154 045 € -	87 537 €
11 Resultado Líquido do Exercício Dep.Imp. (9+10)	10 927 873 €	2 971 826 €
12 Interesses que não controlam	20 458 €	44 441 €
13 Resultado Líquido do Exercício s/ INC (11-12)	10 907 415 €	2 927 385 €

12.4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

12.4.1 BALANÇO CONSOLIDADO

ATIVO	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2021	31/12/2020
		Valor	Valor
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	362 671 403,56 €	360 878 489,69 €
Propriedades de investimento	8	14 483 185,08 €	14 662 959,98 €
Ativos intangíveis	3	1 421 296,01 €	1 686 361,21 €
Participações Financeiras	22	1 706 364,91 €	1 182 619,13 €
Diferimentos	23	65 529,03 €	55 208,18 €
Outros ativos financeiros		313 883,92 €	253 015,98 €
		380 661 662,51 €	378 718 654,17 €
Ativo corrente			
Inventários	10	1 783 663,92 €	1 914 673,00 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23	240 514 605,70 €	223 822 878,60 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	27 632 717,15 €	24 655 946,26 €
Estado e outros entes públicos	18	2 331 852,21 €	137 247,66 €
Acionistas/sócios/associados		23 517,66 €	76 500,00 €
Outras contas a receber	18	1 689 874,49 €	2 587 707,21 €
Diferimentos	23	1 348 007,50 €	873 575,07 €
Outros ativos financeiros	1	898 872,27 €	904 941,20 €
Caixa e depósitos	1	102 068 921,61 €	94 768 068,16 €
		378 292 032,51 €	349 741 537,16 €
Total do Ativo		758 953 695,02 €	728 460 191,33 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2021	31/12/2020
		Valor	Valor
Património líquido			
Património/Capital		341 283 959,66 €	341 283 959,93 €
Reservas		2 640 901,66 €	2 605 613,05 €
Resultados transitados	-	1 881 251,82 €	4 773 124,19 €
Ajustamentos em ativos financeiros		381 270,07 €	119 512,64 €
Outras variações no património líquido	18	108 344 381,99 €	123 991 969,70 €
Resultado líquido do período		10 907 415,25 €	2 927 384,91 €
Interesses que não controlam		9 813 566,57 €	10 181 373,98 €
		471 490 243,38 €	476 097 664,74 €
Passivo não corrente			
Provisões	15	681 295,59 €	1 616 140,19 €
Financiamentos obtidos	18	1 023 524,00 €	185 000,00 €
Outras contas a pagar	18	1 296 752,15 €	1 215 436,05 €
		3 001 571,74 €	3 016 576,24 €
Passivo corrente			
Fornecedores		2 374 361,85 €	2 849 553,57 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	535 995,85 €	413 662,44 €
Estado e outros entes públicos	18	3 095 833,56 €	2 453 520,73 €
Financiamentos obtidos	18	424 778,94 €	522 314,20 €
Fornecedores de investimentos	18	626 127,55 €	811 985,65 €
Outras contas a pagar	18	23 705 435,01 €	23 567 373,48 €
Diferimentos	23	253 699 347,15 €	218 727 540,28 €
		284 461 879,91 €	249 345 950,35 €
		287 463 451,65 €	252 362 526,59 €
Total Passivo		758 953 695,02 €	728 460 191,33 €
Total do Património Líquido e Passivo		758 953 695,02 €	728 460 191,33 €

12.4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2021	31/12/2020
		Valor	Valor
Impostos e taxas	13	26 984 932,07 €	28 431 252,18 €
Vendas	13	2 524 347,53 €	2 037 133,68 €
Prestações de serviços	13	19 796 312,87 €	16 827 729,12 €
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	153 635 666,36 €	143 684 955,18 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	18	19 129,68 €	28 210,35 €
Variações nos inventários da produção	10	14 817,73 €	21 610,56 €
Trabalhos para a própria entidade	13	301 669,82 €	167 673,95 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	- 1 633 272,16 €	- 1 491 695,39 €
Fornecimentos e serviços externos	23	- 30 445 753,18 €	- 28 525 533,67 €
Gastos com pessoal	19	- 136 953 606,25 €	- 132 804 752,25 €
Transferências e subsídios concedidos	23	- 13 599 843,57 €	- 14 163 509,51 €
Prestações sociais	23	- 255 700,95 €	- 290 524,35 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	- 105 590,29 €	- 16 222,33 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	2 088 444,77 €	- 2 668 266,81 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	70 993,42 €	- 1 282 280,36 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- 27 433,88 €
Aumentos/reduções de justo valor	-	6 084,75 €	13 990,48 €
Outros rendimentos e ganhos	13	10 092 085,30 €	12 315 634,77 €
Outros gastos e perdas	23	- 3 570 071,16 €	- 1 165 158,36 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		28 958 477,24 €	21 092 813,36 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 5 8	- 17 865 841,82 €	- 18 010 872,79 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		11 092 635,42 €	3 081 940,57 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	6 454,24 €	18 419,87 €
Juros e gastos similares suportados	-	- 17 172,23 €	- 40 998,03 €
Resultado antes de impostos		11 081 917,43 €	3 059 362,41 €
Imposto sobre o rendimento	-	- 154 044,61 €	- 87 536,69 €
Resultado líquido do período		10 927 872,82 €	2 971 825,72 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		10 907 415,25 €	2 927 384,91 €
Interesses que não controlam		20 457,57 €	44 440,80 €
		10 927 872,82 €	2 971 825,72 €

12.4.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

RUBRICAS	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2021	31/12/2020
		Valor	Valor
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		26 229 086,63 €	19 455 500,17 €
Recebimentos de utentes		25 392 897,82 €	26 575 265,15 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		134 979 768,22 €	129 334 226,13 €
Pagamentos a fornecedores	-	33 922 913,05 € -	30 100 247,10 €
Pagamentos ao pessoal	-	136 250 476,87 € -	130 063 612,02 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-	12 139 083,72 € -	14 097 640,58 €
Pagamentos de prestações sociais	-	215 939,31 € -	304 810,29 €
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		4 073 339,72 €	798 681,45 €
Outros recebimentos/pagamentos		11 791 077,31 €	11 456 756,10 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		15 864 417,03 €	12 255 437,56 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	19 094 448,24 € -	8 479 789,13 €
Ativos intangíveis	-	549 220,41 € -	448 473,61 €
Propriedades de investimento	-	175 000,00 €	- €
Investimentos financeiros	-	89 757,91 € -	72 931,68 €
Outros ativos	-	250 000,00 € -	250 000,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		60 151,80 €	14 518,75 €
Ativos intangíveis		45 852,14 €	1 680 325,58 €
Investimentos financeiros		7 329,78 €	251 899,03 €
Outros ativos		251 707,46 €	- €
Subsídios ao investimento		3 387 600,08 €	238 068,59 €
Transferências de capital		7 033 928,28 €	8 835 423,46 €
Juros e rendimentos similares		6 444,33 €	18 491,29 €
Dividendos		10,15 €	10,18 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)	-	9 365 402,54 €	1 787 542,46 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		895 154,36 €	559 192,15 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		17 500,00 €	- €
Outras operações de financiamento		222 075,01 €	1 426,53 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	293 031,63 € -	1 328 308,48 €
Juros e gastos similares	-	45 927,71 € -	44 480,92 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)		795 770,03 € -	812 170,72 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	I	7 294 784,52 €	13 230 809,30 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	I	95 673 009,36 €	82 442 200,06 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	I	102 967 793,88 €	95 673 009,36 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período	I	95 673 009,36 €	82 442 200,06 €
= Saldo da gerência anterior	I	95 673 009,36 €	82 442 200,06 €
De execução orçamental		94 293 735,44 €	80 596 104,58 €
De operações de tesouraria		1 379 273,92 €	1 846 095,48 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	I	102 967 793,88 €	95 673 009,36 €
= Saldo para a gerência seguinte	I	102 967 793,88 €	95 673 009,36 €
De execução orçamental		100 310 812,73 €	94 293 735,44 €
De operações de tesouraria		2 656 981,15 €	1 379 273,92 €

12.4.4 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Descrição	Notas	Património Líquido Atribuído aos Detentores do Património Líquido											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Reservas Decorrentes de Transferências de Ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	[1]	341 283 959,93 €	- €	14 066,27 €	- €	2 591 546,78 €	- 4 773 124,19 €	- 119 512,64 €	- €	123 991 969,70 €	2 927 384,91 €	465 916 290,76 €	10 181 373,98 €	476 097 664,74 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Primeira adoção do referencial contabilístico		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Diferença de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização do excedente de revalorização		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências e subsídios de capital		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 15 766 135,81 €	- €	- 15 766 135,81 €	- 3 444 922,69 €	- 19 211 058,50 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	- €	- €	35 288,61 €	2 886 872,37 €	500 782,71 €	- €	118 548,10 €	- 2 927 384,91 €	614 106,87 €	3 056 657,71 €	3 670 764,58 €
	[2]	- €	- €	- €	- €	35 288,61 €	2 886 872,37 €	500 782,71 €	- €	- 15 647 587,71 €	- 2 927 384,91 €	- 15 152 028,94 €	- 388 264,98 €	- 15 540 293,92 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	[3]										10 907 415,25 €	10 907 415,25 €	20 457,57 €	10 927 872,82 €
RESULTADO INTEGRAL	[4]=[2]+[3]										7 980 030,34 €	7 980 030,34 €	367 807,41 €	7 612 222,93 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realizações de capital/património no período		0,27 €	- €	- €	- €	- €	5 000,00 €	- €	- €	- €	- €	4 999,73 €	- €	4 999,73 €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	[5]	0,27 €	- €	- €	- €	- €	5 000,00 €	- €	- €	- €	- €	4 999,73 €	- €	4 999,73 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	[6]=[1]+[2]+[3]+[5]	341 283 959,66 €	- €	14 066,27 €	- €	2 626 835,39 €	- 1 881 251,82 €	381 270,07 €	- €	108 344 381,99 €	10 907 415,25 €	461 676 676,81 €	9 813 566,57 €	471 490 243,38 €

12.5 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública I, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão da conta apresentada para o período de relato. As notas relativamente às quais se considere não haver informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeira, não serão apresentadas.

NOTA I | IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

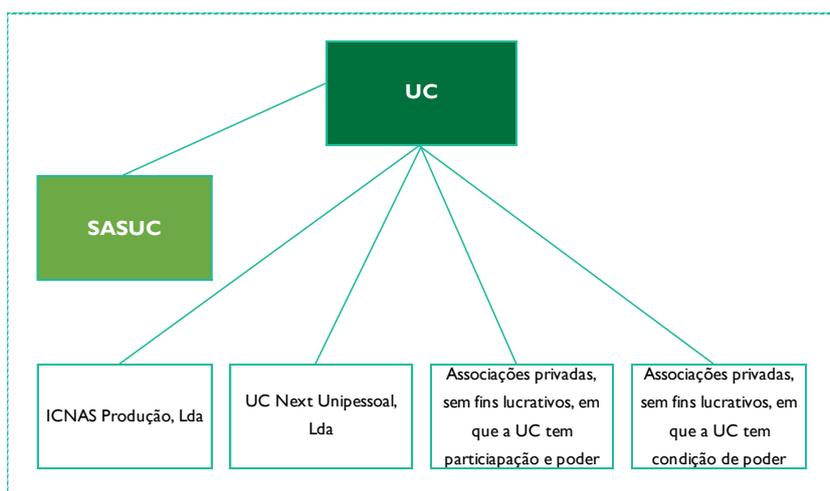
I.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

O Grupo Público Universidade de Coimbra, representado pela entidade-mãe, identifica-se como se segue:

- a. Designação: Universidade de Coimbra (UC)
- b. Número de Contribuinte: 501 617 582
- c. Sede: Paço das Escolas • 3004-531 Coimbra
- d. Instalações: *ver capítulo Instalações*
- e. Código de classificação orgânica:

Ministério	1 2	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Secretaria	0 1	MCTES - Atividades - SFA
Capítulo	0 3	Estabelecimentos de Ensino Superior e Serviços de Apoio
Divisão	0 8	Universidade de Coimbra
Subdivisão	0 0	Universidade de Coimbra
- f. Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- g. Grupo: Grupo público UC – Universidade de Coimbra
Entidade Consolidante: Universidade de Coimbra • Paço das Escolas • 3004-531 Coimbra
- h. Período de relato: 01.01.2021 a 31.12.2021

Integram o perímetro de consolidação as entidades de direito público e privado representadas na figura seguinte:



Identificam-se de seguida as entidades que a Universidade de Coimbra detém controlo nos termos da NCP 22, e que integram a prestação de contas consolidadas no período de relato de 2021.

	Entidade	Contribuinte	Objeto	Sede	Responsáveis pela Gestão Financeira e Patrimonial	% Detida do Capital Método Consolidação
SAS	Serviços de Ação Social	600 038 106	Garantir condições de estudo aos estudantes da Universidade de Coimbra através da prestação de serviços e concessão de apoios.	Rua Guilherme Moreira n.º 12 3000-214 Coimbra	Reitor - Amílcar Celta Falcão Ramos Ferreira Vice-Reitora - Cristina Maria Pinto Albuquerque Vice-Reitor - António José Barata Figueiredo Administrador - Nuno Miguel Bernardo Alexandre Correia SROC/ROC: Crowe & Associados, SROC, Lda.	Consolidação integral
CES	Centro de Estudos Sociais	500 825 840	Investigação e formação avançada na área das ciências sociais e humanas.	Colégio de S. Jerónimo Praça D. Dinis Apartado 3087 3001-401 Coimbra	Diretor: António Sousa Ribeiro Diretora Executiva: Rita Gameiro Aleixo Pais SROC/ROC: Pinto Castanheira, SROC, Unipessoal, Lda.	Consolidação integral
EXPLORATÓRIO	Associação Exploratório Infante D. Henrique	503 626 406	Contribuir para a valorização cultural e intelectual das crianças e jovens; Fomentar o gosto pela C&T.	Rua Pedro Monteiro 3000-329 Coimbra	Presidente: Paulo Renato Trincão Vice-Presidente: Catarina Schreck Reis Vogal: Aurora Coelho Moreira SROC/ROC: Crowe & Associados, SROC, Lda.	87,76% Consolidação integral
CNC	Centro de Neurociências de Coimbra	502 510 439	Promover a investigação científica fundamental e aplicada e o desenvolvimento experimental sobre vários aspetos das neurociências e da biologia celular.	Rua Larga Faculdade de Medicina, Pólo I, 1º andar 3004-504 Coimbra	Presidente: Luís Fernando Morgado Pereira de Almeida Vice-Presidente: Ana Luísa Monteiro de Carvalho Vice-Presidente: Paulo Jorge Gouveia Simões da Silva Oliveira SROC/ROC: Carreira, Braz & Associados, SROC	99,68% Consolidação integral
IPN	IPN -Associação para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia	502 790 610	Promove a investigação científica e tecnológica orientada para a colaboração com organismos, empresas e instituições universitárias ou não universitárias.	Rua Pedro Nunes 3030 - 199 Coimbra	Presidente: Maria Teresa Ferreira Soares Mendes Vice-Presidente: Fernando Amílcar Bandeira Cardoso SROC/ROC: M. Silva, P. Caiado, P. Ferreria & Associados	60,42% Consolidação integral
ICNAS PRODUÇÃO, LDA	ICNAS - Produção Unipessoal, Lda	508 944 767	Desenvolver a investigação científica, implementar novas técnicas de investigação básica e clínica no âmbito das tecnologias nucleares aplicadas à saúde e divulgar os avanços científicos alcançados na sua área de intervenção.	Azinha de Santa Comba, Edifício do ICNAS, Polo Ciências da Saúde da Univ. de Coimbra	Gerente: Luís Alberto Proença Simões da Silva Gerente: Antero José Pena Afonso de Abrunhosa Gerente: Miguel de Sá e Sousa de Castelo Branco SROC/ROC: J. Rito & Associada, SROC	100% Consolidação integral
UC NEXT UNIPessoal, LDA	UC NEXT, UNIPessoal, LDA	509 575 838	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.	Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, Polo das Ciências da Saúde, Azinha de Santa Comba 3000-548 Coimbra	Gerente: Luís José Proença de Figueiredo Neves Gerente: Francisco José de Batista Veiga Gerente: Catarina Sofia Ventura Parrado Baptista Moniz SROC/ROC: Crowe & Associados, SROC, Lda.	100% Consolidação integral
IPN-I	IPN-Incubadora Associação para o Desenvolvimento de Atividades de Incubação de Ideias e Empresas	513 488 960	Tem por objetivo estimular o empreendedorismo e fomentar a criação de empresas inovadoras de base tecnológica e serviços avançados.	Rua Pedro Nunes 3030-199 Coimbra	Presidente da Direção: Maria Teresa Ferreira Sares Mendes Vice-Presidente: Fernando Amílcar Bandeira Cardoso SROC/ROC: M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associados	40,88% Consolidação integral
ADAI	Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial	502 550 554	Contribuir para o progresso da aerodinâmica industrial, através da investigação, do ensino superior e pós-graduado e da prestação de serviços à comunidade.	Santo António dos Olivais Rua Pedro Hispano 12 3030-289 Coimbra	Presidente do Conselho de Administração: Manuel Carlos Gameiro da Silva Vice-Presidente: José Joaquim da Costa	85,32% Consolidação integral
ACIV	Associação para o Desenvolvimento da Engenharia Civil	505 448 173	Promover a investigação científica e atividades de caráter técnico e cultural, através da realização de contratos-programa, de protocolos, de conferências e outras ações de sensibilização sobre diferentes temáticas, com especial ênfase naquelas com afinidades relativamente à Engenharia Civil.	Departamento de Engenharia Civil da FCTUC, Polo II da Universidade de Coimbra Rua Luís Reis Santos 3030-788 Coimbra	Presidente: Carlos Alberto da Silva Rebelo Vice-Presidente: Paulo Jorge Rodrigues Amado Mendes Vice-Presidente: Andreia Sofia Carvalho Pereira	Consolidação integral
CEDOUA	Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente	503 535 630	A promoção e o exercício da investigação (fundamental e aplicada) nos domínios do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente, numa perspetiva interdisciplinar.	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra 3004-545 Coimbra	Presidente do Conselho Diretivo: Fernando Alves Correia Vice-Presidente do Conselho Diretivo: Francisco Ferreira de Almeida Vice-Presidente do Conselho Diretivo: Anabela Miranda Rodrigues	Consolidação integral

	Entidade	Contribuinte	Objeto	Sede	Responsáveis pela Gestão Financeira e Patrimonial	% Detida do Capital Método Consolidação
ITECONS	Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção	507 487 648	Promover o desenvolvimento e a divulgação de investigação científica e tecnológica interdisciplinar em áreas diretamente ligadas às Ciências da Construção e afins.	Polo II da Universidade de Coimbra Rua Pedro Hispano, s/n 3030-289 Coimbra	Presidente da Direção: António José Barreto Tadeu Vogal da Direção: Julieta Maria Pires António Vogal da Direção: Nuno Albino Vieira Simões Vogal da Direção em representação dos Associados: Carlos Manuel Oliveira e • Luís Alberto Goucha Jorge dos Santos SROC/ROC: Crowe & Associados, SROC, Lda.	10,11% Consolidação integral
INESC COIMBRA	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra	505 232 200	O exercício e a gestão da atividade de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, orientada para a prestação de serviços no campo da inovação tecnológica, e a colaboração, neste âmbito com organismos, empresas e instituições universitárias ou não universitárias.	Rua Sílvio Lima, Polo II 3030-290 - Coimbra	Presidente: Carlos Alberto Henggeler de Carvalho Antunes Vogal: Cidália Maria Costa Fonte Vogal: Luís Miguel Alçada Tomás de Almeida Vogal: João Manuel Coutinho Rodrigues Vogal: Luís Miguel Pires Neves SROC/ROC: J. Rito, SROC, Lda.	54,00% Consolidação integral
UC TECNIMED	UC Tecnimed - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Internacionalização	510 396 836	Investigação e desenvolvimento competitivos nos setores farmacêutico, clínico e biotecnológico, através do exercício de atividades de investigação, conceção, desenvolvimento, ensaio, formação, transferência de tecnologia e conhecimento.	Paço das Escolas Praça da Porta Férrea 3000-447 Coimbra	Presidente: João Pedro Silva Serra Vice-Presidente: António José Ribeiro Secretário: Carlos Alberto Fontes Ribeiro SROC/ROC: Crowe & Associados, SROC, Lda.	50,00% Consolidação integral
SERQ	SERQ - Centro de Inovação e Competência da Floresta - Associação	513 114 750	Investigação e desenvolvimento experimental, formação, transferência de tecnologia, consultoria, certificação e validação de produtos e soluções, promoção de eventos técnico-científicos e do empreendedorismo, prototipagem e dinamização das várias vertentes do setor agroflorestal.	Zona Industrial da Sertã, Lote 3 6100-711 Sertã	Presidente: Paulo Jorge Farinha Luís Vice-Presidente: Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias Vice-Presidente: José Maria Santos Rodrigues Saporiti Machado	40,00% Método Equivalência Patrimonial
IATV	Instituto do Ambiente, Tecnologia e Vida	503 323 365	A promoção da investigação científica fundamental e aplicada, sua divulgação, a formação e atualização de quadros técnicos e científicos e a prestação de serviços especializados nas suas áreas de atuação.	Faculdade de Ciências e Tecnologia Rua Sílvio Lima, 3030-790 Coimbra	Presidente: Luís José Proença de Figueiredo Neves Vogal: Alcides José Sousa Castilho Pereira Vogal: Nelson Edgar Viegas Rodrigues	100% Consolidação integral

No período de relato de 2021, foram excluídas do processo de consolidação por não se constituírem entidades materialmente relevantes:

	Entidade	NIF	Valor participação	Método de consolidação	Total do ativo	Total de vendas e prestação de serviços	Exercício de referência
ADDF	Associação para o Desenvolvimento do Departamento de Física	505 040 557	s/participação	Consolidação integral	325 809 €	730 384 €	2012
AEEC	Associação de Estudos Europeus de Coimbra	503 751 065	s/participação	Consolidação integral	45 276 €	14 776 €	2013
APEU	Associação para a Extensão Universitária	503 213 985	s/participação	Consolidação integral	61 121 €	97 788 €	2018
BBS	Instituto do Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros	504 505 521	s/participação	Consolidação integral	303 244 €	85 017 €	2015
CDB	Centro de Direito Biomédico	504 190 490	s/participação	Consolidação integral	119 302 €	87 365 €	2014
CDC	Centro de Direito do Consumo	504 244 515	s/participação	Consolidação integral	50 261 €	18 680 €	2015
CDF	Centro de Direito da Família	504 140 566	s/participação	Consolidação integral	26 646 €	37 164 €	2014
CEDIPRE	Centro de Estudos de Direito Público e Regulação	504 736 361	s/participação	Consolidação integral	315 614 €	131 700 €	2013
CEI	Centro de Estudos Ibéricos	505 538 474	s/participação	Consolidação integral	177 041 €	95 608 €	2015
CEISUC	Centro de Estudos e Investigação em Saúde da UC	504 807 285	s/participação	Consolidação integral	210 388 €	10 624 €	2017
CRIA	Centro em Rede de Investigação em Antropologia	508 237 858	s/participação	Consolidação integral	749 736 €	21 102 €	2017
IDET	Instituto do Direito das Empresas e do Trabalho	505 257 424	s/participação	Consolidação integral	558 100 €	80 901 €	2014
IDPEE	Instituto de Direito Penal Económico e Europeu	504 089 315	s/participação	Consolidação integral	48 742 €	28 642 €	2014
IERU	Instituto de Estudos Regionais e Urbanos de Coimbra	502 849 711	s/participação	Consolidação integral	32 622 €	23 000 €	2017
IGC	IUS GENTIUM CONIMBRIGAE	504 699 237	s/participação	Consolidação integral	170 362 €	214 439 €	2015

	Entidade	NIF	Valor participação	Método de consolidação	Total do ativo	Total de vendas e prestação de serviços	Exercício de referência
IJC	Instituto Jurídico da Comunicação	503 863 351	s/participação	Consolidação integral	209 151 €	11 139 €	2013
IMAR	Instituto do Mar	502 776 463	s/participação	Consolidação integral	4 685 337 €	223 268 €	2018
ISR	Instituto de Sistemas e Robótica [inclui os três polos: Lisboa, Coimbra e Porto]	502 854 227	s/participação	Consolidação integral	5 887 982 €	310 765 €	2018
LEDAP	Laboratório de Energética e Detónica - Ass. De Apoio	502 523 832	35 046 €	Consolidação Integral	45 796 €	10 896 €	2020
LIP	Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas	501 694 650	s/participação	Consolidação integral	3 324 706 €	478 365 €	2017
PRODEQ	Associação para o Desenvolvimento de Engenharia Química	505 413 485	s/participação	Consolidação integral	677 398 €	219 388 €	2017
RUAS	Associação RUAS - Recriar Universidade Alta e Sofia	510 119 948	35 893 €	Consolidação Integral	77 973 €	0 €	2021
UC INPROPLANT	Associação UC InProPlant - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Internacionalização	510 542 646	35 000 €	Consolidação Integral	359 213 €	0 €	2017

a) Este montante corresponde ao total dos três polos, tendo a UC apenas uma parcela correspondente à atividade desenvolvida no polo de Coimbra.

Importa referir que, no âmbito do estudo da determinação do perímetro de consolidação de contas, existe evidência de controlo por parte da Universidade de Coimbra relativamente ao Instituto de Telecomunicações, ao Instituto de Sistemas e Robótica, ao Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas e ao Instituto do Mar. Contudo, atendendo a que estas entidades estão organizadas por polos ou delegações e por não ser possível o detalhe das demonstrações financeiras por polo, foram, de igual forma, excluídas do processo de consolidação.

1.1.1 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Funcionamento: a Universidade rege-se pela Constituição da República Portuguesa, pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro), pelos seus Estatutos (Despacho Normativo n.º 8/2019, de 19 de março), pelos regulamentos internos das unidades orgânicas, departamentos, institutos, unidades e serviços, e pelos regimentos de funcionamento dos órgãos de governo.

1.1.2 RECURSOS HUMANOS

a. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

A responsabilidade pela preparação e emissão das demonstrações financeiras consolidadas cabe ao Conselho de Gestão da Universidade de Coimbra em exercício, que tem a seguinte composição:

Nome	Órgão / Cargo
Amílcar Celta Falcão Ramos Ferreira	Conselho de Gestão / Reitor
Luís José Proença de Figueiredo Neves	Conselho de Gestão / Vice-Reitor
Luís Alberto Proença Simões da Silva	Conselho de Gestão / Vice-Reitor
Maria Matilde Costa Lavouras Francisco	Conselho de Gestão / Vogal
Fernando Licínio Lopes Martins	Conselho de Gestão / Vogal

Compete ao Reitor, de acordo com os estatutos, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas ao Conselho Geral, órgão responsável pela respetiva aprovação.

Fiscal Único:

Jorge Manuel Felizes Morgado, Revisor Oficial de Contas n.º 775

Auditor Externo:

Carla Manuela Serra Geraldes, Revisora Oficial de Contas n.º 1127, Crowe & Associados, SROC, Lda.

b. NÚMERO DE EFETIVOS A 31 DE DEZEMBRO

Os/As efetivos/as distribuem-se por três grupos distintos de pessoal: o pessoal docente, o pessoal investigador e o pessoal técnico, repartidos pelas áreas de gestão universitária, de ensino, investigação e prestação de serviços e de serviços de suporte.

O número de trabalhadores/as efetivos/as do universo UC e SASUC, a 31 de dezembro de 2021, era de 3483, de acordo com os respetivos mapas de pessoal, aqui apresentados de forma consolidada.

ATIVIDADES	POSTOS DE TRABALHO	Cargos / Carreiras / Categorias																Total de postos de trabalho
		Equipa Reitoral e Provedor	Dirigente	Docente Universitário/a	Investigador/a	Técnico/a Superior	Pessoal de Informática	Técnico/a	Diagnóstico e Terapêutica	Médico/a	Enfermeiro/a	Educação de Infância	Coordenador/a Técnico/a	Assistente Técnico/a	Encarregado/a Geral Operacional	Encarregado/a Operacional	Assistente Operacional	
Atividade A [Gestão]	ocupados a 31.12.2021	10	67	43	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	125
	previstos para 2021	13	70	60	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	148
Atividade B [Ensino, Investigação e Prestação de Serviços]	ocupados a 31.12.2021	0	0	1 762	309	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	2 077
	previstos para 2021	0	0	1 932	412	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	2 350
Atividade C [Serviços de Suporte]	ocupados a 31.12.2021	0	0	0	0	552	42	1	0	1	0	8	13	307	2	16	339	1 281
	previstos para 2021	0	0	0	0	676	55	2	0	1	1	9	22	378	6	31	467	1 648
Totais postos trabalho ocupados a 31.12.2021		10	67	1 805	311	555	42	1	6	1	8	13	307	2	16	339	3 483	
Totais postos trabalho previstos para 2021		13	70	1 992	414	679	55	2	6	2	9	22	378	6	31	467	4 146	

Quanto às restantes entidades incluídas nas demonstrações consolidadas (entidades de direito privado), apresentavam, no final do ano, 603 trabalhadores/as, cuja distribuição, por analogia com o mapa de pessoal das entidades de direito público, se apresenta no quadro seguinte.

Atividades	A - Gestão B - Ensino, Investigação e Prestação de Serviços C - Serviços de Suporte	Cargos / Carreiras / Categorias									TOTAL						
		Órgãos de Gestão	Dirigente	Investigador	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Técnico	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional		Outras situações					
Atividade A	Postos trabalho ocupados a 31.12.2021	1	9		24		2										36
Atividade B	Postos trabalho ocupados a 31.12.2021			276	140	3	23		2								444
Atividade C	Postos trabalho ocupados a 31.12.2021				44	6	45	4	13	8	3						123
Totais Cargos / Carreiras / Categorias (Postos de trabalho ocupados a 31.12.2021)		1	9	276	208	9	70	4	15	8	3						603

1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e de relato financeiro relevantes para a entidade, as quais o GPUC adota desde 01.01.2020.

De acordo com o parágrafo 2.3 do Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, sempre que a NCP não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- ao Sistema de Normalização Contabilística;
- às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;

iii. às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Foram ainda aplicados os requisitos das NCP e de relato financeiro relevantes para o Grupo.

As notas relativamente às quais se considere não haver informação para que se justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão aplicáveis no presente Anexo. Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam as presentes demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP e que tenham produzido efeitos materialmente relevantes.

b. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RÚBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021, a desagregação dos saldos de caixa depósitos bancários do GPUC, é a que se apresenta de seguida:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Caixa	73 631,50 €	41 254,67 €	32 376,83 €
Depósitos à Ordem	98 557 461,97 €	91 116 838,52 €	7 440 623,45 €
Depósitos no Tesouro	9 962 749,73 €	2 812 790,24 €	7 149 959,49 €
Depósitos bancários	88 594 712,24 €	88 304 048,28 €	290 663,96 €
Outros Depósitos	3 437 828,14 €	3 609 974,97 €	- 172 146,83 €
Depósitos a prazo	2 407 726,79 €	2 670 078,39 €	- 262 351,60 €
Depósitos consignados	100 118,66 €	100 111,05 €	7,61 €
Depósitos de garantias e cauções	929 982,69 €	839 785,53 €	90 197,16 €
Outros instrum. Finan. a curto prazo	898 872,27 €	904 941,20 €	- 6 068,93 €
Total	102 967 793,88 €	95 673 009,36 €	7 294 784,52 €

NOTA 2 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas, para o período findo em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas no quadro das disposições em vigor e em conformidade com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, bem como de acordo com os requisitos das NCP relevantes para a entidade.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a. POLÍTICA DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2021, os ativos, os passivos e os resultados das entidades referidas na Nota 1, entendido como o conjunto da Universidade, entidade que controla, e as suas entidades controladas.

Nos termos da NCP 22, uma entidade, independentemente da natureza do envolvimento com outra entidade, deve avaliar se é uma entidade que controla através da verificação da existência de controlo sobre outra entidade. Uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade. Uma entidade controla outra entidade se, e apenas se tiver cumulativamente:

i. PODER SOBRE A OUTRA ENTIDADE;

Uma entidade tem poder sobre outra entidade quando detém direitos que lhe conferem num determinado momento a capacidade para orientar as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento com a outra entidade. O direito de orientar as

políticas operacionais e financeiras de outra entidade constitui uma indicação de que a entidade tem a capacidade para orientar as atividades relevantes de outra entidade.

O poder deriva de direitos. Em alguns casos a avaliação do poder é imediata, como sucede quando o poder sobre outra entidade é obtido diretamente, e exclusivamente, a partir dos direitos de voto decorrentes da detenção de instrumentos de capital próprio, como ações ou quotas, em que o mesmo decorre dos direitos de voto conferidos pelas participações financeiras. O poder pode ser obtido a partir de direitos que não o direito de voto, podendo resultar de acordos vinculativos.

A existência de direitos sobre outra entidade não confere a qualificação como poder. Uma entidade não tem poder sobre outra somente pela existência de: (a) Poder regulador; ou (b) Dependência económica.

ii. EXPOSIÇÃO, OU DIREITOS, AOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DO SEU ENVOLVIMENTO COM A OUTRA ENTIDADE;

Uma entidade está exposta, ou detém direitos, a benefícios variáveis pelo seu envolvimento com outra entidade quando os benefícios que pretende pelo seu envolvimento podem variar em função do desempenho da outra entidade. As entidades envolvem-se com outras entidades com a expectativa de obtenção de benefícios financeiros ou não financeiros ao longo do tempo, podendo, num determinado período de relato, os benefícios ser positivos, negativos ou uma combinação de benefícios positivos e negativos.

iii. A CAPACIDADE DE EXERCER O SEU PODER SOBRE A OUTRA ENTIDADE DE MODO A AFETAR A NATUREZA E A QUANTIA DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DO ENVOLVIMENTO COM ESSA ENTIDADE.

Uma entidade controla outra entidade se a entidade não tem somente o poder sobre a outra entidade e exposição ou direitos a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade, mas também dispõe da capacidade de usar o seu poder para afetar a natureza ou a quantia dos benefícios decorrentes do seu envolvimento com outra entidade.

Uma entidade com poderes para tomada de decisões deve avaliar se é um agente ou um principal. Uma entidade deve também determinar se outra entidade com poderes para tomada de decisões está a atuar como um agente da entidade. Um agente é uma parte com o intuito de atuar em nome e em benefício de outra parte ou partes (o principal ou principais) e desta forma não controla a outra entidade quando exerce os seus poderes. Assim, por vezes, o poder do principal pode estar delegado e exercível por um terceiro, o agente, mas por nome e contado principal.

A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem a alteração num dos três elementos caracterizadores de controlo mencionados.

Neste pressuposto, e pela primeira vez em 2011 a Universidade de Coimbra levou a cabo um estudo com o objetivo de determinar as condições que indiciavam a existência de controlo ou de presunção de controlo sobre um conjunto de entidades relacionadas. À luz dos recentes desenvolvimentos ao nível da consolidação das atividades desenvolvidas no seio da Universidade e atenta a necessidade de clarificação das relações existentes entre a Universidade e um conjunto vasto de entidades, o referido estudo foi atualizado, tendo como referência o período económico de 2021.

A consolidação das demonstrações financeiras das entidades controladas referidas na Nota I, efetuou-se pelos seguintes métodos de agregação:

- as contas dos SASUC, do CES, da ACIV e do CEDOUA foram consolidadas pelo método de consolidação integral, que consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas, eliminadas que estejam as operações de transferência e subsídio efetuadas entre entidades. Embora a entidade-mãe não disponha de participação nos fundos patrimoniais destas entidades, detém controlo sobre elas, nos termos definidos na lei e nos respetivos estatutos.
- as entidades ICNAS-Produção Unipessoal, Lda., UC NEXT Unipessoal, Lda., CNC, Associação Exploratório Infante D. Henrique, IPN, ADAI, IPN - Incubadora, Itecons, INESC Coimbra, UC Tecnimed e IATV foram igualmente consolidadas pelo método de consolidação integral,

evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito “interesses que não controlam”. A UC detém a participação nos fundos patrimoniais destas entidades e o controlo.

- as contas do SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta foram consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, que consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos fundos patrimoniais dessa entidade participada.

As políticas contabilísticas das entidades controladas são alteradas sempre que necessário de forma a garantir consistência com as políticas adotadas no GPUC.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizados os seguintes procedimentos de consolidação:

- agregação de itens idênticos de ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa da Universidade e das entidades controladas.
Das entidades que pertencem ao GPUC, apenas a Universidade de Coimbra e os SASUC utilizam o SNC-AP, sendo que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras no quadro do SNC aplicável às entidades em geral, assim como o aplicável às entidades do setor não lucrativo, conforme o caso. Por esse motivo, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se à reclassificação das contas de SNC e SNC-ESNL para o SNC-AP.
- compensação (eliminação) da quantia escriturada do investimento da Universidade em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido em cada uma das entidades controladas.
- eliminação da totalidade dos ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo.
- os ativos líquidos das entidades controladas atribuíveis às partes de capital detidas por entidades estranhas ao GPUC são inscritos no Balanço na rubrica de Interesses que não controlam.
- os interesses detidos por entidades estranhas ao Grupo sobre o resultado líquido das entidades controladas são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos detentores do capital do GPUC e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam.

b. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Compreende essencialmente licenças de *software* e programas de computador, marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou um potencial de serviço esperado, e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. Os métodos de amortização utilizados no período de relato são o método da linha reta e o método das quotas degressivas.

As licenças de *software* e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 20 anos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como *outros rendimentos e ganhos* ou *outros gastos e perdas*.

c. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Os acordos de concessão de serviços são reconhecidos quando a GPUC controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os acordos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 - Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

d. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) for provável que fluirão para o GPUC benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) o custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar fluxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta ou pelo método das quotas degressivas, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica	Anos de Vida útil
Edifícios e outras construções	Entre 5 e 80 anos
Equipamento básico	Entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	Entre 6 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 8 anos
Equipamentos biológicos	Entre 4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

O método das quotas degressivas (ou do saldo decrescente) aplica-se a bens que estão especificamente afetos a atividades de I&D, que resulta num gasto decrescente durante a vida útil do ativo. Tendo em conta que a I&D, para ser competitiva e inovadora, tem de ser apoiada sistematicamente por equipamentos de topo e vanguarda, sujeitos a uma obsolescência tecnológica acentuada, a utilidade retirada deste tipo de ativos é, em regra, superior nos primeiros anos da sua vida útil e menor nos últimos anos, em que os efeitos da obsolescência são mais acentuados. Esta opção para este tipo de equipamentos científicos e

técnicos permite, assim, ajustar o ritmo de depreciação ao nível de utilidade que se consegue obter ao longo da vida útil do bem.

e. LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes a propriedade do ativo.

As restantes locações são classificadas como operacionais. Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

f. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O GPUC contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento do GPUC encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

g. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Ao abrigo da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, o GPUC passou a aplicar o método de equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) participação em processos de decisão de políticas; (c) transações materiais entre o investidor e a participada; (d) intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada, resultantes de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se relevados ao custo de aquisição.

h. IMPARIDADE DE ATIVOS

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistas anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, o GPUC procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda não se tivesse registado em períodos anteriores.

i. INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados *perdas por imparidade em inventários* e *reversões de perdas por imparidade em inventários*.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo GPUC para os seus inventários é o do custo médio ponderado.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

j. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

O GPUC reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) dinheiro; (b) um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) um direito contratual: (i) de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) uma obrigação contratual: (i) para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

k. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O GPUC não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

l. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da entidade quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

m. REGIME DO ACRÉSCIMO

O GPUC regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre

os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas *outras contas a receber*, *outras contas a pagar* ou *diferimentos*.

n. RENDIMENTOS

O GPUC aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o GPUC benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

▪ vendas e prestação de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

▪ impostos e taxas

O total da faturação relativa às propinas é reconhecido como dívida no momento de inscrição do/a estudante por contrapartida da relevação do correspondente passivo (*diferimentos*). Os rendimentos são reconhecidos na proporção de 4/12 no ano da inscrição, sendo os restantes 8/12 reconhecidos no ano seguinte, em consonância com o ano letivo.

▪ transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências relativas à dotação atribuída em sede de Orçamento do Estado, são transferências financeiras com a característica de transferirem recursos de uma entidade para outra sem haver como troca um valor aproximadamente igual, mas que a entidade recetora espera receber desses recursos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, Contudo, estas transferências têm associada a exigência de que a entidade ou consuma os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do ativo conforme especificado, ou restitua esses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço ao cedente, no caso de as condições serem violadas. O respetivo rendimento é reconhecido numa base mensal.

As transferências/subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de programas de formação profissional ou de apoio à contratação) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica *subsídios à exploração* da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no balanço, na rubrica de *diferimentos*, sendo registados como rendimento do período (rubrica *transferências e subsídios correntes obtidos*), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no património líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica *imputação de subsídios e transferências para investimentos*) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

o. PARTES RELACIONADAS

O GPUC identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- i. o Conselho Geral;
- ii. o Conselho de Gestão;
- iii. o Fiscal Único;
- iv. as entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes conferem uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do GPUC, nomeadamente o Ministério das Finanças e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como o Tribunal de Contas, a Direção-Geral do Orçamento, a UniLEO - Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental e a Comissão de Normalização Contabilística.

p. ENQUADRAMENTO FISCAL

As entidades objeto de consolidação UC e SASUC, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, gozam de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

As entidades ICNAS-Produção. Lda., UC NEXT Unipessoal, Lda., Associação Exploratório Infante D. Henrique, ACIV, ADAI, CEDOUA, Itecons, IPN - Incubadora, CNC, CES, IPN, INESC Coimbra, UC Tecnimed, IATV e SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta são sujeitos passivos de IRC, de acordo com o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O regime de IVA aplicável ao GPUC é misto com afetação real de todos os bens, nas atividades que poderão ser concorrenciais com as de outras entidades.

q. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do GPUC, e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em *EUROS*, salvo indicação explícita em contrário.

2.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

a. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo no atual período de relato foram consistentes com os aplicados pelo grupo na preparação da informação financeira relativa ao período de relato anterior.

b. CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras é mantida de um período para o período seguinte, a menos que: (a) seja evidente, depois de uma alteração significativa na natureza das operações da entidade ou de uma revisão das suas demonstrações financeiras, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada tendo em atenção os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas da NCP 2; (b) uma outra NCP exija uma alteração na apresentação.

c. MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, avaliados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se poderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores das demonstrações financeiras.

Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

d. COMPREENSÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida.

e. CONTINUIDADE

As demonstrações financeiras do GPUC foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, organizados e elaborados de acordo com as NCP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

2.3 JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

O GPUC aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir que, na ausência de uma norma ou interpretação específica, o órgão de gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com o objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, pelo que as alterações que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2.

Os principais juízos de valor refletidos na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- i. vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- ii. análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- iii. registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- iv. especializações diversas.

2.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os eventos ocorridos após a data de relato que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data de relato (*acontecimentos que dão lugar a ajustamentos*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que após a data de relato sejam indicativos de condições que surgiram após a data de relato (*acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos*), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA RELATIVAS AO FUTURO

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão na preparação das demonstrações financeiras, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos, alguns dos quais que o Grupo poderá não controlar.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado que as estimativas podem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

É entendimento do Conselho de Gestão que todas as estimativas desenvolvidas refletem o melhor critério, face à informação disponível.

2.6 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o período de relato não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo, nem foram registados erros materiais relativos a períodos anteriores, não existindo também fontes de incerteza que envolvam um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

NOTA 3 | ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

a. VIDAS ÚTEIS OU TAXAS DE AMORTIZAÇÃO

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, é aplicado o Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do Plano de Contas Multidimensional.

As licenças de *software* e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 20 anos.

Ver também a Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras | b. ativos intangíveis.

b. MÉTODO DE AMORTIZAÇÃO

Os ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo modelo do custo, conforme previsto na NCP 3 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados durante o seu período de vida económica esperada, através do método da linha reta ou método das quotas degressivas, e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada, caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Ver também a Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras | b. ativos intangíveis.

c. QUANTIA ESCRITURADA BRUTA E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA

A quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, no início e no final do período de 2021, foi a seguinte:

Rubrica [1]	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta [2]	Amortizações acumuladas [3]	Perdas por imparidade acumuladas [4]	Quantia escriturada [5]=[2]-[3]-[4]	Quantia bruta [6]	Amortizações acumuladas [7]	Perdas por imparidade acumuladas [8]	Quantia escriturada [9]=[6]-[7]-[8]
Projetos de desenvolvimento	559 695,25 €	559 695,05 €	- €	0,20 €	559 695,25 €	559 695,05 €	- €	0,20 €
Programas de computador e sistemas de informação	7 891 081,28 €	7 129 404,89 €	- €	761 676,39 €	8 032 172,63 €	7 535 901,28 €	- €	496 271,35 €
Propriedade industrial e intelectual	1 325 620,30 €	528 992,28 €	- €	796 628,02 €	1 255 494,53 €	671 502,03 €	- €	583 992,50 €
Outros	169 464,11 €	168 996,86 €	- €	467,25 €	169 464,11 €	168 996,86 €	- €	467,25 €
Ativos intangíveis em curso	127 589,35 €	- €	- €	127 589,35 €	340 564,71 €	- €	- €	340 564,71 €
Total	10 073 450,29 €	8 387 089,08 €	- €	1 686 361,21 €	10 357 391,23 €	8 936 095,22 €	- €	1 421 296,01 €

d. RECONCILIAÇÃO DA QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO

A quantia escriturada, no início e no final do período de 2021, foi a seguinte:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11] = [2]+[...]+[10]
Projetos de desenvolvimento	0,20 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,20 €
Programas de computador e sistemas de informação	761 676,39 €	109 107,84 €	110 478,60 €	- €	- €	- €	416 392,08 €	- €	68 599,40 €	496 271,35 €
Propriedade industrial e intelectual	796 628,02 €	65 694,16 €	- €	- €	- €	- €	266 352,29 €	- €	11 977,39 €	583 992,50 €
Outros	467,25 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	467,25 €
Ativos intangíveis em curso	127 589,35 €	323 453,96 €	110 478,60 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	340 564,71 €
Total	1 686 361,21 €	498 255,96 €	- €	- €	- €	- €	682 744,37 €	- €	80 576,79 €	1 421 296,01 €

a. ATIVOS INTANGÍVEIS | ADIÇÕES

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes adições em ativos fixos intangíveis:

Rubrica	Adições										Total
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado, ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	[11] = [2]+[...]+[10]	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	
Programas de computador e sistemas de informação	- €	109 107,84 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	109 107,84 €	
Propriedade industrial e intelectual	- €	65 694,16 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	65 694,16 €	
Ativos intangíveis em curso	- €	323 453,96 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	323 453,96 €	
Total	- €	498 255,96 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	498 255,96 €	

b. ATIVOS INTANGÍVEIS | DIMINUIÇÕES

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes diminuições em ativos fixos intangíveis:

Rubrica	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	[6] = [2]+[...]+[5]	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	
Programas de computador e sistemas de informação	- €	- €	- €	68 599,40 €	- €	68 599,40 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	129,83 €	- €	11 847,56 €	- €	11 977,39 €
Total	- €	129,83 €	- €	80 446,96 €	- €	80 576,79 €

NOTA 5 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. BASES DE MENSURAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao seu custo de aquisição ou de produção, deduzidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Considera-se custo de aquisição ou de produção, o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

Os custos subsequentes são reconhecidos na quantia escriturada do bem ou como ativos separados, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Ver também a Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras | d. ativos fixos tangíveis.

b. MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO USADO

A partir do momento em que os ativos fixos tangíveis se encontrem disponíveis para utilização, os mesmos serão depreciados pelo método da linha reta e pelo método das quotas degressivas, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 do SNC-AP.

As despesas de conservação e de reparação associadas aos ativos fixos tangíveis, que não perspetivem o aumento da sua vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos respetivos ativos, foram reconhecidos como gastos do período.

Ver também a Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras | d. ativos fixos tangíveis.

c. VIDAS ÚTEIS OU TAXAS DE DEPRECIAÇÃO USADAS

O GPUC possui fichas de cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outras informações, a respetiva vida útil e taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida. As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas pelo GPUC são aquelas previstas no Classificador Complementar 2 do SNC-AP.

Ver também a Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras | d. ativos fixos tangíveis.

d. QUANTIA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

Durante o período de relato, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Rubrica	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Terrenos e recursos naturais	83 237 899,27 €	- €	- €	83 237 899,27 €	83 538 399,27 €	- €	- €	83 538 399,27 €
Edifícios e outras construções	348 745 563,04 €	105 863 376,75 €	- €	242 882 186,29 €	349 207 602,27 €	112 511 746,95 €	- €	236 695 855,32 €
Equipamento básico	163 597 842,63 €	144 354 715,27 €	- €	19 243 127,36 €	174 199 470,65 €	152 240 423,11 €	- €	21 959 047,54 €
Equipamentos de transporte	1 696 480,53 €	1 476 421,81 €	- €	220 058,72 €	1 769 906,63 €	1 507 169,87 €	- €	262 736,76 €
Equipamento administrativo	27 269 829,82 €	24 831 996,81 €	- €	2 437 833,01 €	27 838 450,50 €	25 611 170,19 €	- €	2 227 280,31 €
Outros	18 691 738,20 €	16 400 960,96 €	- €	2 290 777,24 €	19 338 076,27 €	16 965 458,94 €	- €	2 372 617,33 €
Ativos fixos tangíveis em curso	10 566 607,80 €	- €	- €	10 566 607,80 €	15 615 467,04 €	- €	- €	15 615 467,04 €
Total	653 805 961,29 €	292 927 471,60 €	- €	360 878 489,69 €	671 507 372,62 €	308 835 969,06 €	- €	362 671 403,56 €

e. RECONCILIAÇÃO DA QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E FINAL DO PERÍODO

Os ativos fixos tangíveis sofreram, durante o período do relato, as seguintes variações:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11] = [2]+[3]-[4]-[5]-[6]-[7]-[8]-[9]-[10]
Terrenos e recursos naturais	83 237 899,27 €	479 110,88 €	138 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- 316 610,88 €	83 538 399,27 €
Edifícios e outras construções	242 882 186,29 €	601 435,86 €	198 096,64 €	- €	- €	- €	- 6 892 486,19 €	- €	- 93 377,28 €	236 695 855,32 €
Equipamento básico	19 243 127,36 €	10 754 716,96 €	534 584,79 €	- €	- €	- €	- 8 572 111,00 €	- €	- 1 270,57 €	21 959 047,54 €
Equipamentos de transporte	220 058,72 €	154 798,90 €	- 8 095,87 €	- €	- €	- €	- 98 354,25 €	- €	- 5 670,74 €	262 736,76 €
Equipamento administrativo	2 437 833,01 €	716 037,65 €	31 405,36 €	- €	- €	- €	- 957 507,38 €	- €	- 488,33 €	2 227 280,31 €
Outros	2 290 777,24 €	676 729,74 €	- 3 221,47 €	- €	- €	- €	- 591 096,93 €	- €	- 571,25 €	2 372 617,33 €
Ativos fixos tangíveis em curso	10 566 607,80 €	5 983 361,12 €	- 878 263,42 €	- €	- €	- €	- €	- €	- 56 238,46 €	15 615 467,04 €
Total	360 878 489,69 €	19 366 191,11 €	12 506,03 €	- €	- €	- €	- 17 111 555,76 €	- €	- 474 227,51 €	362 671 403,56 €

i. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | ADIÇÕES

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes adições em ativos fixos tangíveis:

Rubrica	Adições										
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado, ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12] = [2]+[3]-[4]-[5]-[6]-[7]-[8]-[9]-[10]
Terrenos e recursos naturais	- €	162 500,00 €	316 610,88 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	479 110,88 €
Edifícios e outras construções	- €	566 357,67 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	35 078,19 €	601 435,86 €
Equipamento básico	- €	10 754 716,96 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	10 754 716,96 €
Equipamentos de transporte	- €	154 798,90 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	154 798,90 €
Equipamento administrativo	- €	715 943,10 €	- €	- €	- €	945,55 €	- €	- €	- €	- €	716 037,65 €
Outros	- €	676 729,74 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	676 729,74 €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	5 983 361,12 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	5 983 361,12 €
Total	- €	19 014 407,49 €	316 610,88 €	- €	- €	945,55 €	- €	- €	- €	35 078,19 €	19 366 191,11 €

ii. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | DIMINUIÇÕES

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes diminuições em ativos fixos tangíveis:

Rubrica [1]	Diminuições					
	Alienação a título oneroso [2]	Transferência ou troca [3]	Devolução reversão [4]	Fusão, cisão, reestruturação [5]	Outras [6]	Total [7] = [2]+[...]+[6]
Terrenos e recursos naturais	- € -	316 610,88 €	- €	- €	- € -	316 610,88 €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	93 377,28 € -	93 377,28 €
Equipamento básico	1 136,61 €	- €	- €	- €	133,96 € -	1 270,57 €
Equipamentos de transporte	- €	- €	- €	- €	5 670,74 € -	5 670,74 €
Equipamento administrativo	- €	- €	- €	- €	488,33 € -	488,33 €
Outros	- €	- €	- €	- €	571,25 € -	571,25 €
Ativos fixos tangíveis em curso	56 000,00 €	- €	- €	- €	238,46 € -	56 238,46 €
Total	57 136,61 €	316 610,88 €	- €	- €	100 480,02 €	474 227,51 €

5.2 OUTRAS DIVULGAÇÕES E ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a. QUANTIA ESCRITURADA DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS NÃO VALORIZADOS

Em 31 de dezembro de 2021, o GPUC detém ativos fixos tangíveis não valorizados, conforme de seguida:

Denominação dos ativos fixos tangíveis [1]	Valor Aquisição [2]	Depreciação Acumulada [2]	Valor Contabilístico [4]
Faculdade de Direito	1,00 €	- €	1,00 €
Paço das Escolas	1,00 €	- €	1,00 €
Colégio de São Pedro	1,00 €	- €	1,00 €
Palácio de Sub-Ripas	1,00 €	- €	1,00 €
Colégio de São Jerónimo	1,00 €	- €	1,00 €
Biblioteca Joanina	1,00 €	- €	1,00 €
Capela de São Miguel e Museu de Arte Sacra	1,00 €	- €	1,00 €
Palácio de São Marcos	1,00 €	- €	1,00 €
Jardim Botânico	1,00 €	- €	1,00 €

NOTA 6 | LOCAÇÕES

6.1 LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os bens utilizados em locação financeira de acordo com a sua classificação contabilística eram respetivamente os seguintes:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Equipamento de transporte	168 572,44 €	56 675,58 €	111 896,86 €	276 970,67 €	165 386,97 €	111 583,70 €

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os planos de reembolso da dívida do GPUC, referentes a locações financeiras, detalham-se como se segue:

Plano de reembolso	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Total	Juros	Total	Total	Juros	Total
Menos de um ano	28 215,03 €	1 128,60 €	29 343,63 €	32 597,14 €	1 303,89 €	33 901,03 €
Mais de um ano	38 524,00 €	1 540,96 €	40 064,96 €	35 110,02 €	1 404,40 €	36 514,42 €
Total	66 739,03 €	2 669,56 €	69 408,59 €	67 707,16 €	2 708,29 €	70 415,45 €

NOTA 8 | PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

8.1 MODELO DE CUSTO

O reconhecimento das *propriedades de investimento* baseou-se no modelo de custo, isto é, no custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Ver também a Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras | f. propriedades de investimento.

a. QUANTIA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

Durante o período de relato, a quantia escriturada relativa a *propriedades de investimento*, assim como as respetivas *depreciações acumuladas*, foi a seguinte:

Rubricas [1]	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta [2]	Depreciações acumuladas [3]	Perdas por imparidade acumuladas [4]	Quantia escriturada [5]=[2]-[3]-[4]	Quantia bruta [6]	Depreciações acumuladas [7]	Perdas por imparidade acumuladas [8]	Quantia escriturada [9]=[6]-[7]-[8]
Propriedades de investimento								
Terrenos e recursos naturais	12 788 939,25 €	- €	- €	12 788 939,25 €	12 940 939,25 €	- €	- €	12 940 939,25 €
Edifícios e outras construções	2 521 966,14 €	647 945,41 €	- €	1 874 020,73 €	2 383 757,01 €	841 511,18 €	- €	1 542 245,83 €
Total	15 310 905,39 €	647 945,41 €	- €	14 662 959,98 €	15 324 696,26 €	841 511,18 €	- €	14 483 185,08 €

b. RECONCILIAÇÃO DA QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E FINAL DO PERÍODO

As *propriedades de investimento* sofreram, durante o período do relato, as seguintes variações:

Rubrica [1]	Quantia escriturada inicial [2]	Variações no período							Quantia escriturada final [11] = [2]+[-]+[10]	Rendimentos do período		
		Adições [3]	Transferências internas à entidade [4]	Reversões de perdas por imparidade [6]	Perdas por imparidade [7]	Depreciações do período [8]	Diferenças cambiais [9]	Diminuições [10]		Rendas [12]	Outros [13]	
Propriedades de investimento												
Terrenos e recursos naturais	12 788 939,25 €	175 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 23 000,00 €	12 940 939,25 €	27 038,90 €	- €
Edifícios e outras construções	1 874 020,73 €	- €	- €	- €	- €	- €	71 541,69 €	- €	- 260 233,21 €	1 542 245,83 €	1 135,80 €	- €
Total	14 662 959,98 €	175 000,00 €	- €	- €	- €	- €	71 541,69 €	- €	- 283 233,21 €	14 483 185,08 €	28 174,70 €	- €

c. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO | ADIÇÕES

Rubrica [1]	Adições										
	Internas [2]	Compras [3]	Cessão [4]	Transferência ou troca [5]	Expropriação [6]	Doação, herança, legado, ou perdido a favor do Estado [7]	Dação em pagamento [8]	Locação financeira [9]	Fusão, cisão, reestruturação [10]	Outras [11]	Total [12] = [2]+[-]+[11]
Propriedades de investimento											
Terrenos e recursos naturais	- €	175 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	175 000,00 €
Total	- €	175 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	175 000,00 €

d. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS | DIMINUIÇÕES

Rubrica [1]	Diminuições					
	Alienação a título oneroso [2]	Transferência ou troca [3]	Devolução reversão [4]	Fusão, cisão, reestruturação [5]	Outras [6]	Total [7] = [2]+[-]+[6]
Propriedades de investimento						
Terrenos e recursos naturais	- 23 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- 23 000,00 €
Edifícios e outras construções	- 225 155,04 €	- €	- €	- €	- 35 078,17 €	- 260 233,21 €
Total	- 248 155,04 €	- €	- €	- €	- 35 078,17 €	- 283 233,21 €

NOTA 10 | INVENTÁRIOS

a. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS NA MENSURAÇÃO DE INVENTÁRIOS E MÉTODOS DE CUSTEIO USADOS

Os inventários encontram-se mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais. Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo GPUC para os seus inventários é o do custo médio ponderado.

Ver também a Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras | i. inventários.

No período de relato, foi reconhecida uma imparidade no montante de 105 429,07€ nas *mercadorias*, decorrente da redução da valorização destas existências em função do risco de perda de valor ou de obsolescência tendo em conta uma continuada baixa rotação das mesmas.

Foi reconhecida também uma imparidade nos *produtos acabados e intermédios*, no valor de 975,48€, na entidade CES.

Os inventários detalham-se conforme se segue:

Rubrica [1]	Quantia Bruta [2]	Imparidade Acumulada [3]	Quantia Recuperável [4]=[2]-[3]
Mercadorias	1 053 010,89 €	105 429,07 €	947 581,82 €
Matérias-primas, subsidiárias, e de consumo	773 104,29 €	11 410,99 €	761 693,30 €
Produtos acabados e intermédios	79 361,36 €	4 972,56 €	74 388,80 €
Total	1 905 476,54 €	121 812,62 €	1 783 663,92 €

b. QUANTIA TOTAL REGISTADA DE INVENTÁRIOS E QUANTIA ESCRITURADA

No período do relato, os inventários do GPUC, e os movimentos ocorridos no mesmo período, encontram-se detalhados no seguinte quadro:

Rubrica [1]	Inventário a 31.12.2020 (Qt escriturada inicial) [2]	Movimentos no período							Inventário a 31.12.2021 (Qt escriturada final) [10]=[2]+[3]-[4]+[5]-[6]+[7]-[8]+[9] [10]=[2]+[3]-[4]+[5]-[6]+[7]-[8]+[9]
		Compras [3]	Consumos / gastos [4]	Variação nos inventários da produção [5]	Perdas por imparidade [6]	Reversões de perdas por imparidade [7]	Outras reduções de inventários [8]	Outros aumentos de inventário [9]	
Mercadorias	1 075 165,74 €	113 845,81 €	92 136,62 €	- €	105 429,07 €	- €	61 648,60 €	17 784,56 €	947 581,82 €
Matérias-primas, subsidiárias, e de consumo	766 119,32 €	1 568 532,35 €	1 541 135,54 €	- €	- €	814,26 €	39 938,34 €	7 301,25 €	761 693,30 €
Produtos acabados e intermédios	73 387,94 €	- €	- €	14 817,73 €	975,48 €	- €	12 845,45 €	4,06 €	74 388,80 €
Total	1 914 673,00 €	1 682 378,16 €	1 633 272,16 €	14 817,73 €	106 404,55 €	814,26 €	114 432,39 €	25 089,87 €	1 783 663,92 €

NOTA 13 | RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS E BASES DE MENSURAÇÃO

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos. Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber.

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas, a serviços prestados e a juros, *royalties* e dividendos.

O rendimento da venda de bens é reconhecido na demonstração de resultados quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- i. a entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- ii. a entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
- iii. a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade;
- iv. for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade;
- v. os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento de prestações de serviços é reconhecido na demonstração dos resultados quando puder ser estimado com fiabilidade e com referência à fase de acabamento da transação à data do relato. O reconhecimento do rendimento com referência à fase de acabamento de uma transação, significa que o rendimento é reconhecido nos períodos contabilísticos em que os serviços são prestados. Dependendo da natureza da transação, fase de acabamento é determinada por um dos seguintes métodos: (i) medições do trabalho executado; (ii) serviços executados até à data, expressos como uma percentagem da totalidade dos serviços a executar; (iii) a proporção dos custos suportados até à data face aos custos totais estimados da transação.

Ao rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, *royalties* e dividendos ou distribuições similares, aplica-se o seguinte tratamento contabilístico:

- i. os juros são reconhecidos na demonstração de resultados pelo método do juro efetivo, ou seja, numa base proporcional ao tempo do rendimento real do ativo;
- ii. os *royalties* são reconhecidos à medida que são obtidos de acordo com a substância dos acordos relevantes;
- iii. os dividendos ou distribuições similares são reconhecidos quando o direito do acionista ou da entidade de os receber for estabelecido.

b. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO POR CATEGORIA

Os rendimentos provenientes de transações com contraprestação, e recebidos durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

Impostos e taxas evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Tipo de rendimento	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Impostos e taxas	26 984 932,07 €	28 431 252,18 €	- 1 446 320,11 €
Taxas, multas e outras penalidades	26 984 932,07 €	28 431 252,18 €	- 1 446 320,11 €
Taxas	26 744 113,18 €	28 262 987,30 €	- 1 518 874,12 €
Certidões	267 630,42 €	211 970,77 €	55 659,65 €
Diplomas	40,00 €	10,00 €	30,00 €
Outros Emolumentos	262 951,81 €	260 897,00 €	2 054,81 €
Propinas de licenciatura [1.º ciclo]	9 499 182,55 €	9 736 340,68 €	- 237 158,13 €
Propinas de mestrado integrado [1.º ciclo]	4 875 301,59 €	6 579 433,18 €	- 1 704 131,59 €
Propinas de mestrado [2.º ciclo]	3 695 577,76 €	3 792 743,90 €	- 97 166,14 €
Propinas de mestrado de continuidade [2.º ciclo]	1 962 385,04 €	1 750 373,05 €	212 011,99 €
Propinas de doutoramento [3.º ciclo]	5 175 177,93 €	4 873 998,72 €	301 179,21 €
Disciplinas isoladas	189 140,00 €	264 630,00 €	- 75 490,00 €
Taxas de matrícula / inscrição / candidatura	490 593,02 €	472 680,00 €	17 913,02 €
Taxa de exame	4 335,00 €	4 845,00 €	- 510,00 €
Outras taxas	321 798,06 €	315 065,00 €	6 733,06 €
Multas e outras penalidades	240 818,89 €	168 264,88 €	72 554,01 €
Juros de mora	223 320,55 €	150 393,10 €	72 927,45 €
Outras multas penalidades	17 498,34 €	17 871,78 €	- 373,44 €
Total	26 984 932,07 €	28 431 252,18 €	- 1 446 320,11 €

A variação evidenciada nas propinas de mestrado integrado resulta em parte da reestruturação de alguns destes cursos no ano letivo 2021/2022, que se desagregaram em licenciaturas e mestrados de continuidade ou de especialização avançada. Acresce referir que a diminuição do rendimento decorre do impacto da redução do valor fixado para a propina máxima no ano letivo 2020/2021 face ao ano letivo anterior, que se traduz numa redução do rendimento gerado no ano de 2021 face ao que ocorreu no ano de 2020.

Vendas e prestações de serviços evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Tipo de rendimento	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Vendas	2 524 347,53 €	2 037 133,68 €	487 213,85 €
Mercadorias	198 079,33 €	152 366,74 €	45 712,59 €
Produtos acabados e intermédios	2 326 268,20 €	1 884 766,94 €	441 501,26 €
Prestações de serviços	19 796 312,87 €	16 827 729,12 €	2 968 583,75 €
Serviços específicos do setor da saúde	5 452 301,86 €	4 345 941,03 €	1 106 360,83 €
Serviços específicos do setor da educação	4 009 154,57 €	3 329 949,49 €	679 205,08 €
Concessões	24 743,40 €	577,53 €	24 165,87 €
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	1 236 405,08 €	1 109 807,45 €	126 597,63 €
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	2 530 952,03 €	2 005 993,55 €	524 958,48 €
Serviços laboratoriais	355 301,72 €	5 213,27 €	350 088,45 €
Outros serviços	6 187 454,21 €	6 030 246,80 €	157 207,41 €
Total	22 320 660,40 €	18 864 862,80 €	3 455 797,60 €

Sublinha-se o aumento em *Prestações de Serviços*, nomeadamente nas atividades relacionadas com a saúde e prestação de serviços especializados no setor da educação.

Trabalhos para a própria entidade evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Tipo de rendimento	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Trabalhos para a própria entidade	301 669,82 €	167 673,95 €	133 995,87 €
Ativos fixos tangíveis	- €	23 662,10 €	- 23 662,10 €
Ativos intangíveis	301 669,82 €	144 011,85 €	157 657,97 €
Total	301 669,82 €	167 673,95 €	133 995,87 €

Este valor refere-se aos serviços prestados por uma entidade, em que a adquirente os regista como ativos fixos intangíveis e no grupo são considerados trabalhos para a própria entidade. Destes valores, 297 601,82€ referem-se à transação entre as entidades UC Next e a UC (adquirente) e 4 068,00€ entre as entidades UC Next e os SASUC (adquirente).

Outros rendimentos e ganhos evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Tipo de rendimento	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Outros rendimentos e ganhos	10 092 085,30 €	12 315 634,77 €	- 2 223 549,47 €
Rendimentos suplementares	489 246,93 €	2 321 942,10 €	- 1 832 695,17 €
Serviços sociais	51 984,90 €	53 145,84 €	- 1 160,94 €
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamentos	346 974,76 €	406 691,51 €	- 59 716,75 €
Royalties	45 600,09 €	1 824 983,23 €	- 1 779 383,14 €
Outros rendimentos suplementares	44 687,18 €	37 121,52 €	7 565,66 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	3 388,43 €	365,66 €	3 022,77 €
Ganhos em inventários	21 826,29 €	24 489,25 €	- 2 662,96 €
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	1 132,11 €	196 734,43 €	- 195 602,32 €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	125 805,51 €	71 890,64 €	53 914,87 €
Outros	9 450 686,03 €	9 700 212,69 €	- 249 526,66 €
Correções relativas a períodos anteriores	362 444,48 €	201 096,72 €	161 347,76 €
Excesso da estimativa para impostos	0,76 €	110,10 €	- 109,34 €

Tipo de rendimento	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	8 728 261,16 €	9 218 388,27 €	- 490 127,11 €
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional	8 875,41 €	5 840,71 €	3 034,70 €
Outros não especificados	351 104,22 €	274 776,89 €	76 327,33 €
Total	10 092 085,30 €	12 315 634,77 €	- 2 223 549,47 €

Juros, dividendos e outros rendimentos similares evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Tipo de rendimento	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	6 454,24 €	18 419,87 €	- 11 965,63 €
Juros obtidos	6 082,68 €	18 048,31 €	- 11 965,63 €
Outros rendimentos similares	371,56 €	371,56 €	- €
Total	6 454,24 €	18 419,87 €	- 11 965,63 €

NOTA 14 | RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1 RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO POR CLASSES DE RÉDITO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de *transferências correntes e subsídios à exploração obtidos* evidenciava a seguinte composição:

Tipo de rendimento	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
<i>Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos</i>	153 635 666,36 €	143 684 955,18 €	9 950 711,18 €

A rubrica de *transferências correntes e subsídios à exploração obtidos* inclui, maioritariamente, o Orçamento do Estado atribuído à UC e SASUC relativo ao exercício de 2021, no montante de 94 070 1487€ (onde se incluem 9 840€ relativos às transferências de propinas dos/as estudantes bolsheiros/as do Governo de Cabo Verde para a Universidade de Coimbra), registando um acréscimo face ao ano precedente.

14.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS E BASES DE MENSURAÇÃO

No âmbito das transações sem contraprestação, o GPUC adota as políticas e métodos contabilísticos previstos na NCP 14. Para o efeito, consideram-se transações sem contraprestação:

- transações em que a entidade recebe recursos, mas não dá como retorno qualquer retribuição, ou dá apenas uma retribuição simbólica;
- transações em que a entidade pode proporcionar uma retribuição, diretamente como contrapartida dos serviços recebidos, mas essa retribuição não se aproxima do justo valor dos recursos recebidos.

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve ser reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. As transferências de recursos que satisfaçam a definição de contribuições dos proprietários para o património líquido não dão origem a rendimento.

As transações sem contraprestação podem estar sujeitas a especificações relativas a um ativo transferido, podendo estas ser condições ou restrições. As especificações são obrigatórias por força de processos legais ou administrativos. Se uma cláusula estabelecida por lei ou regulamento, ou outro acordo vinculativo, não for suscetível de ser obrigatória, não é uma especificação. As obrigações construtivas não têm origem em especificações e são enquadradas na NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As condições sobre ativos transferidos, exigem que a entidade consuma os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do ativo conforme especificado, ou restitua os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço ao cedente, no caso de as condições serem violadas. As restituições sobre ativos transferidos não incluem um requisito de que o ativo transferido, ou outros benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, deva ser devolvido ao cedente caso o ativo não seja utilizado conforme especificado.

Transferências

As transferências incluem transferências financeiras, subsídio, perdões de dívidas, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações de bens e serviços em espécie. Todos estes elementos têm como característica comum o facto de transferirem recursos de uma entidade para outra sem que haja em troca um valor aproximadamente igual, e não são impostos conforme definido na NCP 14.

As transferências satisfazem os critérios de reconhecimento de um ativo quando for provável que o influxo de recursos ocorra e o seu justo valor possa ser mensurado com fiabilidade.

Um influxo de recursos proveniente de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve ser reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. As transferências de recursos que satisfaçam a definição de contribuições dos proprietários para o património líquido não dão origem a rendimento.

As transferências relativas à dotação atribuída em sede de OE são transferências financeiras com a característica de transferirem recursos de uma entidade para outra sem haver como troca um valor aproximadamente igual, mas esperando a entidade recetora obter desses recursos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. Contudo, estas transferências têm associadas a exigência de que a entidade consuma os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, do ativo conforme especificado, ou restitua esses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, no caso de as condições serem violadas.

Os subsídios obtidos são reconhecidos quando exista uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que o GPUC cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica *subsídios à exploração* da demonstração de resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com *ativos fixos tangíveis e intangíveis*, são inicialmente reconhecidos no *património líquido*, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis são mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

NOTA 15 | PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

a. QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E FINAL DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Rendimento				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia desconhecida	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Processos judiciais em curso	- 533 859,83 €	- 390 000,13 €	- €	- €	- 390 000,13 €	200 000,00 €	333 859,83 €	- €	533 859,83 €	- 390 000,13 €
Outras provisões	- 1 082 280,36 €	- 20 007,44 €	- €	- €	- 20 007,44 €	790 803,64 €	- €	- €	790 803,64 €	- 291 295,46 €
Total	- 1 616 140,19 €	- 410 007,57 €	- €	- €	- 410 007,57 €	990 803,64 €	333 859,83 €	- €	1 324 663,47 €	- 681 295,59 €

No final do período de relato foram revertidas as provisões constituídas em períodos de relato anteriores pelo montante de 533 859,83€, das quais 333 859,83€ respeitam à inobservância do risco após decisão judicial e 200 000,00€ na sequência de sentença desfavorável à UC, tendo-se procedido ao pagamento da referida indemnização no ano de 2021. No período de relato, foram ainda constituídas provisões no âmbito de processos judiciais em curso, no montante global de 390 000,13€.

Foram igualmente revertidas as provisões constituídas pela entidade CNC, pelo montante de 800 897,99€ no seguimento de nova submissão dos pedidos de pagamento inicialmente considerados não elegíveis de financiamento pela FCT, das quais algumas dessas despesas foram aceites.

NOTA 16 | EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

16.1 DIFERENÇAS CAMBIAIS

As transações em moeda diferente do *EURO* são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações, bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração de resultados.

À data de 31 de dezembro de 2021, não existem nas contas do GPUC quaisquer saldos expressos em moeda estrangeira.

NOTA 17 | ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

17.1 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO QUE NÃO DERAM LUGAR A AJUSTAMENTOS

17.1.1 SARS-COV-2 / COVID-19

A Organização Mundial de Saúde declarou a disseminação da doença provocada pelo novo coronavírus como pandemia em março de 2020, tendo sido decretado em Portugal o estado de emergência em 18 de março desse mesmo ano, estando atualmente em vigor a situação de alerta determinada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2022 de 26 de maio.

O GPUC acompanha de forma permanente a evolução da pandemia do coronavírus tendo adotado um conjunto de medidas de contingência para assegurar a proteção das pessoas e a continuidade da sua atividade, incluindo, entre outras, as recomendações das autoridades de saúde, a suspensão das atividades letivas presenciais durante os períodos de confinamento, o condicionamento ou suspensão das restantes atividades presenciais com forte recurso ao teletrabalho e reforçando o uso de meios digitais.

Sendo 2022 um ano em que a pandemia continua a ter um impacto negativo na vida da comunidade académica e na economia nacional, é expectável alguma retoma nas atividades afetadas, contudo com base em toda a informação disponível até à data, continua a haver uma grande incerteza quanto à evolução nos próximos tempos, pelo que estimamos que os eventuais impactos se poderão traduzir, no máximo, em igual montante ao verificado em 2021.

Tendo por base a nossa apreciação, não se encontram previstos projetos ou intenções de ações, nem identificamos situações que possam impedir a continuidade das operações no horizonte temporal de um ano. No que respeita ao risco de liquidez, de capital, bem como do valor dos ativos, consideram-se adequados para a capacidade do GPUC honrar os compromissos e os acordos estabelecidos neste período.

Neste contexto, o GPUC tem vindo a tomar medidas, nomeadamente no que concerne aos ajustamentos no planeamento das suas atividades e do seu impacto no controlo da execução orçamental. No âmbito do que depende da decisão exclusiva da instituição, e com vista minimizar o efeito da pandemia no equilíbrio orçamental e financeiro, importa referir que tal implica um planeamento permanente com forte grau de flexibilidade em face dos vários cenários de incerteza elevada que se colocam, e que afetam a capacidade de planeamento de médio e longo prazo da Universidade de Coimbra.

À data, não são conhecidos quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo ou materialmente relevante nas decisões económicas tomadas com base nas presentes demonstrações financeiras.

17.1.2 CONFLITO MILITAR NA UCRÂNIA E SANÇÕES ECONÓMICAS À FEDERAÇÃO RUSSA

Em 21 de fevereiro de 2022, a Federação Russa reconheceu oficialmente duas repúblicas separatistas do leste da Ucrânia e autorizou o uso de forças militares nesse território. Em 24 de fevereiro, as tropas russas invadiram a Ucrânia e iniciou-se um conflito militar generalizado neste país, que tem implicado elevadas perdas materiais e humanas, conduzindo a deslocações massivas da população.

Em resposta, múltiplas jurisdições, onde se inclui a União Europeia, o Reino Unido, a Suíça, os Estados Unidos da América, o Canadá, o Japão e a Austrália, condenaram este conflito e iniciaram a aplicação de diversas sanções económicas à Rússia, a diversos dos seus agentes económicos e igualmente à Bielorrússia. Entre as sanções impostas, destacam-se a proibição de transações de alguns bens essenciais e relevantes no contexto de conflito, o congelamento dos bens e reservas de determinadas instituições financeiras russas, empresas e indivíduos de nacionalidade russa. Adicionalmente, elevado número de bancos russos foram removidos do sistema internacional de pagamentos SWIFT, limitando a sua capacidade de operar globalmente. Alguns países anunciaram ainda o encerramento do espaço aéreo a aeronaves russas e deixaram de operar voos para a Rússia. Acresce referir que várias empresas suspenderam a aquisição de produtos petrolíferos provenientes, quer da Rússia, quer de empresas russas, tendo sido suspenso o projeto do gasoduto *Nord Stream 2* que ligaria a Rússia à Alemanha. Novas sanções podem ser implementadas no curto prazo e poderão abranger mais indivíduos, entidades e uma maior abrangência de bens e serviços. Adicionalmente, a Rússia iniciou uma retaliação também com medidas económicas, bem como, a nível internacional, um crescente número de empresas anunciou medidas voluntárias de limitação dos negócios com a Rússia.

Desta forma, perspetiva-se que o impacto económico deste conflito seja muito relevante e poderá incluir: i) a suspensão e/ou disrupção nos negócios com entidades sediadas ou de origem na Rússia e Ucrânia; ii) aumento dos preços das *commodities*, sendo de realçar os combustíveis fósseis, a energia, os metais e cereais; iii) aumento da incerteza económica global, sendo de esperar mais volatilidade nas taxas de câmbio, nas taxas de juro e um aumento da taxa de inflação; iv) eventual aumento dos ciberataques, que poderão surgir sobre entidades públicas e privadas dos principais setores da economia, em especial nos países que impuseram sanções à Rússia ou que apoiem a Rússia.

Assim, no que respeita ao contexto económico nacional e internacional, é expectável uma degradação do atual enquadramento económico, que se perspetiva de elevada incerteza e rápida evolução, pelo que, a esta data, não é possível estimar com razoável grau de confiança os eventuais impactos, se alguns, na atividade da UC, contudo não coloca em causa a continuidade das operações no horizonte temporal de um ano.

17.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DE CONDIÇÕES À DATA DE RELATO

Após o encerramento do período e até à emissão do presente anexo, não houve registo de eventos subsequentes e suscetíveis de alterar as condições que existiam à data do balanço e de modificar a situação relevada nas contas.

17.3 EMISSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 15 de junho de 2022 pelo Conselho de Gestão da UC, conforme declaração anexa ao presente Relatório.

NOTA 18 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS E BASES DE MENSURAÇÃO

Nos termos da NCP 18 – Instrumentos Financeiros, o reconhecimento de um ativo financeiro, passivo financeiro, ou de um instrumento de capital próprio, ocorre apenas quando o GPUC se torne uma parte das disposições contatuais do instrumento.

Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no património líquido, apenas quando o GPUC emitir tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio. Se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados, a entidade deve apresentar a quantia a receber como ativo.

São mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade acumuladas:

- i. investimentos em obrigações não convertíveis;
- ii. instrumentos financeiros desde que seja à vista ou tenha uma maturidade definida; os retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, ou de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a *Euribor*) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente:
 - a. clientes e outras contas a receber ou a pagar, bem como empréstimos bancários;
 - b. contas a receber ou a pagar em moeda estrangeira, porém, qualquer alteração na quantia a pagar ou a receber devido a alterações cambiais é reconhecida na demonstração dos resultados;
 - c. empréstimos a entidades controladas ou associadas que sejam exigíveis;
 - d. um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente não cumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida.

São mensurados ao justo valor através de resultados:

- i. investimentos em instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente;
- ii. instrumentos de dívida perpétua ou obrigações convertíveis;
- iii. ativos financeiros classificados como detidos para negociação, ou seja, ativos financeiros adquiridos principalmente para a finalidade de venda num prazo muito curto; que façam parte, aquando do reconhecimento inicial, de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais; ou que sejam derivados (exceto se for um instrumento de cobertura designado e eficaz);
- iv. demais instrumentos financeiros não referidos anteriormente.

Ver também a Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras | j. instrumentos financeiros.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.2 QUANTIA ESCRITURADA DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Caixa e depósitos evidenciam, ao final do período de relato, os valores apresentados na *alínea b.*, do ponto 1.2, da Nota 1.

Clientes, contribuintes e utentes evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Cientes c/c	8 079 757,62 €	6 433 725,24 €	1 646 032,38 €
Utentes	19 522 003,09 €	18 180 857,88 €	1 341 145,21 €
Alunos	19 527 955,03 €	18 180 857,88 €	1 347 097,15 €
Outros utentes	- 5 951,94 €	- €	- 5 951,94 €
Cobrança duvidosa	12 942 367,32 €	17 170 732,99 €	- 4 228 365,67 €
Clientes	4 346 837,68 €	8 467 587,38 €	- 4 120 749,70 €
Utentes	8 595 529,64 €	8 703 145,61 €	- 107 615,97 €
Perdas por imparidade acumuladas	- 12 911 410,88 €	- 17 129 369,85 €	4 217 958,97 €
Clientes	- 4 315 881,24 €	- 8 426 224,24 €	4 110 343,00 €
Utentes	- 8 595 529,64 €	- 8 703 145,61 €	107 615,97 €
Total	27 632 717,15 €	24 655 946,26 €	2 976 770,89 €

As perdas por imparidade acumuladas ascendem a 12 911 410,88€, estimando-se assim, à data de relato, que a quase totalidade da quantia reconhecida como *dívida de cobrança duvidosa* não seja recuperável.

Outras contas a receber evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Devedores por transferências e empréstimos bonificados	74 776,02 €	284 475,00 €	- 209 698,98 €
Fornecedores	174 127,94 €	279 784,73 €	- 105 656,79 €
Adiantamentos a fornecedores	174 127,94 €	279 784,73 €	- 105 656,79 €
Pessoal	109 452,48 €	99 812,30 €	9 640,18 €
Adiantamentos	109 452,48 €	99 812,30 €	9 640,18 €
Outras contas a receber	1 331 518,05 €	1 923 635,18 €	- 592 117,13 €
Total	1 689 874,49 €	2 587 707,21 €	- 897 832,72 €

Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Clientes	259 875,71 €	180 814,10 €	79 061,61 €
Alunos	276 120,14 €	232 848,34 €	43 271,80 €
Total	535 995,85 €	413 662,44 €	122 333,41 €

Outras contas a pagar evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Pessoal	50 840,15 €	13 548,04 €	37 292,11 €
Outras contas a pagar	24 951 347,01 €	24 769 261,49 €	182 085,52 €
Credores por acréscimos de gastos	20 475 466,62 €	19 576 413,65 €	899 052,97 €
Remunerações a liquidar	18 537 383,06 €	18 216 257,43 €	321 125,63 €
Outros acréscimos de gastos	1 938 083,56 €	1 360 156,22 €	577 927,34 €
Cauções Recebidas de terceiros	1 043 993,10 €	978 968,31 €	65 024,79 €
Outros (devedores e) credores	3 431 887,29 €	4 213 879,53 €	- 781 992,24 €
Total	25 002 187,16 €	24 782 809,53 €	219 377,62 €

De salientar que, do total de 25 002 187,16€, o montante de 1 296 752,15€ é exigível a mais de 12 meses e por isso classificado no passivo não corrente.

Fornecedores de investimentos evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Fornecedores de investimentos	626 127,55 €	811 985,65 €	- 185 858,10 €

Rendimentos/Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Rendimentos e ganhos	19 129,68 €	28 210,35 €	- 9 080,67 €
Gastos e perdas	- €	- €	- €
Total	19 129,68 €	28 210,35 €	- 9 080,67 €

Imparidades de dívidas a receber reconhecidas em resultados evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
PI-Clientes	- 514 892,05 €	- 2 479 577,15 €	1 964 685,10 €
PI-Alunos	- 825 174,82 €	- 761 342,16 €	- 63 832,66 €
PI-Outros Devedores	- 22 915,60 €	- 82 496,13 €	59 580,53 €
Reversão PI-Clientes	2 713 718,44 €	329 056,88 €	2 384 661,56 €
Reversão PI-Alunos	640 028,34 €	317 947,48 €	322 080,86 €
Reversão PI-Outros Devedores	97 680,46 €	8 144,27 €	89 536,19 €
Total	2 088 444,77 €	- 2 668 266,81 €	4 756 711,58 €

Ao nível das imparidades reconhecidas no período de relato, destaca-se a reversão da imparidade da dívida pela entidade UC, no montante de 2 634 331,63€ do cliente CHUC, no âmbito do acordo celebrado para regularização da dívida prescrita e não prescrita, no montante de 3 771 933,65€.

Fornecedores evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Fornecedores	2 374 361,85 €	2 849 553,57 €	- 475 191,72 €
Fornecedores conta corrente	2 344 759,11 €	2 848 204,40 €	- 503 445,29 €
Faturas em receção e conferência	29 602,74 €	1 349,17 €	28 253,57 €
Total	2 374 361,85 €	2 849 553,57 €	- 475 191,72 €

Financiamentos obtidos (não corrente e corrente) evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Financiamentos obtidos	1 448 302,94 €	707 314,20 €	740 988,74 €
Empréstimos	1 215 000,00 €	227 838,57 €	987 161,43 €
Corrente	230 000,00 €	42 838,57 €	187 161,43 €
Não corrente	985 000,00 €	185 000,00 €	800 000,00 €
Cartões de crédito	4 620,64 €	- 11 731,53 €	16 352,17 €
Locações financeiras	98 682,30 €	67 707,16 €	30 975,14 €
Contas caucionadas	130 000,00 €	423 500,00 €	- 293 500,00 €
Total	1 448 302,94 €	707 314,20 €	740 988,74 €

Estado e outros entes públicos ativo evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Retenção de impostos sobre rendimentos	39 371,64 €	56 102,05 €	- 16 730,41 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 292 480,57 €	81 145,61 €	2 211 334,96 €
Total	2 331 852,21 €	137 247,66 €	2 194 604,55 €

O aumento revelado no Ativo da rubrica IVA, refere-se essencialmente ao valor do imposto a restituir pela Autoridade Tributária e Aduaneira, relativo a aquisições de instrumentos, equipamentos e reagentes adquiridos no âmbito da atividade de Investigação e Desenvolvimento, desde que este não se encontre excluído do direito à dedução nos termos do artigo 21.º do Código do IVA, conforme estabelecido artigo 381.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2021, que passou a permitir às IES a partir do ano de 2021 solicitar esta restituição de IVA.

Estado e outros entes públicos passivo evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Retenção de impostos sobre rendimentos	847 433,53 €	251 770,43 €	595 663,10 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	484 756,17 €	397 275,06 €	87 481,11 €
Contribuições p/ sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	1 763 643,86 €	1 804 475,24 €	- 40 831,38 €
Total	3 095 833,56 €	2 453 520,73 €	642 312,83 €

18.3 QUANTIA ESCRITURADA DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Quantia escriturada de outros instrumentos de capital próprio evidencia, em outras variações no património líquido, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Transferências e subsídios de capital	108 168 155,46 €	123 934 291,27 €	- 15 766 135,81 €
Para aquisição de ativos depreciables	107 580 029,46 €	123 346 165,27 €	- 15 766 135,81 €
Para aquisição de ativos não depreciables	588 126,00 €	588 126,00 €	- €
Doações obtidas	771 614,53 €	758 567,70 €	13 046,83 €
Cauções e depósitos de garantias executadas	6 067,67 €	6 067,67 €	- €
Transferências de ativos	- 711 485,60 €	- 707 748,10 €	- 3 737,50 €
Outras variações do património líquido	110 029,93 €	791,16 €	109 238,77 €
Total	108 344 381,99 €	123 991 969,70 €	- 15 647 587,71 €

A diminuição verificada ao nível de *transferências e subsídios de capital*, decorre na sua quase totalidade de um ajustamento no montante de subsídios ao investimento obtidos e ainda não depreciados.

NOTA 19 | BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1 BENEFÍCIOS DEFINIDOS

As responsabilidades por benefícios de curto prazo, nos quais se incluem remunerações certas e permanentes (salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de natal, e despesas de representação), abonos variáveis ou eventuais e contribuições para regimes de proteção obrigatórios, são mensurados numa base não descontada, uma vez que não existe a possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Assim, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas pela quantia não descontada:

- como um gasto, exceto se outra norma (NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis e NCP 10 - Inventários) exija ou permita a inclusão destes benefícios no custo de um ativo;
- como um ativo, em gasto antecipado, se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, na extensão em que o pré-pagamento conduza, por exemplo, a uma redução em pagamentos ou a uma devolução de dinheiro;
- como um passivo, em acréscimo de gastos, das quantias relativas aos direitos, nomeadamente de férias e subsídio de férias do período, que são somente pagas durante o período de relato seguinte.

Ver também a Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras | I. Benefícios dos empregados.

Foram reconhecidos no período do relato, como passivos relativos a benefícios de curto prazo, os seguintes elementos:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Credores por acréscimos de gastos Remunerações a liquidar	18 537 383,06 €	18 216 257,43 €	321 125,63 €

Relativamente aos *credores por acréscimos de gastos | remunerações a liquidar*, verificou-se um aumento de 0,32M€ face ao ano precedente, o qual diz respeito ao reconhecimento, no período de relato, dos gastos com férias e subsídio de férias a pagar em 2022. Salienta-se que a previsão de gastos com pessoal, considera o vencimento de cada funcionário/a à data de junho de 2022 (contemplando já o aumento de encargos decorrente Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 07 de dezembro, que atualiza a base remuneratória e o valor das remunerações base mensais da Administração Pública, com efeitos a 01.01.2022).

Foram reconhecidos no período do relato, como gastos relativos a benefícios de curto prazo, os seguintes elementos:

Designação	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	1 007 801,37 €	1 017 900,27 €	- 10 098,90 €
Remunerações do pessoal	110 263 247,47 €	106 603 422,44 €	3 659 825,03 €
Indemnizações	77 385,16 €	143 480,08 €	- 66 094,92 €
Encargos sobre remunerações	24 962 338,32 €	24 409 966,74 €	552 371,58 €
Acidentes no trab. e doenças profissionais	184 290,69 €	152 581,83 €	31 708,86 €
Gastos de ação social	1 461,89 €	2 484,22 €	- 1 022,33 €
Outros gastos com o pessoal	226 286,52 €	149 505,39 €	76 781,13 €
Outros encargos sociais	230 794,83 €	325 411,28 €	- 94 616,45 €
Total	136 953 606,25 €	132 804 752,25 €	4 148 854,00 €

NOTA 22 | INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de dezembro de 2021, as entidades nas quais o Grupo Público Universidade de Coimbra detém participações financeiras e a respetiva informação financeira disponível, reportada àquela data, é a seguinte:

Designação	Sede	% Participação	Valor bruto do investimento financeiro no início do período	Imparidade acumulada no início do período	Valor líquido do investimento financeiro no início do período	Ano	Atualização de informação face às últimas contas disponíveis da participada no final do período de relato anterior			Aplicação do MEP - Imputação do Resultado Líquido da participada	Aplicação do MEP - Imputação de outras variações do capital próprio da participada	Imparidade - Reversão / Reforço no Exercício	Valor líquido do investimento financeiro no final do período	Remunerações brutas	Outros pagamentos	Empréstimos
							Ativo	Capitais Próprios	Resultado Líquido							
SERQ			56 237 €		56 237 €	2021	3 303 282 €	1 360 264 €	33 131 €	56 238 €	544 106 €		544 106 €			
Ledap - Lab. De Energética e Dietética	Coimbra	100,00%	35 046 €		35 046 €	2020	45 796 €	35 046 €	244 €				35 046 €			
Associação RUAS - Recrear Universidade Alta e Sôfa	Coimbra	50,00%	30 016 €		30 016 €	2021	77 973 €	60 032 €	11 754 €	5 877 €			35 893 €			
UC InProPlant	Coimbra	50,00%	5 000 €		5 000 €	2017	359 213 €	234 937 €	18 103 €			30 000 €	35 000 €			
Assoc p/a Intern. Empresarial	Lisboa		24 940 €	24 940 €	- €	a)							- €			
Associação BLC3	Oliveira do Hospital	18,75%	3 000 €		3 000 €	2016	4 164 648 €	2 887 658 €	14 651 €				3 000 €			
CENTROHABITAT	Aveiro	0,34%	1 000 €		1 000 €	2020	153 260 €	145 467 €	2 948 €				1 000 €			
Combravita, SA	Coimbra		14 988 €	9 980 €	4 988 €	a)							4 988 €			
Parque, SA	Coimbra		68 926 €		68 926 €	2018	10 960 217 €	4 658 801 €	736 835 €				68 926 €			
IT	Aveiro	15,68%	299 279 €		299 279 €	2020	17 806 868 €	6 947 107 €	3 068 742 €				299 279 €			
Obtec	Óbidos	0,29%	1 000 €		1 000 €	2020	4 549 568 €	4 453 313 €	8 €				1 000 €			
Odabarc, SA	Coimbra		4 988 €		4 988 €	2019	206 878 €	201 269 €	1 641 €				4 988 €			
RAIZ	Aveiro	2,00%	90 000 €		90 000 €	2019	1 395 969 €	979 717 €	14 728 €				90 000 €			
IDARC	Coimbra		2 494 €	2 494 €	- €	a)							- €			
IGAP	Porto		499 €		499 €	2020	1 665 984 €	1 587 517 €	6 712 €				499 €			
INESC	Coimbra	2,81%	520 000 €		520 000 €	2019	25 205 772 €	24 346 460 €	815 834 €				520 000 €			
OPEN	Marinha Grande	0,98%	5 000 €		5 000 €	2020	1 488 254 €	1 066 720 €	111 580 €				5 000 €			
Associação POOL NET	Marinha Grande	1,35%	1 000 €		1 000 €	2020	102 870 €	1 115 €	1 402 €				1 000 €			
Relare	Lisboa		1 000 €		1 000 €	2020	1 159 864 €	898 699 €	177 13 €				1 000 €			
ACPMR	Estremoz		1 000 €		1 000 €	a)							1 000 €			
Associação Beira Atlântico Parque	Cantanhede		1 000 €		1 000 €	2020		1 711 781 €	120 656 €				1 000 €			
BIOCANT - Assoc. Transf. Tecnologia	Cantanhede		2 000 €		2 000 €	2020		4 656 269 €	109 151,50				2 000 €			
CESAB	Mealhada		1 496 €		1 496 €	a)							1 496 €			
Aferymed- Afericao e Medidas, Lda	Leiria		2 850 €		2 850 €	a)							2 850 €			
Tetparques	Abrantes		2 500 €		2 500 €	a)							2 500 €			
CERTIF	Almada		1 500 €		1 500 €	a)							1 500 €			
ADENE	Lisboa		2 494 €		2 494 €	a)							2 494 €			
BUILT COLAB - Lab. Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro	Porto		12 500 €		12 500 €	a)							12 500 €			
IPQ - Instituto Português da Qualidade	Caparica		800 €		800 €	a)							800 €			
ForestWISE - CoLAB	Vila Real	5,00%	10 000 €		10 000 €	2020	2 568 437 €	74 124 €	4 532 €				10 000 €			
Smart Energy Lab	Lisboa	6,00%	6 000 €		6 000 €	2020	307 702 €	284 506 €	184 508 €				6 000 €			
Associação CECOLAB - Collaborative Laboratory Towards Circular Economy	Oliveira do Hospital		5 000 €		5 000 €	a)							5 000 €			
IEFF - Incubadora Empresas Figueira Foz	Figueira da Foz		1 000 €		1 000 €	2019	1 691 934 €	1 419 947 €	131 €				1 000 €			
CoLab4Food - Lab. Colab. para Inovação da Indústria Alimentar	Vila do Conde		3 000 €		3 000 €	2020	1 528 188 €	94 447 €	32 401 €				3 000 €			
VECTOR B2B - Drug Developing - Ass. Investigação Em Biotecnologia	Lisboa		2 500 €		2 500 €	2020	485 857 €	216 842 €	176 488 €				2 500 €			
Total			1 220 033 €		37 414 €					50 360 €		544 106 €	30 000 €		1 706 365 €	- €

a) Sem informação financeira

NOTA 23 | OUTRAS DIVULGAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES, OU EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS, PARA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DO PERÍODO

23.1 ATIVOS | DIFERIMENTOS

Foram reconhecidos no período do relato, como diferimentos de gastos a reconhecer, corrente e não corrente, os seguintes elementos:

Diferimentos Gastos a reconhecer	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Seguros	81 152,11 €	72 508,18 €	8 643,93 €
Outros	1 332 384,42 €	856 275,07 €	476 109,35 €
Total	1 413 536,53 €	928 783,25 €	484 753,28 €

23.2 PASSIVO | DIFERIMENTOS

Diferimentos | Rendimentos a reconhecer evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Diferimentos Rendimentos a reconhecer	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Transf. sub. correntes obtidos com condições	- €	29 970 237,28 €	- 29 970 237,28 €
Transf. sub. capital obtidos com condições	- €	3 234 688,16 €	- 3 234 688,16 €
Propinas	17 420 425,28 €	17 178 150,72 €	242 274,56 €
Direitos de superfície, projetos e outros	236 278 921,87 €	168 344 464,12 €	67 934 457,75 €
Direitos de superfície	311 185,85 €	315 734,35 €	- 4 548,50 €
Projetos	234 812 620,16 €	166 499 651,42 €	68 312 968,74 €
Outros	1 155 115,86 €	1 529 078,35 €	- 373 962,49 €
Total	253 699 347,15 €	218 727 540,28 €	34 971 806,87 €

O montante revelado na rubrica *direitos de superfície, projetos e outros* | *projetos*, resulta da variação ocorrida no período de relato relativa à especialização de projetos, refletindo o valor líquido resultante dos rendimentos diferidos de novos projetos contratualizados abatidos dos rendimentos reconhecidos no período de relato.

23.3 GASTOS | TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS

Transferências e subsídios concedidos apresentam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Transferências e subsídios concedidos	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Transferências correntes concedidas	13 599 843,57 €	14 163 509,51 €	- 496 753,13 €
Serviços e Fundos Autónomos	233 267,92 €	1 508 849,57 €	- 1 275 581,65 €
Famílias	9 158 378,30 €	9 851 140,31 €	- 625 849,20 €
Instituições	3 341 601,23 €	2 684 224,76 €	657 376,47 €
Instituições da União Europeia	518 961,66 €	117 047,37 €	401 914,29 €
Países Terceiros	347 634,46 €	2 247,50 €	345 386,96 €
Prestações sociais concedidas	255 700,95 €	290 524,35 €	- 101 736,21 €
Total	13 855 544,52 €	14 454 033,86 €	- 598 489,34 €

23.4 GASTOS | OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros gastos e perdas evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte composição:

Outros gastos e perdas	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Impostos e taxas	353 475,33 €	94 237,21 €	259 238,12 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	90,04 €	313,27 €	- 223,23 €
Dívidas incobráveis	6 197,44 €	5 965,51 €	231,93 €
Perdas em inventários	65 283,68 €	74 981,96 €	- 9 698,28 €
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	1,99 €	3 044,71 €	- 3 042,72 €
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	100 039,09 €	367,56 €	99 671,53 €
Outros	3 044 983,59 €	986 248,14 €	2 096 699,58 €
Correções relativas a períodos anteriores	2 228 433,26 €	210 382,42 €	2 056 014,97 €
Donativos	6 133,53 €	41 774,84 €	- 35 641,31 €

Outros gastos e perdas	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Quotizações	438 479,64 €	448 308,67 €	- 9 829,03 €
Ofertas e amostras de inventários	45 579,94 €	16 353,24 €	29 226,70 €
Insuficiência da estimativa para impostos	605,94 €	222,24 €	383,70 €
Perdas em instrumentos financeiros	- €	30 379,52 €	- 30 379,52 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade operacional	6 784,90 €	4 664,17 €	2 120,73 €
Outros não especificados	318 966,38 €	234 163,04 €	84 803,34 €
Total	3 570 071,16 €	1 165 158,36 €	2 404 912,80 €

23.5 GASTOS | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Fornecimentos e serviços externos apresentam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Fornecimentos e serviços externos	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Subcontratos e concessões de serviços	62 324,85 €	71 344,29 €	- 9 019,44 €
Serviços especializados	14 742 488,58 €	11 994 430,15 €	2 748 058,43 €
Trabalhos especializados	7 356 353,99 €	4 290 307,81 €	3 066 046,18 €
Publicidade, comunicações e imagem	839 871,70 €	670 871,92 €	168 999,78 €
Vigilância e Segurança	827 711,87 €	841 896,81 €	- 14 184,94 €
Honorários	1 405 267,27 €	2 505 079,74 €	- 1 099 812,47 €
Comissões (de serviços financeiros)	369 870,47 €	306 215,93 €	63 654,54 €
Conservação e reparação	3 587 586,55 €	2 900 297,50 €	687 289,05 €
Outros serviços especializados	355 826,73 €	479 760,44 €	- 123 933,71 €
Materiais de consumo	6 218 690,31 €	6 675 147,02 €	- 456 456,71 €
Energia e fluídos	3 595 354,72 €	3 769 333,98 €	- 173 979,26 €
Deslocações, estadas e transportes	724 139,93 €	677 013,16 €	47 126,77 €
Serviços diversos	5 102 754,79 €	5 338 265,07 €	- 235 510,28 €
Total	30 445 753,18 €	28 525 533,67 €	1 920 219,51 €

23.6 ATIVO | DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS

Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	240 514 605,70 €	223 822 878,60 €	16 691 727,10 €

O montante revelado nesta rubrica, resulta do reconhecimento do valor correspondente do financiamento contratualizado ao nível de projetos e atividades, cujo recebimento ainda não ocorreu.

 anexos

/ divulgações do Conselho de Gestão

EVENTOS SUBSEQUENTES E PERSPETIVAS FUTURAS

1. SARS-COV-2 / COVID-19

A Organização Mundial de Saúde declarou a disseminação da doença provocada pelo novo coronavírus como pandemia em março de 2020, tendo sido decretado em Portugal o estado de emergência em 18 de março desse mesmo ano, estando atualmente em vigor a situação de alerta determinada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2022 de 26 de maio.

O GPUC acompanha de forma permanente a evolução da pandemia do coronavírus tendo adotado um conjunto de medidas de contingência para assegurar a proteção das pessoas e a continuidade da sua atividade, incluindo, entre outras, as recomendações das autoridades de saúde, a suspensão das atividades letivas presenciais durante os períodos de confinamento, o condicionamento ou suspensão das restantes atividades presenciais com forte recurso ao teletrabalho e reforçando o uso de meios digitais.

Sendo 2022 um ano em que a pandemia continua a ter um impacto negativo na vida da comunidade académica e na economia nacional, é expectável alguma retoma nas atividades afetadas, contudo com base em toda a informação disponível até à data, continua a haver uma grande incerteza quanto à evolução nos próximos tempos, pelo que estimamos que os eventuais impactos se poderão traduzir, no máximo, em igual montante ao verificado em 2021.

Tendo por base a nossa apreciação, não se encontram previstos projetos ou intenções de ações, nem identificamos situações que possam impedir a continuidade das operações no horizonte temporal de um ano. No que respeita ao risco de liquidez, de capital, bem como do valor dos ativos, consideram-se adequados para a capacidade do GPUC honrar os compromissos e os acordos estabelecidos neste período.

Neste contexto, o GPUC tem vindo a tomar medidas, nomeadamente no que concerne aos ajustamentos no planeamento das suas atividades e do seu impacto no controlo da execução orçamental. No âmbito do que depende da decisão exclusiva da instituição, e com vista minimizar o efeito da pandemia no equilíbrio orçamental e financeiro, importa referir que tal implica um planeamento permanente com forte grau de flexibilidade em face dos vários cenários de incerteza elevada que se colocam, e que afetam a capacidade de planeamento de médio e longo prazo da Universidade de Coimbra.

À data, não são conhecidos quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo ou materialmente relevante nas decisões económicas tomadas com base nas presentes demonstrações financeiras.

2. CONFLITO MILITAR NA UCRÂNIA E SANÇÕES ECONÓMICAS À FEDERAÇÃO RUSSA

Em 21 de fevereiro de 2022, a Federação Russa reconheceu oficialmente duas repúblicas separatistas do leste da Ucrânia e autorizou o uso de forças militares nesse território. Em 24 de fevereiro, as tropas russas invadiram a Ucrânia e iniciou-se um conflito militar generalizado neste país, que tem implicado elevadas perdas materiais e humanas, conduzindo a deslocações massivas da população.

Em resposta, múltiplas jurisdições, onde se inclui a União Europeia, o Reino Unido, a Suíça, os Estados Unidos da América, o Canadá, o Japão e a Austrália, condenaram este conflito e iniciaram a aplicação de diversas sanções económicas à Rússia, a diversos dos seus agentes económicos e igualmente à Bielorrússia. Entre as sanções impostas, destacam-se a proibição de transações de alguns bens essenciais e relevantes no contexto de conflito, o congelamento dos bens e reservas de determinadas instituições financeiras russas, empresas e indivíduos de nacionalidade russa. Adicionalmente, elevado número de bancos russos foram removidos do sistema internacional de pagamentos SWIFT, limitando a sua capacidade de operar globalmente. Alguns países anunciaram ainda o encerramento do espaço aéreo a aeronaves russas e deixaram de operar voos para a Rússia. Acresce referir que várias empresas suspenderam a aquisição de produtos petrolíferos provenientes, quer da Rússia, quer de empresas russas, tendo sido suspenso o projeto do gasoduto Nord Stream 2 que ligaria a Rússia à Alemanha. Novas sanções podem ser implementadas no curto prazo e poderão abranger mais indivíduos, entidades e uma maior abrangência de bens e serviços. Adicionalmente, a Rússia iniciou uma retaliação também com medidas económicas, bem como, a nível internacional, um crescente número de empresas anunciou medidas voluntárias de limitação dos negócios com a Rússia.

Desta forma, perspetiva-se que o impacto económico deste conflito seja muito relevante e poderá incluir: i) a suspensão e/ou interrupção nos negócios com entidades sediadas ou de origem na Rússia e Ucrânia; ii) aumento dos

preços das *commodities*, sendo de realçar os combustíveis fósseis, a energia, os metais e cereais; iii) aumento da incerteza económica global, sendo de esperar mais volatilidade nas taxas de câmbio, nas taxas de juro e um aumento da taxa de inflação; iv) eventual aumento dos ciberataques, que poderão surgir sobre entidades públicas e privadas dos principais setores da economia, em especial nos países que impuseram sanções à Rússia ou que apoiem a Rússia. Assim, no que respeita ao contexto económico nacional e internacional, é expectável uma degradação do atual enquadramento económico, que se perspetiva de elevada incerteza e rápida evolução, pelo que, a esta data, não é possível estimar com razoável grau de confiança os eventuais impactos, se alguns, na atividade da UC, contudo não coloca em causa a continuidade das operações no horizonte temporal de um ano.

3. OUTROS EVENTOS

Após o encerramento do período e até à emissão do presente anexo, não houve registo de eventos subsequentes e suscetíveis de alterar as condições que existiam à data do balanço e de modificar a situação relevada nas contas.

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

O Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, com as respetivas Normas de Contabilidade Pública e com as instruções do Tribunal de Contas, retratando de forma clara e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações do Grupo Público Universidade de Coimbra.

As contas consolidadas do GPUC, relativas ao ano de 2021, obtiveram autorização para emissão pelo Conselho de Gestão da Universidade de Coimbra.

Coimbra, 15 de junho de 2022

O Conselho de Gestão

Assinado por: **Amílcar Celta Falcão Ramos
Ferreira**
Num. de Identificação: 06559182
Data: 2022.06.15 17:23:55+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**
Atributos certificados: **Reitor - Universidade de
Coimbra.**



Assinado por: **Luís José Proença de Figueiredo
Neves**
Num. de Identificação: 04354727
Data: 2022.06.15 16:33:55+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**
Atributos certificados: **{Vice-Reitor da
Universidade de Coimbra e Administrador - Universidade de
Coimbra}**



Assinado por: **LUÍS ALBERTO PROENÇA SIMÕES
DA SILVA**
Num. de Identificação: 04411525
Data: 2022.06.15 12:20:21 +0100



Assinado por: **FERNANDO LICÍNIO LOPES
MARTINS**
Num. de Identificação: 07081437
Data: 2022.06.15 16:06:20+01'00'



/certificação
legal



Jorge Manuel Felizes Morgado

Revisor Oficial de contas

Inscrito na OROC sob o n.º 775

Inscrito na CMVM sob o n.º 20160408

Contribuinte n.º 109 318 200

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Público Universidade de Coimbra (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 758.953.695 euros e um total de património líquido de 471.490.243 euros, incluindo um resultado líquido de 10.907.415 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Público Universidade de Coimbra em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Sou independente das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



Jorge Manuel Felizes Morgado

Revisor Oficial de contas

Inscrito na OROC sob o n.º 775

Inscrito na CMVM sob o n.º 20160408

Contribuinte n.º 109 318 200

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtive prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são



Jorge Manuel Felizes Morgado

Revisor Oficial de contas

Inscrito na OROC sob o n.º 775

Inscrito na CMVM sob o n.º 20160408

Contribuinte n.º 109 318 200

baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtenho prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Sou responsável pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e sou o responsável final pela minha opinião de auditoria;
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditei as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 261.444.531 euros e um total de despesa paga líquida de reposições de 174.473.323 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidada do Grupo. A minha responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, sou de parecer que as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto ao facto de não conter as divulgações aplicáveis ao subsetor da educação, previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, sou de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos



Jorge Manuel Felizes Morgado

Revisor Oficial de contas

Inscrito na OROC sob o n.º 775

Inscrito na CMVM sob o n.º 20160408

Contribuinte n.º 109 318 200

legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e as demonstrações orçamentais consolidadas, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identifiquei incorreções materiais.

Porto, 15 de junho de 2022

Jorge Manuel Felizes Morgado
Revisor Oficial de Contas

/ relatório e parecer do fiscal único



Jorge Manuel Felizes Morgado

Revisor Oficial de contas

Inscrito na OROC sob o n.º 775

Inscrito na CMVM sob o n.º 20160408

Contribuinte n.º 109 318 200

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que me foi confiado, venho submeter à vossa apreciação o meu Relatório e Parecer que abrange a atividade por mim desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Público Universidade de Coimbra (o Grupo), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Órgão de gestão.

Acompanhei, com a periodicidade e a extensão que considerei adequada, a evolução da atividade do Grupo, bem como das principais entidades que compõem o Grupo, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão de gestão e dos diversos serviços as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das minhas funções, examinei o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisei o Relatório Consolidado de Gestão e as demonstrações orçamentais consolidadas do ano de 2021. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emito nesta data a Certificação Legal das Contas que inclui não inclui reservas nem ênfases.

Face ao exposto, sou de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas, o Relatório Consolidado de Gestão e Contas e as Demonstrações orçamentais consolidadas estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Reunião do Conselho Geral.

Desejo ainda manifestar ao Órgão de gestão e aos serviços da Universidade e das entidades que compõem o Grupo o meu apreço pela colaboração prestada.

Porto, 15 de junho de 2022

Jorge Manuel Felizes Morgado

Revisor Oficial de Contas

1 2  9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

2021 /

RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS
CONSOLIDADO